

A Mamba e o Dragão

RELAÇÕES MOÇAMBIQUE-CHINA EM PERSPECTIVA

Sérgio Chichava e Chris Alden (organização)

A Mamba e o Dragão

RELAÇÕES MOÇAMBIQUE-CHINA EM PERSPECTIVA

Sérgio Chichava e Chris Alden (organização)



www.iese.ac.mz



www.saiia.org.za

Título

A Mamba e o Dragão. Relações Moçambique-China em perspectiva

Organização

Sérgio Chichava, Chris Alden

Design gráfico e paginação

COMPRESS.dsl

Número de registo

7420/RLINLD/2012

ISBN

978-989-8464-10-1

Tiragem

800

Edição

IESE/SAIIA

Endereço dos editores

IESE

Avenida Patrice Lumumba, 178, Maputo, Moçambique

iese@iese.ac.mz

www.iese.ac.mz

Tel. +25821328894

Fax. +25821328895

SAIIA

Jan Smuts House, East Campus

University of the Witwatersrand, Johannesburg

www.saiia.org.za

O IESE AGRADECE O APOIO DE:

Agência Suíça de Cooperação para o Desenvolvimento (SDC)

Embaixada Real da Dinamarca

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Irlanda (Cooperação Irlandesa)

IBIS Moçambique e Embaixada da Suécia

Canadian International Agency (CIDA)

ÍNDICE

Introdução

(*Chris Alden, Sérgio Chichava*)..... 5

Capítulo 1 China em Moçambique: Prudência, Compromisso e Colaboração

(*Paula Roque, Chris Alden*) 11

Capítulo 2 Impacto e significado do investimento chinês em Moçambique (2000-2010)

(*Sérgio Chichava*)..... 33

Capítulo 3 Os interesses bancários chineses em Moçambique: o caso da Geocapital

(*Ana Alves*)..... 49

Capítulo 4 Como não construir uma estrada: uma análise etnográfica dos efeitos socioeconómicos de um projecto chinês de construção de infra-estruturas em Moçambique

(*Morten Nielsen*)..... 61

Capítulo 5 Será tudo parte de um grande plano? Encontros etnográficos com os chineses em Moçambique

(*Mikkel Bunkenborg*) 81

Capítulo 6 Mito e realidade: o envolvimento chinês no sector agrícola de Moçambique

(*Sigrid Ekman*)..... 99

Capítulo 7 Centro de Investigação e Transferências de Tecnologias Agrárias de Umbelúzi. A história de um ‘presente’ chinês a Moçambique

(*Jimena Durán, Sérgio Chichava*)..... 125

Capítulo 8 Perspectivas moçambicanas sobre a presença chinesa em Moçambique: uma análise comparativa de discursos de entidades governamentais, de um *blog* e de trabalhadores moçambicanos de Maputo

(*João Feijó*)..... 143

Conclusão Reflexões sobre uma relação em mudança

(*Sérgio Chichava, Chris Alden*)..... 189

AUTORES

Chris Alden

É professor titular no Departamento de Relações Internacionais da London School of Economics (LSE) e é responsável pelo projecto China-Africa no South African Institute of International Affairs (SAIIA). Suas áreas actuais de pesquisa são as relações China-África. J.C.Alden@lse.ac.uk

Ana Alves

Ana Alves é doutoranda na London School of Economics (LSE) em Relações Internacionais, e é 'China Research Fellow' no South African Institute of International Affairs (SAIIA). A sua pesquisa centra-se presentemente no engajamento da China nos recursos naturais em África e nas zonas económicas especiais do continente. Ana.Alves@wits.ac.za

Mikkel Bunkenborg

Pós-doutorado em Antropologia pela Universidade de Copenhaga, Dinamarca, é actualmente professor assistente de língua chinesa na mesma universidade. Presentemente participa num projecto de investigação de etnografia comparada sobre as intervenções chinesas em Moçambique e na Mongólia. Mikkel.Bunkenborg@anthro.ku.dk

Sérgio Chichava

Investigador do IESE, é doutorado em Ciência Política pela Universidade de Bordeaux, França. As suas áreas de pesquisa são: processos de democratização, governação e relações entre as 'economias emergentes' e Moçambique. sergio.chichava@iese.ac.mz

Jimena Durán

Mestre em Política Internacional pela Universidade de Bordeaux, França. Suas áreas de pesquisa são as 'economias emergentes', sobretudo o papel do Brasil em África e na América Latina. jime.duranp@gmail.com

Sigrid Ekman

Sigrid Ekman é mestre em Economia Chinesa pela Universidade de Fudan, e licenciada pela Universidade de Cape Town. Os seus interesses de pesquisa incluem o investimento directo estrangeiro (IDE) da China na agricultura em África, tendo realizado trabalho de campo na Zâmbia e em Moçambique. Actualmente, é consultora para o CIFOR em Moçambique, onde desenvolve

investigação sobre o comércio e investimento chinês na indústria madeireira.
Sigrid.ekman@gmail.com

João Feijó

Doutorando em Estudos Africanos e bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Suas áreas de pesquisa estão relacionadas com identidades e representações sociais. joaofeijo@hotmail.com

Morten Nielsen

Doutorado em Professor Auxiliar no Departamento de Cultura e Sociedade, na Universidade de Aarhus. A sua pesquisa inclui temas como planeamento urbano, desenvolvimento internacional e ideologias políticas. Actualmente, participa num projecto de investigação de etnografia comparada sobre as intervenções chinesas em Moçambique e na Mongólia. morten.nielsen@lite.dk

Paula Roque

Doutoranda na Universidade de Oxford, é investigadora no Institute for Security Studies (ISS). Suas áreas de trabalho são a África Lusófona e o corno de África.
pcroque22@gmail.com

Introdução

Chris Alden e Sérgio Chichava

O crescente posicionamento da China, de mera aquiescência para um manifesto activismo, no que concerne os assuntos africanos está a transformar a dinâmica do sistema pós-colonial (Braütigam 2009, Alden 2007; Taylor 2006). Desde o início do processo de reforma interna, iniciada em 1978, que a fé maoísta e o altruísmo revolucionário deram lugar a empreendedores comerciais e a defensores das formas de mercado capitalista, agindo conscientemente em interesse próprio. O surgimento da China como principal parceiro comercial do continente africano, e também seu principal alvo de investimento directo estrangeiro em 2009 – ultrapassando os Estados Unidos da América e Estados-chave da União Europeia, ainda em dificuldades no rescaldo da crise financeira global – concentrou as atenções nos objectivos e na actuação chinesa em África.¹ O comércio bilateral cresceu exponencialmente, de aproximadamente 1000 milhões de dólares em 2000 para 155 mil milhões de dólares em 2010, e a principal instituição financeira sul-africana, Standard Bank, prevê um aumento para 300 mil milhões até 2015 (Fremantle & Stevens 2011). Sustentados pelas maiores reservas de divisas estrangeiras do mundo e pelo desejo de obter posições estratégicas de longo prazo nos mais relevantes mercados de recursos, os chineses estão a investir em sectores fundamentais por todo o continente, desde o sector da energia em Angola, no Sudão e no Uganda à exploração mineira na Zâmbia e na República Democrática do Congo. Não obstante as exportações africanas para a economia chinesa serem dominadas pelos recursos em mais de 80% do total em 2010, há evidências da existência de uma diversificação no comércio, embora se manifeste de forma mais acentuada no comércio bilateral com apenas alguns países. Por exemplo, as empresas de telecomunicações como a Huawei e a ZTE estão a penetrar cada vez mais neste importante mercado, enquanto as instituições financeiras chinesas têm vindo a assinar parcerias com bancos na África do Sul, na Nigéria e no Quênia. Além disso, o lançamento da

conversão cambial chinesa *remimbi* em várias economias africanas importantes, como a Zâmbia, onde os negócios chineses e as comunidades imigrantes estão bem representados, sugere que o aprofundamento da integração destas economias é inevitável.

Os líderes africanos reconheceram, talvez tardiamente em alguns casos, a necessidade de criar laços fortes com o gigante económico em expansão, solicitando esforços concertados para melhor compreender e beneficiar das oportunidades apresentadas pela China. Ao nível continental, o Comité sobre Assuntos Monetários e Financeiros da União Africana, por exemplo, organizou uma série de eventos e relatórios de investigação sobre a China, enquanto organizações sub-regionais, como a Comunidade da África Oriental (CAO), procuraram activamente delinear uma estratégia de envolvimento. Os esforços bilaterais são ainda mais pronunciados, com países como o Zimbabué e a Namíbia a elaborar políticas de viragem a leste (*Look East policy*) que têm como objectivo a atracção explícita do investimento chinês (e do de outros países asiáticos), enquanto outros países, como Angola, a Nigéria e o Gabão, se concentram na obtenção de ‘pacotes de negócio’ que trocam o acesso a recursos por grandes projectos de construção de infra-estruturas financiados pela China. E existem ainda Estados, como a Etiópia e o Egipto, que, embora não possuam recursos significativos para atrair Pequim, conseguiram desenvolver relações económicas próximas com a China.

Subjacente ao notável êxito no reforço do envolvimento chinês em África, existe todo um conjunto de políticas e de experiências que chamaram a atenção dos governos já cansados dos juízos de valor e condicionalismos dos doadores ocidentais. A posição declarada da China é que os seus laços com África se baseiam em claras manifestações de ligação histórica, igualdade política, respeito pela soberania, não-intervenção e, em questões económicas, o benefício mútuo. A China enquadra a sua relação numa iniciativa diplomática multilateral e trianual denominada Fórum de Cooperação China-África (FOCAC – Forum on China-Africa Cooperation), mantendo os detalhes da sua implementação predominantemente no âmbito dos arranjos bilaterais. Empréstimos, doações e investimentos negociados têm permitido aos governos africanos desempenhar um papel na elaboração da agenda desta relação, por exemplo, através da priorização de sectores ou projectos específicos. Pequim gosta de apontar a consistência da solidariedade chinesa para com os interesses africanos, especialmente durante a luta anticolonial, bem como a sua história análoga enquanto vítimas do imperialismo, como as bases indispensáveis para uma visão comum. O episódio pré-colonial das viagens do Almirante Zheng He a África, no início do séc. XV, durante a dinastia Ming, foi recuperado dos arquivos da história para destacar a perseverança das intenções benignas da China para com o continente africano.

Dado o imperativo diplomático de impedir o reconhecimento oficial de Taiwan em África – plano em marcha desde a década de 1950, agora silenciado, desde que o Governo do KMT chegou ao poder em Taipei, em 2010 – o Governo chinês foi obrigado a garantir uma abordagem que englobasse a totalidade do continente africano. Este desígnio forneceu uma lógica geoestratégica específica à política externa chinesa em África, inexistente em qualquer outra potência emergente ou tradicional. Concomitantemente, a maioria dos interesses económicos da China estão centrados nas principais economias de recursos em África, nomeadamente Angola, Sudão, Nigéria e República do Congo, bem como na economia, mais diversificada, da África do Sul. A dupla abordagem de Pequim – multilateral, através do FOCAC, e bilateral, no que concerne a implementação de formas específicas de cooperação e investimento – vai sendo concebida e adaptada de forma a responder a estas duas preocupações centrais da China.

Paralelamente, o coro de insatisfação que se faz ouvir entre alguns elementos da sociedade africana – preocupados, principalmente, com o impacto socioeconómico e ambiental do envolvimento chinês no continente – aponta para as complexidades crescentes que acompanham o aprofundar desta relação. As autoridades chinesas reconhecem, talvez tardiamente, que nem todos os actores económicos chineses têm promovido o benefício mútuo para a China e para o continente africano. Advertências oficiais no sentido do cumprimento das leis e dos regulamentos dos governos locais, em conjunto com esforços envidados para introduzir aspectos de uma agenda de Responsabilidade Social Corporativa na conduta das principais empresas estatais e dos grandes grupos privados chineses são vistos como suficientemente apaziguadores. A capacidade de Pequim para controlar as acções das empresas privadas chinesas mais pequenas é, no entanto, relativamente limitada, uma vez que estas empresas operam em África sem fazer uso das fontes de financiamento convencionais e procuram, conscientemente, agir fora do alcance do Estado chinês. Ainda assim, a diminuta capacidade de alguns Estados africanos imporem os seus próprios regulamentos é, em muitos aspectos, um problema fundamental nesta área – o que não impediu, porém, os meios de comunicação e a sociedade civil locais de criticarem mordazmente a conduta de algumas empresas chinesas.

A par deste problema, o Governo chinês enfrenta ainda um dilema crescente: como proteger e preservar os seus interesses económicos em África, consolidados e em expansão, sem serem vistos a violar os já mencionados princípios sagrados da sua política externa, como a não-intervenção. Uma solução encontrada foi a distinção entre intervenção com, e intervenção sem, legitimação de instituições multilaterais como as Nações Unidas (NU) e o consenso dos governos em causa. A mudança da posição chinesa no sentido do apoio à intervenção multilateral no Darfur depois

de 2004 marcou a primeira manifestação concreta desta abordagem do tema da intervenção (Large & Patey 2011). A adopção selectiva do multilateralismo é visível na crescente participação de Pequim nas operações de manutenção da paz das NU em África, com tropas em países como a Libéria, a RDC e o Sudão do Sul, entre outros (Gill & Reilly 2000). Neste momento, o modo como a China poderá contribuir para formas mais complexas de consolidação da paz pós-conflito ocupa, aliás, a agenda de vários grupos de reflexão (Alden & Large s/d).

Finalmente, a contínua migração chinesa para África, apesar de reduzida quando comparada com a migração para outras partes do mundo, está a ensombrar esta relação. Os dados permanecem escassos, não obstante alguns estudos influentes e um número infinito de anedotas impressionistas; há, porém, alguns aspectos indicativos desta migração que se podem já observar (McNamee *et al.* 2012). Os chineses que emigram para África parecem ser pobres, com pouca formação e ambicionam escapar ao ambiente competitivo no seu próprio país. Trazem pouco capital e têm tendência a movimentar-se entre o comércio retalhista e grossista, dispersando-se pelas pequenas vilas da África rural. Muitos, na África austral, provêm de províncias da costa como Fujian, mas outras partes do continente evidenciam que as fontes regionais da migração chinesa são mais amplas. A África do Sul acolhe, indubitavelmente, a maior comunidade de chineses, contabilizando entre 300.000 a 500.000; os emigrantes estão, contudo, a dispersar-se, também em grandes números, por países como Angola, Zâmbia e Etiópia. De facto, o célere crescimento de emigrantes chineses na Líbia e a sua subsequente retirada, contabilizando 35.000 no momento da evacuação, em 2011, ilustra o quão rapidamente estes projectos de infra-estrutura conseguem avolumar a população de contratados e imigrantes chineses num país. Embora não exista uma inevitabilidade implícita na sugestão do aumento das tensões entre as duas comunidades – há, na verdade, tantas evidências de harmonia social como de problemas – este fenómeno poderá ser utilizado por políticos para angariar apoio, como aconteceu na Zâmbia e como já ocorre com outras comunidades étnicas e imigrantes. O impacto destas acções na natureza das relações sino-africanas será, certamente, significativo.

Todos estes temas fornecem o contexto para compreender as relações sino-africanas, mas, à medida que estes laços crescem em profundidade e complexidade, é necessário ir além do quadro geral e explorar uma relação bilateral para obter uma imagem mais clara das interacções actuais. Por esta razão, o presente livro decidiu explorar um caso em particular, a relação entre a China e Moçambique, e as especificidades que este acrescenta aos temas gerais já abordados que caracterizam as relações sino-africanas.

Paula Roque e Chris Alden, autores do primeiro capítulo, fazem um levantamento histórico e actual da relação bilateral, abordando as origens do

relacionamento e o desenvolvimento de laços mais estreitos. O capítulo seguinte, da autoria de Sérgio Chichava, analisa as tendências, o impacto e a relevância do investimento e do comércio chinês em Moçambique, de 2000 a 2010, com base nos dados estatísticos do Investimento Directo Estrangeiro (IDE). O período analisado foi marcado pela crescente presença chinesa em África, como ilustra o estabelecimento do Fórum sobre a Cooperação China-África (FOCAC), em 2000, e a celebração do seu décimo aniversário em 2010. O terceiro capítulo, por Ana Alves, explora a questão do investimento chinês no sector bancário moçambicano. Além de expor as suas características e especificidades, este capítulo ilustra igualmente as alianças de negócios entre as elites chinesas e moçambicanas. Centrado nas actividades do grupo CHICO, uma das empresas de construção chinesas mais activas em Moçambique, e utilizando uma abordagem etnográfica, o quarto capítulo, da autoria de Morten Nielsen, analisa os efeitos socioeconómicos da construção de uma estrada no sul da província de Gaza. Com base numa série de encontros etnográficos com empresários, trabalhadores da construção civil e engenheiros chineses em Moçambique, o capítulo de Mikkel Bunkenborg mostra que, contrariamente à ideia disseminada no Ocidente, a presença de cidadãos chineses em África não é resultado de um plano nem mesmo de uma política de expansão chinesa planeada, mas, sim, uma consequência de acções individuais. Os dois capítulos seguintes concentram-se nas relações sino-moçambicanas de cooperação na área da agricultura. Escrito por Sigrid Ekman, o sexto capítulo discute os mitos e realidades da cooperação e do investimento chinês no sector agrícola em Moçambique. Recorrendo ao caso do Centro de Transferência de Tecnologia Agrícola Umbelúzi em Boane, um dos exemplos mais representativos da presença chinesa em África, e, particularmente, em Moçambique, o sétimo capítulo, por Jimena Duran e Sérgio Chichava, discute o significado e as implicações da cooperação agrícola entre os dois países. No oitavo capítulo, João Feijó analisa as representações dos moçambicanos sobre os chineses, bem como suas implicações relativamente à presença chinesa em Moçambique. No capítulo final, Sérgio Chichava e Chris Alden, em jeito de conclusão geral e com base na interacção entre Moçambique e a China, reflectem sobre os significados e as características desta relação.

Notas

1. De acordo com o Departamento do Comércio norte-americano, o comércio entre os EUA e África em 2009 registou uma queda no valor de 55 mil milhões de dólares – de 141 mil milhões de dólares em 2008 – perfazendo um total de 89 mil milhões de dólares, enquanto o Ministério do Comércio chinês, nos dados relativos ao comércio China-África, apresenta um valor total de 106 mil milhões de dólares em 2008, caindo apenas para 90 mil milhões em 2009.

Referências

- Alden, C. (2007). *China in Africa*, Londres, Zed Books.
- Alden, C., Large, D. *A Separate Peace? China's post-conflict engagement in Africa* (no prelo).
- Braütigam, D. (2009). *The Dragon's Gift: the real story of China and Africa*, Oxford, Oxford UP.
- Freemantle, S., Stevens, J. (2011). *BRIC-Africa: The Redback's rise – an opportunity for Africa*, Standard Bank.
- Gill, B. *et al.* (eds.). (2007). 'Assessing China's Growing Influence in Africa', *China Security*, 3 (3), pp. 3-21.
- Gill, B., Reilly, J. (2000). 'Sovereignty, Intervention and Peacekeeping: the view from Beijing', *Survival*, 42 (3), pp. 41-59.
- Large, D., Luke, P. (2011). *Sudan Looks East. China, India and the Politics of Asian Alternatives*, Londres, James Currey.
- McNamee, T. *et al.* (2012). 'A Study of Chinese Traders in South Africa, Lesotho, Botswana, Zambia and Angola', Discussion Paper 2012/03, Johannesburg, The Brenthurst Foundation.
- Taylor, I. (2006). *China and Africa: engagement and compromise*, Londres, Routledge.

1

CHINA EM MOÇAMBIQUE: PRUDÊNCIA, COMPROMISSO E COLABORAÇÃO

Paula Roque e Chris Alden

O envolvimento da China em Moçambique assumiu uma forma diferente da que caracteriza a presença daquele país asiático noutras partes de África, podendo ser descrito como uma relação de prudência e compromisso. Enquanto o aumento da influência de Pequim tem sido acolhido positivamente pelas autoridades oficiais moçambicanas, porque oferece a possibilidade de diversidade e equilíbrio em relação aos parceiros de desenvolvimento tradicionais, elas têm sido mais circunspectas quando se trata da concessão de facilidades no acesso aos recursos naturais em troca de acordos de infra-estruturas como no caso de Angola e de outras regiões. Pelo menos até ao início da crise financeira global em 2008, esta era a tendência.

Primeiro, em contraste com o papel da China em Angola, onde o sistema de planificação centralizado encontra-se claramente nas mãos do Governo, a dependência de longa data e a abordagem participativa em Moçambique permitiu que as Instituições de Bretton Woods, doadores ocidentais e ONGs tivessem um papel mais forte de influência na tomada de decisões do Governo relativamente à política macroeconómica (Abrahamsson & Nilsson 1995). De facto, a relação estabelecida entre Maputo e os doadores tradicionais e a sua presença no país – a ajuda externa dos doadores tradicionais contribuiu para 51% do orçamento nacional de 2008, de 3,2 biliões de dólares – acrescenta uma dimensão estrutural importante para as relações bilaterais entre Pequim e o Governo moçambicano, que não está presente nos laços entre a China e outros países ricos em recursos. Um segundo factor é a presença relativamente forte – especialmente pronunciada em Maputo – de ONGs ocidentais e, com

isso, a promoção da sociedade civil local. O terceiro é o papel da FRELIMO, o partido governante desde a independência, como fonte coesiva de formulação e implementação de políticas no país. Não obstante as acusações fundadas de lucro por parte de alguns membros da elite do partido, a FRELIMO provou a sua capacidade de gerir um conjunto variado de actores externos nas circunstâncias mais difíceis e, no actual clima de crescente prosperidade, continua a demonstrar esta capacidade. Todos estes factores significam que a abordagem da China em Moçambique, enquanto enfatizando o enfoque agora familiar sobre os recursos e infra-estruturas, tem sido, não obstante, muito menos significativa do que as aspirações de Pequim pretenderiam. Isto, apesar do facto de que, nas palavras de um analista moçambicano, a 'China aparece neste contexto quando gerações e gerações de moçambicanos têm testemunhado a cooperação com a Europa, mas continuam ainda à espera de ver os benefícios'.¹

Relações sino-moçambicanas – da solidariedade à cooperação técnica e financeira

Os últimos 30 anos têm testemunhado uma mudança considerável em Moçambique. Após um longo conflito armado contra o poder colonial, Portugal, o país alcançou a independência em Junho de 1975 e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o movimento de libertação, criou um Estado monopartidário guiado pelos princípios económicos socialistas. As relações sino-moçambicanas remontam aos anos 60, quando a China proporcionou apoio diplomático importante e apoio militar limitado à FRELIMO (Chichava 2008). O movimento de libertação, sob a liderança de Eduardo Mondlane, recebia ajuda da China e da União Soviética, no quadro de uma estratégia prosseguida com vista a evitar envolver-se na divisão ideológica sino-soviética e no âmbito da sua campanha para ser internacionalmente reconhecido como representante legítimo do povo moçambicano (Taylor 2006). O pragmatismo demonstrado na altura em que a FRELIMO se esforçava por equilibrar a influência externa sobre o seu movimento voltaria a manifestar-se na sua abordagem junto dos doadores internacionais e dos parceiros de desenvolvimento durante o período pós-independência.

Contudo, em finais da década de 70, Maputo aproximou-se mais da União Soviética e, em 1977, declarou-se um Estado marxista-leninista. Apesar disso, as relações com a China permaneceram amigáveis e consistentes, com uma aproximação feita após a China ter proporcionado a Moçambique ajuda e assistência importante para fazer face aos efeitos da fome desastrosa de 1983.

Em 1985, Pequim também ofereceu a Moçambique um crédito, livre de juros, correspondente a 13 milhões. Entretanto, nessa altura, Moçambique estava mergulhado numa guerra civil que desde 1976 opunha o regime de Maputo ao movimento de resistência nacional Moçambicana (RENAMO), que era apoiado pelos governos minoritários da África do Sul e da Rodésia.

Em 1987, Moçambique iniciou a sua reforma económica concebida com o objectivo de estabilizar a economia, marcando um distanciamento das políticas socialistas ineficazes e adoptando uma economia orientada para o mercado. Apesar das melhorias espectaculares na taxa de crescimento do país a seguir a estas reformas, Moçambique continua a ser altamente dependente da ajuda externa. A seguir a esta fase, foi a abertura das negociações entre o Governo moçambicano e a RENAMO, culminando com as conversações ou negociações de paz em Roma e a promulgação do Acordo Geral de Paz em Outubro de 1992. A ONU liderou a transição da guerra civil, que matou mais de um milhão de moçambicanos, para as eleições democráticas, ao longo de um período de dois anos. A recuperação económica que se seguiu deveu-se, em parte, à reactivação de vários sectores, à aceleração da produção agrícola e à estabilidade macroeconómica.

Após a conclusão da Operação de Manutenção da Paz da ONU e as eleições gerais de Outubro de 1994, Moçambique veio, cada vez mais, a ser descrito como um modelo de cooperação com os países e doadores ocidentais, após ter aderido às condições e programas apresentadas pelas instituições de Bretton Woods em 1984. Devido à sua reforma económica e um bom registo nesta reforma, Moçambique tornou-se no primeiro país africano a beneficiar da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), no âmbito da qual o país começou a beneficiar do alívio da dívida. Após a adopção dos programas de ajuste estrutural preconizados pelo Banco Mundial, o investimento internacional começou a inundar o país, que, por seu turno, iniciou a privatização generalizada das antigas empresas estatais. A ajuda de instituições ocidentais desempenhou um papel significativo na recuperação económica e social de Moçambique, mas esta também foi influenciada pelas prioridades dos doadores e, conforme alguns, como Clapham (1996), argumentam, reduziu a capacidade de o Governo se autogovernar. A Ajuda Oficial de Desenvolvimento (ODA) continua a financiar mais de 50% das despesas do Governo, principalmente sob a forma de apoio ao orçamento. Embora a pobreza tenha reduzido em 22 pontos percentuais, entre 1997 e 2006 (*African Economic Review* 2008), Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo, classificado na 172.^a posição no Índice de Desenvolvimento Humano de 2005. Mais de 70% da população vive por menos de 2 dólares americanos por dia. O país se esforça por atingir um

desenvolvimento significativo do sector formal, na sua capacidade de exportação, produção agrícola, processo de industrialização, desenvolvimento de pequenas e médias empresas, no seu sistema bancário e na integração ao nível da SADC. Na última década, Moçambique tem testemunhado uma taxa de crescimento médio de 8%, uma das economias com crescimento mais rápido na África Austral, conduzido principalmente pelos megaprojectos com financiamento externo e pelos grandes fluxos de ajuda. Desde 2006, o crescimento económico também tem sido conduzido por grandes investimentos no sector de extracção mineira, agro-indústria, serviços, sector de construção e outras indústrias.

É neste contexto que a China, como um novo poder económico activo, está a operar em Moçambique e devido a estes factores particulares teve que definir especificamente a sua abordagem para o país. A relação contemporânea entre a China e Moçambique foi gradualmente reconstruída em 1997-1998 com um fundo de 20 milhões proporcionados pelo Banco Exim da China, com vista a proporcionar incentivos para as companhias Chinesas começarem a fazer negócios em Moçambique, bem como para a construção de um novo edifício para a embaixada e de um centro comercial administrado pelo Gabinete do Assessor ou Conselheiro para Assuntos Económicos, na baixa da cidade de Maputo. A partir deste período, a cooperação técnica diversificou-se e intensificou-se continuamente. O apoio e a formação ou treinamento da força militar moçambicana foram renovados, aliados à construção de casas para soldados, no valor de 7 milhões e um valor adicional de 150.000 em equipamento doado pela China (Chichava 2008).

Para além da saúde (equipas médicas e medicamentos antimaláricos), a educação e a capacitação fazem parte das áreas mais importantes da cooperação técnica da China com Moçambique. Mais de 40 estudantes moçambicanos viajam todos os anos para universidades chinesas com bolsas de estudo chinesas. Da mesma forma, várias centenas de profissionais receberam formação na China em muitas áreas diferentes ao longo da última década. Entre 2009 e 2011, a China construiu um Centro de Demonstração e Transferência de Tecnologias Agrícolas em Boane, na periferia da cidade de Maputo. Este centro é gerido pela empresa Hubei LianFeng Mozambique Co. Lda. e destina-se a disseminar técnicas e tecnologias de plantio de arroz e outras culturas junto dos farmers locais.

Em 2001, os dois países criaram uma Comissão Económica e Comercial Conjunta após a assinatura de vários acordos sobre o comércio e a protecção de investimentos. Desde 2004, a China e Moçambique assinaram vários acordos de cooperação fortalecendo as ligações económicas, políticas e históricas. Acordos sobre o cancelamento da dívida foram assinados para créditos que remontam à década de 80, no valor de 20 milhões de dólares americanos. Em 2006, Moçambique foi acrescentado à lista oficial de destinos turísticos da

China, tornando-se o décimo terceiro país africano a receber este estatuto. A cooperação bilateral foi ainda mais consolidada com a visita do Presidente Hu Jintao, a Moçambique, em 2007, onde ele prometeu apoio adicional, sob a forma de 170 milhões de dólares americanos em créditos, e cooperação nas áreas da agricultura, tecnologia, educação, saúde, economia, e na exploração de recursos naturais. Por último, em finais de 2007, um protocolo de assistência militar foi assinado em Pequim entre os Estados-Maiores das forças armadas moçambicanas e chinesas, destacando a importância da criação de mecanismos para o aumento da cooperação militar e para ajudar Moçambique a ultrapassar os futuros desafios de defesa e segurança. Como parte deste acordo, o Governo chinês concedeu a Moçambique um total de 1,5 milhões de dólares para a remodelação de vários departamentos das forças armadas moçambicanas (FADM).

O envolvimento financeiro chinês em Moçambique expandiu também neste período. Já em inícios de 2006, o Governo moçambicano solicitou ao Banco Exim da China, créditos no valor de 2 biliões de dólares americanos para o projecto da Barragem de Mphanda Nkuwa, sobre o Rio Zambeze,² 50 milhões para apoiar o investimento agrícola na Província da Zambézia e um outro crédito mais pequeno para a reabilitação do aeroporto da capital. Este último crédito, de 115 milhões de dólares, foi dividido em duas fases: um crédito inicial de 50 milhões para a terminal internacional (concluída em 2011), seguido de 65 milhões, aprovado em 2010, para financiar a reconstrução da terminal doméstica do aeroporto de Maputo, pelo grupo de construção económica estrangeira *Anhui Foreign Economic Construção Group*. Em 2007, o Banco Exim e o Banco Mundial estabeleceram um consórcio amplamente publicitado para o financiamento conjunto de projectos em Moçambique, Gana e Uganda, mas isso não resultou em qualquer acordo concreto de financiamento de projectos. Durante a visita do Primeiro-ministro moçambicano à China em finais de 2010, dois outros créditos concessionais, totalizando 100 milhões de dólares americanos, foram assinados com um outro banco estatal chinês, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) para apoiar a construção de uma fábrica de cimento na Província de Sofala (80 milhões) e de uma fábrica de algodão na Província de Maputo (20 milhões). Em Agosto de 2011, aquando da visita do Presidente moçambicano, Armando Guebuza, à China, um acordo sobre a cooperação financeira foi assinado com o CDB. O acordo visa introduzir créditos comerciais para o sector privado em Moçambique, bem como canalizar fundos para o investimento público, o que sugere um maior envolvimento do CDB no sector financeiro moçambicano, num futuro próximo.³

Ao mesmo tempo, enquanto existem vínculos de solidariedade revolucionários entre os moçambicanos e os chineses, a actual liderança da FRELIMO não conseguiu estabelecer a mesma ligação estreita como os seus predecessores

o fizeram durante a era da solidariedade ideológica. Mesmo com os antigos quadros do partido, Maputo se esforça por se reconhecer nesta nova China e nas suas novas ambições. Isto, de acordo com alguns analistas em Moçambique, conduziu a um diálogo inconsistente entre Pequim e Maputo durante o qual não foi possível investir realmente nos laços históricos e na cooperação entre os dois países no passado. Os termos do envolvimento sino-moçambicano continuam a ser desenhados e, ao nível da cooperação, ajuda de desenvolvimento, comércio e investimento, irão redefinir uma nova era para o envolvimento da China em África (por causa da sua interacção com outros doadores operando no país) e para a capacidade de Moçambique de gerir as suas próprias questões de uma forma independente e responsável (considerando que o apoio dos doadores ao orçamento irá reduzir, a médio prazo).

Descrição Geral da Cooperação Económica Sino-Moçambicana Contemporânea

A cooperação sino-moçambicana tem, nos últimos dez anos, se centrado em visitas diplomáticas de alto nível e intercâmbios entre órgãos legislativos, partidos políticos e agências do Governo, coordenação da política externa nas questões regionais e internacionais e no desenvolvimento da cooperação económica e comercial na área de infra-estruturas, agricultura e extracção de recursos naturais. Um maior envolvimento económico entre a China e Moçambique está reflectido nos crescentes laços comerciais. O comércio bidireccional aumentou de 284,1 milhões de dólares americanos em 2007 para 950 milhões em 2011. Enquanto as exportações chinesas são principalmente compostas pela electrónica e maquinaria, as exportações de Maputo são maioritariamente dominadas por madeira. De facto, os interesses comerciais chineses têm desempenhado um papel crítico na exploração da madeira nas províncias do centro, ao longo da última década. A China tornou-se no maior comprador da madeira moçambicana enquanto Moçambique encontra-se entre os cinco maiores exportadores africanos de madeira para a China, embora muita desta madeira seja tida como sendo embarcada ilegalmente e através doutros países.

Tabela 1. Visitas de chefes de Estado

Ano	Visitas de Chefes de Estado Chineses a Moçambique	Visitas de Chefes de Estado Moçambicanos à China
1998		Joaquim Chissano
2004		Joaquim Chissano
2006		Armando Guebuza
2007	Hu Jintao	
2008		Armando Guebuza
2011		Armando Guebuza

Fonte: Compilado pelos autores, a partir de vários relatórios dos órgãos de comunicação

De acordo com o Governo moçambicano, a China investiu em 69 projectos em Moçambique, com enfoque sobre infra-estruturas, agricultura, aquacultura e florestas. O investimento chinês tem sido um instrumento para a criação de emprego em Moçambique, com 11.214 moçambicanos formalmente listados como trabalhadores empregados em firmas chinesas em 2008 (Chichava 2008:11). Ao mesmo tempo, a conduta deficiente de alguns negócios chineses, como a do Grupo de Cooperação Internacional *China Henan Group*, uma firma de construção envolvida na construção da ponte sobre o rio Incomáti, perante os seus trabalhadores moçambicanos resultou em greves, levantou a ira dos sindicatos, da sociedade civil e o protesto do Governo (Ibid.).

O investimento directo externo chinês (FDI) em Moçambique aumentou consideravelmente ao longo dos últimos anos, tendo atingido 60 milhões de dólares americanos em 2007, partindo de 10 milhões em 2003, colocando a China no sexto maior investidor no país. Em 2008, a China tornou-se no segundo maior investidor em Moçambique depois da África do Sul, vindo da 26ª posição há uma década atrás (Chichava 2008). Paralelamente à explosão do comércio bilateral, o aumento do fluxo do investimento chinês em Moçambique, nos últimos anos, tem sido um dos principais traços das relações entre a China e Moçambique. Contudo, de forma interessante, apesar da crescente atracção dos recursos minerais inexplorados de Moçambique (nomeadamente, carvão, gás natural e petróleo), o investimento chinês tem até agora se concentrado apenas nos sectores retalhista, serviços, manufactura, agricultura, madeira, pescas e no sector bancário em nascimento.

Infra-estruturas

A destruição generalizada de infra-estruturas durante a guerra tem minado o desenvolvimento no país. Projectos de reabilitação de infra-estruturas financiados por doadores têm portanto desempenhado um papel importante na promoção do desenvolvimento económico de Moçambique e contribuído para o crescimento

do país. Neste âmbito, o interesse explícito da China e o bom registo no apoio a projectos de infra-estruturas no continente, transformaram-na numa parceira de desenvolvimento particularmente atractiva. Pequim tem desempenhado um papel importante na construção de um conjunto de edifícios públicos, reabilitação de estradas e facilidades hidroeléctricas propostas.

A China tem financiado vários projectos de infra-estruturas públicas em Moçambique desde 1999 com a construção dos edifícios parlamentares. De 2001 a 2004, créditos concessionais correspondendo a 15,6 milhões de dólares americanos foram atribuídos a vários projectos de obras públicas: a construção do Centro de Conferências Joaquim Chissano, o novo edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a compra de equipamento policial e a construção de habitação de baixo custo em Zimpeto, nos arredores de Maputo. O reembolso destes créditos está previsto para ser efectuado entre 2013 e 2025 (Bila 2007). Um novo estádio nacional, com capacidade para mais de 45.000 espectadores, foi também construído pelos chineses antes da Copa Mundial da FIFA de 2010, realizada na África do Sul.

As empresas de construção chinesas desempenham um papel importante na reconstrução de estradas nacionais: um terço de toda a construção de estradas, correspondendo a 600 km de estradas (Bosten 2006) em Moçambique está a ser efectuada por empreiteiros chineses. O Grupo de Cooperação Internacional *China Henan*, por exemplo, construiu uma estrada de 154 quilómetros entre Muxungwe e Inchope que proporciona um elo de ligação importante da rede de transporte rodoviário entre o norte e o sul do país. Mais de 30 empresas de construção chinesas têm, neste momento, representação em Maputo e normalmente oferecem melhores preços que as companhias de construção sul-africanas e outras companhias estrangeiras, em concursos públicos internacionais organizados pelo Governo ou pelo Banco Mundial. Empresas de construção chinesas estão também envolvidas na reabilitação dos sistemas de abastecimento de água urbana em Maputo (30 milhões de dólares americanos), Beira e Quelimane (25 milhões de dólares americanos, no total), através de procedimentos de concursos internacionais e estão à procura de outras oportunidades de concurso nos sectores de construção de estradas e pontes (Ibid.). O aspecto interessante a observar aqui é a participação da China e de empresas chinesas em concursos internacionais lançados pelo Governo moçambicano, onde elas perdem a sua posição de negociação e a capacidade de impor certas condições, como as dos requisitos de trabalho ou os relativos à mão-de-obra (como é o caso quando os arranjos são assinados bilateralmente em doações ou créditos ligeiros).

Por último, em 2012, foi anunciado que o Banco Exim iria financiar uma parte significativa de dois grandes projectos de infra-estruturas em Maputo. O primeiro

é a estrada circular em volta de Maputo (74 km), com um custo estimado de 400 milhões de dólares americanos, e o segundo é uma ponte que vai ligar Maputo à Catembe (1,1 bilião de dólares americanos). De acordo com fontes oficiais chinesas, os créditos não serão totalmente concessionários considerando que parte do crédito deverá ser expandida em termos comerciais.⁴

Energia e Mineração

Moçambique tem, desde os anos 90, se concentrado na atracção de investimento estrangeiro para os grandes projectos, de modo a acelerar a recuperação económica. Investimentos nos recursos naturais do país têm testemunhado a criação de megaprojectos como a MOZAL – fundição de alumínio, a Kenmare – areias pesadas – a Sasol – gás natural – as minas de carvão de Moatize⁵ e o projecto do Corredor de Titânio e Areias (*Corridor Sands Titanium*). O comércio externo, portanto, para além do complexo da hidroeléctrica de Cahora Bassa, tem sido dominado por estes projectos. Moçambique também começou a discutir a possibilidade de a China investir no seu sector de energia, principalmente nas reservas de gás natural e carvão (Reuters 2008), mas até agora ainda não foi assinado qualquer acordo.

Companhias estrangeiras estão neste momento a fazer a prospecção de petróleo na bacia do Rovuma, próximo da fronteira com a Tanzania, que se acredita possuir depósitos *onshore* e *offshore*. A firma canadiana de exploração petrolífera Artumas investiu 20 milhões de dólares americanos em estudos sísmicos e num jazigo exploratório profundo para verificar se os depósitos de petróleo existentes num ‘dos últimos sistemas de deltas terciários do mundo não perfurados’ (*African Review of Business and Technology* 2007) são comercialmente viáveis.

Em termos da exploração de outros hidrocarbonetos, já existem quatro campos de gás comprovados em Moçambique: Pande, Temane, Buzi e Inhassoro e a exploração dos dois primeiros está neste momento a ser levada a cabo pela Sasol. Nos princípios de 2012, o envolvimento chinês no sector mineiro não era muito significativo. Para além de algumas pequenas companhias mineiras privadas no sector de mineração de ouro e comércio, só existe uma companhia, o grupo *China Kingho* que detém uma licença de exploração de carvão em Tete (também interessada na prospecção do carvão na Província do Niassa) e nenhuma activa no sector de gás natural. O grupo *Qingho* está interessado na construção de uma exploração de carvão e assinou um memorando de entendimento com o Governo para a construção de um caminho-de-ferro e de uma infra-estrutura portuária na província de Sofala. Apesar do interesse manifesto, as companhias chinesas são afectadas pelo facto de terem chegado tarde e estarem à procura de parcerias com

as companhias locais e operadores estrangeiros estabelecidos, num esforço para terem acesso a esta oportunidade.

Florestas e Pescas

De acordo com o Ministério do Comércio da China, o comércio bilateral entre os dois países atingiu 284,11 milhões de dólares americanos em 2007, um aumento em oito vezes desde 2001. Estes fluxos comerciais também foram facilitados pelo facto de a China ter proporcionado acesso livre a 442 produtos de Moçambique. A China é neste momento o terceiro maior parceiro comercial de Moçambique, depois da África do Sul e Portugal, o que corresponde a 5% das suas importações (principalmente produtos agrícolas e pescado) e a 4,7% das suas exportações (principalmente maquinaria e outros produtos processados). Embora a China presentemente não importe um volume significativo doutras matérias-primas, ela se transformou no maior comprador da madeira moçambicana. Só na província da Zambézia, um número estimado de 94.000 metros cúbicos de toros ou tábuas de madeira foram exportados para a China em 2006 (Horta 2008). As companhias madeireiras chinesas estão também a operar nas províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Inhambane.

As florestas de Moçambique encontram-se entre os principais recursos do país, com 19 milhões de hectares de superfícies florestais produtivas, onde madeira nobre tropical de valor extremamente elevado e de crescimento lento, como a umbila, jambirre, chanfuta e madeira de sândalo africano, pode ser encontrada. De acordo com a *SADC Review* (2007), a capacidade madeireira do país está estimada em cerca de 500.000 metros cúbicos por ano. Mas os especialistas e ambientalistas estão alerta para o problema de que o nível ao qual estas árvores estão a ser cortadas resultará na insustentabilidade da contínua produção de recursos de madeira nobre e do rejuvenescimento de florestas na próxima década. A desertificação e a erosão do solo já se tornaram uma realidade em algumas áreas.

As actividades da China no sector madeireiro tornaram-se um dos aspectos mais controversos do seu envolvimento em Moçambique, já que elas colidem com o desenvolvimento sustentável e as políticas ambientais. Moçambique é presentemente o principal fornecedor de madeira para a China, ao nível da África Oriental, embora grande parte da madeira seja ilegalmente exportada sob a forma de madeira não processada, uma estratégia prosseguida com apoio de indivíduos da população local. A parceria entre as comunidades locais e os compradores de madeira chineses começa com a aquisição de uma simples licença, por parte de um cidadão nacional moçambicano, que permite a actividade madeireira em pequenas quantidades em determinadas áreas. O custo destas licenças, estimado

em 15.000 dólares americanos, é coberto pelo parceiro chinês. O parceiro local, a seguir, transporta a madeira em toros para as cidades portuárias onde o comprador chinês encontra-se à espera com navios ou embarcações relativamente pequenas que irão transportar a mercadoria para as embarcações de carga que aguardam em águas internacionais. As autoridades carecem de capacidade para patrulhar efectivamente a linha costeira de 2.500 km.

O Governo adoptou várias políticas e programas com vista a uma gestão florestal sustentável e ao desenvolvimento de indústrias no sector florestal para o combate a pobreza: a Iniciativa Africana sobre a Governança e a Aplicação da Lei de Florestas (AFLEG) cuja aderência remonta a 2004, como um compromisso para o combate ao corte e comércio ilegal de madeira e combate à corrupção. Várias instituições nacionais também foram criadas para fazer face a este problema. Contudo, os órgãos de comunicação locais continuam a ver este problema como um em que as companhias chinesas envolvidas na extracção ilegal de madeira estão associadas a grupos de moçambicanos poderosos e a funcionários seniores do Governo que detêm concessões e estão a tornar-se parceiros de várias destas companhias privadas.

O regulamento local sobre a exportação de madeira não processada visa obrigar os investidores estrangeiros a criarem infra-estruturas de processamento no país e promover empresas baseadas na comunidade. A legislação que protege a exportação das principais espécies comerciais de madeira existe de facto, mas tem sido minada pela aprovação de um regulamento especial – um diploma ministerial – que reclassificou a madeira comercial para permitir a sua exportação em toros (Lemos & Ribeiro 2006). Possuir uma licença não garante, portanto, uma exploração responsável e a aplicação do regulamento. As concessões, o segundo tipo de licença de exploração madeireira, podem ser adjudicadas a estrangeiros nos casos em que uma grande área de terra pode ser explorada de acordo com planos de sustentabilidade e avaliação. Estes tipos de licenças são mais fáceis de regulamentar por causa dos procedimentos burocráticos e legais necessários para que uma companhia se transforme em titular de uma concessão. A falta de incentivos para acompanhar estes processos resulta em que muitos dos indivíduos envolvidos nesta área optem por operar usando licenças simples e, assim, evitem ser descobertos.

O problema é agravado pela falta de mecanismos de monitoria onde a reportagem é rara, tal como inspecções e a capacidade de aplicar quotas. O regulamento florestal é manipulado, subornos são comuns, bem como a falsificação de informação e estatísticas para facilitar a exploração ilegal de madeira. Em Janeiro de 2008, 750 contentores de toros de madeira foram abandonados no porto de Nacala, no Norte, depois de equipas de inspecção terem iniciado investigações no âmbito de alegações de corrupção de funcionários aduaneiros.

Os contentores, pertencentes a companhias chinesas, foram confiscados e o tribunal aduaneiro aplicou a oito destas companhias uma multa de 556.000 dólares americanos. Os compradores chineses teriam a permissão de exportar a madeira, no valor de sete milhões de dólares americanos, após o pagamento da multa e processamento dos toros de madeira. As companhias escolheram a opção mais barata, que foi a de abandonar os contentores. Esta foi a primeira multa a ser até aqui aplicada, indicação de uma maior aplicação da lei e de que o Governo está a tornar-se mais actuante. Desenvolvimentos recentes também testemunharam a detenção de dois fiscais de florestas da província da Zambézia acusados de conivência com a *TTTimber*, uma companhia chinesa envolvida na exportação ilegal de 30 contentores de madeira não processada. Quando os contentores foram confiscados houve um leilão público e os toros de madeira foram vendidos por mais de 16.600 dólares americanos (AllAfrica 2008). Apesar destes eventos encorajadores, a exploração ilegal de madeira continua através de portos pouco controlados das províncias do centro e do norte.

De acordo com o Ministério do Ambiente, o que está também em falta é um inventário adequado e actualizado das florestas, que deveria ser realizado de cinco em cinco anos para que haja uma forma de registo das áreas a serem exploradas e das quantidades das árvores a serem cortadas. Isto permitiria ao Ministério uma maior capacidade para monitorar cada uma das áreas de concessão. Infelizmente, o ultimo inquérito ou levantamento foi feito há 10 anos atrás, e o Governo carece de recursos para a realização destes estudos, que no passado eram realizados pelos parceiros de cooperação.⁶ Conforme acima observado, a imprensa local tornou-se muito agressiva em relação a esta questão e o moçambicano médio começa a olhar para os chineses como um perigo, como estando envolvidos em actividades ilegais⁷. Uma grande campanha nacional contra a exploração ilegal de madeira e a pressão está a aumentar sobre o Governo para que possa agir neste âmbito. Reacções negativas tornaram-se generalizadas porque este tipo de práticas mina ainda mais a possibilidade de activar as indústrias locais e a criação do emprego e priva o país de potenciais receitas fiscais.

As pescas constituem também um sector que proporciona a Moçambique, ganhos significativos em divisas, mas tem o potencial para produzir um maior impacto sobre o PIB dos países através do desenvolvimento de camarão, ostras, mexilhões, algas e aquacultura de pérolas. A pesca comercial de mariscos, principalmente camarão, corresponde a 3 % do PIB dos países. O país tem presentemente um potencial de apanha anual de 300,000 toneladas sendo principalmente colhidas por vários esquemas de licenças directas e alguns consórcios do Japão, África e Portugal (SADC Review 2007). O sector também

emprega perto de 100,000 pessoas, a maioria das quais pescadores artesanais. Os chineses foram acusados de pesca ilegal por meio do uso de métodos que apanham tartarugas e tubarões, como palangreiros (*long liners*) e redes de emalhar e contribuem para a degradação das zonas costeiras (Lemos & Ribeiro 2006). Grupos da sociedade civil argumentam que embarcações pesqueiras chinesas estão envolvidas em pesca furtiva de grande escala, de camarão e lagosta, bem como outras espécies de peixe. As autoridades moçambicanas se esforçam por patrulhar a linha costeira com apenas 10 barcos ou embarcações de patrulha e aplicam a lei estipulando que a pesca industrial só pode ocorrer a 12 milhas da costa.

A Banca e o Investimento do Macau

No início de 2008 foi anunciada a abertura do Moza Banco. O principal accionista é a Geocapital, uma companhia criada como um veículo de investimento na África Lusófona, pelo bilionário Stanley Ho de Macau. Moza Banco alegadamente teve um capital inicial de 10 milhões de dólares americanos e concentrou-se no banco de investimentos embora tenha recebido uma licença para operar como um banco universal (*Panapress* 2008). Existem no total 150 investidores, a maioria dos quais indivíduos moçambicanos que controlam 51% do banco. O antigo governador do Banco de Moçambique, Prakash Ratilal foi nomeado Presidente do Moza Banco.⁸ De acordo com Horta, a Geocapital fundou a Zamcorp, a Moza Capital e o Moza Banco para a exploração do potencial agrícola e de projectos de biocombustível no vale do Zambeze (Horta 2008). Em 2001 foi anunciado que o Moza Banco tinha aberto agências nas províncias de Nampula, Tete e Beira (Bie 2011). Embora nenhum dos megaprojectos de agricultura anunciados (no contexto da Geocapital) se tenha materializado, existe um projecto mais pequeno resultante da gemelagem entre as províncias de Hubei na China e Gaza em Moçambique. Este projecto, cuja actividade principal é a cultivo arroz no regadio de Ponela em Xai-Xai é gerido pela companhia Moçambique Lianfeng Desenvolvimento de Agricultura Co., Limitada, da província de Hubei, na China. Três culturas experimentais de arroz foram produzidas ao longo dos últimos três anos. O projecto inclui a transferência de tecnologia a camponeses ou farmeiros locais que estão a aprender técnicas de cultivo, com os investidores chineses, com vista ao mercado local.⁹

Ajuda de Desenvolvimento e Áreas para a Futura Cooperação

Embora apelando para uma maior colaboração com a China, o Presidente moçambicano, Armando Guebuza, é citado como tendo afirmado que embora os actuais acordos entre os dois países sejam valiosos na complementação dos esforços do povo moçambicano, eles não irão abordar todos os desafios enfrentados na luta contra a pobreza (Valy 2007). O Governo moçambicano, junto dos doadores e instituições financeiras internacionais, comprometeu-se a implementar políticas e programas para o alívio da pobreza. Estes incluem o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), o Programa Nacional da Agricultura (PROAGRI), bem como a aprovação de várias leis e regulamentos citando a gestão sustentável das florestas e o desenvolvimento de indústrias florestais como um passo fundamental para o combate a pobreza. Uma das áreas em que a China manifestou interesse na sua promoção do investimento e desenvolvimento do sector agrícola do país, foi a produção de biocombustíveis assim como no fornecimento de tecnologia e capital para a criação de Zonas Económicas Especiais.

Agricultura

Com uma superfície estimada em 36 milhões de hectares de terra arável, uma rede de 60 rios e uma grande diversidade de tipos de solos e condições climáticas, o potencial agrícola de Moçambique é enorme. A maioria da população depende da agricultura de subsistência, mas o sector é subdesenvolvido e não contribui ainda para o desenvolvimento rural e a redução da pobreza. O sector agrícola, que corresponde a 90% da terra cultivada (uma percentagem estimada em 10% da terra total disponível) e inclui 2,5 milhões de agregados familiares é, portanto, dominado pelo subsector familiar, que usa métodos de agricultura de não-irrigação e que, devido ao uso de técnicas elementares, produz colheitas baixas (*SADC Review* 2007). Todavia, devido à propensão do país para calamidades naturais como cheias e secas e ao facto de a maioria da agricultura ser feita através da irrigação das chuvas, as perspectivas de sucesso na melhoria da produtividade agrícola é incerta.

Para que Moçambique desenvolva o seu sector agrícola, deverá primeiro criar condições favoráveis ao investimento neste sector e desenhar uma estratégia nacional – como a criação de zonas agro-ecológicas através do mapeamento do território para identificar áreas melhores para diferentes tipos de agricultura.¹⁰ Os investidores também valorizam a terra que possua infra-estruturas, acessos, formas de exportação, sistemas de irrigação. A criação de infra-estruturas fundamentais –

estradas, caminhos-de-ferro e pontes – de estratégias para o aumento do resultado da produção e o desenvolvimento de infra-estrutura de processamento são cruciais se o país pretende utilizar melhor os seus recursos valiosos. A China pode desempenhar um papel importante no alcance destes objectivos.

Tanto o Governo chinês como o moçambicano concordam que a produção de arroz em grande escala nesta região seria mutuamente benéfica em termos de ajudar a China a responder ao seu problema de insegurança alimentar e em termos da capacidade de Moçambique aproveitar melhor esta fonte de riqueza subdesenvolvida. Pequim é reportado como tendo prometido investir 800 milhões de dólares americanos com vista à modernização do sector agrícola moçambicano, com o objectivo imediato de aumentar a produção de arroz de 100.000 toneladas para 500.000 toneladas por ano, nos próximos cinco anos (Macauhub 2008)¹¹. O consumo de arroz na China duplicou nos últimos 20 anos, subindo para 50 quilos por pessoa, enquanto o consumo de outras culturas, como o açúcar, a soja e os cereais, tem assistido a um aumento de 30%. O acesso à terra arável é portanto uma questão de prioridade para Pequim. O envolvimento da China no sector agrícola trará vários benefícios para o país em termos da sua capacidade de exportação, considerando que 90% da dieta moçambicana é composta por mandioca e milho, em termos de desenvolvimento rural com a reabilitação de infra-estruturas e a transferência de habilidades, tecnologia e perícia.

O vale do Zambeze, altamente fértil, localizado nas províncias do centro de Moçambique, está sendo identificado por investidores estrangeiros como uma região onde a agricultura comercial poderá eventualmente ocorrer. Um memorando de entendimento foi aparentemente assinado em 2006 entre os dois governos, respeitante à criação de um grande projecto agrícola que seria gerido pela China e envolveria uma comunidade de 20.000 chineses (Horta 2007), embora ainda não exista qualquer evidência deste plano vir a ser operacionalizado.¹²

Em termos de assistência técnica, houve um acordo assinado em Setembro de 2007, com a Universidade Eduardo Mondlane, para a realização de pesquisa sobre o desenvolvimento rural e a agricultura. Subsequentemente ao Fórum de Cooperação China-África realizado em Pequim em 2006, a China criou o primeiro projecto-piloto de cooperação em tecnologia agrícola – o Instituto Agrícola de Umbelúzi – em Maputo. Para além do Centro de Umbelúzi, existe também a possibilidade de construir um centro piloto de tecnologia agrícola na Província de Nampula, no Norte. Um grupo de 100 especialistas chineses é também reportado como tendo chegado a Moçambique para prestar apoio no âmbito do projecto de redes de canais de irrigação, para além de uma equipa do Instituto de Arroz Híbrido Hunan (Macauhub 2008). A China também financiou várias outras pequenas escolas agrícolas ao nível nacional.

Para que Moçambique maximize o potencial do seu sector agrícola e precisará de perícia e investimento de países como a China, que possuem a experiência de criação de sistemas de pesquisa e extensão agrícola e podem também oferecer um mercado para exportadores africanos. Políticas fortes de luta contra a pobreza deverão, portanto, resultar da promoção do desenvolvimento agrícola e rural para que um grande número de trabalhadores não qualificados possa ser absorvidos em pequenas farmas. A China pode novamente desempenhar um papel importante aqui através da sua experiência na mecanização, sementes melhoradas, fertilizantes e sistemas de irrigação.

Produção de Biocombustíveis

Uma outra área que está neste momento a ser considerada para o futuro desenvolvimento é o sector de bioenergia por causa das condições climáticas e ecológicas adequadas para a produção de culturas energéticas como o açúcar, *jatropha* e culturas de árvores, abundância de terra arável e uma grande população rural que necessita de emprego. O recente aumento dos preços do petróleo tem tido um impacto negativo sobre o desenvolvimento de Moçambique forçando Maputo a negociar com o FMI e o Banco Mundial para financiamento adicional para permitir a importação de combustíveis refinados. A produção de biocombustíveis diminuiria a dependência do Governo sobre combustível externo e proporcionaria uma fonte importante de rendimento para camponeses ao nível nacional. O Brasil, Portugal e China (via Macau) são reportados como estando a apoiar Moçambique na definição de uma política relacionada com esta área (Biopact 2007). De acordo com um especialista agrícola, o problema que o Governo enfrenta é como usar os milhares de hectares de terra sem provocar conflitos com as comunidades. O Governo está a tentar encontrar formas de limitar estes direitos à terra para liberar legalmente enormes áreas para a produção de biocombustíveis.¹³

Brasil e China estão a estabelecer uma cooperação estratégica na área, aliando a perícia agronómica da EMBRAPA (instituto de pesquisa agrícola tropical, de renome, do Brasil) com o grande investimento necessário para desenvolver infra-estruturas (uma área onde a China já fez investimentos significativos). Neste contexto, Moçambique poderia beneficiar grandemente de uma abordagem trilateral de desenvolvimento, algo que o país já está a prosseguir noutras áreas, como a barragem de Mpanda Nkua. Contudo, para que este sector seja desenvolvido, é necessário investimento e perícia na agronomia, infra-estruturas e unidades de produção. Foi estimado que Moçambique tem capacidade para produzir sete exajoules de biocombustíveis líquidos, o que corresponde ao equivalente a cerca de três milhões de barris de petróleo por dia (Ibid. 2007).

Outros estudos indicam que o país será capaz de produzir 40 milhões de litros de biocombustíveis (usando *jatropha*, rícino, palma e coco) e 21 milhões de litros de bioetanol (usando cana-de-açúcar, mandioca e milho) por ano (AIM 2009). Considerando estes números e a natureza renovável destes combustíveis, mais o facto de ser uma fonte de energia ambientalmente sustentável, a produção de biocombustíveis torna-se muito atractiva para o investimento estrangeiro e para a cooperação entre doadores. Uma nova lei sobre biocombustíveis é reportada como estando a ser concebida pelo Governo.

Zonas Económicas Especiais

Moçambique tem dado passos enérgicos para beneficiar da experiência da China relativa às Zonas Económicas Especiais (ZEE) usando este modelo para atrair investimento estrangeiro. Várias zonas industriais e parques científicos e de tecnologia estão a ser considerados, estando pelo menos um já em construção. Em Março de 2007, uma delegação dos ministérios da Agricultura, das Finanças e Desenvolvimento e do Banco Central passou várias semanas na China, aprendendo sobre as ZEE. O conceito foi aprovado pelo Conselho de Ministros em Março de 2007 e a primeira ZEE será estabelecida em Nacala. Esta ZEE visa criar corredores triangulares (corredores de desenvolvimento), com ajuda do Japão e do Vietname, conectando a Zâmbia e a Tanzânia, com o objectivo de maximizar o potencial das zonas costeiras. Nacala terá uma refinaria de petróleo e outras fábricas de processamento onde o principal objectivo será a importação de matéria-prima, seguida do seu processamento e acréscimo de valor em Moçambique. Uma refinaria de petróleo adicional será construída no porto de águas profundas da Ponta Dobela, no Sul, também aprovada pelo Conselho de Ministros. Companhias chinesas como a grande empresa de tecnologia de informação *Lenovo* manifestaram interesse na criação destes parques industriais para conseguirem ter uma maior presença em Moçambique, com mais infra-estruturas e fábricas de montagem de computadores.

Em Setembro de 2010, empresários de Xangai procuraram estabelecer um parque industrial na Matola, nos arredores de Maputo, que aparentemente incluiria uma fábrica de montagem de automóveis, indústria ligeira, acomodação para trabalhadores chineses e a reabilitação das principais infra-estruturas portuárias. De acordo com um relatório, a empresa *Tong Jian Investment Co. Ltd.* vai investir numa fábrica de montagem de automóveis em Maluana, arredores da província de Maputo. Avaliada em cerca de 200 milhões de dólares, prevê-se que esta fábrica crie cerca de 3.000 postos de trabalho (Escobar 2011:10). Uma vez mais, a iniciativa chinesa parece ter encontrado alguma resistência entre círculos do

Governo moçambicano, que levantam preocupações em matéria das disposições relativas aos trabalhadores chineses, entre outras questões. Mais recentemente, um grupo de empresários chineses – alguns dos quais já em operação na fronteira entre o Zimbabué e Moçambique – têm estado a negociar com as autoridades moçambicanas o estabelecimento de uma zona económica especial na Beira. A zona terá como alvo principal a manufactura e o processamento de alimentos.¹⁴

Governança e Cooperação entre Doadores

Moçambique tem sido muito activo em tentar regular as acções das empresas chinesas em termos de legislação, do olhar vigilante dos *media*, de participação activa no diálogo nacional, de fóruns da sociedade civil e em detalhes como a tradução da Lei do Trabalho moçambicana para a língua chinesa. De algum modo, isto pode ser visto como um legado do envolvimento estrutural dos doadores na planificação macroeconómica de Moçambique e, após o alívio ou perdão da dívida no âmbito da HPIC, apoio directo ao orçamento pelos doadores (Austrian Development Cooperation 2010). O fortalecimento deste impulso adicional é uma sociedade civil activista, que se desenvolveu em paralelo com a forte presença de ONGs ocidentais, a partir dos anos 80 em diante. A sua capacidade de regulamentar as acções de firmas chinesas mais pequenas, agindo em colusão com os moçambicanos, no sector de florestas e pescas, já foi demonstrada como sendo fraca. Este tem sido um factor na tomada de decisões por parte do Governo moçambicano em 2010, no sentido de reestruturar a sua abordagem reguladora para incluir um código geral para todos os parceiros externos operando no país.¹⁵

As áreas para uma potencial cooperação entre doadores estão a aumentar mas depende do Governo a consideração do desenho duma abordagem integrada. Moçambique deverá ser capaz de negociar dentro de uma estratégia nacional de desenvolvimento, onde cada ministério apresentasse subsídios para esta estratégia, identificando que áreas devem ser desenvolvidas. O que permanece para ser visto é se as políticas e actividades chinesas na China colidem com as metas e reformas de desenvolvimento que o Governo de Moçambique está a prosseguir. O Governo de Moçambique possui uma estratégia de desenvolvimento bem definida para a redução da pobreza e o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que está a ser apoiada no âmbito da sua colaboração com doadores e parceiros de desenvolvimento. Com vista a prosseguir estes objectivos, o Governo moçambicano exige maior financiamento externo e esforços adicionais que visam activar ainda mais e aumentar os recursos mobilizados internamente. Neste contexto, tenta promover o processamento de recursos naturais localmente e o desenvolvimento

de actividades de processamento orientadas para a exportação que sejam intensivas em mão de obra. A China respondeu a vários pedidos de financiamento, através do Banco Exim, um dos principais provedores da ODA ao país, que opera em sectores não tradicionais, como as infra-estruturas públicas.

Em termos da salvaguarda e do uso de recursos naturais, tanto as instituições nacionais como os actores de desenvolvimento em Moçambique estão a trabalhar juntos para encontrar uma forma de preservar os recursos naturais do país e proteger o meio ambiente. O Governo tenta priorizar projectos ambientalmente saudáveis, o ordenamento territorial, obras em direcção à prevenção da degradação da terra, uma gestão sólida dos recursos e a manutenção de níveis baixos da poluição. A legislação foi promulgada e está a ser aplicada nesta matéria, tal como as acções em direcção à capacitação institucional. O que tem sido testemunhado até agora, no que respeita às companhias privadas chinesas, é uma falta de consideração pelas questões ambientais, especialmente na indústria madeireira, enquanto esforços estão a ser envidados pelo Governo chinês para a promoção dos princípios de sociedade social corporativa e de desenvolvimento sustentável para as empresas estatais chinesas em África.

Como política, Moçambique afirma não possuir políticas de *procurement* preferenciais, mas porque as instituições nacionais são influenciadas pelos doadores, que normalmente querem dar preferência às suas próprias empresas, o Governo é incapaz de prevenir algumas destas práticas. A ajuda chinesa não é condicionada por quaisquer requisitos sobre a governação, transparência e desempenho macroeconómico, mas acredita, contrariamente, que a igualdade económica e a justiça social são atingidas através do investimento público e do desenvolvimento do capital humano. O problema aqui é que o acesso relativamente fácil aos grandes fundos e a liberdade de escolha em relação a como alocar estes fundos poderão vir a minar a governação devido às debilidades institucionais existentes e à carência de mecanismos de monitoria. Isto poderá também conduzir a um aumento dos níveis de corrupção e ao abuso dos recursos (Bila 2007). Além disso, o Parlamento não participa de forma nenhuma nestas decisões, seja na avaliação dos projectos a serem considerados prioritários, seja na determinação de quais são as necessidades de financiamento do país, porque estas questões são consideradas administrativas e portanto devem ser abordadas pelo ramo executivo e não pelo ramo legislativo do Governo. Por último, a falta de um envolvimento sério por parte da sociedade civil nas questões de planificação e desenvolvimento público está a ser gradualmente abordada por medidas como a criação de um 'Conselho de Ministros alargado', que foi criado para reunir ministros, governadores, académicos, membros influentes do partido, a fim de se criarem condições para que as comunidades tenham uma voz mais activa no processo de desenvolvimento.

Conclusão

A China está a operar em Moçambique usando uma abordagem diferente daquela observada no seu envolvimento com outros países africanos por causa do valor geoestratégico de longa data que Moçambique representa na África Oriental e Austral. A posição de Moçambique como corredor de transporte chave para os países do interior como o Malawi, a Zâmbia e o Zimbabwé, a que acrescem os benefícios que lhe advêm do facto de possuir uma costa com 2.500 km de comprimento e vários portos de águas profundas, tornam-no num ponto de entrada de acesso ao mar. Vários portos de Moçambique estão neste momento a ser reabilitados e melhorados na expectativa de se transformarem na porta de entrada marítima da África Oriental. O porto de Pemba poderia vir a competir com os portos de Dar-es-Salaam e de Mombaça devido à sua profundidade, que não exige dragagens, e permite que lide com grandes embarcações de carga (Reuters 2007). A reabilitação das infra-estruturas portuárias em Quelimane, na província da Zambézia, e no porto de Nacala, na província de Nampula, constituem também potenciais projectos a serem financiados e construídos pelos chineses.

De acordo com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique, o Banco de Desenvolvimento da China é tido como querendo estabelecer o seu escritório regional em Maputo com o objectivo de entrar na Zâmbia, Zimbabwé e Malawi.¹⁶ A ideia é criar um centro de tomadas de decisões financeiras e de integração regional, garantindo fundos para a construção de caminhos-de-ferro para o interior e para outros países. A China é percebida como usando Moçambique como plataforma de entrada para a SADC devido à localização geográfica deste país, seus portos e recursos, e às necessárias infra-estruturas para assegurar o fluxo de bens de exportação.

Moçambique também ganhou com o seu envolvimento com a China. A ajuda da China tem sido benéfica e reduziu a dependência de Maputo relativamente aos doadores tradicionais. Diferentemente do Ocidente, a China não condiciona a sua ajuda de desenvolvimento a quadros de avaliação que examinam o desempenho do país nas áreas da governação, transparência, direitos humanos e democracia. Até aqui, a China tem-se adaptado ao contexto internacional multilateral em Moçambique e à abordagem diplomática pragmática de Maputo em relação aos parceiros estrangeiros, mas as suas práticas de investimento já causaram alguns problemas, em particular no que respeita aos padrões das relações de trabalho e no que se refere às debilidades das instituições e agências de implementação.

Notas

1. Entrevista com o líder de uma ONG moçambicana e membro importante do partido FRELIMO, em Maputo, Abril de 2008.
2. O projecto da barragem foi atribuído a um consórcio de duas empresas nacionais de energia (60%) e uma firma de construção brasileira, Camargo Correia (40%), com apoio financeiro do BNDES.
3. Os autores agradecem a Ana Alves, cujo artigo se encontra no presente volume, pela partilha desta informação.
4. Entrevista, Conselheiro Económico Chinês, Maputo, 17 de Fevereiro de 2012.
5. A mina de carvão de Moatize, na província nortenha de Tete, cujos direitos de reabilitação foram concedidos à companhia brasileira Vale do Rio Doce em 2004 é tida como possuindo 2,4 biliões de toneladas de reservas de carvão.
6. Entrevista com o Ministro do Ambiente, Maputo, Abril de 2008.
7. Entrevista com o Director de uma agência de notícias moçambicana, Maputo, Abril de 2008.
8. Ver Ana Alves neste volume.
9. Entrevista, investigador do IESE, Maputo, 24 de Abril de 2012.
10. Entrevista com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Maputo, Abril de 2008.
11. Há muita controvérsia em torno deste assunto. Ver S. Ekman neste volume.
12. Ver artigo de S. Ekman neste volume.
13. Entrevista com a Agência da ONU, Maputo, Abril de 2008.
14. Entrevista com o Conselheiro Económico chinês, Maputo, 24 de Abril de 2012.
15. Anunciado em Busan, na 4.ª Reunião de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, pelo Ministro de Planificação e Desenvolvimento, Busan, 30 de Novembro de 2011.
16. Entrevista, Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Maputo, Abril de 2008.

Referências

- Abrahamsson, H., A., Nilsson, A. (1995). *Mozambique, the Troubled Transition: From Socialist Construction to Free Market Capitalism*, Londres, Zed Books.
- AIM. (2009). 'Política e estratégia de biocombustíveis em divulgação', *Portal do Governo*, 20 de Julho, disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/fo_news_ciencia_tecnolog/julho-2009/politica-e-estrategia-de-biocombustiveis-em-divulgacao/ (acedido a 13 de Junho de 2012).
- AllAfrica. (2008). 'Forestry Official Detained in Zambezia', 6 de Agosto, disponível em: <http://allafrica.com/stories/200808060906.html> (acedido a 12 de Junho de 2012).
- Austrian Development Cooperation. (2010). *Mozambique Country Strategy 2010-2013*, Viena, Federal Ministry for European and International Affairs.
- BAD. (2008). *Mozambique country updates, African Economic Outlook, 2008*, .
- Bie, R. (2011). 'Raising the Stakes: China increasingly active in Mozambique', *Macao Quarterly*, (Outubro).
- Bila, A. (2007). 'Chinese Capital in Mozambique: Critical assessment of Chinese Assistance to Mozambique', African Forum on Debt and Development, AFRODAD.
- Biopact. (2007). 'Lusophone world and China join forces to produce biofuels in Mozambique', Maio, disponível em: <http://news.mongabay.com/bioenergy/2007/05/lusophone-world-and-china-join-forces.html> (acedido a 12 de Junho de 2012).

- Chichava, S. (2008). *Mozambique and China: from politics to business?* Discussion paper no. 05/2008, Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Clapham, C. (1996). *Africa and the International System. The politics of State Survival*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Escobar, A. (2011). 'China-Mozambique relations get a big boost from Guebuza visit', *Macao Quarterly*, (Outubro).
- Hall, J. (2007). Mozambique country update, *African Review of Business and Technology*, Julho de 2007, disponível em: <http://www.entrepreneur.com> (acedido a 12 de Junho de 2012).
- Horta, L. (2007). China, Mozambique: old friends, new business, 13 de Agosto, disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch/Detail/?id=53470&lng=en> (acedido a 18 de Junho de 2012).
- . (2008). 'China's relations with Mozambique: a mixed blessing', Online Africa Policy Forum, Abril de 2008, disponível em: <http://forums.csis.org/africa/?=97> (acedido a 12 de Junho de 2012).
- Lemos, A., Ribeiro, D. (2006). 'Mozambique: Taking Ownership or just Changing Owners', Dezembro, disponível em: <http://www.illegal-logging.info> (acedido a 12 de Junho de 2012).
- Macauhub*. (2008). 'China and Mozambique invest in the Zambezi Valley to make Chinese 'grain store', says researcher', 21 de Julho, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/2008/07/21/5424/> (acedido a 12 de Junho de 2012).
- Panapress*. (2008). 'Mozambique: Macau and Portugal invest in banking', 19 de Maio, disponível em: <http://en.afrik.com/article13621.html> (acedido a 12 de Junho de 2012).
- Reuters*. (2007). 'Mozambique Sees Pemba Challenging African Ports', *Engineering News*, Novembro, disponível em: http://guetalisadc.blogspot.com/2007_11_01_archive.html (acedido a 12 de Junho de 2012).
- . (2008). 'Energy Minister Salvador Namburete. Mozambique says in talks with China for energy investment' (28 de Janeiro).
- Taylor, I. (2006). 'China's relations with Mozambique', T. I. (ed.), *China and Africa engagement and compromise*, Londres, Routledge, pp. 93-105.
- Valy, B. (2007). 'Mozambique strengthens links with China', Fevereiro, disponível em: <http://www.sardc.net/editorial/newsfeature/07120207.htm> (acedido a 12 de Junho de 2012).

2

IMPACTO E SIGNIFICADO DO INVESTIMENTO CHINÊS EM MOÇAMBIQUE (2000-2010)

Sérgio Chichava

Introdução

À semelhança do que está a acontecer um pouco por toda a África, a China é, de entre os chamados países ‘emergentes’, aquele cuja presença em Moçambique mais debate tem gerado nos diferentes segmentos da sociedade. Vista como ‘parceiro estratégico’ para ajudar Moçambique – um dos países mais pobres do mundo e bastante dependente da ajuda prestada pela comunidade internacional – o Governo moçambicano tem atribuído grande importância à cooperação com a China, tendo, por exemplo, o actual Primeiro-ministro de Moçambique, Aires Ali, visitado este país asiático em 2010, na sua primeira visita oficial a um país estrangeiro, logo após a tomada de posse.

De modo a atrair simpatias de Pequim e garantir ajuda deste país, Moçambique também aderiu à política de ‘uma só China’ (*One China Policy*), considerando Taiwan como parte integrante da China, e tem se esforçado em construir uma imagem positiva da presença chinesa em Moçambique, seriamente posta em causa devido a diversos escândalos envolvendo empresas chinesas no contrabando de vários recursos, em particular da madeira.¹ Por exemplo, aquando da operação à doença de cataratas a 300 doentes moçambicanos por médicos chineses, Armando Guebuza, actual presidente de Moçambique e um dos grandes defensores da cooperação com a China, afirmou que aquela acção era mais uma prova de que os que criticam a cooperação China-Moçambique ‘não sabiam o que diziam e estavam a delirar’ (O País 2011).²

Estatísticas do Centro de Promoção de Investimentos (CPI)³ dos últimos anos mostram que a presença económica chinesa em Moçambique tem estado a crescer de ano para ano, colocando esta ‘economia emergente’ entre os dez maiores investidores em Moçambique desde 2007 até ao presente.

Analisando a distribuição sectorial e regional, com base na informação do CPI, relativa aos projectos de investimento chineses autorizados entre 2000-2010, pretende-se aqui mostrar a tendência e o impacto do investimento directo (IDE) chinês em Moçambique durante este período. De realçar que se trata apenas de projectos de investimento submetidos ao CPI para aprovação, e não de todos os projectos de investimento daquele país em Moçambique durante o período em estudo. Isto porque a submissão de um projecto de investimento ao CPI para aprovação é opcional, pois a abertura e registo de uma empresa e subsequente obtenção do alvará de exercício de actividade, a partir do Ministério da Indústria e Comércio (MIC) ou dos órgãos locais do Estado e autarquias, é suficiente para fazer negócios em Moçambique (Conselho de Ministros 2004). A vantagem de submeter o projecto ao CPI é a obtenção de incentivos fiscais e aduaneiros consagrados na lei n.º 3/93 (Lei de Investimentos) e no Código dos Benefícios Fiscais (Conselho de Ministros 2002).

Certamente que, para uma avaliação mais completa das tendências e do impacto do investimento chinês em Moçambique, seria necessária a análise conjunta dos dados de diferentes projectos de investimento chinês submetidos no mesmo período às diversas entidades acima mencionadas. Uma análise desta abrangência não foi possível neste trabalho, mas os dados fornecidos pelo CIP fornecem uma importante indicação dos projectos chineses no país.

Neste sentido, com base nos dados do CPI, este artigo pretende analisar o peso, a distribuição (geográfica e sectorial), o significado e as tendências do investimento chinês na economia moçambicana no período 2000-2010. Trata-se, assim, do período que vai desde a primeira cimeira ministerial China-África, realizada em Outubro de 2000 em Pequim (que concluiu com a criação do Fórum de Cooperação China-África – FOCAC), à celebração, em 2010, do décimo aniversário desta instituição. O artigo encontra-se dividido em duas partes. A primeira faz uma breve radiografia das diferentes áreas de cooperação entre Moçambique e China, ao passo que a segunda faz o mapeamento da estrutura do investimento directo chinês (IDE) em Moçambique.

Breve radiografia das relações China-Moçambique

A assinatura de um acordo de Comércio e de Promoção e Protecção Recíproca de Investimento e a criação de uma Comissão Mista para a Economia e Comércio

em 2001 podem ser considerados como os dois primeiros eventos marcantes no relançamento da cooperação entre Moçambique e China após o FOCAC 2000. No mesmo ano, e no quadro das decisões saídas do FOCAC 2000, a China anunciou o perdão de 22 milhões de dólares da dívida pública externa de Moçambique, correspondentes a 69% da dívida pública total deste país com a China (People's Daily 2001). Em 2007, aquando da visita de Hu Jintao a Moçambique, a China voltou a perdoar cerca de 20 milhões de dólares da dívida pública externa moçambicana, correspondentes a 87,1% da dívida contraída por Moçambique entre os anos 1980 e 2005 (AIM 2007a). Em 2008, a dívida pública externa de Moçambique em relação à China foi calculada em 2,9 milhões de dólares (TA 2009).

Embora seja difícil quantificar o valor global da ajuda chinesa a Moçambique em virtude da escassez de informação, há indicações de que a ajuda da China tem sido considerável. Por exemplo, aquando da sua visita à China, Aires Ali afirmou que a China dispôs-se a financiar diferentes projectos em Moçambique em cerca de 172 milhões de dólares, concedidos sob a forma de donativos, de empréstimo sem juros, ou com juros bonificados (AIM 2010).

Em termos de cooperação bilateral, a China apoia Moçambique em diferentes áreas, nomeadamente defesa e segurança, saúde, educação, agricultura, infra-estruturas, entre outras, apoios concedidos sob a forma de donativos, de assistência técnica, de empréstimos sem juros, ou com juros bonificados.⁴

Especificamente na área de defesa e segurança, Moçambique e China possuem vários acordos que incluem assistência técnica militar, fornecimento de material logístico e de comunicações ao exército e à polícia moçambicana (viaturas, computadores, uniformes, botas, entre outros), formação de quadros moçambicanos em academias chinesas e construção de habitações para diferentes quadros deste sector (GdM 2011a; O País 2009a; O País 2009b). Um dos símbolos da cooperação neste sector foi a construção e inauguração, em 2001, de um bairro militar nos arredores da cidade de Maputo destinado a quadros militares moçambicanos., avaliado em cerca de 7,5 milhões de dólares americanos. De referir que, em 2009, Moçambique abriu uma chancelaria militar em Pequim (GdM 2010). Para o ano de 2011, e no quadro da assistência anual às forças armadas moçambicanas, a China doou diverso equipamento militar avaliado em cerca de 3 milhões de dólares americanos (Portal do Governo de Moçambique 2010).

Moçambique aposta ainda na China para modernizar o seu exército, sobretudo a força aérea e a marinha, desprovidos de meios para controlar o espaço aéreo e marítimo, tendo solicitado créditos ao Governo deste país no valor de 212 milhões de dólares americanos, para aquisição de diverso tipo de equipamento militar, em

particular, aeronaves e barcos de patrulha e para a construção de depósitos para o armazenamento de artefactos militares (GdM 2011a).

Na área da saúde, Moçambique e China possuem, desde 1976, um acordo através do qual são enviados para o país, bienalmente, médicos chineses. Existe ainda um acordo assinado em 2007 para a formação de especialistas moçambicanos em diferentes áreas da Saúde (Ibid.).

Na educação, a China tem apoiado Moçambique, não só em termos de concessão de bolsas de estudo a estudantes moçambicanos, formação de quadros das diferentes instituições do Estado, mas também na construção e apetrechamento de algumas escolas. Entre 2004 e 2006, tinham sido formados em diferentes áreas, 183 quadros estatais moçambicanos na China (MINEC 2007a). Só em 2007, foram enviados para a China 42 estudantes e 22 funcionários públicos, em virtude de acordos assinados aquando da visita do presidente chinês a Moçambique (MINEC 2007b). Este número poderá vir a conhecer um aumento importante graças à parceira de cinco anos entre o Estado moçambicano e a empresa privada China Kingho Group (China Qinghua Group), – importante empresa chinesa do sector do carvão mineral – assinada em 2011, para o financiamento de cem bolsas de estudos a estudantes moçambicanos para estudarem em diferentes universidades chinesas (O País 2010).

As trocas comerciais entre os dois países também têm vindo a conhecer um acelerado incremento. Se, em 2002, dados oficiais indicavam que estas representavam cerca de 48 milhões de dólares americanos, em 2009 já representavam cerca de 517 milhões (MFAPRC 2006, CPI & China Tong Jian Investment Co., Ltd. 2010).

As principais exportações de Moçambique para a China são a madeira, o sésamo (gergelim), a castanha de caju e outros produtos agrícolas e recursos minerais (CPI & China Tong Jian Investment Co., Ltd. 2010). Segundo o Banco de Portugal (2011), entre 2004 e 2010, a China representava apenas 2,2% do total das exportações de Moçambique, sendo, nessa altura, o quarto destino das exportações moçambicanas. As três primeiras posições eram ocupadas pela Holanda (55,8%); África do Sul (16,1%) e Zimbabué (2,9%).

De entre estes produtos, a madeira é o principal produto de exportação de Moçambique para a China e um daqueles cuja exploração tem sido motivo de grande controvérsia, com alguns segmentos da sociedade moçambicana a considerarem o negócio chinês de madeira em Moçambique uma autêntica pilhagem. Este recurso natural representava, em 2006, mais de 90% das exportações de Moçambique para aquele país (Canby *et al.* 2008). Em 2009, a China continuou a ser o destino principal da madeira moçambicana (GdM 2011b).

Quanto às principais importações de Moçambique da China, destacam-se bens manufacturados, principalmente veículos e sobressalentes, electrodomésticos

e artigos de ferro e aço (Jansson & Kiala 2009). Segundo o Banco de Portugal (2011), entre 2004 e 2010, 3,4% dos produtos importados por Moçambique viriam da China, depois da África do Sul (35,2%) e da Holanda (14,8%).

A presença chinesa em Moçambique ganhou um novo impulso aquando da visita a Moçambique do presidente chinês Hu Jintao, em Fevereiro de 2007. Só para se ter uma ideia, de 905 mil dólares americanos em 2006, o IDE chinês em Moçambique passou para 61 150 milhões em 2007, ano em que a China passou a figurar na lista dos dez maiores investidores em Moçambique. Na sua viagem, Hu Jintao visitou, para além de Moçambique, outros sete países africanos, e concedeu, através do Banco Exim da China, créditos para diferentes áreas na ordem de 177 milhões de dólares americanos (GdM 2011a).⁵ Em Moçambique, de entre os diferentes projectos contemplados, figuram a modernização e reabilitação do Aeroporto Internacional de Maputo, cuja primeira fase já terminou (50 milhões de dólares); o projecto de expansão da rede telefónica fixa por todos os distritos do país (21.40 milhões de dólares); a construção de três edifícios da Procuradoria-Geral da República (40 milhões de dólares); apoio ao desenvolvimento agrícola nas províncias de Tete, Manica, Sofala, e Zambézia, ou seja, no vale do Zambeze (50 milhões de dólares). Deste fundo, 30 milhões estão a ser usados para a construção de três fábricas de agro-processamento nas províncias de Tete (distrito de Angónia), Zambézia (distrito de Namacurra) e Manica (distrito de Guro), e os restantes na importação de equipamentos (Ibid.).

Entre 2007 e 2010, a China concedeu diversos donativos a Moçambique nomeadamente, apoio às vítimas das cheias (400 mil dólares americanos); construção de quatro escolas em Maputo, Gaza, Nampula e Niassa (20 milhões de yuans, o equivalente a cerca de 3 milhões de dólares americanos, em Janeiro 2012); construção de um Centro de Tecnologias Agrárias em Boane, província de Maputo; construção de um Centro de Prevenção e Tratamento da Malária em Maputo (GdM 2011a). Estes dois últimos empreendimentos fazem parte da lista chinesa de promessas aos países africanos aquando do FOCAC 2006 (FOCAC 2010). Com efeito, nesse fórum, a China prometeu que iria estabelecer 20 centros de Tecnologias Agrárias em igual número de países africanos com vista a ajudar a desenvolver a agricultura africana.⁶ A China prometeu também que estabeleceria 30 centros de prevenção e tratamento da malária em vários países. Ainda no quadro de donativos, a China doou diverso equipamento de escritório ao Parlamento local (500 mil yuans, cerca de 80 mil dólares americanos em Janeiro de 2012) e 72 autocarros para o serviço de transporte público, no valor de 8,7 milhões (Ibid.). Esta não foi a primeira vez que a China apoiou o Parlamento moçambicano: recordar que o edifício onde funciona o Parlamento moçambicano foi construído com ajuda da China. Em 2008, falava-se também de

um provável financiamento chinês na construção de um bairro para os deputados moçambicanos (Notícias 2008).

Importa ainda assinalar que Moçambique conta com os créditos concessionais do Banco Exim da China para resolver o seu défice em infra-estruturas públicas. Assim, de uma lista de vinte e um projectos (avaliados em 1 398,2 milhões de dólares americanos) considerados prioritários por Moçambique e submetidos ao Governo chinês para apreciação e posterior financiamento, mais de 60% são no sector de infra-estruturas, nomeadamente: reabilitação e modernização do Aeroporto Internacional de Maputo, segunda fase (64,40 milhões); linha de transporte de energia eléctrica, numa extensão de 900 km, ligando as províncias da Zambézia e Nampula (150 milhões); construção de um edifício para o Conselho de Ministros (48,70 milhões), construção de residências para oficiais dos Serviços de Informação e Segurança do Estado, SISE (avaliadas em 53 milhões); infra-estruturas desportivas (27,20 milhões); diversas estradas (544 milhões) (MINEC 2010, GdM 2011).

Moçambique poderá ainda beneficiar da construção de uma via-férrea ligando as províncias de Tete e Sofala, graças a uma parceria entre o Estado moçambicano e a empresa China Kingho Group. Esta linha tem como objectivo facilitar o escoamento do carvão mineral de Tete. Ainda no quadro desta parceria, a empresa China Kingho Group poderá efectuar a dragagem do Porto da Beira, fortemente assolado pelo assoreamento (MINEC 2010).

Olhando para esta lista, percebe-se que, para além das várias parcerias de cunho comercial, Moçambique conta com a China para o financiamento de alguns projectos que, *a priori*, dificilmente seriam financiados pelos chamados doadores 'tradicionais'. É isto que faz com que a China seja um país apreciado pela elite política moçambicana. Como dizia a antiga primeira-ministra de Moçambique, Luísa Diogo, a China tem apoiado Moçambique sem 'pré-condições' em vários domínios, diferentemente dos países que apoiam o Orçamento Geral do Estado (AIM 2007b). Segundo Diogo, ao contrário dos doadores 'tradicionais', *'quando nós dizemos que a Procuradoria-geral é prioridade em Moçambique, eles [os chineses] concordam connosco'* (Ibid.). Ou seja, a China é vista como um parceiro que não impõe condições em relação à forma como Moçambique deve conduzir suas políticas.

Entretanto, é preciso sublinhar que apesar desta visão positiva, há consciência por parte da elite moçambicana de que se a China não interfere nos assuntos internos de Moçambique, ela impõe certas condições quando se trata de ajuda ao desenvolvimento. Ou seja, quando Luísa Diogo fala da inexistência de 'pré-condições' para atribuição de ajuda por parte da China, refere-se apenas a 'pré-condições' de ordem política, nomeadamente a questão da boa governação,

porque de facto, à semelhança de qualquer doador, Pequim também tem suas 'pré-condições', só que, diferentemente dos chamados doadores tradicionais, no caso chinês são pré-condições de carácter económico. A sustentar este argumento, por exemplo, está a afirmação de Luísa Diogo, segundo a qual, para a concessão da ajuda, '*a China quer que Moçambique dê algumas garantias, como os recursos naturais*'. (Hanlon 2010; Diário de Moçambique 2010).

Pode-se citar também o não financiamento pelo Governo chinês das barragens de Mpanda Nkuwa e Moamba Major – apostas do executivo de Armando Guebuza com o objectivo de transformar Moçambique em líder regional na produção e exportação de energia eléctrica – por insuficiência de garantias.⁷ As barragens de Mpanda Nkuwa e Moamba Major, cuja construção estava estimada em 2.000 milhões e 300 milhões de dólares, respectivamente, faziam parte de uma lista inicial de sete projectos acordados entre o Governo de Moçambique e o Banco Exim da China em 2006, nomeadamente a indústria de agro-processamento e produção de sementes no vale do Zambeze, a reabilitação do Aeroporto Internacional de Maputo, a construção de edifícios públicos, de um Centro de Desenvolvimento de Tecnologias e de um Estádio Nacional (MPD 2006; MF 2006). Desta lista de projectos, apenas as duas barragens – a primeira seria financiada em forma de *Export Buyer's Credit* (crédito à exportação) e a segunda através de um crédito concessional – é que não conseguiram financiamento. Gorada a possibilidade de empréstimo chinês, Mpanda Nkuwa acabou sendo entregue a um consórcio constituído por três empresas, a brasileira Camargo Corrêa e as moçambicanas Insitec,⁸ com 40% de acções cada, e a empresa estatal Electricidade de Moçambique (EDM), com os restantes 20%.⁹ Por seu turno, aventa-se a possibilidade de a barragem Moamba Major vir a ser construída com financiamento brasileiro.

Isto faz com que, por mais que Moçambique reconheça a importância 'estratégica' da China, não negligencie os seus parceiros 'tradicionais', como se pode ver nesta declaração de Luísa Diogo:

Nós não devemos fechar os olhos e esquecer os nossos parceiros tradicionais. Mas precisamos da cooperação com a China e a Índia também. (Hanlon 2010; Diário de Moçambique 2010)

Apesar das pré-condições acima mencionadas, é preciso reconhecer que a abertura chinesa em financiar projectos que não constam das prioridades dos 'doadores tradicionais' pode desempenhar um papel relevante na estabilidade dos países africanos. Sobre este último ponto, pode-se dizer, por exemplo, que o financiamento e construção de casas para altos quadros do exército moçambicano

pode certamente ter contribuído para elevar o seu moral. O mesmo pode ser dito em relação ao desejo formulado pelo Governo de Moçambique para a concessão de crédito com vista à construção de casas para os agentes dos serviços secretos moçambicanos.

Peso e significado do investimento chinês em Moçambique

Como já referido, diferentes estudos e fontes oficiais moçambicanas apontam a China como sendo um dos países que mais investem em Moçambique. O importante aqui é mostrar o significado deste investimento, pois esta análise permite ter uma ideia clara não só sobre o padrão do investimento chinês em Moçambique, mas também sobre as suas tendências. Em última análise, isto permite-nos um melhor entendimento da presença chinesa em Moçambique. No período 2000-2010, o investimento chinês no país situou-se em cerca de 216,5 milhões, o que corresponde a 2% do total do investimento estrangeiro realizado a nível nacional, que no mesmo período situou-se em cerca de 10,6 biliões de dólares. Se todos os projectos de investimento autorizados tiverem sido postos em prática, terão gerado 9.914 postos de trabalho, o equivalente a 5% do total dos postos gerados no mesmo período pelo resto do IDE (ver Tabela 1).

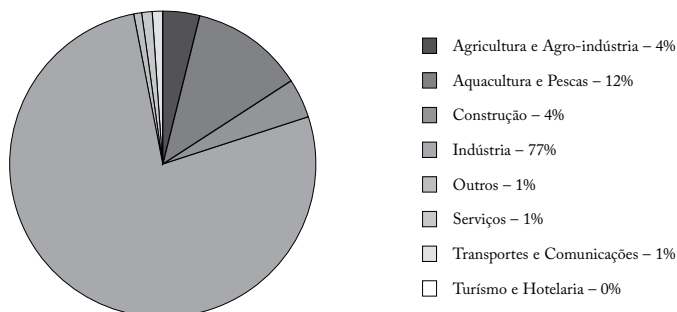
Tabela 1

País	Emprego		IDE	
	Qtd	%	Qtd	%
Outros	207,860	95	10,612,290	98
China	9,914	5	216,524	2
Total	217,774	100	10,828,814	100

Fonte: CPI

Em termos sectoriais, grande parte do investimento chinês em Moçambique encontra-se concentrado na indústria transformadora, com 77%, seguida da aquacultura e pescas com 12% e da agricultura e agro-indústria e construção com 4% (ver Gráfico 1).

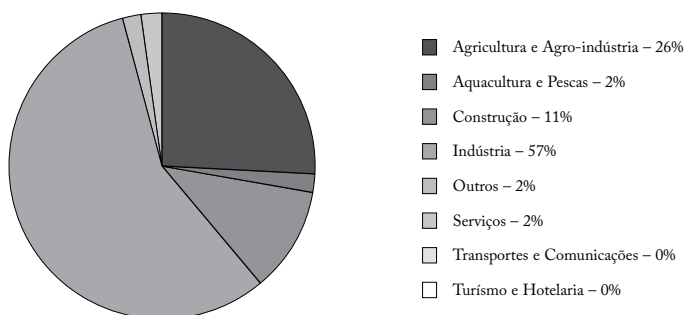
Gráfico 1: IDE chinês por sector (2000-2010)



Fonte: CPI (2000-2010)

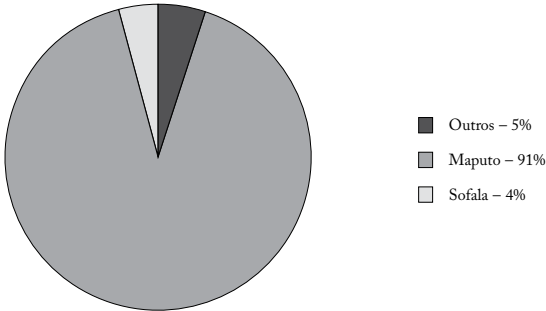
A indústria manufactureira ainda absorve a maior parte do emprego gerado pelo investimento chinês, ou seja, 57%, seguida da agricultura e agro-indústria, com 26%, e da construção, com 11% (Gráfico 2).

Gráfico 2: Emprego gerado pelo IDE Chinês (2000-2010)



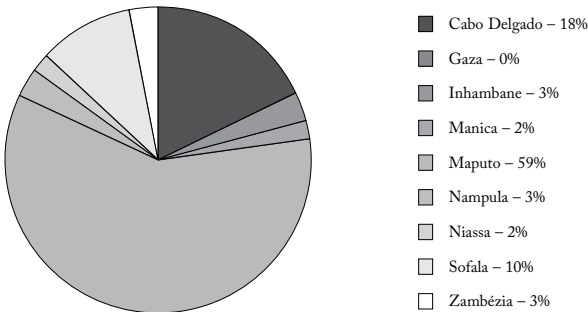
Fonte: CPI (2000-2010)

Em termos regionais, 91% do investimento chinês encontra-se concentrado em Maputo, sul de Moçambique, seguido de Sofala, no centro, com apenas 4%. (Gráfico 3).

Gráfico 3: IDE Chinês por província (10³)

Fonte: CPI (2000-2010)

Igualmente, a maior parte do emprego gerado pelo investimento chinês encontra-se concentrado em Maputo. Nos dois lugares seguintes estão Cabo Delgado e Sofala. (Gráfico 4).

Gráfico 4: Emprego por província gerado pelo IDE chinês (2000-2010)

Fonte: CPI (2000-2010)

Durante o período em análise, quatro projectos de investimento, três do sector industrial e outro da aquacultura e pescas, representaram cerca de 80% do IDE chinês. De entre estes quatro, dois deles destacam-se também pela aliança entre o capital chinês e a nova burguesia moçambicana, constituída por figuras próximas ao partido FRELIMO.¹⁰ Os quatro investimentos são: (i) fábrica de produção de cimento da Africa Great Wall Cement Manufacturer, a situar-se em Marracuene, na província de Maputo, num investimento de 90 milhões de dólares americanos (IDE=45 milhões). Este investimento, aprovado em 2007, prevê a criação de 300 postos de trabalho; (ii) a fábrica de produção de cimento da CIF MOZ, Limitada,

uma *joint-venture* entre a SPI – Gestão e Investimentos, S.A.R.L., *holding* do partido FRELIMO, e a China International Fund (CIF). Este investimento, cuja fábrica será construída em Matutuine, província de Maputo, é estimado em 72 milhões de dólares (IDE=71.990 milhões) e foi aprovado em 2008; (iii) a Hong & Binga Development Fishery Company, que, de entre diferentes actividades, pretende desenvolver pesca industrial e construção naval. A Hong & Binga Development Fishery Company, um investimento de 27 milhões de dólares (IDE=26 milhões) e com previsão de criar 80 postos de trabalho, é uma associação entre a empresa chinesa Poly Fuzhou Hongyong Pelagic Fisher Co. Ltd., e a Monte Binga, S.A., empresa moçambicana participada em 50% pelo Estado e em outros 50% por generais moçambicanos na reserva pertencentes à Frelimo (Boletim da República, nº 14, III Série, 14 de Abril de 2009). Para além da aquacultura e pescas, a Monte Binga, S.A., de Moçambique, está envolvida em diferentes actividades, como por exemplo, a exploração de ouro e outros minerais na província do Niassa (Boletim da República, nº 9, III Série, 4 de Março de 2010) e; (iv) a Henan Haode Mozambique Industrial Park, visando estabelecer uma fábrica têxtil e de vestuário no distrito de Marracuene. Avaliado em 26,5 milhões de dólares (IDE=21.2 milhões), correspondente a cerca de 55% do total do investimento chinês neste período, foi o maior projecto de investimento chinês aprovado pelo CPI em 2010.

Recursos minerais, novo foco do investimento chinês?

Embora, com base nos dados do CPI, não seja possível ter-se uma ideia completa das tendências do investimento chinês em Moçambique, cruzando estes dados com outro tipo de fontes, é possível chegar-se a algumas conclusões. Procedendo dessa forma, a conclusão principal é que, ultimamente, o sector dos recursos minerais parece ser o principal alvo do investimento chinês em Moçambique.

Com efeito, a empresa estatal Wuhan Iron and Steel Corporation (WISCO) estava em discussões com a companhia australiana Riversdale Mining, Limited, (RML) para adquirir 40% do projecto de carvão do Zambeze pertencente a esta empresa, num total de 800 milhões de dólares.¹¹ A confirmar-se, o investimento da WISCO mudaria drasticamente todos os dados avançados até agora, quer em termos de volume, quer em termos de localização sectorial ou geográfica do IDE chinês, pois este corresponde a cerca de quatro vezes o total do IDE chinês investido no período em análise.

O investimento chinês no sector dos recursos minerais, particularmente no carvão mineral, pode ainda conhecer um salto gigantesco com o também

anunciado investimento de cerca de cinco biliões de dólares pelo China Kingho Group, empresa privada, no distrito de Marávia, província de Tete (Net News Publisher 2010). O China Kingho Group está também, em colaboração com a Direcção Nacional de Geologia (DNG), a fazer pesquisas nas províncias de Tete e Niassa com vista à identificação de áreas de ocorrência de carvão mineral (GdM 2011). Para além do interesse do China Kingho Group em relação ao carvão mineral, o China Kingho Group ainda está interessado na pesquisa e exploração de petróleo, gás natural e outros recursos minerais.

O gás natural e outro tipo de minerais (ouro, ferro, tantalites, diamantes e calcário, por exemplo) também interessam a empresas chinesas. Em 2010, a Daqing Oilfield Drilling Engineering Company ganhou um concurso internacional para realizar perfurações de gás natural em Moçambique, num investimento estimado em 15 milhões de dólares, e, em Fevereiro de 2011, foi noticiado que empresas chinesas acabavam de requerer junto do Estado moçambicano licenças para proceder à prospecção e posterior exploração de diversos recursos minerais em diferentes pontos do país (Saúte 2011). Trata-se, por exemplo, da Africa Great Wall Cement Manufacturer, empresa que, para além de pretender produzir cimento, recebeu licenças para explorar calcário nos distritos de Magude, província de Maputo, e de Cheringoma, província de Sofala (Boletim da República, nº 31, III Série, 11 de Agosto de 2009), e de areias pesadas no distrito de Angoche, província de Nampula (Boletim da República, nº 28, III Série, 15 de Julho de 2011); da CIF Moz, Limitada, que pretende explorar calcário e argila em Matutuine, província de Maputo (Boletim da República 12, nº 19, III Série, de Maio de 2011; Boletim da República, nº 43, III Série, 27 de Outubro de 2011); da Sogecoa, que para além de estar envolvida na hotelaria e na construção civil (aluguer de equipamentos e viaturas), recentemente obteve licenças para a pesquisa e exploração de recursos minerais, em particular de ouro, nos distritos de Gorongosa e Chifunde, nas províncias de Sofala e Tete, respectivamente. Neste momento, a Sogecoa está a proceder à prospecção de ouro no distrito de Gorongosa (Notícias 2011).

Finalmente, o IDE chinês no sector industrial poderá ainda conhecer um salto importante com a confirmação pelas autoridades moçambicanas do investimento da China Tong Jian Investment Co., Ltd., numa fábrica de montagem de automóveis em Maluana, arredores da província de Maputo, avaliado em cerca de 200 milhões de dólares, o maior jamais implementado neste sector em Moçambique (Notícias 2010). Estima-se também que esta fábrica venha a criar cerca de três mil postos de trabalho, ou seja, 53,6 % do emprego total produzido pelo IDE chinês no sector industrial entre 2000 e 2010. Igualmente, sendo confirmada a notícia avançada pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) em Agosto de 2010, segundo a qual empresários chineses pretendem investir 13 biliões de dólares na

indústria, turismo, minas, energia e tecnologia no período 2011-2015, isso poderá fazer da China um dos maiores investidores em Moçambique (MPD 2010).

Conclusão

O ponto central deste estudo era analisar as tendências e o impacto do IDE chinês em Moçambique no período 2000-2010, no qual foi relançada a presença chinesa neste país, sobretudo a partir de 2007. Olhando para a sua distribuição territorial e sectorial, verificou-se que o IDE chinês se concentrou (i) mais no sector industrial, quer em termos de número de projectos propostos ao CPI, quer em termos de capital a investir e de postos de trabalhos a produzir, e (ii) no sul do país, particularmente em Maputo (cidade e província).

Entretanto, embora o sector industrial tenha atraído mais investimentos e demonstre ainda sinais de continuar a crescer, impulsionado pela indústria de montagem de automóveis, as últimas tendências do investimento chinês em Moçambique mostram que o sector dos recursos minerais é, de entre os diferentes sectores, o que poderá conhecer maior impulso. A acontecer, Moçambique não constituiria uma excepção, dado que a maior parte do investimento chinês em África está concentrado neste sector. Igualmente, isto mudaria a actual tendência da concentração do investimento chinês no sul do país, o que também não seria estranho, pois, se durante longos anos o sul, em particular Maputo, foi a região que mais investimento atraiu, os recentes investimentos nos recursos minerais no centro e norte do país, em particular na província de Tete, têm estado a inverter esta tendência.

Notas

1. Sobre este assunto, ver Mackenzie (2006).
2. Esta acção chinesa enquadra-se no projecto China-Africa Brightness Action, com o objectivo de curar doentes com cataratas, e já foi realizada em vários países africanos, nomeadamente Zimbabué e Malawi.
3. Entidade estatal subordinada ao Ministério do Planeamento e Desenvolvimento (MPD) e responsável pelas acções de coordenação dos processos de promoção, análise, acompanhamento e verificação de investimentos estrangeiros realizados em Moçambique.
4. Segundo Braütigam (2011, 2010, 2009) de uma forma geral, o programa chinês de ajuda é coordenado pelo Departamento de Ajuda Externa do Ministério do Comércio, em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. O Departamento de Ajuda Externa lida com donativos, empréstimos sem juros, programas de jovens voluntários e assistência técnica. Já os empréstimos concessionais com juros baixos ou fixos são operados pelo Banco Exim da China, sob direcção do Ministério do Comércio. Porque os donativos e empréstimos sem juros são um instrumento de diplomacia, estes são concedidos a todos os países que possuem relações diplomáticas com a China. Por seu turno, os empréstimos concessionais do Banco Exim da China visam três objectivos, nomeadamente, diplomacia, desenvolvimento e negócios.
5. Para além de Moçambique, o périplo africano de Hu Jintao incluía Seicheles, Camarões, Libéria, Sudão, Zâmbia, Namíbia e África do Sul.
6. Inicialmente, a China se dispôs a financiar sete centros de Tecnologias Agrárias, número que passou para 14 e agora para 20.
7. Uma das estratégias do governo de Armando Guebuza assentava na construção de barragens hidroeléctricas cuja energia serviria para exportação. Com este propósito, para além de Mpanda Nkhuwa, tinham sido projectadas as centrais hidroeléctricas de Lúrio, Massingir, Moamba Major e as centrais Térmicas de Moatize e Temane.
8. Empresa ligada ao actual presidente de Moçambique, Armando Guebuza.
9. Os accionistas da HMNK estão neste momento a activar-se na procura de fundos para a construção desta barragem.
10. A aliança com o capital estrangeiro tem sido uma das formas usadas pela nova burguesia moçambicana para se implantar no mundo de negócios em Moçambique. A aliança entre empresários chineses e a elite política moçambicana não constitui segredo. A mais conhecida e que mais polémica tem criado é a aliança no sector madeireiro. Contudo, há indicações de ligações fortes noutros sectores, com destaque para os recursos minerais. Pela sua importância, este assunto merece um estudo aprofundado que não constitui objecto deste trabalho.
11. Esta parceria permite à WISCO deter 8% das acções da Riversdale Mining, Limited.

Referências

- AIM.* (2007a). 'China perdoa dívida moçambicana', Agência de Informação de Moçambique, 7 de Fevereiro, disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/fevereiro2007/nots_po_125_fev_07/ (acedido a 29 de Março de 2011).
- . (2007b). 'Moçambique e China avaliam cooperação', Agência de Informação de Moçambique, 9 de Fevereiro, disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/fevereiro2007/nots_po_124_jan_07/ (acedido a 29 de Março de 2011).
- . (2010). 'Primeiro-ministro considera a visita à China de êxito total', Maputo: Agência de Informação de Moçambique (21 de Julho).

- Banco de Portugal. (2011) *Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010/2011*, Lisboa.
- Bräutigam, D. (2009). *The Dragon's Gift: the real story of China in Africa*, Nova Iorque, Oxford University Press Inc.
- . (2010). China, Africa and the International Aid Architecture, *Working Papers Series*, 107, African Development Bank, Tunis, Tuníisia.
- . (2011). 'Aid "with Chinese characteristics": Chinese foreign aid and development finance meet the OECD-DAC aid regime', *Journal of International Development*, 5 (23), p. 752-764.
- Canby *et al.* (2008). 'Forest products trade between China & Africa. An analysis of imports and exports', *Forest Trends*, disponível em: <http://www.forest-trends.org/documents/publications/ChinaAfricaTrade.pdf>. (acedido a 22 de Março de 2011).
- China Coal Resources. (2010). 'China Qinghua wants to mine for coal in Niassa, Mozambique', 31 de Julho, disponível em: <http://en.sxcoal.com/35021/NewsShow.html> (acedido a 12 de Março de 2011).
- CMM. (s/d). 'Funcionários do Conselho Municipal de Maputo recebem casas', Conselho Municipal da Cidade de Maputo, disponível em: <http://www.cmmmaputo.gov.mz/CMMBalcao/Default.aspx?Tag=CONTENT&ContentId=3074> (acedido a 28 de Março de 2011).
- Conselho de Ministros. (2002). *Decreto n.º 16/2002-Código dos benefícios fiscais*, Maputo (27 de Junho).
- . (2004). *Decreto n.º 49/2004-Regulamento do licenciamento da actividade comercial*, Maputo (17 de Novembro).
- CPI, China Tong Jian Investment Co., Ltd. (2010). 'Mozambique. Seminar on investment opportunities in Mozambique', Centro de Promoção de Investimentos, disponível em: http://www.chinatongjian.com/En/yantaohuiDiv/Friendly_relations.html (acedido a 12 de Março de 2011).
- Diário de Moçambique*. (2010). 'Luísa Diogo defende que China coopera de "maneira específica"', Maputo (14 de Dezembro).
- Dyer, G. *et al.* (2011). 'China's lending hits new heights', *Financial Times*, 17 de Janeiro, disponível em: <http://www.ft.com/cms/s/0/488c60f4-2281-11e0-b6a2-00144cfeb49a.html#axzz1GIebeVo4> (acedido a 11 de Março de 2011).
- FOCAC. (2010). 'An Interpretation of New Measures on Economic and Trade Cooperation from 4th Ministerial Conference', disponível em: <http://www.focac.org/eng/dsjbzjhy/t696509.htm> (acessado a 24 de Janeiro de 2011).
- GdM. (2010). *Balanço do Plano Económico e Social de 2009*, Maputo: Governo de Moçambique.
- . (2011a). *Balanço do Plano Económico e Social de 2010*, Maputo: Governo de Moçambique.
- . (2011b). *Matriz dos projectos com a República Popular da China*, Maputo: Governo de Moçambique.
- Hanlon, J. (2010). 'Keeping options', *Mozambique 174*, disponível em: <http://www.gg.rhul.ac.uk/simon/GG3072/2010-64.pdf> (acedido a 31 de Março de 2011).
- Jansson, J., Kiala, C. (2010). *Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique*, Stellenbosch, Center for Chinese Studies.
- Mackenzie, C. (2006). *Forest governance in Zambézia, Mozambique. Chinese Take away. Final report for FONGZA*.
- MF. (2006). *Mozambican priority projects to be financed*, Maputo: Ministério das Finanças.
- MFAPRC. (2006). 'Mozambique', Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, disponível em: <http://www.china.org.cn/english/features/focac/183432.htm> (acedido a 22 de Março de 2011).
- MINEC. (2007a). *Acta acordada da Terceira Sessão da Comissão Conjunta para a cooperação Económica, Técnica e Comercial entre a República de Moçambique e a República Popular da China*, Maputo: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

- . (2007b). *Avaliação do grau do cumprimento da implementação do Plano de Acção dos resultados da visita de S. Excia. o presidente da República Popular da China à República de Moçambique*, Maputo: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- . (2010). *Relatório da participação de Moçambique na III Conferência para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e respectiva matriz de seguimento*, Maputo: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- MPD. (2006). *Application for financing of the projects*, Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- . (2010). 'China vai investir 13 biliões de dólares nos próximos cinco anos', Ministério do Plano e Desenvolvimento, disponível em: <http://www.mpd.gov.mz/index.php?option=comcontent&view=article&id=90%3Achina-vai-investir-13-biloes-de-dolares-nos-proximoscinco-anos&catid=50%3Anoticias&Itemid=96&dang=pt> (acedido a 19 de Março de 2011).
- Net News Publisher*. (2010). 'China Kingho to invest \$5b in Coal Mining Projects in Mozambique', 26 de Julho, disponível em: <http://www.netnewspublisher.com/china-kingho-to-invest-5b-in-coal-mining-projects-in-mozambique/> (acedido a 12 de Março de 2011).
- Notícias*. (2008). China poderá construir futuro bairro para os deputados, Maputo (10 de Outubro).
- . (2010). País passa a montar carros a partir de 2011, Maputo (18 de Dezembro).
- . (2011). Sogecoa pesquisa ouro, Maputo, 1 de Setembro.
- O País*. (2009a). China incrementa cooperação com as FADM, Maputo (25 de Março).
- . (2009b). Moçambique vai adquirir novo equipamento militar, Maputo (20 de Maio).
- . (2010). Chineses vão formar cem estudantes moçambicanos anualmente, Maputo (9 de Novembro).
- . (2011). Guebuza diz que quem critica cooperação com a china China está enganado, Maputo (27 de Setembro).
- People's Daily*. (2001). 'China Cancels Part of Mozambique's Debt', 12 de Julho, disponível em: http://english.peopledaily.com.cn/200107/12/eng20010712_74776.html (acedido a 12 de Março de 2011).
- Portal do Governo de Moçambique. (2010). 'Em 2011: China concede três milhões de dólares às FADM', 29 de Dezembro, disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/dezembro-2010/em-2011-china-concede-tres-milhoes-de-dolares-as-fadm/ (acedido a 12 de Março de 2011).
- Saute, C. (2011). 'Empresas chinesas vasculham minérios em Moçambique', *Canal de Moçambique*, Maputo, 7 de Fevereiro.
- Secretariado do Conselho de Ministros. (2010). *Aos Órgãos de Informação*, Maputo, 12 de Outubro.
- T.A. (2009). *Conta geral do Estado. Ano 2008*, Maputo: Tribunal Administrativo.
- World Fund Program (WFP). (2006). 'China emerges as world's third largest food aid donor', 26 de Junho, disponível em: <http://www.wfp.org/node/534> (acedido a 11 de Março de 2011).

3

OS INTERESSES BANCÁRIOS CHINESES EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA GEOCAPITAL

Ana Alves

Introdução

Do ponto de vista histórico as relações entre a China e Moçambique apresentam um padrão muito semelhante ao do relacionamento entre este país asiático e a maioria dos países africanos. No contexto da guerra da independência, durante a década de 60, Pequim apoiou a Frelimo. Em 1975, logo após a independência, foram estabelecidas relações diplomáticas com Maputo, seguidas, todavia, por um longo hiato nas décadas de 80 e 90. As relações bilaterais foram sendo gradualmente revitalizadas na década seguinte, desta vez envoltas numa forte solidariedade económica. Ainda que a penetração económica de Pequim em Moçambique tenha sido relativamente lenta quando comparada com outros países africanos ricos em recursos, esta ganhou ritmo nos últimos anos. O comércio bilateral cresceu de 70 milhões de dólares em 2004 para 950 milhões de dólares em 2011 (Consulado económico da China em Maputo 2012). A passo com o comércio bilateral em expansão, o aumento do fluxo de investimento chinês em Moçambique nos últimos anos tem sido um dos traços distintivos das relações China-Moçambique. Em 2008, a China era já o segundo maior investidor em Moçambique, a seguir à África do Sul, sendo que há menos de uma década ocupava a 26.^a posição (Macauhub 2009).

Em 2010, o investimento chinês em Moçambique perfez 607 milhões de dólares americanos e espera-se que esse número aumente significativamente

nos próximos anos (Macauhub 2011), especialmente se as empresas chinesas conseguirem penetrar na indústria extractiva mineral moçambicana, que requer avultados investimentos. As reservas moçambicanas de carvão na província de Tete são particularmente atractivas. A Wuhan Iron and Steel, assinou em 2010 um memorando de entendimento de mil milhões de dólares com a Riversdale para integrar o consórcio liderado pela Austrália que adquiriu uma concessão mineira em Tete. Esta foi, todavia, mais tarde vendida à Rio Tinto. No presente existe apenas uma empresa chinesa (Qingho) com uma pequena concessão de carvão em Tete e nenhuma ainda envolvida na prospecção/exploração das vastas reservas de gás natural ao largo costa moçambicana.

Apesar do fascínio crescente pelos vastos recursos minerais moçambicanos (nomeadamente os depósitos de carvão e gás natural), o investimento chinês tem sido direccionado, até agora, para as vendas a retalho, serviços, manufacturas, agricultura, exploração de madeira, actividades piscatórias e sector bancário.

Embora o investimento chinês seja por norma bem visto em Moçambique, nem toda a actividade económica chinesa tem tido aceitação local: notícias da participação de empresas chinesas (e malaias) na exploração ilegal de madeira e na pilhagem de espécies marinhas (frequentemente em conluio com autoridades governamentais), bem como os problemas que envolvem periodicamente trabalhadores ao serviço de companhias chinesas, têm atraído críticas duras na imprensa moçambicana.

Em geral, o investimento chinês em Moçambique segue o mesmo padrão observado nos outros países africanos. Contudo, o envolvimento de capital chinês no sector financeiro apresenta uma série de características peculiares que justificam uma análise mais aprofundada. Ao contrário do padrão observado noutros países africanos, o envolvimento chinês no sector bancário moçambicano inclui não só bancos estatais (Banco Exim e CDB) como também interesses comerciais privados, com destaque para a empresa Geocapital, uma sociedade de capitais luso-chineses.

Breve resumo do sector bancário moçambicano

O sector bancário moçambicano sofreu uma expansão significativa nos últimos anos: enquanto em 1997 havia apenas cinco bancos a operar no mercado interno, no final de 2011 esse número havia crescido para 18 bancos comerciais.

Apesar da crescente participação de capital local nos últimos anos, a banca comercial em Moçambique continua a ser dominada por capital estrangeiro: 72% em 2009 (80% em 2005), dos quais 40% é capital português e 19% sul-africano.

O maior banco em termos de activos é o BIM Millennium, uma sociedade mista entre o maior banco privado Português, BCP, e um parceiro local. O segundo maior é o Banco Comercial de Investimento (BCI), uma sociedade entre o banco estatal português (Caixa Geral de Depósitos), um banco privado português (BPI) e um grupo financeiro local INSITEC (controlado pelo Presidente de Moçambique), através do qual as linhas de crédito portuguesas são canalizadas para Moçambique. Seguem-se o Standard Bank (África do Sul) e o Barclays Bank (Reino Unido). Em conjunto, estes quatro bancos representam 89% dos activos totais no mercado (Macauhub 2011b).¹

De acordo com algumas fontes,² o estabelecimento de novos bancos, bem como a entrada de capital estrangeiro no sector bancário moçambicano, depende em grande medida de ligações políticas ao mais alto nível. Por outro lado, a entrada de capital estrangeiro parece ter reduzido a promiscuidade entre o Governo e o sector bancário, que originou incidentes como o do Banco Austral, no início dos anos 2000.

Atraídos pela crescente abertura do sector financeiro moçambicano e pela miríade de oportunidades de investimento apresentadas pelos vastos recursos do país, os interesses públicos e privados chineses penetraram no sector no início dos anos 2000.

3. Capital estatal chinês: os Bancos Exim e CDB

À semelhança de outros países africanos, os bancos públicos chineses (Banco de Importação e Exportação da China, Exim, e o Banco de Desenvolvimento da China, CDB) entraram em Moçambique no âmbito dos acordos de cooperação intergovernamental que visam sobretudo o desenvolvimento de infra-estruturas. Entre 2001 e 2004 o Banco Exim forneceu linhas de crédito no valor de 16 milhões de dólares para projectos de construção de infra-estruturas em Moçambique, ajudando a financiar um centro de conferências internacional, um novo edifício para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, equipamentos para a polícia, e 150 unidades de habitação social na zona do grande Maputo (Afrodad s/d). Em 2006 o Governo moçambicano negociou com o banco chinês Exim um empréstimo no valor de 2 mil milhões de dólares americanos para o projecto da barragem de Mphanda Nkuwa,³ no rio Zambeze; 50 milhões de dólares para apoio ao investimento agrícola na província da Zambézia; e ainda um empréstimo bonificado para a reabilitação do aeroporto internacional da capital (Afrodad s/d). Este último empréstimo, de 115 milhões de dólares, foi dividido em duas fases: um empréstimo inicial de 50 milhões, seguido por 65 milhões de dólares, aprovados

em 2010, para financiar a reconstrução do terminal doméstico do aeroporto internacional de Maputo pela empresa Anhui Foreign Economic Construction Group Co., Ltd.

Em 2007, foi amplamente divulgada a intenção do Banco Exim e do Banco Mundial de financiar conjuntamente projectos em Moçambique, no Gana e no Uganda, mas daí não resultaram, todavia, acordos concretos para projectos de financiamento. A visita do Primeiro-ministro moçambicano à China, no final de 2010, originou rumores relacionados com a inauguração de um escritório de operações do Banco Exim em Maputo, destinado a facilitar linhas de crédito a investidores chineses (AICEP Maputo 2010). Durante essa visita, foram assinados dois outros empréstimos concessionais, totalizando 100 milhões de dólares americanos com outro banco estatal chinês (CDB), com o intuito de apoiar a construção de uma fábrica de cimento na província de Sofala (80 milhões de dólares) e uma fábrica de algodão na Província de Maputo (20 milhões de dólares) (Macauhub 2010).

Em Agosto de 2011, uma nova viagem à China, desta vez pelo Presidente Armando Guebuza, originou um protocolo sobre cooperação financeira assinado com o CDB. O acordo visa introduzir empréstimos comerciais para o sector privado em Moçambique, bem como canalizar fundos para o investimento público, o que sugere um maior envolvimento do CDB no sector financeiro moçambicano num futuro próximo (Trademark Southern Africa 2011).

O capital privado chinês: a Geocapital

A Geocapital está estruturada em torno de dois pilares: uma herança histórica comum enraizada em Macau e uma característica essencial partilhada pela cultura de negócios chinesa e lusófona – o papel central das relações pessoais na prossecução de negócios (*guanxi*). Com sede em Macau, um território chinês anteriormente sob administração portuguesa, este fundo de investimentos tem por base uma estreita rede de contactos que liga o capital privado chinês às principais figuras políticas e empresariais em Moçambique e no mundo lusófono.

A génese da Geocapital

No seguimento da transferência de Macau para a China (1999), uma série de ideias germinaram em torno das oportunidades apresentadas pela posição vantajosa do território enquanto potencial elo entre a China e o mundo lusófono.

Entre aquelas concretizadas, destacam-se o Fórum Macau⁴ e a Geocapital. A ideia do Fórum Macau foi avançada pelo Governo de Macau como forma de manter a sua identidade e garantir a sua diferenciação no seio da República Popular da China (RPC). A iniciativa agradou a Pequim, para quem o Fórum se revelava um útil instrumento de política externa para expandir o seu poder de influência e explorar o potencial de negócios de Macau como interlocutor entre a China – enquanto fonte de financiamento – e os países de língua portuguesa – enquanto bastiões de recursos naturais – (Alves 2008). O Fórum foi estabelecido sob a égide do Ministério do Comércio da República Popular da China e formalmente criado em 2003, em Macau, onde está sediado o secretariado permanente.

À margem do Fórum Macau, foi surgindo gradualmente, nos círculos internos da elite financeira de Macau, a ideia da criação de um fundo de investimento privado luso-chinês com o objectivo de canalizar investimento chinês para os países lusófonos. Este fundo privado materializou-se em 2006, sob o nome de Geocapital, através de uma sociedade conjunta liderada pelo magnata de Hong Kong, Stanley Ho, e por um financeiro lusófono (Jorge Ferro Ribeiro).

Um olhar mais atento sobre as principais figuras da Geocapital revela o papel decisivo desempenhado pelas relações pessoais entre capital financeiro e político na criação deste empreendimento. O presidente do conselho de administração da Geocapital é o empresário Stanley Ho,⁵ que controla mais de 50% das acções da empresa e tem grandes interesses comerciais nos sectores do jogo, da hotelaria, dos transportes e bancário (Hang Seng Bank) em Macau. Jorge Ferro Ribeiro é vice-presidente, presidente executivo e o segundo maior accionista da sociedade. Enquanto representante de Stanley Ho em Portugal, Ribeiro desenvolveu interesses nos sectores financeiro, das telecomunicações, do turismo e do imobiliário em Portugal e em Macau. As restantes principais figuras deste fundo de investimento luso-chinês têm ligações políticas bastante vantajosas. O eminente membro do Partido Socialista português, Almeida Santos, possui 5% da Geocapital e é presidente da assembleia-geral. Almeida Santos é ex-presidente do Parlamento português (1995-2002) e tem fortes ligações pessoais, políticas e económicas à FRELIMO em Moçambique.⁶ Ribeiro é um velho conhecido que em 1974-75 trabalhou para Almeida Santos em Portugal quando este era Ministro para a Cooperação Internacional. Este *puzzle* fica completo com Ambrose So, um dos três administradores da Geocapital.⁷ So é um empresário chinês com ligações directas ao império de Stanley Ho e à nomenclatura política chinesa.⁸

A Geocapital foi criada para capitalizar as sinergias crescentes entre o rápido crescimento económico da China e as oportunidades e o potencial dos países de língua portuguesa, nomeadamente das economias em franco crescimento como as de Moçambique, Brasil e Angola. Esta sociedade de investimento luso-chinesa

está estruturada em torno de duas áreas principais: finanças e energia. A sua estratégia tem privilegiado parcerias com actores locais (governos ou empresários privados com ligações directas ao executivo) que podem direccionar de forma mais eficiente os seus investimentos nos sectores da banca, da agricultura e da energia.

Enquanto o Fórum Macau tem tido dificuldade em mobilizar capital privado chinês para investir no mundo lusófono seguindo uma abordagem inter-governamental, a Geocapital tem sido relativamente bem-sucedida na prossecução desse mesmo objectivo, tirando vantagem da sua extensa rede de relações pessoais.

Apesar da sua curta existência, a sociedade tem rentabilizado uma carteira de investimentos impressionante no mundo lusófono. Em Moçambique, a Geocapital criou três empresas com capital local: a ZAMCORP (agronegócio), a Moza Capital e o Moza Banco (finanças). Na Guiné-Bissau, o grupo luso-chinês tornou-se o principal accionista do maior banco do país, o Banco da África Ocidental, e tem uma participação na Geogolfo (agronegócio e biocombustíveis). Em Cabo Verde, a sociedade tem uma participação na Caixa Económica (a maior instituição de crédito) em parceria com o governo local e iniciou uma nova sociedade conjunta com o Estado para pesquisa em biocombustíveis. Em Angola, criou uma sociedade conjunta (Geopactum Oriente) com o Pactum Global, um grupo financeiro privado que controla um dos principais bancos angolanos (Banco Privado Atlântico) com ligações directas à Sonangol, a companhia nacional de petróleo. No Brasil, a Geocapital adquiriu a VARILOG e a VEM (que estão entre as maiores empresas de engenharia aeroespacial e de manutenção) em parceria com a companhia aérea portuguesa TAP. Em Portugal, detém uma participação na EDP-Energia (2,5%) e estabeleceu uma parceria estratégica com um dos maiores accionistas do BCP, o maior banco privado do país. Em Timor-Leste, a Geocapital planeia estabelecer um banco de investimento local, o Banco Timorense de Investimento.⁹

Apesar de, na sua génese, a Geocapital ter beneficiado de algumas das sinergias postas em prática pelo Fórum Macau, o seu percurso tem sido quase sempre independente e delineado exclusivamente por interesses comerciais privados.

A Geocapital em Moçambique

Devido às ligações pessoais já destacadas, as incursões iniciais da Geocapital ocorreram em Moçambique. Na verdade, a ideia de criação do fundo de investimento luso-chinês cresceu em torno de uma oportunidade específica de negócio que surgiu em Moçambique.

Na altura da criação da Geocapital (2005-2006), Maputo procurava investidores para impulsionar o desenvolvimento do Vale do Rio Zambeze – uma área que cobre 28% do território nacional com vastos recursos hidrográficos e minerais e um imenso potencial agrícola. As boas perspectivas de investimentos nos sectores do agronegócio e da energia chamaram imediatamente a atenção da Geocapital.

Nessa altura, o Governo português preparava-se para entregar o controlo da central de energia hidroeléctrica de Cahora Bassa e surgiram rumores que era intenção de Lisboa vender as suas restantes acções (15%) do projecto, o que de imediato atraiu o interesse da Geocapital.¹⁰ Contudo, as negociações entre Moçambique e Portugal estenderam-se ao longo de vários anos. No início de 2012, Lisboa esperava ainda a aprovação de Maputo para vender 7,5% de Cahora Bassa à REN – a empresa nacional da rede de electricidade, sobre a qual uma empresa privada chinesa detém agora uma participação de 25%.¹¹

O insucesso na aquisição de uma participação em Cahora Bassa não desmobilizou, porém, as ambições da Geocapital no vale do Zambeze. Em Setembro de 2005, a Geocapital assinou um memorando de entendimento com o Gabinete de Planeamento do Vale do Zambeze (GPZ, a agência governamental responsável pelo desenvolvimento do vale), então liderado por Sérgio Vieira, um velho conhecido de Almeida Santos. O objectivo era explorar as oportunidades de desenvolvimento dos recursos naturais, nomeadamente, hidroelectricidade e energia térmica, carvão, gás, agro-indústria, transporte ferroviário, portos, minerais, imobiliário e turismo (Macauhub 2005). Três meses mais tarde, a Geocapital assinou um acordo com duas empresas moçambicanas estabelecendo uma sociedade conjunta (ZAMCORP) para promover o desenvolvimento do vale do Rio Zambeze através do acesso privilegiado ao capital chinês. A ZAMCORP foi criada formalmente em Junho de 2006 com um capital inicial de 500.000 dólares. Os parceiros locais incluem a secção empresarial do GPZ (Sociedade de Gestão Integrada de Recursos, SOGIR), com uma participação de 55%, e a Moza Capital (ver em baixo), com uma quota de 10%. A Geocapital detém os restantes 35%. A empresa estabeleceu a sua sede em Tete e abriu uma filial (ZAMCORP International) em Hong Kong.

Duas outras instituições financeiras têm crescido fruto dos interesses da Geocapital em Moçambique: a Moza Capital (banca de investimento) e o Moza Banco (licença universal). Fundada em Setembro de 2005, a Moza Capital visa canalizar capital chinês para o vale do Zambeze. O Moza Banco foi criado no final de 2007 e iniciou as suas operações em Junho de 2008. Ambas as instituições têm uma parceria com o Capitais de Moçambique, um grupo privado moçambicano de investidores liderado por Prakash Ratilal. Ratilal é não só um alto funcionário da FRELIMO e ex-presidente do Banco de Moçambique, como um velho conhecido

de Almeida Santos. As duas instituições têm o mesmo presidente do conselho de administração, Prakash Ratilal, e tinham inicialmente a mesma estrutura patrimonial (51% Capitais de Moçambique, 49% Geocapital) (Macauhub 2008).

Apesar de deter uma licença universal, o Moza Banco tem-se concentrado no sector bancário de empresas (projectos financeiros e empreendimentos) e em investimentos bancários (principalmente agronegócios) como forma de contribuir para o desenvolvimento dos recursos naturais de Moçambique (Ratilal 2008). Com uma capitalização inicial de 15 milhões de dólares, o banco cresceu consideravelmente durante o seu primeiro ano, com receitas de 2,2 milhões de dólares. Embora o banco não tenha ainda financiado nenhum grande investimento, estão a ser avaliados três projectos (energia e agro-indústria) para possível financiamento (Ibid.).

No final de 2010, a Geocapital vendeu 25,1% da sua participação no Moza Banco, por 9,5 milhões de dólares, à filial africana do segundo maior banco privado português, o Banco Espírito Santo (BES). O negócio foi concluído em Janeiro de 2011, e a actual estrutura patrimonial é: 50,4% da Moza Capital, 25,1% do BES e 24,5% da Geocapital. De acordo com uma fonte da Moza Capital (Moza Capital 2010), este acordo não deve ser visto como uma estratégia de alienação mas como uma forma de aumentar o capital do banco e atrair um sócio com mais experiência e *know how* – uma mais valia essencial para a fase actual de expansão do banco. Como parte do acordo, o Moza Banco deveria duplicar o seu capital para 30 milhões de dólares até meados de 2011 e ter um plano para expandir as operações do banco para outras regiões do país (Macauhub 2011c).

Avaliação do desempenho da Geocapital

Apesar de toda a publicidade e das elevadas expectativas geradas em torno dos três empreendimentos da Geocapital em Moçambique, o seu sucesso na canalização de investimentos para o desenvolvimento do Vale do Zambeze é extremamente limitado. A única excepção é a linha de crédito no valor de 50 milhões de dólares americanos criada pelo Banco Exim da China para a SOGIR (braço sector corporativo do Ministério da Planificação e Desenvolvimento), que está a ser canalizada através do Moza Banco – na sequência de um acordo entre o Moza Banco e o Banco da China, no início de 2009, para facilitar o fluxo de capital entre os dois países (Ratilal 2009). Esta linha de crédito destina-se à aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas (20 milhões de dólares) e à criação de três fábricas de transformação agrícola (30 milhões de dólares – duas fábricas de algodão e uma de processamento de milho) no Vale do Zambeze (GPZ 2010).

O quadro institucional foi entretanto alterado – o GPZ foi oficialmente extinto em meados de 2010, e Sérgio Vieira demitido. A percepção generalizada é que Sérgio Vieira obteve poucos resultados no que respeita ao desenvolvimento do vale – uma crítica enunciada publicamente pelo Presidente Guebuza, no GPZ, em Julho de 2008 (AIM News 2008). Em Junho de 2010 foi criada uma nova agência no âmbito do Ministério da Planificação e Desenvolvimento – a Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze (ou Agência do Zambeze) – para canalizar fundos e coordenar o desenvolvimento do vale. O novo director, Roberto Albino (que comandou o desmantelamento do GPZ), foi nomeado em Abril de 2011. No início de 2012, a agência anunciou os seus planos para investir 200 milhões de dólares no desenvolvimento do vale, durante o período 2012-2014. Os projectos (agricultura, pesca, mecanização agrícola, transformação agrícola, agro-indústrias, ordenamento do território e infra-estrutura) serão financiados pelo orçamento de Estado, em parceria com entidades moçambicanas e estrangeiras de cooperação internacional, nomeadamente os Bancos de Exportação e Importação da China e da Índia, o Banco Mundial e os governos da Noruega e da Holanda (Macauhub 2012).

O papel que as instituições financeiras moçambicanas da Geocapital irão desempenhar continua, no entanto, por esclarecer.

Conclusão

As ligações políticas com o partido no poder têm uma importância fundamental em todos os grandes projectos de investimento em Moçambique – um facto de que tanto os interesses públicos chineses como os privados se aperceberam numa fase ainda precoce. Esta particularidade não é, no entanto, específica dos negócios entre Moçambique e a China, uma vez que reproduz uma fórmula que é comum a todos os outros investidores.

Apesar do envolvimento na construção de infra-estruturas em Moçambique, que dura há já uma década, e que se baseia em estreitas relações intergovernamentais, o projecto mais relevante, até ao momento, financiado por bancos estatais chineses foi o Aeroporto de Maputo. Os outros grandes projectos ou falharam (a barragem do Mphanda Nkuwa) ou permanecem em discussão (as fábricas de cimento e de algodão, a via rodoviária circular em torno de Maputo e a ponte Maputo-Catembe). À medida que o potencial económico de Moçambique se tem vindo a expandir, ambos os bancos estatais (Exim e CDB) têm demonstrado interesse crescente em apoiar investimentos chineses em Moçambique. Contudo, apesar das múltiplas delegações chinesas de investidores privados que têm visitado o

país nos últimos anos, estes instrumentos financeiros ainda não produziram resultados significativos.

Operando sem os vínculos formais ao Estado chinês, de que beneficiam as suas contrapartes públicas, a Geocapital acreditou que podia garantir o acesso a oportunidades de investimento no vale do Rio Zambeze através das suas estreitas relações pessoais em Moçambique. Esta ousada iniciativa, que terá gerado frutos noutros países lusófonos, confiava, em grande parte, nas redes pessoais e no conhecimento local para superar obstáculos locais e proporcionar projectos sólidos para a empresa. Não obstante estas redes terem superado dificuldades que teriam impedido qualquer outra instituição de penetrar no mercado moçambicano, de um modo geral a Geocapital atingiu resultados muito aquém do esperado, particularmente no que toca à atracção de investimentos para o vale do Zambeze. Apesar do seu potencial financeiro, das suas estreitas relações com a comunidade de negócios no território chinês e em Macau, e do seu forte capital político em Moçambique, as instituições bancárias chinesas, quer públicas quer privadas, parecem estar a enfrentar algumas dificuldades em atrair investidores chineses para Moçambique. Esta análise sugere que as relações pessoais podem facilitar a entrada no mercado mas não garantem a produção efectiva de resultados. Sugere igualmente que existem ainda grandes obstáculos em Moçambique, como a falta de planeamento adequado e de capacidade local a todos os níveis, a ambiguidade na definição dos projectos a desenvolver, e uma coordenação e gestão ineficientes de oportunidades de investimento internas por parte do Governo moçambicano. Cumprindo já pré-requisitos como a crescente atractividade da economia moçambicana e a existência de plataformas privilegiadas para canalização de investimentos, Maputo necessita claramente de uma estratégia e mecanismos de coordenação mais eficientes para concretizar com sucesso o investimento chinês no seu território. O Governo moçambicano terá de definir nomeadamente uma estratégia clara de longo prazo de atracção do capital chinês, público e privado, que esteja em consonância com os objectivos de desenvolvimento do país, de forma a garantir que os novos projectos sirvam as necessidades do país em vez dos interesses dos investidores.

Notas

1. De acordo com um estudo realizado pela KPMG moçambicana publicado no final de 2011.
2. Entrevista à Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, Maputo, 3 de Novembro de 2010.
3. O projecto da barragem foi mais tarde adjudicado a um consórcio de duas empresas nacionais de energia (60%) e a uma empresa brasileira de construção, a Camargo Corrêa (40%).
4. Nome formal: Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.
5. Durante a governação portuguesa de Macau, Stanley Ho deteve direitos exclusivos sobre o negócio do jogo. Apesar de os ter perdido em 2002, pouco depois da entrega de Macau à China (1999), Stanley Ho ainda domina o sector em Macau, tendo expandido o negócio para outros países lusófonos, incluindo um casino em Maputo.
6. Almeida Santos viveu em Moçambique durante a época colonial, entre 1953 e 1974, onde se opôs à governação portuguesa ao lado da FRELIMO.
7. Os títulos detidos por cada uma das pessoas descritas, de acordo com o site da Geocapital: <http://www.geocapital.com.mo/>
8. Ambrose So é membro do 11º Comité Nacional da Conferência Política Consultiva do povo chinês.
9. Informação neste parágrafo de acordo com o *site* da Geocapital: <http://www.geocapital.com.mo/>
10. De acordo com entrevistas conduzidas pela autora em Macau entre 2005 e 2006.
11. A China's State Grid Corp. adquiriu 25% da REN em Fevereiro de 2012.

Referências

- Afrodad. (s/d). 'Factsheet, Chinese Development Assistance in Mozambique', disponível em: <http://www.afrodad.org/downloads/publications/Mozambique%20Factsheet.pdf> (acedido a 10 de Junho de 2012).
- AIM News*. (2008). 'Guebuza calls for more production from Zambezi office', 30 de Julho, disponível em: <http://www.clubofmozambique.com/solutions1/sectionnews.php?secao=mozambique&id=12451&tipo=one> (acedido a 8 de Junho de 2012).
- Alves, A. (2008). 'Chinese Economic Diplomacy in Africa: the Lusophone strategy', in Chris Alden *et al.* (eds.), *China Returns to Africa: an emerging power and a continent embrace*, Londres, Hurst, pp. 69-81.
- Macauhub*. (2005). 'Macau Company to develop Zambeze region in Mozambique', 9 de Dezembro, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/2005/12/09/160/> (acedido a 10 de Junho de 2012).
- . (2008). 'Mozambique: Moza Banco, with Macau capital, opens 16 June in Maputo', 13 de Junho, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/2008/06/13/5212/> (acedido a 8 de Junho de 2012).
- . (2009). 'Mozambique: China second largest investor in 2008 after South Africa', 27 de Março, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/2009/03/27/6795/> (acedido a 10 de Junho de 2012).
- . (2010). 'Chinese investors to build cement plant in Mozambique', 18 Maio, disponível em: <http://www.chinamining.org/News/2010-05-18/1274168338d36266.html> (acedido a 8 de Junho de 2012).

- . (2011). 'Mozambique and China due to sign ten cooperation agreements in Beijing', 10 de Agosto, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/2011/08/10/mozambique-and-china-due-to-sign-ten-cooperation-agreements-in-beijing/> (acedido a 10 de Junho de 2012).
- . (2011b). 'Sistema bancário em Moçambique continua concentrado em quatro instituições', 24 de Dezembro, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2011/02/24/sistema-bancario-em-mocambique-concentrado-em-quatro-instituicoes/> (acedido a 12 de Junho de 2012)
- . (2011c). 'Portugal's Espírito Santo bank concludes process of taking stake in Moza Banco of Mozambique', 21 de Janeiro, disponível em: http://www.ipim.gov.mo/worldwide_partner_detail.php?tid=19611&type_id=1503 (acedido a 13 de Junho de 2012).
- . (2012). '200 milhões de dólares vão ser investidos no vale do Zambeze, em Moçambique', 27 de Janeiro, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2012/01/27/200-milhoes-de-dolares-vao-ser-investidos-no-vale-do-zambeze-em-mocambique/> (acedido a 13 de Junho de 2012).
- Ratilal, P. (2008). 'Discurso inaugural de Moza Banco SA', Maputo, 16 Junho.
- . (2009). 'Não temos ambição de ser o número um ou número dois', entrevistado por Olívia Massango para o jornal *O País online*, 18 de Junho, disponível em: <http://www.opais.co.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/1714-nao-temos-ambicao-de-ser-o-numero-um-ou-numero-dois.html> (acedido a 13 de Junho de 2012).
- Trade Mark Southern Africa*. (2011). 'China should diversify financial aid to Mozambique', 11 de Agosto, disponível em: <http://www.trademarksa.org/news/china-should-diversify-financial-aid-mozambique> (acedido a 13 de Junho de 2012).

4

COMO NÃO CONSTRUIR UMA ESTRADA: UMA ANÁLISE ETNOGRÁFICA DOS EFEITOS SOCIOECONÓMICOS DE UM PROJECTO CHINÊS DE CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS EM MOÇAMBIQUÊ

Morten Nielsen

Introdução¹

O que são projectos de infra-estruturas senão a materialização física dos materiais de construção? Será possível que a mistura de areia, cascalho e cimento *não* resulte na construção de uma estrada apesar da sua aparente existência material? Este capítulo guiar-se-á por estas questões, aparentemente paradoxais, ao analisar os efeitos socioeconómicos de um projecto chinês em particular, de construção de infra-estruturas no sul de Moçambique. Com base na minha recente pesquisa de campo etnográfica entre os trabalhadores rodoviários locais empregados pelo grupo CHICO,² um consórcio de construção chinês, para melhorar e reabilitar a estrada EN1 entre as cidades de Xai-Xai e Chissibuca, pretendo explorar os encontros quotidianos entre estes jovens moçambicanos e os seus superiores chineses. Como veremos, de acordo com os trabalhadores moçambicanos, as suas condições de trabalho são inaceitáveis, os salários são baixos e o comportamento dos seus interlocutores chineses é hostil e ininteligível. O seu trabalho não pode, por isso, ser considerado bom e, conseqüentemente, da mistura de areia, cascalho e cimento *não* resulta a construção de uma estrada.

Durante a última década, a expansão chinesa na África subsariana, em geral, e em Moçambique, em particular, cresceu a um ritmo vertiginoso. Actualmente, as empresas chinesas (privadas e públicas) estão envolvidas não só na extracção de recursos naturais, mas também em projectos de construção de infra-estruturas, no desenvolvimento de tecnologias da informação e na agricultura. De acordo com um alto funcionário moçambicano da Administração Nacional de Estradas (ANE), quase todos os concursos públicos são actualmente ganhos por empresas chinesas, em particular devido aos seus preços bastante competitivos. 'Não obstante a frequente fraca qualidade, somos obrigados a aceitar as empresas chinesas, 'contou-me ele. 'Eles são sempre os mais baratos e nós não temos muito dinheiro.' Como veremos em baixo, este comentário resume sucintamente um dos principais factores que explica a facilidade com que as empresas chinesas operam e se expandem em Moçambique e, ao mesmo tempo, sugere implicitamente causas para as tensões neste relacionamento. Desta forma, este capítulo poderá ser entendido como uma tentativa de desvendar alguns efeitos inesperados de uma cada vez mais acentuada presença chinesa num frágil Estado-nação da África subsariana.

Os vestígios materiais de um império emergente

O acordo de paz moçambicano assinado em 1992, pôs fim à destrutiva guerra civil entre o partido governante da Frelimo e o movimento da Renamo, que durava desde pouco depois da independência do país, em 1975. Confrontado com o desafio avassalador de reanimar uma administração pública paralisada e reconstruir um sistema de infra-estruturas em ruínas, o Governo da Frelimo solicitou apoio às instituições financeiras internacionais e aos aliados políticos (Abrahamsson & Nilsson 1995; Hanlon 1991; 1996). Durante a prolongada luta contra os colonizadores portugueses, a Frelimo tinha estabelecido uma relação de colaboração com a China que envolvia apoio militar e treino de guerrilha (Dinerman 2006:21). Não obstante algum distanciamento em meados dos anos 80, quando Moçambique se virou para o Ocidente, com a adopção dos programas de ajustamento económico patrocinados pelo FMI, a China permaneceu um potencial aliado político (Roque 2009; cf. Hanlon 1996: 16). Desde o início dos anos 90, esta relação tem sido progressivamente revitalizada através de uma série de acordos intergovernamentais e memorandos que prepararam o caminho para a presença intensificada da China em Moçambique. A julgar pelas recentes declarações da elite política em Moçambique, os seus homólogos chineses terão poucos obstáculos (ou mesmo nenhum!) a um maior envolvimento económico no país. Comentando

o aumento da presença asiática na África subsariana, Armando Guebuza, presidente de Moçambique, afirmou que '[a] China é muito bem-vinda em Moçambique' (Sá 2006). Esta abertura cordial à China pode ser medida através da sua aparente ilimitada capacidade económica. Ocupando uma posição insignificante em 2003, enquanto vigésimo sexto 'maior' investidor, a China está agora entre os dez maiores investidores em Moçambique, ao lado de países como Portugal, Itália e França (Macauhub 2009). O mesmo salto gigantesco é visível em termos de comércio bilateral entre os dois países, que chegou a 284,11 milhões de dólares americanos em 2007, oito vezes mais do que em 2001 (Chichava 2008: 9). Se considerarmos um período de tempo mais recente, a crescente presença da economia chinesa é ainda mais pronunciada. De acordo com o Centro de Promoção de Investimento (CPI), no terceiro trimestre de 2011, a China foi o segundo maior investidor estrangeiro em Moçambique, ultrapassada apenas pelos EUA (Clube de Moçambique, Lda. 2012).³ Não obstante a modesta colaboração económica de Moçambique com a sua homóloga asiática, quando comparada com outros países africanos, como Angola e o Sudão, na verdade, o seu ritmo actual representa uma das mais rápidas taxas de crescimento do comércio com a China (Horta 2007).

Segundo o Ministério da Planificação e Desenvolvimento, o Governo chinês financia actualmente 12 grandes projectos de infra-estruturas em Moçambique, perfazendo perto de mil milhões de dólares,⁴ sendo talvez o mais conhecido a famosa construção de um novo estádio nacional nos arredores de Maputo, inaugurado em Abril de 2011. No entanto, nem todos os projectos de construção são conseguidos através de acordos intergovernamentais; além disso, as mais de 30 empresas chinesas activas em Moçambique trabalham também para municípios, organizações internacionais de doadores e empresas privadas (Jansson & Kiala 2009). Especialmente relevante é o *China Henan International Cooperation Group* (CHICO), que tem provado ser um actor extremamente competitivo na apresentação de propostas para projectos de construção de infra-estruturas, em particular aqueles relativos à reconstrução de estradas nacionais. Desde 2007, o grupo CHICO construiu 154 km de estrada entre Muxungwe e Inchope, 200 km de estrada alcatroada entre Chitima e Mágoé, na província de Tete, e terminou uma ponte de 300 metros sobre o rio Incomáti, na província de Maputo (Macauhub 2007, 2008a, 2008b).

Em Dezembro de 2008, o contrato de reabilitação e modernização de 96 km da estrada EN1, entre o Xai-Xai e Chissibuca, foi adjudicado ao grupo CHICO. Financiado pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), o projecto pertence ao Programa Integrado do Sector das Estradas do Governo moçambicano, com um montante contratual de 1.269.447.739 meticais (40.557.400 de dólares). Em Janeiro de 2009, teve início o trabalho de reabilitação da estrada entre o

Xai-Xai e Chissibuca e, com apenas alguns pequenos contratemplos, este foi concluído em Março de 2011, tendo sido entregue à Administração Nacional de Estradas (ANE) no mês seguinte (Clube de Moçambique. Lda. 2011). Na sua fase final, a equipa de construção era composta por 56 chineses e 261 moçambicanos contratados directamente pelo grupo CHICO (Scott Wilson, Ltd. 2010). A ANE, enquanto terceira parte, adjudicou à Scott Wilson, Ltd., uma empresa internacional de consultoria de construção, a supervisão do projecto: 21 membros da equipa liderada por Samuel Nhemachena acompanharam, a tempo inteiro, o trabalho da equipa de construção.⁵ Desde o início do processo de construção, um grupo de ‘fiscais’ monitorizou todas as actividades e elaborou relatórios diários para Samuel Nhemachena.⁶ Sempre que um ‘fiscal’ considerava imprescindível uma acção imediata – por exemplo, quando a máquina de fresar fazia um corte demasiado profundo – era chamado um engenheiro da equipa da Scott Wilson para decidir se era necessário refazer as camadas de areia, cascalho e cimento.

As perplexidades do dia-a-dia

No final do trabalho de construção, era necessário dar início ao processo de marcação da estrada. De acordo com Samuel Nhemachena, em Janeiro de 2011, o Senhor Wu Sheng Jinhou, o agente local do grupo CHICO, informou que a equipa de trabalho chinesa estava pronta para começar o processo de marcação rodoviária, utilizando a máquina de pulverização que tinha sido importada da China em Setembro de 2010. Nhemachena, surpreso ao ter conhecimento que uma máquina de pulverização tinha estado no estaleiro de construção durante vários meses, solicitou uma inspecção da máquina e um teste inicial a realizar numa pequena estrada rural perto da EN1, antes de permitir que a equipa de trabalho chinesa prosseguisse com a respectiva marcação. Nhemachena rapidamente se apercebeu que os técnicos chineses não tinham qualificação para trabalhar com a máquina de pulverização e foram, portanto, obrigados a continuar a aperfeiçoar as suas competências de pintura na estrada até conseguirem fazer pelo menos 200 metros de marcação perfeita (ver Figura 1). A Scott Wilson elaborou um ‘Relatório de Progresso de Obra’ mensal para distribuir por todos os interessados, e no de Fevereiro de 2011, podemos ler:

Os ensaios (com a máquina de pulverização) não foram bem sucedidos devido a uma série de problemas com a máquina e com o pessoal... Contudo, o empreiteiro [o grupo CHICO], insistiu que conseguia fazer o trabalho usando a mesma máquina e acabou

por rectificar a maioria dos problemas (embora não todos)... O engenheiro [da Scott Wilson] considerava que a máquina do empreiteiro não era suficientemente eficaz para realizar um trabalho desta magnitude. Além disso, o pessoal do empreiteiro parecia não ter experiência suficiente para realizar o trabalho. Neste sentido, o engenheiro aconselhou o empreiteiro a substituir a sua máquina ou a contratar outra máquina ou, uma melhor opção, a subcontratar toda a actividade de marcação rodoviária. No final de Fevereiro de 2011, a actividade de marcação da estrada ainda não tinha sido iniciada e o empreiteiro não tinha informado claramente o engenheiro sobre os seus planos para alcançar uma boa e aceitável qualidade de trabalho para esta actividade. (Scott Wilson, Ltd. 2011: 19)

Figura 1: A 'secção de teste' onde os trabalhadores chineses aperfeiçoaram as suas competências de pintura



De acordo com o que Samuel Nhemachena me contou mais tarde, ele permitiu que a equipa chinesa experimentasse a máquina de pulverização durante as primeiras semanas de Janeiro, apercebendo-se, posteriormente, de que ela era incapaz de fazer a marcação rodoviária sozinha. Para terminar o processo de construção, o grupo CHICO contratou um técnico da empresa chinesa que lhes havia vendido a máquina de pulverização e, finalmente, no final de Fevereiro de 2011, foram feitos os primeiros testes na estrada EN1. Samuel descreveu as dificuldades associadas

ao processo de pintura, sentado num café à beira da estrada, perto do local de construção de Chissibuca, em Abril de 2011:

‘Quando eles finalmente estavam prontos, disse-lhes para começarem com 200 metros na estrada. No final do primeiro dia não tinham conseguido completar 100 metros... Aparentemente, partiu-se qualquer coisa na máquina de pulverização, e eu disse-lhes para saírem imediatamente da estrada. Eventualmente, conseguiram reparar a máquina, mas não no primeiro dia! Só em Março é que conseguiram recomençar o trabalho de marcação. Mas não é a equipa CHICO que está a marcar a estrada. O técnico é que está a fazer o trabalho todo... Pelos vistos, ele vai permanecer até que o processo esteja concluído.’ Perguntei ao Samuel se o técnico tinha sido realmente capaz de realizar a marcação rodoviária. ‘Bom, ainda há poucos dias recebi um telefonema de um dos meus “fiscais” a avisar que a linha não estava direita. Ele pediu-lhes [ou seja, à equipa chinesa] para pararem, mas eles recusaram. Só quando eu lhes liguei é que pararam... Eles não fazem ideia do que estão a fazer! [Samuel abanou a cabeça e soltou uma gargalhada].’

Contudo, não foi apenas a falta de competência técnica que provocou o atraso recorrente no processo de marcação da estrada. No ‘Relatório de Progresso de Obra’ de Fevereiro de 2011, lê-se:

[n]os ensaios realizados para a marcação rodoviária, as microesferas de vidro reflectoras não estão a absorver a pintura. É necessário verificar a qualidade da tinta. Esta deveria ter sido testada previamente, de forma a evitar os actuais atrasos causados pela espera de resultados que permitirão a tomada de decisões. (Scott Wilson, Ltd. 2011: 14).

De acordo com Samuel, os ‘fiscais’ aperceberam-se logo que a qualidade da tinta era inferior ao nível aceitável, e ele instruiu o capataz do grupo CHICO para se certificar da utilização dos materiais mais apropriados. Pouco tempo depois, Samuel foi contactado por um trabalhador moçambicano que reclamava das más condições de trabalho enquanto reorganizava a tinta armazenada no estaleiro de construção. Questionando-se sobre o porquê de não ter sido notificado pelo engenheiro de materiais do grupo CHICO da quantidade de tinta armazenada, e sobre a necessidade de ‘reorganização’ realizada pelos trabalhadores, Samuel

e Taurai Mutanguro, o inspector sénior da obra, resolveram fazer uma visita surpresa ao complexo CHICO e exigiram inspeccionar o armazém. O engenheiro de materiais chinês levou-os a um pequeno barracão de madeira nas traseiras do complexo, que aparentemente estava fechado, necessitando de 30 minutos para localizar a chave para que eles pudessem entrar:

‘Quando finalmente entrámos, algumas pessoas [ou seja, trabalhadores moçambicanos] ainda estavam a limpar.’ Samuel bebeu um gole da sua cerveja antes de continuar. ‘Eles tinham estado o dia inteiro trancados a trabalhar, sem que os chineses os deixassem sair. Todas as latas estavam fechadas, mas havia tinta fresca no chão.’ Em conversas posteriores com os trabalhadores moçambicanos que fizeram a reorganização do barracão de madeira e com o engenheiro do grupo CHICO, Samuel percebeu que a tinta tinha estado no exterior durante dois meses, exposta ao calor intenso do meio-dia. Para além da tinta de vários recipientes ter secado, era praticamente impossível usar a tinta que restava [como foi documentado no ‘Relatório de Progresso de Obra’]. ‘E foi por isso que demoraram tanto tempo para abrir a porta’. Samuel bateu na mesa com o indicador para enfatizar a sua opinião.

Eles não queriam que descobríssemos que estavam a usar a tinta seca. Por isso obrigaram os trabalhadores a abrir todas as latas e, se a tinta estivesse seca, removiam a crosta e transferiam o restante para um recipiente novo... Mas o que eu não consigo perceber é por que é que não nos contaram da aquisição da tinta inicialmente. Por que é que tentaram esconder a aquisição da tinta e da máquina de pulverização? Não consigo perceber a razão...’

No dia seguinte à minha conversa com Samuel Nhemachena, tinha planeado ir conhecer alguns dos jovens moçambicanos que ainda trabalhavam na estrada. Na altura da minha visita faltava apenas a fase de marcação da estrada para a conclusão do projecto, e como a equipa CHICO tinha apenas uma máquina de pulverização, a necessidade de pessoal local era reduzida. Encontrei o que restava da equipa a cerca de 25 km do estaleiro de Chissibuca a avançar a um ritmo lento, mas estável (ver Figura 2). Para além do técnico que operava a máquina de pulverização, dois engenheiros da CHICO estavam constantemente a ajustar a velocidade de pulverização e os manómetros. Três trabalhadores moçambicanos estavam responsáveis por direccionar o trânsito e outros dois pela limpeza do

asfalto em cada lado da linha recém-pintada. Eu já conhecia dois dos trabalhadores de visitas anteriores ao local de construção e, cada vez que a máquina precisava de ser ajustada, tínhamos alguns minutos para conversar. O Nelson estava a trabalhar com o grupo CHICO desde o início do projecto, mas o Sérgio só tinha sido contratado durante a fase mais intensa, quando várias equipas de construção estavam simultaneamente em vários locais. Enquanto aproveitava a sombra de uma árvore *nkanhú*, perguntei-lhes sobre o incidente com a tinta seca no barracão CHICO e, surpreendentemente, o Nelson tinha sido um dos trabalhadores no barracão encarregados da reorganização da tinta quando o Samuel e o Taurai resolveram visitar o barracão sem aviso prévio:

‘Sim... estava muito calor lá dentro. [Nelson olhou para o horizonte e sorriu]. Estivemos o dia todo a trabalhar sem máscaras e sem luvas, a despejar a tinta velha para um recipiente enorme. Parecia argila. Sabe, eles nunca nos disseram nada... Apontaram simplesmente para os recipientes e trancaram a porta. ‘Tendo estado silenciosamente a ouvir o Nelson, Sérgio levantou-se lentamente e colocou o seu boné enquanto olhava de soslaio para o capataz chinês que coordenava o trabalho de pulverização. ‘Ah! Os chineses... eles não são verdadeiramente humanos...’

Figura 2: A restante equipa na estrada e a máquina de pulverização



Como não construir uma Estrada

Tal como em outros projectos de construção realizados por empresas chinesas, foi criado um complexo vedado para acomodar os trabalhadores chineses da CHICO durante a fase de construção. Todas as manhãs, os trabalhadores moçambicanos chegavam ao complexo localizado em Chidenguele e, dependendo das actividades planeadas, eram transportados para diferentes locais, onde trabalhavam em equipas chefiadas por capatazes chineses. No início do projecto, o trecho da estrada EN1 a ser reabilitado foi dividido em pequenos segmentos, com cada equipa de trabalho a operar a partir dos pontos exteriores para o centro. Em termos gerais, o processo de construção foi constituído por três fases consecutivas: 1. Preparação; 2. Fresagem; e 3. Asfaltagem. O processo teve início com a preparação do leito da estrada e a protecção das camadas do pavimento (ou seja, as três camadas de cimento, de areia e de cascalho sob o asfalto). Depois de um processo de fresagem meticuloso onde o topo da camada (a 'base estabilizada') foi misturado com cimento, verteu-se água para o endurecimento da mistura e pulverizou-se com um revestimento aderente antes da colocação do asfalto como superfície final. Embora a alguns moçambicanos tenham sido atribuídas tarefas particulares, por exemplo, motoristas de camião ou seguranças, a maioria trabalhou nas três fases do projecto, tendo as duas primeiras (preparação e fresagem) sido as mais prolongadas.

No 'Relatório de Progresso de Obra' de Setembro de 2010, pode ler-se que a capacidade do empreiteiro (ou seja, o grupo CHICO) para completar o trabalho dentro do prazo contratado depende da '[e]xecução adequada do trabalho de acordo com os padrões exigidos. Se o trabalho não for executado correctamente, o empreiteiro será aconselhado a repeti-lo. Isto é um desperdício de tempo e de recursos por parte do empreiteiro e deverá ser evitado' (Scott Wilson, Ltd. 2010: 7). De acordo com Samuel Nhemachena, esta breve citação sintetiza uma dificuldade recorrente na colaboração com o grupo CHICO. Depois de ter acompanhado os engenheiros chineses durante mais de dois anos, Samuel estava perfeitamente convencido que os seus homólogos chineses tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre a construção de estradas e, na verdade, esta tinha sido uma das principais causas das inúmeras dificuldades e frequentes repetições do trabalho. Surpreendentemente, ouvi relatos semelhantes, mesmo entre o pessoal sénior da ANE. Durante uma longa conversa com Clóvis Wate, um engenheiro civil especializado na construção de estradas, perguntei-lhe sobre a sua colaboração com o grupo CHICO:

Wate: O grupo de trabalhadores (chineses) envolvidos neste projecto não sabe realmente como fazer o seu trabalho; o fiscal tem que os ensinar. Os chineses ainda estão basicamente a aprender a fazer o seu trabalho.

Morten: Então os chineses não têm as competências técnicas suficientes necessárias para executar este projecto?

Wate: Não, não têm.

Morten: Como é então possível que os chineses trabalhem aqui?

Wate: Bem, isso é por causa dos inspectores... apesar de não ser da sua responsabilidade, eles ensinam os chineses a fazer o trabalho.

Durante o processo de fresagem, os 'fiscais' da Scott Wilson andaram continuamente atrás da imponente fresadora a testar a espessura das camadas do pavimento. Frequentemente a lâmina fazia um corte demasiado profundo misturando o cimento da base já estabilizada com as duas camadas inferiores. Quando a lâmina era imediatamente ajustada, a fresagem continuava sem mais atrasos. Contudo, as correcções realizadas nem sempre tiveram o efeito desejado e, após a inspecção do engenheiro de materiais da Scott Wilson, foi necessário refazer trechos da estrada. De acordo com o Samuel, este tipo de problemas ocorriam quase diariamente. Na preparação da base estabilizada, ou a proporção entre a areia e o cimento era incorrecta ou a densidade e a compactação das camadas do pavimento insatisfatórias. Não admira que Samuel estivesse intrigado com aquele aparato. Mesmo quando tinham formação sobre técnicas de construção adequadas, os jovens engenheiros não pareciam particularmente interessados em melhorar a qualidade do seu trabalho. Uma vez que Samuel e a sua equipa se mantiveram inflexíveis em relação à qualidade da obra, o grupo CHICO foi forçado a despende tempo e dinheiro na reelaboração do seu próprio trabalho:

'Eu acho que eles não têm lucro nenhum aqui!' [Estávamos a jantar no complexo depois de um longo dia quando Samuel expressou o seu evidente espanto relativamente aos chineses e ao seu comportamento peculiar]. 'Eu acho que eles só podem estar a receber injeções de capital da empresa-mãe na China', [continuou Samuel].

Eu perguntei-lhe que razão teria o grupo CHICO para querer continuar a financiar um projecto que está a ser levado a cabo por um grupo de engenheiros inexperiente e incapaz, suportando perdas financeiras contínuas:

‘Isso é o que eu também não entendo’, [respondeu-me Samuel, soltando uma gargalhada]. ‘A estrada pode estar construída, mas já está a deteriorar-se. Daqui a alguns anos não haverá mais estrada.’

Os trabalhadores moçambicanos estavam, naturalmente, tão confusos acerca dos seus superiores chineses como estavam Samuel e os seus colegas da Scott Wilson. Eu estava sentado na beira da estrada com um grupo de trabalhadores, à espera que o engenheiro de materiais decidisse se a mistura indevida de areia e cimento recentemente detectada pelos ‘fiscais’ era motivo suficiente para refazer todo o trabalho. Inácio acenou com a cabeça em sinal de concordância ao capataz chinês que estava envolvido numa intensa discussão com o engenheiro:

‘Eles têm que usar mais cimento.’ [Olhando para o outro lado, abanou a cabeça]. ‘Oh! Não percebo por que é que trabalham desta maneira. Já há rachas na estrada.’

Na verdade, do início ao fim do projecto, muitos trabalhadores tiveram grandes dificuldades em decifrar as acções peculiares dos chineses. As tarefas específicas do dia eram comunicadas pelos capatazes através da utilização de sinais gestuais e exclamações monossilábicas, uma vez que a maioria dos chineses falava pouco ou nenhum português. De acordo com os moçambicanos, a escassez de comunicação verbal dava frequentemente origem a problemas difíceis de gerir, especialmente quando lidavam com superiores mais irascíveis. Enquanto descrevia as agressões violentas e diárias, Inácio apresentou-me a um colega, que trabalhava um pouco mais à frente. O lado direito da sua face estava visivelmente inchado com vários arranhões do couro cabeludo até ao queixo. Segundo o Inácio, o jovem trabalhador moçambicano tinha sido severamente espancado pelo seu capataz chinês que estaria aparentemente irritado com a sua incapacidade para decifrar como realizar uma determinada tarefa.

Os mistérios das políticas chinesas de pagamento

Não obstante as agressões frequentes serem consideradas completamente inaceitáveis e extremamente desgastantes, a sua importância diminuiu quando comparadas com a completa falta de diálogo sobre as incompreensíveis políticas salariais e os contratos ainda inexistentes para a maioria dos trabalhadores. De acordo com o ‘Relatório de Progresso de Obra’ de Fevereiro de 2011:

O empreiteiro [o grupo CHICO] foi, desde o início das obras, incentivado a certificar-se que todos os seus trabalhadores têm o contrato assinado antes de começar a trabalhar e que o pagamento dos salários está em conformidade com os escalões de salários publicados pelo Governo. Em Junho, o empreiteiro forneceu cópias dos contratos de trabalho de cerca de 100 trabalhadores. Apesar dos pedidos adicionais, o empreiteiro não entregou ao engenheiro mais nenhum contrato assinado pelos seus trabalhadores. (Scott Wilson, Ltd. 2011).

Na fase final do projecto, de um total de 261 moçambicanos que trabalhavam para o grupo CHICO, apenas 103 (39,5%) tinham contratos assinados, e muito poucos destes tinham sido elaborados em conformidade com as leis laborais moçambicanas. Por este motivo, sem acordos contratuais, as exigências de direitos eram acompanhadas pela incerteza e pelo medo da demissão. O único agente exterior presente no estaleiro era a Scott Wilson; mas, tendo sido contratados pela ANE apenas para a realização da auditoria geral do projecto, Samuel e os seus colegas podiam apenas relatar aos seus homólogos moçambicanos as condições de trabalho insustentáveis vividas no complexo. Não obstante os riscos evidentes, um grupo de trabalhadores organizou três paralisações para protestar contra as políticas salariais injustas, nomeadamente, a recusa dos chineses de pagarem subsídios de férias e horas extraordinárias. Estas iniciativas tiveram algum sucesso, na medida em que os chineses concordaram em pagar um feriado por mês, mas foi bastante difícil verificar como e se estes dias foram de facto registados. Perguntei ao Alex, um trabalhador moçambicano de Chidenguele, se ele achava que as paralisações tinham sido bem sucedidas:

‘O resultado da greve foi que pedimos subsídios de férias e eles aceitaram... só que... é muito pouco dinheiro. E eu nem sei se estou a receber o salário correcto. É impossível perceber se na realidade estou a receber o subsídio de férias.’

De acordo com o Alex e os seus colegas, o principal problema era a forma incompreensível como os salários eram pagos. Os salários mensais eram entregues em maços de notas ao grupo de moçambicanos em fila indiana, chamados um a um. Para além do desconforto de expor aos seus pares o dinheiro ganho (Nielsen & Pedersen, no prelo), este procedimento tornava praticamente impossível verificar se o montante recebido era o correcto ou não. Mesmo quando os salários eram acompanhados por folhas de pagamento, estas estavam em chinês, o que tornava

a tarefa de descobrir a fórmula de cálculo bastante difícil (ver Figura 3). Quando os moçambicanos questionavam os seus salários, os superiores chineses que monitorizavam o processo imediatamente os empurravam para a frente. Inácio, o jovem trabalhador já mencionado, expressou as suas frustrações sobre esta situação enquanto estávamos sentados à beira da estrada com um grupo de colegas:

‘Eles nem sequer põem o dinheiro num envelope. Apenas contam o dinheiro e entregam-no-lo como se o estivessem a oferecer... nem parece que nos estão a pagar.’

Um dos colegas de Inácio interveio:

‘Ele está certo. O chinês não é bom. O dinheiro que nos dá é dinheiro sem valor.’

Figura 3: Exemplo de um recibo de vencimento de um trabalhador moçambicano. Como podemos ver na imagem, o texto está escrito em chinês



‘Se não há lembranças, não há sonhos’

Não é de todo surpreendente que os salários tivessem uma importância primordial para os trabalhadores locais. A grande maioria dos jovens moçambicanos, mesmo quando contratados por empresas nacionais, auferem ordenados reduzidos que raramente atingem o salário mínimo nacional.⁷ No entanto, das minhas conversas com os trabalhadores, trabalhar para a empresa de construção chinesa aparentava ser diferente de situações de emprego convencionais, especialmente por causa dos

efeitos de longo prazo. Tal como me foi dito em inúmeras ocasiões, o trabalho realizado no local da construção não deixou lembranças. No final da minha estadia em Chidenguele, em Novembro de 2010, tive uma longa conversa com Alex sobre os efeitos de longo prazo de ter trabalhado para o grupo CHICO:

‘Não fica lembrança de nada. O salário é bastante mau e não nos permite começar os nossos próprios projectos de construção. Se o dinheiro fosse suficiente para comprarmos materiais de construção para construirmos as nossas próprias casas, teríamos uma lembrança. Se realmente recebêssemos salários adequados e que nos permitissem construir casas e comprar móveis, comprar uma cama e esse tipo de coisas... Assim, depois de terminado o projecto, podia pensar que “trabalhei para esta empresa e consegui comprar estas coisas”.’

Como o Alex vividamente descreve, foi estabelecida uma importante relação temporal entre as contrariedades sofridas no local de construção e o impacto de longo prazo do trabalho, em que as dificuldades enfrentadas são intimamente ligadas à produção de efeitos positivos no futuro. Por outras palavras, só quando os salários recebidos dos empregadores chineses são suficientes para comprar algo com valor duradouro, como móveis ou materiais de construção para uma casa de cimento, é que o trabalho realizado na estrada entre Xai-Xai e Chissibuca ganha um valor significativo:

‘Como trabalhadores, nós temos que continuar a imaginar que vamos conseguir comprar coisas... uma cama, uma bicicleta,’ [explicou Nelson]. ‘Mas, com um salário tão reduzido, não nos é possível comprar sequer cinco sacos de arroz.’ Perguntei ao Nelson se era possível imaginar a compra de material com um salário assim tão baixo. ‘Não! Nunca com um salário tão baixo quanto este. Nós sabemos que temos de fazer o que for preciso para conseguirmos construir casas para as nossas famílias. Mas com um salário assim tão baixo, não temos dinheiro suficiente para a alimentação... Se não há lembranças, não há sonhos.’

Apesar da importância do salário recebido, outros factores afectaram as memórias do trabalho no estaleiro de construção. Como me fui apercebendo, era fundamental que a relação entre empregado e empregador fosse reconhecida por ambos como tendo grande valor. Através da troca de trabalho por salário, cada

parte oferece um pouco de si. Ao nível da interacção diária, podemos definir esta oferta como o reconhecimento do outro enquanto actor social, com o qual a interacção não é apenas possível, mas também desejável. Neste sentido, os actos de reconhecimento mútuo podem tomar diversas formas: por exemplo, quando os empregadores permitem que os funcionários tirem um dia de folga devido à perda de um familiar ou, igualmente provável, quando adiantam parte da remuneração mensal; ou, por outro lado, quando os trabalhadores aceitam as difíceis condições de trabalho e os salários baixos com base em acordos orais (em vez de contratos escritos) com o seu empregador. Contudo, de acordo com o jovem moçambicano, a situação era diferente no complexo, uma vez que os seus superiores chineses eram aparentemente incapazes de se envolver em relações sociais de proximidade. Até os mais pequenos erros acicatavam o temperamento irascível dos chineses – o que resultou, mais do que uma vez, em agressões graves. De facto, de acordo com Samuel Nhemachena, três dos seus ‘fiscais’ chegaram a ser fisicamente agredidos pelos capatazes chineses ao tentarem interromper o seu trabalho.⁸ Além disso, ao contrário do padrão, ainda que informal, da ética de trabalho em Moçambique, o grupo CHICO não fazia adiantamentos sobre os salários. Os trabalhadores afortunados que tinham um contrato assinado com o grupo recebiam cerca de 3.000 meticais (92 dólares). Contudo, para a grande maioria, sem contrato assinado, os salários variavam, e raramente ultrapassavam, os 2.000 meticais (61 dólares). Naturalmente que, a meio do mês, muitos trabalhadores tinham já gasto o salário e necessitavam de adiantamentos. Sem esta possibilidade, a tendência generalizada era de tirar uns dias de folga (não remunerados) para procurar outras oportunidades de trabalho:

‘Este trabalho priva-nos de muitas coisas, [Alex suspirou] não nos fornece qualquer tipo de segurança. Eles não nos deixam fazer mais nada, mesmo quando temos coisas para fazer em casa. E se eu estiver fora por um dia que seja, provavelmente demitem-me assim que eu regressar no dia seguinte.’

Estes aspectos da relação social entre empregador e empregado eram cristalizados pela contestação dos salários. De certa forma, o dinheiro *enquanto tal* parecia manifestar o carácter problemático dos superiores hierárquicos chineses:

‘Não é suficiente para comprar materiais de construção,’ confidenciou-me o Sérgio. ‘Na verdade, mal chega para comprar ranchos (refeições) para 30 dias. Ah! O salário dos chineses é complicado.’

Sem qualquer prova física para evidenciar que tinham, de facto, trabalhado no complexo de construção, era quase como se a estrada em si perdesse o seu significado:

‘Este dinheiro não me traz nenhuma recordação de ter construído uma estrada,’ troçou o Alex. ‘O trabalho que fizemos não merece este salário. Este é um projecto de grande envergadura. São muitos quilómetros... De onde estamos agora, são pelo menos 95 quilómetros até Chissibuca. Este projecto durou mais de 18 meses e mesmo assim, com o dinheiro que recebemos, não conseguimos começar a construir as nossas casas. Esta estrada não é boa, sabe?’

Deste modo, numa inversão peculiar da causalidade convencional, a estrada parecia ter adquirido qualidades particulares (a qualidade de ‘ser estrada’, por assim dizer), tendo por base a posterior conversão de salários em algo duradouro, como materiais de construção para uma casa de cimento. Dado o carácter problemático dos homólogos chineses, não era possível proceder a tais conversões e, assim, a areia, o cascalho e o cimento que os trabalhadores misturaram meticulosamente não constituíam uma estrada, mas sim um agravamento do que era já uma situação difícil.

Conclusão

Quando estava prestes a voltar para casa, depois do trabalho de campo em Moçambique, cheguei ao novo aeroporto construído por um consórcio de construção chinês.⁹ Antes de entrar no parque de estacionamento, todos os veículos têm de parar na cancela automática para que o motorista retire um pedaço de papel com a hora de chegada. Apesar do aeroporto ter sido inaugurado apenas uns dias antes, a máquina já não funcionava. Em vez disso, um jovem moçambicano, funcionário do aeroporto, estava sentado numa cadeira de plástico, perto da cancela defunta, a apontar a hora aproximada de chegada num bloco de notas. Abri o vidro do carro, e apesar de não ter dito nada, devo ter parecido bastante intrigado. O funcionário primeiro acenou em direcção ao novo e impressionante aeroporto, depois abanou a cabeça e, com um sorriso quase arrogante, disse: ‘China!’

Com o intuito de mapear alguns dos inesperados efeitos socioeconómicos das intervenções chinesas em Moçambique, concentrei-me nos encontros diários entre os jovens trabalhadores moçambicanos e os seus superiores chineses. Por este

motivo, e como espero ter ficado claro, em vez de apresentar o panorama geral da presença da China em Moçambique, esta análise etnográfica serve primordialmente para identificar as situações específicas de contestação e de tensão resultantes do (mas não inteiramente causadas pelo) crescimento das actividades chinesas. Neste sentido, a minha leitura da situação socioeconómica surge das perspectivas dos trabalhadores moçambicanos, precisamente para realçar a confusão e perplexidade inerentes à interacção com homólogos radicalmente diferentes. Apesar desta leitura poder levar-nos a concluir que os engenheiros chineses são *ipso facto* ‘outros’ ininteligíveis, esta é, naturalmente, uma conclusão demasiado básica e redutora. Em vez disso, a partir deste cenário etnográfico meticuloso e direccionado, o desafio é analisar os factores políticos e socioeconómicos mais abrangentes que dão origem a estas situações aparentemente insustentáveis. De acordo com a antropóloga Anna Tsing (2005), precisamos de entender em maior detalhe os processos de ‘fricção global’, onde diferentes actores se reúnem em ‘momentos produtivos de desentendimento’. Uma análise inicial do ‘momento de desentendimento’ no local de construção pode sugerir que se observe ao contrário, por assim dizer – a partir da situação, a fim de decifrar as estratégias individuais de todos os agentes em interacção, examinando assim a origem destes conflitos. Tsing, porém, direcciona a nossa atenção para a ‘parte’ sociocultural que está, na realidade, a ser produzida por estes encontros, tal como a reconfiguração das relações sociais e as imagens mais flexíveis de cenários futuros, distantes do sofrimento vivido enquanto se misturava cimento, areia e cascalho (Ibid.).

Desde que comecei a explorar os diferentes efeitos socioeconómicos locais das intervenções chinesas em Moçambique, em 2009, o cenário mudou drasticamente com o aumento dos investimentos económicos, dos grandes projectos de construção de infra-estruturas, e, igualmente importante, da transferência de pessoal. Sem dúvida que a presença em grande escala de empresas chinesas trouxe inúmeros resultados produtivos e gerou milhares de empregos a cidadãos moçambicanos. No entanto, tal como descrevi em cima, em situações mais frágeis, como a que actualmente caracteriza Moçambique, a ‘fricção global’ entre os agentes em interacção pode criar, ao longo do tempo, crises em massa. Actualmente, parece haver uma crescente consciencialização entre muitos moçambicanos – como por exemplo, o jovem funcionário que distribuía os formulários de entrada aos visitantes no novo aeroporto de Maputo – que os investimentos estrangeiros em grande escala são uma faca de dois gumes e precisam de ser criteriosamente analisados. Os próximos anos mostrar-nos-ão se esta crescente consciencialização levará também a melhorias para a população moçambicana.

Notas

1. Este capítulo baseia-se no trabalho de campo etnográfico realizado como parte do projecto de investigação colectivo *Imperial Potentialities*. Para além do autor, a equipa do projecto é composta por Morten A. Pedersen e Mikkel Bunkenborg, da Universidade de Copenhaga. O projecto de investigação é financiado na sua totalidade pelo Conselho Dinamarquês para a Pesquisa Independente em Ciências Sociais (Forskningsrådet for Samfund og Erhverv).
2. CHICO é um acrónimo para China Henan International Cooperation Group Co. Ltd.
3. Aparentemente, este aumento deve-se à aprovação de quatro projectos de investimento no valor de 45,1 milhões de dólares.
4. *Projectos submetidos para o financiamento externo do Banco Exim da China do Governo da China*, 6 de Agosto de 2009. Documento do Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
5. A equipa da Scott Wilson era composta por 4 engenheiros, 2 técnicos e 15 'fiscais'.
6. De acordo com o contrato inicial, e apesar de trabalharem como parte da equipa da Scott Wilson, os 'fiscais' foram pagos pelo grupo CHICO.
7. Actualmente, o salário mínimo de um trabalhador de construção em Moçambique é de 2.435 meticais (79 dólares) por mês.
8. Numa destas situações, o agressor foi levado à polícia local, mas não foi apresentada queixa.
9. O aeroporto está a ser construído pela *Anhui Foreign Economic Construction Corporation* (AFECC).

Referências

- Abrahamsson, H. , A. Nilsson. (1995). *Mozambique: the troubled transition*, Londres, Zed Press.
- Chichava, S. (2008). *Mozambique and China: from politics to business?*. Discussion paper no. 05/2008, Maputo: IESE.
- Club of Mozambique, Lda. (2011). 'Chinese construction group CHICO due to deliver road in Mozambique in May', 4 de Maio, disponível em: <http://www.clubofmozambique.com/solutions1/sectionnews.php?secao=business&cid=21391&tipo=one> (acedido a 14 de Abril de 2011).
- . (2012). 'US is biggest foreign investor in Mozambique between January and September', 3 de Janeiro, disponível em: <http://www.clubofmozambique.com/solutions1/sectionnews.php?secao=investment&d=23707&tipo=one> (acedido a 18 de Janeiro de 2012).
- Dinerman, A. (2006). *Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Postcolonial Africa, The case of Mozambique, 1975-1994*, Oxon, Routledge.
- Hanlon, J. (1996). *Peace Without Profit: How the IMF Blocks Rebuilding in Mozambique*, Oxford, James Currey.
- . (1991). *Mozambique. Who Calls the Shots?*, Bloomington, Indiana University Press.
- Horta, L. (2007). 'China, Mozambique: old friends, new business.', 13 de Agosto, disponível em: <http://farmlandgrab.org/2322> (acedido a 10 de Julho de 2009).
- Jansson, J. , C. Kiala. (2009). *Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique*, Stellenbosch, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch.
- Macaubub*. (2008a). 'Chinese company to build road in Tete province.' 28 de Novembro, disponível em: <http://www.macaubub.com.mo/en/news.php?ID=6312> (acedido a 10 de Abril de 2011).
- . (2008b). 'Chinese contractor finishes work on bridge over Incomati river at the end of the month', 3 de Junho, disponível em: <http://www.macaubub.com.mo/en/2008/06/03/5147/> (acedido a 10 de Abril de 2011).
- . (2009). 'China and Macau amongst 10 biggest investors in 2008.', 19 de Fevereiro,

- disponível em <http://www.macauhub.com.mo/en/2009/02/19/6582/> (acedido a 19 de Fevereiro de 2010).
- . (2007). 'Chinese company builds Moamba bridge in Mozambique.' 16 de Janeiro, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=2683> (acedido a 11 de Abril de 2011).
- Nielsen, M., M. Pedersen. (no prelo). 'Trans-temporal Hinges : Comparing Chinese Investments in Mozambique and Mongolia.' *Social Analysis*.
- Roque, P. (2009). *China in Mozambique: A Cautious Approach. Country Case Study*, South African Institute of International Affairs.
- Sá, L. (2006). 'O regresso dos chineses', *Revistamacau*, disponível em: <http://www.revistamacau.com/rm.asp?id=003021> (acedido a 10 de Abril de 2011).
- Scott Wilson, Ltd. (2010). *Works Monthly Progress Report No. 18, September 2010*, Maputo, Administração Nacional de Estradas.
- . (2011). *Works Monthly Progress Report No. 23, February 2011*, Maputo, Administração Nacional de Estradas.
- Tsing, A. (2005). *Friction. An Ethnography of Global Connection*, Princeton, Princeton University Press.

5

SERÁ TUDO PARTE DE UM GRANDE PLANO?

ENCONTROS ETNOGRÁFICOS COM OS CHINESES EM MOÇAMBIQUE

Mikkel Bunkenborg

O crescente envolvimento da China em África tem sido alvo de inúmeras notícias nos meios de comunicação ocidentais durante a última década, sendo que grande parte desta cobertura tende a ser bastante crítica das intervenções chinesas no continente. Ao descrever as actividades chinesas em África como parte de uma luta global por recursos naturais, a China tem sido apresentada como um actor político amoral, e difamada por apoiar uma série de regimes duvidosos. Em contraste com a profunda preocupação com a boa governação e o desenvolvimento a longo prazo que supostamente caracteriza as intervenções ocidentais nos países africanos, a oferta chinesa de projectos de desenvolvimento sem a prática da condicionalidade tem sido entendida como a mera prossecução de interesses económicos egoístas. A ideia da China estar a assumir uma posição dominante nos países africanos, que as antigas potências coloniais consideravam há muito como o seu ‘quintal’ privado, tem provocado uma crescente ansiedade no mundo ocidental. O papel da China em África tornou-se, neste contexto, um critério de avaliação das intenções e da moralidade chinesas. Para além dos relatórios alarmistas dos meios de comunicação social, a literatura académica sobre a presença contemporânea da China em África tem vindo igualmente a multiplicar-se. Embora esta literatura aborde uma ampla variedade de projectos específicos por todo o continente africano, as descrições das mais fortuitas intervenções chinesas não conseguem dissipar a suspeita de que o Ocidente está a testemunhar o nascimento de uma nova superpotência e de que existe um grande plano por detrás da expansão chinesa em África.

Com base num projecto de pesquisa etnográfica que procura explorar e comparar as intervenções chinesas em Moçambique e na Mongólia,¹ este artigo questiona a ideia da existência de um plano director subjacente e apresenta uma série de encontros etnográficos com médicos, trabalhadores da construção civil, empresários e comerciantes chineses. Os cidadãos chineses em Moçambique estão envolvidos numa panóplia de projectos diversos e as suas actividades em hospitais, estaleiros de construção, serrações e sapatarias não confirmam imediatamente a ideia de uma expansão chinesa planeada e organizada. Contudo, apesar de a ideia de um plano director subjacente às práticas chinesas ser questionável, a ausência desse plano não exclui a possibilidade de efeitos sistémicos decorrentes de actividades distintas. As diferentes interacções entre chineses e moçambicanos podem não seguir um plano; parece, no entanto, provável que o atrito gerado pelos projectos chineses de ajuda, construção, extração e comércio possam eventualmente produzir e sistematizar ideias sobre as diferenças entre chineses e africanos, contribuindo assim para moldar os contornos da China enquanto potência emergente. A segurança é, por exemplo, uma preocupação relevante para a maior parte dos chineses que trabalha em Moçambique, e ilustra como problemas práticos marginais à expansão da China podem vir a revelar-se centrais.

Do plano à prática

O estudo do papel da China em África era uma especialização pouco relevante até à última década, altura em que esta área cresceu exponencialmente, quando surgiu financiamento para pesquisa e vários investigadores se começaram a dedicar à descoberta da presença chinesa no continente. Como era expectável, de uma maneira geral, os investigadores não confirmaram a imagem alarmista de chineses implacáveis a apoderarem-se de terras e recursos, apoiando ditadores, ignorando direitos humanos, destruindo empresas locais e arruinando o meio ambiente. Sem ignorar os efeitos adversos de algumas iniciativas chinesas, estes académicos têm vindo a esclarecer a história complexa do envolvimento da China em África que remonta à conferência de Bandung, em 1965, e têm vindo a oferecer explicações mais equilibradas dos perigos potenciais e inerentes à presença chinesa no continente (Alden 2007; Alden, Grande & Oliveira 2008; Taylor 2006).

Deborah Braütigam, uma cientista política descrente do mito da China em África, fornece um relato tranquilizador da presença deste país asiático no continente: 'A China é agora uma força poderosa em África, e os chineses não vão sair. O seu envolvimento no continente é estratégico, planeado, a longo prazo, e ainda está em desenvolvimento' (Braütigam 2009). Braütigam faz eco da descrição

optimista de Joshua Ramo (2004) do Consenso de Pequim e do Modelo Chinês de Desenvolvimento, enfatizando que a China conseguiu retirar 200 milhões de habitantes da pobreza desde 1978 e tem um historial recente único no estímulo ao desenvolvimento económico que pode beneficiar os Estados africanos. A China surge aqui como um actor extremamente racional e pragmático, um super-sujeito uniforme, e os acontecimentos em território africano resumem-se aos efeitos intencionais e não intencionais do grande plano concebido por Pequim. O conteúdo deste plano levanta algumas questões – será uma estratégia racional para uma cooperação económica mutuamente vantajosa, como sugere Braütigam? Ou será uma estratégia colonial sinistra sem consideração pelas populações locais? Em qualquer um dos casos, é quase reconfortante pensar que há um poder central que tem um plano, está ao corrente do que se passa, e em quem se pode confiar para agir de forma racional e pragmática.

A aproximação política e económica entre a China e África é frequentemente estudada do ponto de vista da ciência política. Comparativamente, existem poucas descrições etnográficas da forma como empresários e trabalhadores chineses interagem com as populações locais. Uma notável excepção é a descrição de Ching Kwan Lee dos encontros ‘crus’ entre patrões chineses e trabalhadores locais numa mina de cobre na Zâmbia e numa fábrica têxtil na Tanzânia. Ao descrever os resultados muito diferentes dos conflitos laborais nos dois cenários, Ching Kwan Lee critica a ideia de um plano director chinês e insiste no facto de a presença chinesa ser moldada através das interações com determinados países e sociedades africanas. ‘Os resultados preliminares deste estudo comparativo sobre as políticas laborais do capitalismo chinês na África Austral contestam a noção falaciosa, actualmente predominante em debates e relatórios, segundo a qual existe um interesse ‘chinês’ singular que é sempre capaz de se impor sobre uma África também ela singular e vulnerável, sem peso político nos seus encontros com os chineses’ (Lee 2009). A perspectiva etnográfica de Ching Kwan Lee sugere que as intervenções chinesas em África são moldadas em locais específicos e não podem ser entendidas apenas como materializações mais ou menos bem sucedidas de um projecto colonial. É, por isso, uma crítica oportuna à abordagem da ciência política que assume a existência de um sujeito uniforme e de um grande plano subjacente às respectivas práticas políticas e económicas. Esta crítica pode, no entanto, ser aprofundada: examinar os encontros entre chineses e africanos na sua especificidade, sem os reduzir a manifestações das intenções que lhes subjazem, é apenas um primeiro passo. O passo seguinte passa por avaliar os efeitos sistémicos e os sujeitos que estes encontros podem produzir. Se os encontros entre chineses e africanos são actualmente descritos como ‘crus’, como é que poderão ser cozinhados e processados e que tipo de sistema é que vão alimentar? Ching Kwan Lee assinala

a ausência de uma intenção colonial concertada; contudo, se a presença chinesa em África é realmente moldada por interações específicas em vez de intenções, não parece de todo improvável que surjam oportunamente efeitos coloniais.

Este artigo questiona a ideia de que o envolvimento da China no continente africano deve ser entendido como uma estratégia em expansão, como sugere Deborah Braütigam. Em vez do desenvolvimento centrífugo de um plano pré-concebido oriundo de uma política bem definida e estável, podemos estar a testemunhar um processo centrípeto, onde os acontecimentos na periferia moldam a natureza de uma política emergente. Enquanto especialização académica, o estudo das relações China-África tem-se centrado na forma como as intervenções chinesas em África afectam o continente, mas talvez seja hora de nos questionarmos sobre como é que o 'Safari chinês' (Michel *et al.* 2009) pode estar a mudar a própria China. Uma abordagem possível seria, naturalmente, questionar o papel dos africanos neste país asiático – de acordo com a literatura, não há falta de africanos no sul da China (Bodomo 2010; Mathews 2011) – mas a presença chinesa em África não é necessariamente assim tão concreta. Neste sentido, a descrição de Mei Zhan da 'mundialização' da medicina chinesa pode oferecer uma analogia interessante. Em vez de ver a medicina tradicional chinesa como um sistema médico imutável que agora se tornou globalizado, Mei Zhan vê a medicina chinesa como um conjunto mutável de discursos e práticas que foram sendo reconstituídos através de aplicações específicas, apresentando-se, nos anos sessenta, como uma medicina preventiva mais barata, adequada ao terceiro mundo e, nos anos noventa, como uma prática médica alternativa e holística adequada a uma classe média cosmopolita (Zhan 2009). Se a medicina chinesa não é uma essência mas sim um conjunto mutável de práticas e discursos que se vai transformando à medida que vai sendo aplicada em instâncias específicas, o mesmo se pode dizer da China. O mapeamento de como específicas intervenções chinesas em África podem estar a mudar a própria China é obviamente um projecto demasiado ambicioso, mas a informação relativa a Moçambique apresentada neste artigo sugere que valerá a pena começar a pensar na China como uma forma de governação em construção, consequência de interações específicas, em vez de um sujeito bem definido que concebe e executa um grande plano.

O anacronismo socialista da ajuda médica

O Dr. Meng queixou-se da ausência de instalações apropriadas para receber visitas, mas preparou umas folhas de chá e sentámo-nos no seu pequeno gabinete a beber chá e a conversar. Nascido durante a Revolução Cultural, o Dr. Meng era um interlocutor animado e obstinado. Ele foi nomeado para trabalhar numa zona

periférica chinesa depois de ter participado nos protestos de 1989 e manteve-se, desde então, bastante crítico do Governo chinês. O Dr. Meng mostrou-se particularmente céptico quanto à forma como o Governo chinês despendeu dinheiro público em projectos de cooperação, como o estádio de Zimpeto e o aeroporto de Maputo: certamente que o Governo deveria construir porta-aviões para proteger os interesses chineses no Mar do Sul da China, em vez de doar edifícios por toda a África.

O Dr. Meng estava envolvido num dos clássicos projectos de desenvolvimento administrados pelo consulado chinês em Moçambique: uma equipa médica nomeada para o Hospital Central de Maputo. Desde 1976, quando o projecto começou, que a província de Sichuan tem reunido equipas médicas, oferecendo-lhes meio ano de formação em português, e enviando-as para trabalhar em Maputo durante dois anos, até serem substituídas por uma nova equipa. A presente equipa, a n.º 18, é composta por doze médicos, um intérprete e um cozinheiro. Com a autorização do consulado, foi-me permitido visitar os seus bairros e falar com alguns dos médicos.

Os médicos enfatizaram que a sua missão era contribuir para as boas relações entre o povo chinês e moçambicano e que a gratidão e o respeito dos doentes era uma grande recompensa pelo trabalho desempenhado. Mesmo assim, não se encontravam totalmente satisfeitos com a sua situação. A segurança era uma preocupação constante, não só pelos frequentes assaltos, mas principalmente devido à altíssima percentagem de doentes com HIV-positivo. Só num ano, tiveram nove incidentes em que suspeitaram que um dos médicos chineses podia ter sido exposto ao vírus do HIV em acidentes cirúrgicos, e o necessário tratamento profilático após a exposição revelou-se complicado devido aos efeitos secundários. Para além dos perigos que enfrentavam, sentiam que o Ministério da Saúde moçambicano não valorizava o seu trabalho. Ninguém os ia receber ao aeroporto e esperava-se que comesçassem a trabalhar no dia seguinte à sua chegada. Não havia intérpretes, e apenas três ou quatro dias depois de chegarem ao país, tinham que trabalhar sozinhos em turnos, apesar de as suas competências linguísticas serem ainda insuficientes. Os salários eram pagos pelo país de origem mas o Ministério moçambicano providenciava o alojamento, o que se tornou numa fonte de discórdia. Como um membro da equipa salientou, todos eles eram médicos experientes, com família, mas apenas lhes foi dado um quarto individual a cada um em apartamentos comunitários. Conseguir que o Ministério arranjasse ou substituísse as coisas estragadas nestes apartamentos era um problema interminável e, por isso, tiveram que viver com móveis e instalações partidos. Todos os seus colegas do hospital tinham os seus próprios apartamentos e ganhavam uma quantia considerável em clínicas privadas. Além de impedidos

de trabalhar fora do hospital, os médicos chineses consideravam que a existência destas clínicas privadas prejudicava os seus esforços para melhorar os serviços no hospital público. Uma vez que as listas de espera eram um dos factores que levavam os doentes mais abastados a preferir as clínicas privadas, os médicos chineses sentiam que a eficiência era desincentivada, em vez de encorajada, pelos restantes médicos do hospital público.

Ao contrário de projectos de construção mais vistosos financiados pela China por todo o continente africano durante a última década, as equipas de médicos chineses constituem um esforço constante e discreto de cooperação internacional que começou há quase 50 anos e que já alocou perto de vinte mil médicos chineses no exterior, por períodos de dois anos, a maioria em África. A presente popularidade de médicos e medicamentos chineses em alguns países africanos, como a Tanzânia (Hsu 2002; Langwick 2010), está, sem dúvida, relacionada com este esforço. Mas o programa começou em 1963, quando o presidente Mao se preparava para a Revolução Cultural, e não havia então qualquer intenção de abertura de novos mercados. Ainda hoje, os esforços das equipas médicas continuam a ser entendidos como um donativo desinteressado de um povo a outro. Contudo, num contexto em que os cuidados de saúde têm vindo a ser privatizados tanto na China como nos países receptores, o teor socialista e a ausência de uma perspectiva de negócio parecem cada vez mais estranhos aos olhos daqueles envolvidos. Naturalmente, os doentes são os grandes beneficiários desta situação, mas tendo em conta a tendência para a comodificação dos cuidados de saúde, os médicos chineses em Maputo sentem que os seus esforços são insuficientemente remunerados e os seus homólogos locais parecem considerar os esforços deles para melhorar o sistema de saúde público uma ameaça às suas oportunidades de negócio.

Num *post* publicado no seu *blog*, Jian Hong (2011), um empresário chinês que publicou vários livros sobre Moçambique,² sugere que a estratégia chinesa para melhorar o sistema de saúde pública moçambicano é um anacronismo socialista indesejável num mundo que virou capitalista. Jian Hong considera que, em vez de manter cegamente esta estratégia, o Governo chinês devia eliminar gradualmente a componente de ajuda e adoptar uma estratégia de investimento com o objectivo de assegurar que os países africanos estejam abertos a produtos farmacêuticos chineses e a médicos chineses dispostos a estabelecer clínicas privadas em África. As equipas médicas são um projecto de apoio ao sector público da velha guarda; embora não haja razão aparente para supormos que a prática do envio de equipas de assistência médica terminará num futuro próximo, o nacionalismo mordaz do Dr. Meng e a preocupação de Jian Hong com as oportunidades de negócio desperdiçadas sugerem que este tipo de intervenção estatal no âmbito da cooperação para o desenvolvimento está rapidamente a tornar-se obsoleto.

Zonas de construção

O senhor Yang é um homem rijo de quarenta e muitos anos. Trabalhou como capataz de uma equipa de pintores no estádio de Zimpeto, mas foi realocado como segurança no turno da noite, quando a construção do estádio ficou concluída, e pudemos, por isso, conversar durante a tarde. De uniforme roxo característico da SOGECO, convidou-me para o estaleiro de construção vedado, nos arredores de Maputo, e sentámo-nos nos beliches do dormitório que partilhava com um colega, a fumar cigarros chineses e a beber chá verde. O contrato de dois anos do senhor Yang em Moçambique estava a terminar, mas tendo já trabalhado em Madagáscar, Granada e Zimbabué, ele estava confiante que a empresa o reencaminharia para um outro país no final do Festival da Primavera. O salário era razoável, cerca de 800 dólares americanos por mês, pagos na totalidade no final do contrato. As despesas com alimentação e necessidades diárias eram fornecidas pela companhia e pagas através de uma mesada de 100 dólares, e, com alguma contenção, era possível poupar cerca de metade desse subsídio. É prática usual de muitas empresas chinesas reterem o passaporte dos seus empregados chineses, e o senhor Yang e os seus colegas não eram excepção. Eles não estavam, porém, especialmente preocupados com a ausência de passaporte. Para além do risco recorrente dos assaltos nas ruas de Maputo, o facto de poderem ser abordados e multados, enquanto estrangeiros ilegais sem identificação, pela polícia moçambicana, era apenas mais um bom motivo para permanecer no complexo. A empresa organizava, ocasionalmente, uma saída ao supermercado SOGECO ou uma visita a um restaurante chinês, mas o senhor Yang e os seus colegas, em geral, trabalhavam, comiam e dormiam no estaleiro vedado pela duração do seu contrato, sem se aventurarem no exterior. Sendo que esta situação não é assim tão diferente da dos trabalhadores rurais de construção empregados em estaleiros de construção em cidades chinesas, o facto deste local específico estar localizado em Moçambique parecia pouco mais do que um pequeno inconveniente para o senhor Yang e os seus colegas.

Durante décadas, o Estado chinês ofereceu ajuda a Moçambique nos domínios da medicina, agricultura e educação. Nos últimos anos, essa ajuda tem incidido sobre grandes investimentos na construção de edifícios públicos e infra-estruturas. Desde 1999, vários edifícios públicos como o Parlamento, o Centro de Conferências Joaquim Chissano ou o Ministério dos Negócios Estrangeiros foram financiados através de donativos e empréstimos bonificados do Estado chinês e construídos pela SOGECO (Moçambique), a filial moçambicana da AFECC (*Anhui Foreign Economic Construction Co.*). A mesma empresa foi igualmente contratada para a construção do Estádio Nacional de Zimpeto e do Aeroporto

Internacional de Maputo. A maior parte do volume de negócios da SOGECOIA em Moçambique consiste em contratos para o Estado chinês, mas a empresa tem ganho também, por conta própria, uma série de propostas e negócios em imóveis. De acordo com estudos sobre os projectos chineses de construção na África Austral (Bosten 2006; Burke 2007), os projectos financiados pelo Estado chinês parecem servir de trampolim para as empresas chinesas, que após se estabelecerem localmente, conseguem candidatar-se a concursos públicos ou contratos para investidores privados por conta própria. Ser contratado pelo Estado chinês é considerado um negócio bastante atractivo pois a empresa pode confiar que será paga e, uma vez que a supervisão técnica é geralmente efectuada por outra empresa chinesa, é possível concluir projectos sem litígios onerosos. A SOGECOIA parece estar muito bem relacionada com funcionários governamentais, não só na China como também em Moçambique, tendo conseguido ganhar a maioria dos contratos neste país africano. Há, porém, outras empresas de construção chinesas, como a CCM e o grupo CHICO, que também conseguiram realizar contratos com o Estado chinês e, em seguida, começaram a operar de forma independente.³

Apesar de os trabalhadores chineses raramente saírem dos seus estaleiros de construção, estes não são totalmente autónomos; os funcionários chineses têm, frequentemente, de supervisionar equipas de trabalhadores locais. Como as leis moçambicanas estipulam uma determinada proporção de trabalhadores locais, na maioria dos casos, seria não só caro, como também ilegal, a empresa chinesa depender inteiramente de mão-de-obra chinesa. Poucos trabalhadores chineses admitem falar português, e muitos deles referem que a interacção com os trabalhadores locais produz uma espécie de linguagem que não é nem chinês nem português. É uma linguagem composta por palavras isoladas, termos técnicos e expressões simples, como 'bom dia', 'boa noite' e 'mais rápido', mas os chineses afirmam que funciona enquanto meio de comunicação dentro do complexo, mesmo se as pessoas do exterior não a entendem. Vários capatazes chineses referiram ainda que os trabalhadores moçambicanos se dirigem a eles como 'amigo', enquanto que os seus homólogos brancos são tratados por 'chefe' ou 'patrão' – prova das relações amigáveis entre chineses e moçambicanos. De uma maneira geral, os chineses estão convencidos que os trabalhadores moçambicanos apreciam a sua ética laboral, em especial, o facto de os patrões chineses não desprezarem o trabalho manual; mas enquanto os chineses julgam que se fazem entender como 'amigos', a generalidade dos trabalhadores moçambicanos dizem não entender os chineses e parece haver uma grande dose de ressentimento e confusão entre os trabalhadores moçambicanos. A insatisfação relativamente ao salário e às condições de trabalho resulta, ocasionalmente, em greves e violência – naturalmente a segregação destes estaleiros de construção não podia deixar de gerar tensões e conflitos.

Madeira para 'take away'

O senhor Nie era director executivo de uma empresa madeireira chinesa em Cabo Delgado. Apesar dos seus 26 anos de idade, a forma como emitia ordens rápidas e com clareza via telemóvel, tanto em chinês como em português, sugeria o tipo de eficiência impiedosa que se pode esperar de um empresário com o dobro da idade. O senhor Nie cresceu na província de Guangxi e, assim que terminou a faculdade, foi directamente para Moçambique onde trabalhou para uma empresa madeireira na Beira com o seu tio, especialista no corte da madeira. Aprendeu algum português e, quando o seu contrato estava prestes a terminar, conseguiu arranjar um emprego numa outra empresa madeireira chinesa e mudou-se para Montepuez. O seu novo chefe preparou-o para um cargo de gestão, mostrando-lhe a empresa de uma ponta à outra, levando-o a reuniões e jantares com a elite local, e garantindo que ele conseguia comunicar em português. Após um ano de formação, o patrão voltou para a China e deixou o senhor Nie encarregue de toda a empresa, composta por uma serração em Pemba, com 50 funcionários locais, uma área de concessão com cerca de 40.000 hectares, e quatro equipas de lenhadores, com equipamento pesado, e um total de 100 trabalhadores. Nos primeiros tempos, o senhor Nie estava constantemente ao telefone com o patrão na China, mas após um ano por conta própria ganhou confiança na sua capacidade para resolver os mais variados problemas que podiam surgir num dia normal de trabalho. Ocasionalmente, fazia a viagem de cerca de trezentos quilómetros até às áreas de concessão, a fim de resolver disputas entre os capatazes chineses e os trabalhadores locais, pagar salários ou verificar equipamentos com defeito, regressando no mesmo dia. Por norma tudo se resume a uma questão de dinheiro, confidenciou, acrescentando que, durante a sua estadia em Moçambique, tinha aprendido a distribuir gorjetas por toda a gente, incluindo autoridades. O senhor Nie parecia genuinamente orgulhoso do seu trabalho como gerente; ganhava cerca de dois mil dólares por mês, e terá provavelmente razão em afirmar que teria precisado de pelo menos dez anos de trabalho duro na China para alcançar o salário e a responsabilidade que tinha conseguido em apenas três em Moçambique. O senhor Nie não tinha qualquer intenção de deixar Moçambique; mesmo se o país ficar sem madeira, há vastas oportunidades de negócio no sector imobiliário e no turismo. Além disso, o senhor Nie estava a pensar em estabelecer-se no país definitivamente, com a sua noiva moçambicana, uma rapariga de uma família rica local.

Como a indústria mineira ainda não arrancou de vez em Moçambique, a madeira foi a maior exportação moçambicana de recursos naturais para a China na última década (Jansson & Kiala 2009), tendo sido responsável por 69% do valor total das exportações em 2008 (Ilhéu 2010). As primeiras empresas madeireiras

chinesas estabeleceram-se em Moçambique há mais de uma década, na altura com o objectivo de contornar as empresas madeireiras sul-africanas que até então agiam como intermediárias. Presentemente, o sector é dominado por empresas chinesas e a madeira vai para a China, onde é transformada em móveis e soalho. Inicialmente, apenas os cidadãos moçambicanos podiam solicitar as licenças de exploração que lhes permitiam cortar e vender 500 metros cúbicos de madeira de áreas onde chegassem a acordo com os habitantes locais. No entanto, desde 2002, empresas estrangeiras podem também candidatar-se a áreas de concessão maiores. Neste contexto, as empresas chinesas têm utilizado múltiplas estratégias para a obtenção de madeira: comprando parte da madeira, colaborando com detentores de licenças através do fornecimento de camiões e motosserras em troca de madeira, ou operando em áreas de concessão maiores onde empresas chinesas detêm o controlo operativo total sobre equipamento e recursos humanos.

Não obstante o surgimento de nova regulação, a descrição provocatória de Christine Mackenzie (2006) da silvicultura moçambicana como *'take away* para chineses' parece reflectir a opinião local sobre esta indústria. Nas áreas de concessão, os habitantes locais não são compensados pela madeira extraída; e mesmo no caso das licenças individuais, em que estes deveriam ter a última palavra, a oferta de salários para alguns homens e a promessa de construção de uma escola são normalmente suficientes para convencer as comunidades a prescindir do seu ébano e pau-rosa. Ao pagarem salários mínimos – e por vezes, menos – pelo trabalho manual, e uma pequena recompensa às comunidades pela perda da sua madeira, as empresas chinesas estão a exacerbar a pobreza rural em vez de a mitigar, enquanto os lucros enchem os bolsos das elites locais e dos empresários chineses. As cotas de extracção e a proibição de exportação de madeira não transformada têm como objectivo tornar a silvicultura uma indústria sustentável e aumentar o número de empregos no processamento da madeira em Moçambique. Existe, todavia, uma exportação ilegal de madeira não transformada considerável, uma vez que esta está isenta de taxas de importação na China e atinge assim um preço mais elevado. As empresas chinesas com áreas de concessão foram obrigadas a instalar alguns equipamentos básicos de processamento e algumas fazem apenas um corte simples nos troncos o que, apesar de reduzir o valor da madeira, a torna legal. Noutros casos, os inspectores do Ministério da Agricultura e os funcionários da alfândega são persuadidos a descrever os contentores cheios de troncos como contentores cheios de tábuas.

Daniel Ribeiro (2010), partilhando a perspectiva de uma ONG ambiental, sugere que há uma exportação ilegal em massa de madeira não processada e acima das cotas, não obstante a ocasional apreensão de barcos e contentores. Os pequenos subornos são, sem dúvida, parte da explicação, mas ilegalidades

desta escala dificilmente seriam possíveis sem a conivência de autoridades moçambicanas de alto nível. A este respeito, a senhora de Xangai que gere a maior empresa madeireira de Pemba contou uma história interessante. Há dez anos atrás, o seu chefe estava a comprar madeira na Beira e encetou conversa com um moçambicano num restaurante, que se revelaria ser o governador de Cabo Delgado, e que acabou por convidar o empresário chinês para iniciar um negócio em Pemba. De acordo com outras fontes, sabemos que o governador ocupou uma posição no conselho de administração e que colocou um funcionário de confiança do Departamento da Agricultura na empresa, promovendo assim uma cooperação regular entre esta e a unidade administrativa de supervisão. Nunca ficou inteiramente claro como é que esta relação estreita entre o poder local e o empresário chinês funcionava, mas parecia haver um entendimento generalizado de que esta empresa estava especialmente protegida e alguns dos trabalhadores comentaram que os inspectores nunca chegaram a entrar na serração. A gerente de Xangai tinha criado entretanto uma associação de empresas chinesas em Pemba e, enquanto algumas actividades eram puramente sociais, a sua intenção era igualmente ajudar a solucionar os problemas com que os seus compatriotas se deparassem em Moçambique. Curiosamente, ela tinha recentemente contactado o embaixador chinês em Maputo e lamentado o facto de a embaixada se ter esquecido dos seus nacionais do norte de Moçambique. Como consequência, ela está agora regularmente em contacto com a embaixada chinesa, actuando como representante da comunidade chinesa no norte de Moçambique. Este exemplo evidencia que os empresários privados chineses são perfeitamente capazes de forjar alianças com elites locais sem qualquer apoio político chinês; no entanto, como a obtenção deste apoio é bastante conveniente, a embaixada chinesa é, consequentemente, arrastada para áreas novas e potencialmente controversas.

Calçado e segurança

Um jovem moçambicano com um grande bastão e uma espingarda pendurada no ombro foi colocado na entrada da pequena e sobrelotada loja de sapatos chinesa, na baixa de Maputo. O casal chinês de meia-idade dono do negócio não acreditava verdadeiramente que o guarda pudesse contribuir significativamente para a melhoria da sua segurança, mas tendo sido assaltados na semana anterior por homens armados, entenderam ser necessário tomar uma atitude. O senhor Jia e a mulher tinham-se dedicado durante alguns anos ao comércio na Europa de Leste antes de se mudarem para a África do Sul. A África do Sul era um país rentável para os negócios, mas demasiado perigoso e o casal rapidamente se

mudou para Moçambique. O seu filho de 24 anos, tendo passado a maior parte da sua juventude em Maputo, era fluente em português e trabalhava como intérprete em Angola, auferindo um extravagante salário de 3.000 dólares americanos por mês. A sua filha estava prestes a terminar o ensino secundário e eles debatiam-se de momento com a hipótese de se mudarem com ela, quando esta seguisse para uma universidade num país desenvolvido – Moçambique, para eles, tinha-se tornado, nos últimos anos, cada vez menos rentável e mais perigoso. O negócio parecia, porém, ir de vento em popa: com a chegada de novo contentor cheio de sapatos, os clientes faziam fila fora da loja. O senhor Jia explicou que, sempre que a loja estava lotada, os ladrões fugiam com os sapatos que se encontravam na montra, motivo pelo qual ele havia instruído o guarda para não permitir a entrada de mais de 6 pessoas de cada vez. Os vendedores de rua eram os seus clientes mais frequentes, e alguns deles estabeleciam as suas bancas de venda no passeio mesmo ao lado da loja. Obviamente que isto na China não seria permitido, queixou-se o senhor Jia, mas Moçambique é tão desorganizado que não havia nada que ele pudesse fazer. Ainda assim, apesar de os vendedores de rua obterem lucro que poderia estar a entrar nas contas do senhor Jia, estes poupavam-lhe os problemas das vendas a retalho.

Não obstante, naquele bairro, poucas lojas aparentarem pertencer a chineses, a loja do senhor Jia era afinal uma entre inúmeras lojas chinesas, a grande maioria especializada em calçado. Embora os lucros conseguidos – em particular antes da afluência de concorrentes chineses e da variação das taxas de câmbio – fossem consideráveis, as lojas eram bastante modestas, situadas em instalações degradadas arrendadas a descendentes de indianos ou paquistaneses. Mas, apesar de discretas, quase metade delas foi atingida por um gangue de assaltantes armados no Verão de 2011. Um dos proprietários chegou a disparar uma arma para o ar, quando os assaltantes fugiam, mas a bala era tão velha que o som asfíxiado do inútil disparo provocou uma onda de riso entre os presentes. Outro proprietário comentou que este episódio teria provavelmente representado o máximo de resistência que os assaltantes terão tido que enfrentar – a polícia era ineficiente e mesmo que os culpados fossem detidos, as leis do país pareciam favorecer ladrões locais em detrimento de vítimas estrangeiras.

No seguimento desta recente onda de assaltos, alguns proprietários tinham-se juntado para enviar uma carta à embaixada chinesa em Moçambique, solicitando que esta transmitisse a sua preocupação com a ausência de segurança em Maputo às autoridades moçambicanas competentes. Os proprietários pareciam, porém, convencidos da ineficácia da petição enviada à embaixada, uma vez que esta se mostrava geralmente relutante em defender firmemente os seus nacionais. Havia, por isso, outras iniciativas em curso. Os representantes de

várias associações chinesas em Maputo tinham já reunido com funcionários da embaixada a fim de discutir a possibilidade de criação de um Centro de Cooperação Cívica Policial. Este centro foi concebido para facilitar a cooperação entre a polícia local e os cidadãos chineses, e um dos proponentes esperava que o centro servisse não só para cultivar relações com a polícia de Maputo, mas também para proporcionar um serviço de resposta de 24 horas para os cidadãos chineses. Como parte deste serviço, o centro enviaria um chinês bilingue para garantir a facilidade de comunicação entre os cidadãos chineses e a polícia. Em Junho de 2011, a discussão intensificou-se com o intuito de estudar qual a melhor forma que este centro deveria assumir e ainda quais das associações concorrentes ficariam responsáveis.

Surpreendentemente, a embaixada respondeu às preocupações dos proprietários e, a 26 de Julho, o embaixador chinês reuniu com o chefe da polícia de Moçambique e com os comandantes da Força de Intervenção Rápida, da Polícia da Cidade de Maputo e da Polícia da Província de Maputo. Como seria de esperar, a retórica do comunicado oficial chinês sobre esta reunião enfatiza as relações amigáveis entre os dois países; o embaixador é, porém, bastante explícito quando se refere ao problema em questão, afirmando que ‘é imperativo estabelecer um mecanismo de trabalho eficiente para assegurar que os direitos legais dos cidadãos chineses em Moçambique são plena e eficazmente protegidos.’ (MFAPRC 2011). Do encontro resultou que ‘os dois lados anunciaram formalmente a criação do Mecanismo de Defesa Conjunta da Polícia e do Cidadão envolvendo a Polícia de Moçambique, a Embaixada Chinesa e representantes de empresas chinesas residentes em Moçambique’ (Ibid.). Falta ainda saber como vai funcionar exactamente esta iniciativa e se vai conseguir melhorar a segurança dos cidadãos chineses e das suas sapatarias na baixa de Maputo, mas este é, claramente, um desenvolvimento interessante. Talvez não seja lícito extrapolar este exemplo e tirar conclusões gerais sobre o funcionamento das embaixadas chinesas; mas este caso ilustra bastante bem como a embaixada da China em Moçambique não é apenas um veículo para as políticas de Pequim, e suscita questões relativamente à crescente necessidade de as embaixadas chinesas passarem a responder a pressões locais oriundas das empresas chinesas e de organizações da sociedade civil.

Conclusão

Hoje, a iminência do ‘século chinês’ pode parecer mais real do que nunca, assim como o império norte-americano pareceu um dia o inevitável fim da história. Muitos de nós sustêm a respiração com

expectativa e ansiedade. Vale, no entanto, a pena nos lembrarmos que o “global” nem sempre é um mapa fidedigno de previsão do futuro, e o problema com metáforas como o “perigo amarelo”, a “tomada de poder comunista” ou o “novo gigante económico global” não é não serem fortes, mas não serem suficientemente criativas. (Zhan 2009)

Os quatro encontros etnográficos aqui descritos sugerem que a presença chinesa em Moçambique não pode realmente ser entendida como a materialização de um plano director de Pequim. De facto, o envolvimento da China em África parece estar a desenrolar-se por meios que não foram antecipados por nenhum plano. A importância da iniciativa privada, à margem de qualquer plano, foi claramente ilustrada quando me encontrei com um grupo de jovens chineses em trânsito de Dar-es-Salaam para Maputo. Eles embarcaram no avião em Pemba com um grande e vistoso conjunto de bagagens de mão. Eu estava sentado ao lado de um deles, um jovem de 20 anos que ficou visivelmente nervoso quando encetei conversa em chinês. Ele insistiu que estavam a caminho de Maputo para se divertirem, mas era bastante óbvio que não estavam verdadeiramente a gostar da viagem. Ele não achou que a comida do avião fosse comestível e, portanto, já não comia desde a saída de Hong Kong, e tinha dificuldade em entender os anúncios em inglês. Alguém tinha entornado acidentalmente açúcar no compartimento da bagagem de onde caíam constantemente formigas para cima dele. A certa altura, tentou mudar de lugar, mas os restantes passageiros riram-se do seu inglês incompreensível e ele viu-se obrigado a voltar. Sentou-se, puxou o casaco preto de imitação de pele por cima da cabeça, para evitar as formigas e as questões, mas depois de meia hora de silêncio, perguntou-me apreensivo se podia ir à casa de banho no avião. Era bastante óbvio que o jovem não era um viajante experiente a caminho de umas férias em Maputo. Já um pouco frustrado com as suas respostas evasivas, garanti-lhe que não o ia denunciar e perguntei-lhe directamente se era um trabalhador migrante. Ele pareceu quase aliviado com a pergunta e explicou-me que a sua família, na província de Fujian, o tinha enviado para o exterior para construir o seu futuro. Munido de um bilhete de regresso, tinha, porém, uma entrevista agendada com um potencial empregador e, se tudo corresse bem, estava a planear ficar e trabalhar como cozinheiro. Quanto aterrámos em Maputo, descobri que os jovens passageiros não tinham despachado nenhuma bagagem de porão e foram levados directamente para um pequeno autocarro que os esperava no aeroporto. Nunca mais voltei a ver o jovem, e ele nunca respondeu aos meus *emails*.

Quando contei esta história a um amigo chinês que reside em Moçambique, ele lembrou que os jovens estariam provavelmente a caminho da África do Sul.

O facto de terem pouca bagagem indicava que iam atravessar a fronteira a pé numa zona sem vigilância. Esta é uma actividade frequente, explicou-me o meu amigo: por semana, cerca de 30 chineses entram ilegalmente na África do Sul a partir de Moçambique. Alguns são detidos como imigrantes ilegais e deportados de volta para Moçambique, outros acabam baleados quando abrem lojas em bairros perigosos, mas a maioria desaparece – ‘engolidos’ por empresas chinesas onde arranjam trabalho, vão gradualmente adquirindo papéis, falsificados ou reais, que lhes permitem viver na África do Sul. Este tipo de migração não é nem fiscalizada nem permitida pelo Estado chinês, acontece à margem de um qualquer grande plano.

Não é surpreendente a quantidade de actividade empresarial privada no contexto da presença da China em África. O que não deixa de surpreender, porém, é a forma como, nos encontros etnográficos descritos, os empresários privados chineses e as associações chinesas locais têm começado a apelar à embaixada chinesa, e conseqüentemente, ao Estado chinês, para proteger os seus interesses legais em países estrangeiros. ‘A embaixada chinesa diz-nos apenas para respeitarmos e nos comportarmos de acordo com as leis locais. Mesmo quando somos tratados de forma injusta pelas autoridades locais, eles nunca intervêm,’ reclamou um empresário chinês, expressando em simultâneo a sua admiração pelo estilo mais assertivo dos portugueses. Um dos seus amigos chineses possuía um passaporte português e quando teve problemas com a polícia moçambicana a embaixada portuguesa não poupou esforços para defender os interesses de um seu nacional. Parece haver consenso entre os pequenos empresários chineses que a dispendiosa cooperação chinesa com África tem trazido poucos frutos e que é altura de marcar uma posição bastante mais forte na defesa da propriedade e segurança dos cidadãos chineses.

David A. Robinson (2012), num artigo recente, faz um resumo do envolvimento da China em Moçambique e discute como este estudo de caso específico pode contribuir para um debate mais alargado sobre os objectivos e impactos da China em África. Robinson conclui que o envolvimento chinês é económico e diplomático em vez de militar e estratégico, e que o desejo de obtenção de recursos naturais não exclui um compromisso sincero de promoção de desenvolvimento económico e estabilidade social. De um ponto de vista mais genérico, esta afirmação é verdadeira, mas os objectivos do poder central não são, provavelmente, o indicador mais fiável para entendermos o que está a acontecer agora e o que vai acontecer no futuro. De acordo com o material etnográfico apresentado, os chineses em Moçambique não estão apenas a desenvolver negócios e a forjar alianças políticas locais através de meios que não foram antecipados por nenhum plano; eles estão igualmente a dialogar com o poder central em Pequim, exigindo

que o Estado chinês mostre a sua força e intervenha para proteger os seus direitos e interesses. O envio de uma fragata de combate à pirataria na baía de Áden e a evacuação espectacular de quase 40 mil cidadãos chineses no início da guerra civil na Líbia, em 2011, indicia que o Governo chinês se começa a aperceber que intervenções decisivas no estrangeiro são não só possíveis, como apoiadas com grande entusiasmo pela opinião pública nacional. Um artigo publicado no *China Daily* de 28 de Fevereiro de 2011 afirma que '[e]sta é a primeira vez que a marinha chinesa participa numa missão deste género. E prova, uma vez mais, que o Exército de Libertação Popular é uma força fiável para a salvaguarda da segurança de todos os cidadãos chineses, estejam estes em casa ou no exterior.'

A julgar pela surpreendente missão na Líbia, são as contingências na periferia em vez das decisões preconcebidas no centro, que vão determinar a forma como a política de expansão chinesa se irá desenvolver. À medida que o número de cidadãos chineses no estrangeiro e o valor dos seus investimentos privados e empresariais continuam a crescer, será cada vez mais difícil 'salvaguardar a segurança de todos os cidadãos chineses, em território nacional e no estrangeiro' e será, certamente, apenas uma questão de tempo até que alguma contingência na periferia ponha em causa a actual política de não-intervenção nos assuntos internos de outros países. O modo como a China se adaptará aos desafios na periferia está ainda por desvendar, e é por essa razão, parece-me, que é importante estudar a forma como os médicos, os trabalhadores da construção civil, os comerciantes de madeira e os pequenos comerciantes chineses interagem com os habitantes locais em países como Moçambique. Não porque estes locais e momentos etnográficos elucidem a forma como um plano director preexistente está a ser executado; mas porque as habitações degradadas de médicos chineses, a gestão, num português mal falado, dos estaleiros de construção, as serrações decrépitas e as sapatarias arrendadas são os verdadeiros locais onde, de maneira inconstante, a China vai sendo moldada e adquirindo formas novas e surpreendentes.

Notas

1. Este projecto de investigação, intitulado *Imperial Potentialities*, é financiado pelo Conselho Dinamarquês para a Pesquisa Independente em Ciências Sociais (FSE) e é composto por três investigadores, Morten Nielsen, Morten Axel Pedersen, e Mikkel Bunkenborg. O projecto explora o crescente envolvimento político-económico da China na Ásia Central e na África subsariana, através de três trabalhos de campo etnográficos interligados sobre as intervenções chinesas nas infra-estruturas e na extração de recursos na Mongólia e em Moçambique.
2. Tal como sugerido pelos títulos dos seus livros – *Empresários chineses em África* (2003), *A última mina de ouro: as oportunidades de negócio ilimitadas em África* (2007), *Ao longo do Sudeste Africano* (2010) e *Guia de Moçambique* (2010) – Jian Hong oferece uma combinação interessante de factos básicos, etnografia amadora e conselhos práticos aos empresários chineses que procuram informação sobre Moçambique.
3. O artigo de Morten Nilsen, também publicado neste volume, descreve a forma como o grupo CHICO ganhou o concurso internacional do Banco Mundial para a construção de uma secção da EN1. Neste caso, o projecto foi subcontratado a outra empresa, a sétima divisão da *China Railways Engineering Corporation*.

Referências

- Alden, C. (2007). *China in Africa*, Londres, Nova York, Zed Books.
- Alden, C. et al. (2008). *China returns to Africa: a rising power and a continent embrace*, Londres, Hurst.
- Bodomo, A. (2010). 'The African Trading Community in Guangzhou: An Emerging Bridge for Africa-China Relations', *The China Quarterly*, 203, pp. 693-707.
- Bosten, E. (2006). China's Engagement in the Construction Industry of Southern Africa: the case of Mozambique. Paper read at Asian and other Drivers of Global Change, 19-21 January, at St. Petersburg.
- Braütigam, D. (2009). *The Dragon's Gift: the real story of China in Africa*, Oxford England, Nova York, Oxford University Press.
- Burke, C. (2007). 'China's Entry into Construction Industries in Africa: Tanzania and Zambia as Case Studies', *China Report* 43 (3), pp. 323-336.
- China Daily* (2011). 'Timely evacuation', 28 de Fevereiro, disponível em: http://www.china.org.cn/opinion/2011-02/28/content_22018293.htm (acedido a 10 de Junho de 2012).
- Hsu, E. (2002). 'The medicine from China has rapid effects': Chinese medicine patients in Tanzania, *Anthropology and Medicine* 9 (3), pp. 291-312.
- Ilheu, F. (2010). The Role of China in the Portuguese Speaking African Countries: The Case of Mozambique (Part II). Centre of African and Development Studies, Universidade Técnica de Lisboa.
- Jansson, J. & Kiala, C. (2009). Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosh.
- Jian, H. (2003). *Zhongguo Shangren zai Feizhou: Shangqing, fengqing, renqing* [Chinese businessmen in Africa: Market conditions, local customs, and personal relations]. Beijing, Zhongguo Jingji Chubanshe.
- . (2007). *Zuibou de jinkuang: Wuxian shangji zai Feizhou* [The Last Gold Mine]. Beijing, Zhongguo Shidai Jingji Chubanshe.
- . (2010). *Dongnan Feizhou zhi lu: Chuanyue Dongnan Feizhou*. [Across Southeast Africa], Beijing, Zhongguo Kexue Wenhua Yinxiang Chubanshe.

- . (2010). *Dongnan Feizhou zhi lu: Mosangbike zhinan* [Mozambique Guidebook], Beijing, Zhongguo Kexue Wenhua Yinxiang Chubanshe.
- . (2011). *Zhongguo yuan Fei yisheng zuo duo yuan*. [How much further can the Chinese doctors aiding Africa go?], disponível em: <http://hi.baidu.com/%B7%C7%D6%DE%BD%A3%BA%E7/blog/item/677ab80803a69ffd36d122d4.html>. (acedido a 15 de Fevereiro de 2012).
- Langwick, S. (2010). 'From Non-Aligned Medicines to Market-Based Herbs: China's Relationship to the Shifting Politics of Traditional Medicine in Tanzania', *Medical Anthropology: Cross-Cultural Studies in Health and Illness* 29 (1), pp. 15-43.
- Lee, Ching Kwan. (2009). 'Raw Encounters: Chinese Managers, African Workers and the Politics of Casualization in Africa's Chinese Enclaves', *The China Quarterly*, 199 (1):647-666.
- Mackenzie, C. (2006). *Forest Governance In Zambezia, Mozambique: Chinese Take-Away!* Final Report for FONGZA.
- Mathews, G. (2011). *Ghetto at the center of the world: Chungking Mansions*, Hong Kong. Chicago; Londres, University of Chicago Press.
- Zhonghua Renmin Gongheguo Waijiaobu [MIAPRC]. (2011). *Zhu Mosangbike dasbi Huang Songfu yu Mo jingcha budui fuzeren juxing gongzuo huiwu* [Ambassador to Mozambique Huang Songfu meets with leaders of Mozambican police and armed forces], disponível em: <http://cs.mfa.gov.cn/lshh/lxw/t842919.htm>. (acedido a 15 de Fevereiro de 2012).
- Michel, S. et al. (2009). *China safari: on the trail of China's expansion in Africa*, Nova York, Nation Books.
- Ramo, J. (2004). *The Beijing Consensus: Notes on the New Physics of Chinese Power*, Londres, Foreign Policy Centre.
- Ribeiro, D. (2010). Disappearing Forests, disappearing hope: Mozambique. In A. Harneit-Sievers, et al. (eds.), *Chinese and African perspectives on China in Africa*, Cape Town, Pambazuka Press, pp. 155-162.
- Robinson, D. (2012). 'Chinese engagement with Africa: The case of Mozambique', *Portuguese Journal of International Affairs*, 6, pp. 3-15.
- Taylor, I. (2006). *China and Africa. Engagement and compromise*. Londres, Routledge.
- Zhan, M. (2009). *Other-worldly: making Chinese medicine through transnational frames*, Durham, Duke University Press.

6

MITO E REALIDADE: O ENVOLVIMENTO CHINÊS NO SECTOR AGRÍCOLA DE MOÇAMBIQUE

Sigrid Ekman

Introdução

A publicação do livro de Lester Brown '*Who Will Feed China? Wake-Up Call for a Small Planet*', em 1997, gerou um debate aceso sobre o futuro da segurança alimentar chinesa e o seu impacto no mercado mundial de alimentos. A ascensão da China, que engloba um quinto da população mundial, detendo, porém, recursos naturais muito limitados, suscitou, na altura, preocupações quanto à capacidade de oferta global de alimentos para satisfazer a procura futura.

Nos últimos anos, este debate renasceu devido à escassez de alimentos que provocou uma subida dos preços sem precedentes em 2008 (Hanson 2008: 10; ADB 2008: 4), disparando novamente em 2010 e no início de 2011, gerando motins e instabilidade social por todo o mundo. Com o aumento da consciencialização dos perigos do aquecimento global, a terra tem vindo a ser utilizada cada vez mais para a produção agrícola não alimentar, como os biocombustíveis e a expansão de áreas urbanas, causando um aumento no preço da produção de alimentos à medida que a oferta diminui e aumentam os custos dos factores de produção. Numa tentativa de travar o aumento dos preços e a escassez nacional, os países produtores de alimentos como a Argentina, a Tailândia e a Etiópia (entre vários outros) impuseram restrições e proibições à exportação, exacerbando ainda mais a situação do mercado global e dos países importadores de alimentos, consequência da queda da oferta disponível no mercado internacional (BBC News 2008).

A aparente volatilidade do mercado global fez nascer um novo conceito: a ‘usurpação de terras’ (*land grabbing*). O argumento principal é o de que, para garantir a sua segurança alimentar, as nações limitadas na sua capacidade interna de produção de alimentos arrendarão explorações agrícolas no exterior que produzam para os seus mercados domésticos, integrando assim, verticalmente, a produção de alimentos, com o objectivo de assegurar o fornecimento estável de bens de primeira necessidade. Essencialmente, quando um país integra verticalmente o abastecimento de alimentos através da produção agrícola no exterior está a ‘acrescentar terra’, um recurso normalmente considerado pela teoria económica como um bem fixo, expandindo assim o seu potencial de produção, sem se expor a um mercado internacional volátil.

A China é conhecida pela sua falta de terra e abundância de pessoas e, desde 2004, que é um importador líquido de alimentos. Vários artigos nos meios de comunicação social têm relatado que a China começou a arrendar terras no estrangeiro, nomeadamente em Moçambique (Groenewald 2009; Macauhub 2009a; Macauhub 2008; Horta 2009; Horta 2008; Horta 2007; Smith & Talbot 2009; Grain 2008) – o que tem levantado algumas questões sobre a natureza neocolonialista destes arrendamentos de terras e investimentos agrícolas.

Mas quão prementes são as questões de segurança alimentar na China? E quais são a natureza e as causas subjacentes ao envolvimento chinês no sector agrícola moçambicano? Será a integração vertical da produção de alimentos em Moçambique uma solução realmente viável para colmatar as necessidades internas chinesas? E, mais importante ainda, até que ponto é que a China está realmente envolvida no sector agrícola moçambicano?

A pesquisa de terreno realizada para a elaboração deste capítulo revelou que os relatórios sobre os investimentos agrícolas chineses em Moçambique são bastante exagerados, e que as causas subjacentes ao interesse chinês no sector agrícola moçambicano não são uma preocupação directamente relacionada com a sua segurança alimentar interna. O envolvimento da China é, na realidade, muito mais complexo do que a mera procura de recursos naturais.

Este capítulo apresentará uma visão global dos projectos e investimentos chineses no sector agrícola moçambicano e analisará a situação alimentar interna da China e a viabilidade da integração vertical do fornecimento de alimentos. Compreendendo melhor a natureza dos projectos agrícolas chineses em Moçambique, poderemos dissecar os verdadeiros motivos do interesse da China na agricultura. Será ainda sugerido que o argumento apresentado para a integração vertical da produção de alimentos como medida de segurança é demasiado simplista e não tem em consideração outros incentivos para os investimentos agrícolas, tais como: a procura do lucro, a internacionalização das empresas

chinesas, e os conhecimentos agrícolas como instrumento de ajuda externa. Além disso, as perspectivas alimentares internas da China não são tão alarmantes quanto se poderia pensar.

A procura da auto-suficiência

Por que motivo o Governo chinês se sentiu impelido a garantir terras para a 'produção interna' de alimentos no exterior? Afinal, a teoria económica do comércio internacional atesta que o comércio no mercado internacional pode levar a ganhos de eficiência, permitindo aos países consumirem além da sua possibilidade de produção.

No entanto, a teoria económica do comércio internacional pressupõe que as relações comerciais são sempre possíveis e estão constantemente disponíveis, quando na realidade estas cadeias de abastecimento podem ser quebradas ou interrompidas, uma vez que a economia e o comércio não funcionam de forma independente das forças políticas, culturais e sociais (Vyas 2000: 4403). Um exemplo claro de interferência política e social é a imposição de proibições de exportação por parte dos países produtores de alimentos, como aconteceu em 2008, quando países como o Vietname e a Argentina restringiram o seu abastecimento ao mercado internacional (Freeman *et al.* 2008: 10).

Os mercados são impulsionados por duas forças: a oferta e a procura. A procura é definida como a vontade e a *capacidade* de pagar por um bem, e é a combinação destes dois elementos que estimula a oferta (Sen 1981: 433; Sen 1982: 456). Sabemos, contudo, que as pessoas podem necessitar fisicamente de alimentos, mesmo quando não são *capazes* de os pagar, até ao ponto de gerarem tumultos em massa, instabilidade social e até mesmo revoluções (Freeman *et al.* 2008: 3, Erlich *et al.* 1993: 26). É por esta razão que os países se podem encontrar numa situação em que a oferta e a procura, e, por inerência, os mercados, alcançam o equilíbrio no plano económico, enquanto a sociedade enfrenta a escassez no plano social (fome), causando uma elevada frustração e desespero que podem perturbar a harmonia social (Weng 2008).

A China não escapou à crise alimentar de 2008 e a inflação agrícola (*agflation*) continua a deixar os decisores políticos chineses preocupados. Apesar de a inflação na China apresentar valores de apenas 1,7%, a inflação agrícola registou valores percentuais de dois dígitos, não só em 2008 como actualmente, exercendo pressão sobre os 70 milhões de trabalhadores urbanos que vivem com salários reduzidos e que representam o grupo mais vulnerável da sociedade, uma vez que não podem recorrer à agricultura de subsistência quando os preços aumentam

exponencialmente (Davies 2008: 3; Wen *et al.* 2008: 9). De facto, quando os preços sobem, é a crescente população urbana que sente uma maior pressão sobre os seus orçamentos.

Por conseguinte, a China deveria arrendar terras no exterior, onde estabeleceria quintas, geridas ou apoiadas pelo Governo chinês, de produção de colheitas para exportação para o país de origem. Nesta perspectiva, a China não estaria a comprar as colheitas de um outro país, mas sim a comprar os direitos de utilização da terra e das colheitas aí produzidas, podendo assim plantar e colher de acordo com as suas necessidades internas, contornando desta forma o mercado internacional. Ao contrário do investimento directo estrangeiro, este tipo de investimento procuraria bens em vez de mercados (FAO 2009), sendo impulsionado pela procura de segurança ao nível dos recursos e não pela procura do lucro.

Em suma, a integração vertical através da utilização de terras no exterior é um substituto para a produção nacional que, no entender dos seus proponentes, traz benefícios em termos de segurança semelhantes aos da produção interna, na medida em que evita as incertezas do mercado global volátil (Görge *et al.* 2009: 13). Essencialmente, os direitos de utilização da terra tornar-se-iam 'chineses', caso fossem comprados, daí o paralelismo com o neocolonialismo.

Colonizador, concorrente ou camarada?

Chris Alden, um dos mais reputados especialistas no estudo das relações sino-africanas, escreve que o envolvimento chinês em África é normalmente visto por um de três prismas: a China enquanto concorrente económico, a China enquanto colonizador ou a China enquanto parceiro de desenvolvimento (Alden 2007: 5-6).

A primeira perspectiva sobre a presença chinesa em África encara a China como um concorrente nos mercados, e é frequentemente utilizada quando se discute relações comerciais, por exemplo ao nível do mercado têxtil não só em África como também em países terceiros, onde a China tem claras vantagens sobre os fabricantes africanos.

A segunda perspectiva, a da China enquanto colonizador, está frequentemente presente nos meios de comunicação social como resultado do interesse chinês nos recursos naturais e na terra. A extracção desses recursos é comparada com a das potências imperiais do século XIX, que simplesmente extraíam e exportavam as matérias-primas, sem qualquer valor acrescentado para os países africanos, travando, assim, o desenvolvimento das economias locais (Freeman *et al.* 2009: 3).

A terceira perspectiva, em que a China surge como um parceiro de desenvolvimento, apresenta uma abordagem positiva no cômputo geral, e tenta

explicar como as relações sino-africanas trazem benefícios não só para a China como também para o continente africano. Esta visão é compatível tanto com as ambições da política externa chinesa, em que o princípio orientador central é o do benefício mútuo, como com a posição proclamada por vários governos africanos.

Mas enquanto o Governo chinês pretende promover a China como um parceiro de desenvolvimento, como um irmão mais velho da comunidade de países em desenvolvimento, os meios de comunicação social têm-se mostrado cada vez mais hostis ao envolvimento chinês em África, referindo-se frequentemente às actividades chinesas em Moçambique como neocolonialistas. Contudo, se atentarmos à dinâmica dos investimentos agrícolas chineses, parece que a China encaixa melhor na descrição de camarada, ou, quiçá, de concorrente, do que na mais frequente imagem de colonizador.

O potencial agrícola de Moçambique

O rio Zambeze corre ao longo do vale do Zambeze, no centro de Moçambique, criando um ambiente geográfico considerado fortemente adequado para a produção agrícola. O fértil vale do Zambeze estende-se por 22.500.000 hectares abrangendo quatro províncias: a província de Tete, nove municípios da província da Zambézia, quatro distritos da província de Manica e quatro distritos da província de Sofala.¹ Segundo as estimativas oficiais, Moçambique dispõe, no total, de 30 a 36 milhões de hectares de terra arável, dos quais apenas cerca de 15% são actualmente cultivados (Roque 2009: 9; Arndt *et al.* 2008: 1).

Moçambique tem também uma posição estratégica enquanto nação portuária (Roque 2009: 13), facilitando o transporte entre o Oceano Índico e os países do interior como a Zâmbia, a Suazilândia, o Zimbabué e as zonas do noroeste da África do Sul. Os alimentos produzidos em Moçambique podem assim ser facilmente exportados, não só por via marítima como por via terrestre, para o mercado regional da África austral.

Apesar de ser frequentemente descrita como terra virgem, grande parte destas terras é tradicionalmente utilizada pelas populações locais. No entanto, a produtividade está muito abaixo do seu potencial devido à falta de infra-estruturas e factores de produção, como sejam, técnicas modernas de cultivo, sementes melhoradas e fertilizantes. Deste modo, a terra pode ser descrita como bastante subaproveitada mas não como inutilizada.

O Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze (GPZ)² era um órgão governamental criado para promover investimentos no Vale do Zambeze, sendo este considerado essencial para desencadear a revolução verde em

Moçambique, dado o seu vasto potencial.³ Não obstante esse formidável potencial de fertilidade das terras moçambicanas, Moçambique é uma nação com uma oferta interna de alimentos particularmente instável devido ao subinvestimento crónico do sector agrícola da região.

A Tabela 1 descreve a situação da segurança alimentar moçambicana actual, com base nos perfis criados pelo GTZ no seu relatório 'Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em terras nos países em desenvolvimento' (2009). O Índice Global da Fome (IGF) aponta para problemas no âmbito da segurança alimentar e da fome em vários países e é medido numa escala de 0 a 100, sendo 0 a segurança alimentar total. Os valores superiores a 30 são definidos como fome extremamente alarmante (Görgen *et al.* 2009: 28).

Tabela 1: Classificação da segurança alimentar em Moçambique

Classificação da segurança alimentar em Moçambique	
Índice Global da Fome (IGF)	23.7 (nível de fome alarmante)
Classificação IGF (em 84 países)	66
Percentagem de população subalimentada	37%
Vulnerabilidade a uma recessão global	Média
País em crise	Não

Fontes: FAO. (2010); Von Grebner *et al.* (2010)

Um dos argumentos utilizados para equiparar o arrendamento de terras a uma nova forma de colonização lembra que estes arrendamentos ocorrem em países com uma segurança alimentar interna frágil. Neste sentido, retirar alimentos a países com problemas de fome não é uma situação benéfica para ambas as partes e é, portanto, moralmente questionável.

Estes argumentos não têm, porém, em consideração que a razão pela qual Moçambique não usufrui de segurança alimentar é não dispor do capital e da tecnologia necessários para tirar o máximo partido dos seus abundantes recursos naturais (Görgen *et al.* 2009: 13). Fornecendo estes elementos, a China permitirá assim o crescimento da produtividade, contribuindo para saciar a fome em ambos os países. É perfeitamente plausível, aliás, que o interesse do Governo moçambicano no arrendamento de terras a investidores estrangeiros surja precisamente porque a segurança alimentar em Moçambique se encontra num estado desolador, havendo intenção de melhorar a produtividade agrícola e a estabilidade do abastecimento alimentar do país. Assim, o IDE na agricultura não é encarado como incompatível com a segurança alimentar do país anfitrião, mas sim como um benefício mútuo. Na verdade, tanto o Governo chinês como o moçambicano adoptaram esta perspectiva de benefícios mútuos no que concerne os investimentos entre as duas nações (Roque 2009: 10).

O comércio agrícola entre a China e Moçambique é hoje muito limitado. Analisando as exportações de Moçambique para a China actualmente, observamos que estas consistem primordialmente em madeiras e apenas uma quantidade reduzida de produtos alimentares. As isenções aduaneiras à entrada dos produtos moçambicanos em território chinês tiveram um impacto limitado nas exportações para a China, uma vez que Moçambique tem neste momento uma capacidade de oferta reduzida, apesar do seu grande potencial para aumentar essa capacidade (Jansson & Kiala 2009: 3). Segundo alguns estudos, a China não é um destino essencial para as exportações agrícolas de Moçambique e a produção agrícola moçambicana não se ajusta presentemente à procura chinesa de alimentos (Villoria *et al.* 2009: 4-5). O rápido crescimento do volume de comércio entre as duas nações deve-se, em grande parte, às importações de bens manufacturados chineses, como produtos electrónicos e de aço/ferro baratos, e muito pouco à produção de alimentos (Jansson & Kiala 2009: 5).

O envolvimento agrícola da China em Moçambique: mitos e realidade

As relações entre a China e Moçambique têm-se vindo a intensificar mas não são inéditas, especialmente no que diz respeito à agricultura. Durante as últimas décadas, a China forneceu formação e competências técnicas ao sector agrícola moçambicano através de três projectos. O primeiro projecto de cooperação técnica agrícola teve início em 1976 e terminou em 1998; o segundo projecto começou em 1983, com a duração de dois anos; e o terceiro decorreu entre 1986 e 1989 (ERPCM 2002). Nenhum destes projectos históricos envolveu o arrendamento de terras para utilização comercial ou estratégica.

Contudo, diversas notícias e relatórios dos últimos anos afirmam que a China está a investir 800 milhões de dólares americanos no desenvolvimento da agricultura em Moçambique, insinuando por norma que este investimento está a ser realizado através do arrendamento de terras, com a intenção de criar quintas de grande escala e deslocar milhares de colonos chineses de forma a estabilizar a segurança alimentar chinesa (Macauhub 2009b; Horta 2009: 11; IFPRI 2009; GRAIN 2008). A maioria dos relatórios não se baseia em trabalho de campo, não obstante a actual falta de transparência e de dados aconselhar tal investigação no terreno.

Na área agrícola (excluindo a florestal), há fundamentalmente três temas controversos que envolvem a China: (i) o arrendamento de terras e os investimentos agrícolas no vale do Zambeze, (ii) a construção da barragem de Mpanda Nkua, e (iii) os Centros de Tecnologia Agrícola.

1. Investimentos no vale do Zambeze

Os meios de comunicação social têm relatado que a China arrendou grandes extensões de terra em Moçambique com o objectivo de satisfazer as suas necessidades de segurança alimentar. Referem ainda que milhares de colonos chineses imigrarão para Moçambique para fins agrícolas. Alguns afirmam também que foi assinado um memorando de entendimento entre Moçambique e a China, em 2006 ou 2007, dependendo da fonte (Groenewald 2009; Macaclub 2009b; Macaclub 2008; Horta 2009; Horta 2008; Horta 2007; Smith & Talbot 2009; Grain 2008; Görden *et al.* 2009).

O trabalho de campo realizado em Moçambique não revelou, todavia, qualquer evidência que sustente estas afirmações. A Direcção Nacional de Terras moçambicana desconhecia qualquer arrendamento de terras por parte da China ou de empresas chinesas.

Em 2006, o Governo chinês comprometeu-se a oferecer ajuda monetária a Moçambique e o Governo moçambicano foi autorizado a determinar quais os projectos que seriam financiados.⁴ A maior parte do dinheiro foi alocada a projectos de infra-estruturas, como a construção do novo aeroporto, do estádio nacional e de outros edifícios de valor simbólico, em Maputo. Somente uma pequena fracção foi alocada a investimentos agrícolas no vale do Zambeze.

Após uma pressão significativa, o GPZ obteve 50 milhões de dólares americanos do empréstimo bonificado dado a Moçambique pelo banco chinês Exim, com o objectivo de financiar projectos de desenvolvimento agrícola no vale do Zambeze. Deste montante, 19 milhões são para a importação de equipamentos e máquinas agrícolas, e os restantes 31 milhões de dólares são para a criação de três unidades fabris, nomeadamente:

- (i) Uma fábrica de processamento de arroz em Namacurra, província da Zambézia: capacidade para produzir 150 toneladas por dia;
- (ii) Uma fábrica de processamento de milho em Ulongué, província de Tete: capacidade para produzir 25.000 toneladas de cereais por ano;
- (iii) Uma fábrica de processamento de algodão em Guru, província de Manica (All Africa 2009).

A pressão exercida pelo GPZ para a obtenção destes fundos para o desenvolvimento do sector agrícola no vale do Zambeze indicia que este investimento não está a ser liderado pelo Governo chinês como parte de uma estratégia de segurança alimentar. Estas fábricas serão privatizadas assim que forem concluídas, mas, neste momento, qualquer rumor em torno da possível compra por parte da China não passa de especulação.

Embora represente um aumento na capacidade de produção moçambicana, esta manterá valores bem abaixo do necessário para satisfazer a procura interna (African Agriculture News 2009).⁵ É, portanto, pouco razoável argumentar que esta produção serviria para salvaguardar a segurança alimentar chinesa. Além disso, o objectivo destas fábricas é o processamento de grãos de cereais já cultivados. Estes investimentos não vão expandir o cultivo de cereais, mas sim aumentar a capacidade de processamento em Moçambique, de forma a obter um valor acrescentado sobre o cereal produzido.⁶

O único registo de tentativa de arrendamento de terras por parte dos chineses remonta a uma solicitação em 1997-1998, que foi, contudo, recusada pelo Governo moçambicano (Ibid.). Este negócio incluía a migração de alguns agricultores chineses para Moçambique, com o intuito de trabalhar na terra em conjunto com as comunidades locais, tendo-se argumentado na altura acerca das repercussões positivas em matéria de disseminação de tecnologia e técnicas agrícolas mais produtivas.⁷ O número de agricultores desta proposta estava, porém, bem longe dos milhares apresentados pelos meios de comunicação social, e não gerou nenhuma comoção entre a população local, pois nunca chegou a obter aprovação no Parlamento.

É possível que o elevado número de colonos chineses apresentados nos meios de comunicação social seja uma confusão entre os projectos de investimento agrícola já referidos e outro negócio distinto que foi discutido com a Hong Kong. As negociações com Hong Kong diziam respeito à criação de uma zona económica livre na província de Nacala que envolveria a migração de cidadãos de Hong Kong para Moçambique. O parlamento opôs-se a este acordo por razões nacionalistas, dado que a moeda utilizada seria o dólar americano em vez da moeda nacional, o metical. Também a migração de vários cidadãos de Hong Kong foi vista como antinacionalista. A China acabou por decidir investir 700 milhões de dólares americanos no estabelecimento de uma zona económica livre nas Maurícias.⁸

Também o pedido de arrendamento de terras pela República Popular da China, no final da década de 90, foi recusado devido a sentimentos nacionalistas por parte do Governo moçambicano. Como já discutimos, a terra é uma questão de segurança para qualquer governo, não devendo por isso surpreender que os contratos de arrendamento de terras em larga escala sejam sempre difíceis de negociar e de estabelecer com êxito. É provável que destas negociações tenham nascido os rumores relativos à 'usurpação de terras' por parte da China, mas estas discussões estão há muito terminadas ou, pelo menos, adormecidas.

Vale a pena assinalar que, apesar do especial interesse dos meios de comunicação social no 'neocolonialismo chinês' em Moçambique, existem outros investidores estrangeiros interessados no arrendamento de terras, como a África

do Sul, o Reino Unido, a Suécia, o Vietname e a Finlândia.⁹ No entanto, estes países não têm recebido tanta atenção mediática. Podemos, portanto, concluir que a China é publicamente representada como uma ameaça, o que poderá criar sérias dificuldades a futuros negócios.¹⁰ Suspeição e nacionalismo já interromperam as discussões sobre o arrendamento de terras a chineses. Os relatos dos meios de comunicação social sobre a ‘usurpação de terras’ por parte da China não aliviarão propriamente o receio das nações anfitriãs, e poderão inclusivamente criar obstáculos a uma maior cooperação agrícola entre a China e Moçambique.

2. A barragem Mphanda Nkua

Em 2006, o Governo moçambicano solicitou ao Banco Exim da China um empréstimo de 2,3 mil milhões de dólares americanos para a construção da controversa barragem de Mphanda Nkua no rio Zambeze (AIM 2006; Afrodad 2008; Roque 2009: 5). Foi sugerido que este financiamento estaria ligado a uma tentativa de ganhar acesso a direitos de arrendamento de terras na região (Horta 2008). O Governo moçambicano solicitou igualmente apoio financeiro para a construção de mais duas barragens, em Cabo Delgado (Chipembe e Nguri), tendo por objectivo a melhoria da produção agrícola da região, mas este pedido ainda não foi aprovado (GdM 2011). A nova barragem irá aumentar consideravelmente a capacidade moçambicana de produção de electricidade, e poderá complementar outros planos futuros de infra-estruturas no vale. O contrato de concessão para construir e operar a barragem foi, todavia, adjudicado à Companhia Hidroeléctrica Mphanda Nkua (HMNK), um consórcio formado pela empresa brasileira Camargo Corrêa, a empresa moçambicana Insitac e a empresa de electricidade pública de Moçambique, EDM (All Africa 2010).

Esta adjudicação veio complicar a oferta de financiamento chinês. Sendo chinês, o Banco Exim, uma agência de crédito à exportação, pelo menos parte do financiamento tem que envolver a utilização de bens e serviços chineses. De facto, as entrevistas realizadas em Maputo revelaram que o Banco Exim já não é o financiador da construção da barragem.¹¹

3. Centros de tecnologia agrícola

Durante a sua visita a China, em 2004, o então presidente moçambicano Joaquim Chissano assinou com o seu homólogo chinês, Hu Jintao um acordo de cooperação técnica no âmbito da agricultura, incluindo igualmente outras áreas (AIM 2004). Na cimeira do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) realizada em Pequim em 2006, a China anunciou que pretendia estabelecer dez centros de

tecnologia agrícola em toda a África (que mais tarde cresceu para catorze centros e actualmente para vinte) de promoção de transferência de tecnologia e pesquisa científica, com o objectivo de aumentar a produtividade agrícola no continente (Jansson & Kiala 2009: 7). Moçambique foi anfitrião de um dos primeiros centros, que deverá ficar localizado em Umbelúzi, no distrito de Boane, com 55 hectares de terra para investigação e formação (Jansson *et al.* 2009: 72; Makoni 2009).¹² O centro é gerido pela empresa Hubei LianFeng Mozambique Co., Lda., da província de Hubei e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia moçambicano (Braütigam 2009; Janson *et al.* 2009: 73).

Espera-se que a pesquisa do centro sobre sementes e a formação de agricultores locais em técnicas modernas de cultivo melhore significativamente a produtividade e transforme o sector agrícola moçambicano (Janson *et al.* 2009: 73-74). Algumas estimativas indicam que a produção de arroz aumentará de 100 000 para 500 000 toneladas, como resultado da utilização de sementes melhoradas e novas técnicas de plantação (Macauhub 2009b; Macauhub 2008; Makoni 2009).

Horta afirma que:

O aumento da produção de arroz em Moçambique está claramente destinado à exportação para o mercado chinês, uma vez que o arroz é responsável por apenas uma pequena fracção da dieta moçambicana... (Macauhub 2008)

No entanto, de acordo com Braütigam (2009), Moçambique apresenta um défice na oferta e procura de arroz, pelo que o aumento desta produção poderia, na realidade, ser usado para satisfazer essa carência no mercado moçambicano. Isto significa que o aumento da produção de arroz não estaria necessariamente destinado à exportação. Em 2008, Moçambique importou 380.000 toneladas de arroz do mercado global – um montante, aliás, superior ao das importações da própria China, de 330.000 toneladas. Curiosamente, de acordo com Alvarenga (2008: 66), durante a crise alimentar de 2008, Moçambique recorreu primeiramente à China para suprir a falta de arroz, o que contraria o argumento de que a produção de arroz em Moçambique por parte das empresas chinesas estará ‘claramente’ destinada à exportação para a China (Horta 2008).

Os relatos dos meios de comunicação social passam a ideia de que o Governo chinês selecciona o país onde gostaria de estabelecer o centro de demonstração agrícola, mas não é inteiramente verdade. São os países africanos que primeiro apresentam pedidos para acolherem um centro de demonstração agrícola; as autoridades chinesas enviam de seguida uma equipa para estudar a viabilidade e tomar a decisão sobre o estabelecimento do centro de demonstração. Os centros

são assim estabelecidos com base nas exigências africanas, e não nos desejos chineses.¹³ É, por isso, razoável assumir que Moçambique utilizará parte desse aumento na produção de arroz para satisfazer o seu consumo interno. Além disso, na ausência de acordos palpáveis sobre as quantidades de arroz destinadas à exportação para o mercado chinês, estas afirmações não passam de especulação.

Ainda assim, o aumento na produtividade agrícola poderá genericamente beneficiar a China. Uma revolução verde em Moçambique terá um impacto positivo, ainda que indirecto, na segurança alimentar chinesa.¹⁴ África detém o maior potencial de expansão de produtividade, já praticamente esgotada noutros locais do mundo. E, no entanto, África é actualmente um importador líquido de alimentos no mercado global. O início de uma revolução verde no continente contribuiria certamente para abastecer o mercado global, disponibilizando uma maior oferta para outros países,¹⁵ o que poderia ajudar a estabilizar os mercados globais e a mitigar futuras crises alimentares.

Está, neste momento, planeada a construção de um segundo centro de pesquisa (geral e não especificamente agrícola) para o Parque Tecnológico de Manhica. O Governo moçambicano solicitou fundos para a sua construção; contudo, a candidatura ainda não foi aprovada pelo Governo chinês (GdM 2011). Os meios de comunicação social afirmam que o montante total destes dois centros ronda os 700 milhões de dólares (Macauhub 2009c).¹⁶ No entanto, apenas 55 milhões de iuanes chineses estão a ser investidos no centro de Umbelúzi.¹⁷ Este número é, por vezes, apresentado em dólares, mas vale a pena salientar que a moeda correcta é o iuane chinês, como indicado no contrato assinado entre as autoridades moçambicanas e chinesas (China Monitor 2009: 71; Makoni 2009).¹⁸ Braütigam acredita que o número de 700 milhões de dólares deu origem ao número fictício de 800 milhões de dólares, que surge com frequência nos meios de comunicação social.¹⁹

No Xai-Xai, na província de Gaza, foi criado um projecto de produção de arroz híbrido numa área de 300 hectares. (China Monitor, 2009: 73). O projecto é o resultado de um acordo bilateral entre as províncias de Gaza e Hubei assinado em 2006. Embora seja relativamente recente (a primeira plantação começou em 2007), promete ser o maior projecto agrícola financiado pela China em Moçambique, visando aumentar a produtividade para 10 toneladas de arroz por hectare, com um orçamento de 1,2 milhões de dólares, com a possibilidade de se alargar os actuais 300 hectares para 10.000 (Chichava 2010). A quinta de arroz chinesa fornece também sementes à comunidade local (Jansson *et al.* 2009: 74).

Tabela 2: Resultados do projecto entre 2007-2010

Ano	Área cultivada	Toneladas / ha	Produção
2007-2008	20	9	180
2008-2009	30	9	270
2009-2010	40	9,5	380

Fonte: Chichava (2010)

Este projecto foi pouco divulgado e continua relativamente incógnito, o que é paradoxal, tendo em conta que é o exemplo mais claro da produção chinesa de cereais em Moçambique.²⁰

4. Zamcorp, SARL

A 15 de Abril de 2006, o Governo moçambicano e o GPZ, através da empresa pública SOGIR, e em conjunto com a Geocapital e a Mozcapital, estabeleceram uma empresa chamada Zambeze Corporation (Zamcorp, SARL), no valor de 500 000 dólares americanos. A Geocapital, a empresa de Stanley Ho com sede em Macau, tem uma quota de 35% da Zamcorp. O principal objectivo da Zamcorp é a promoção da região do vale do Zambeze e a identificação de oportunidades de investimento, sendo a agricultura uma das áreas prioritárias, utilizando Macau como uma plataforma para captar investidores chineses (GPZ 2006: 2-3). A quota chinesa da Zamcorp pertence a um investidor privado, pelo que a Zamcorp não pode ser considerada um instrumento ao serviço do Governo de Pequim e parte de uma grande estratégia.

Ao contrário dos relatos nos meios de comunicação social que insistem na ideia da expansão neocolonialista chinesa em África, o que observamos é uma grande procura de tecnologia e capital chineses por parte do Governo moçambicano, evidenciando que a China é mais importante para Moçambique do que vice-versa.

Sinopse

A Tabela 3 fornece um breve resumo dos projectos agrícolas chineses, terminados e em curso, e o seu envolvimento em Moçambique.

Tabela 3: Projectos agrícolas chineses em Moçambique

1976-1998	Acordo de cooperação técnica agrícola (I)		
1983-1985	Acordo de cooperação técnica agrícola (II)		
1986-1989	Acordo de cooperação técnica agrícola (III)		
2002	MdE, Acordo Agrícola Técnico-científico		
2004	Acordo de Cooperação Técnica (não apenas relativo à agricultura)		
2006-	Centro Tecnológico do Arroz Chinês	Acordo provincial entre Hubei e Giza (Xai-Xai). Gerido pela Quinta Lianfeng	300 ha com possibilidade de extensão para 10.000 ha 1,2 milhões de dólares
2006-	Empréstimo bonificado de 50 milhões de dólares para a criação de 3 fábricas de processamento e a importação de máquinas e tecnologia agrícola	Importação de máquinas agrícolas	19 milhões de dólares
		Arroz (Gogodane, Zambézia)	150 toneladas dia
		Milho (Ulongué, Tete)	25.000 Toneladas/ano
2006-	Centro de Tecnologia Agrícola (Umbelúzi, Boane)	Gerido pela Quinta Lianfeng (província de Hubei) e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia moçambicano	52 ha 55 milhões de iuanes chineses (aproximadamente 8,4 milhões de dólares)
2006	Zamcorp	Propriedade da Sogir (empresa pública, Moçambique), Mozcapital, e Geocapital (Macau, investidor privado)	500.000 dólares

Fontes: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural; correspondência por correio electrónico com Deborah Braütigam (2009); entrevistas com as autoridades moçambicanas, (2010); *AllAfrica* (2011); Chichava (2010); ERPCM (2002)

Esclarecimento de factos e números

A China tem mostrado interesse na agricultura moçambicana através de várias formas, como os empréstimos bonificados, o financiamento de grandes projectos e a assistência tecnológica. No entanto, apesar das inúmeras reportagens sobre a agressividade da procura chinesa de terra, há poucas evidências que sustentem a visão da China como potência neocolonial em Moçambique.

O envolvimento chinês em África ocorre geralmente sob uma nuvem de falta de transparência, que é particularmente flagrante no caso dos investimentos em terras (Görge *et al.* 2009: 27; Kaplinsky & Morris 2009: 3). As negociações sino-moçambicanas seguem o mesmo padrão de opacidade, deixando espaço para a especulação e contribuindo assim para confundir os espectadores. A confusão

entre o dinheiro dedicado aos centros de tecnologia e o dinheiro investido no desenvolvimento da agricultura no vale do Zambeze dá a sensação que a China está a investir centenas de milhões na criação de explorações.

A duplicação dos números também parece ser comum. Deve-se, possivelmente, ao intervalo de tempo entre o anúncio da ajuda ou de um empréstimo e o momento em que estes são finalmente desembolsados; ou ao facto de estes serem pagos, frequentemente, em várias *tranches*, em vez de o serem na totalidade e de uma só vez. Exemplo disto são os 18 milhões de dólares investidos pela China em projectos agrícolas no vale do Zambeze (Jansson & Kiala 2009; AIM 2008). Os meios de comunicação social dão a impressão que se trata de dinheiro adicional, quando, na verdade, este valor é parte do empréstimo bonificado dos 50 milhões de dólares destinados ao vale do Zambeze, concedido pela China a Moçambique. A falta de clareza é, portanto, uma das fontes destas interpretações erradas. A confusão relativamente à moeda pode igualmente inflacionar as quantias investidas.

É fundamental distinguir os investimentos chineses na agricultura, como o arrendamento de terras, dos programas chineses de ajuda e assistência, como a construção dos centros de demonstração tecnológica. Esta diferenciação não é linear tendo em conta que a ajuda e os negócios chineses estão frequentemente associados. A imagem dos investimentos chineses agrícolas na modernização tecnológica agrícola de Moçambique é a de um parceiro de desenvolvimento e não a de um colonizador.

Houve realmente um interesse explícito por parte da China no arrendamento de terras para exploração agrícola em Moçambique, mas estas negociações falharam devido aos sentimentos nacionalistas e às preocupações de segurança do Governo moçambicano. Em última análise, o Governo de Moçambique está interessado em atrair investidores estrangeiros, dada a necessidade de inovação e modernização no sector agrícola, em particular por parte do GPZ, cujo objectivo é promover a região para atrair investidores estrangeiros e abrir caminho para futuros acordos.

Os investimentos agrícolas por parte da China, como os contratos de arrendamento de terras, podem, de facto, trazer benefícios enormes através da transferência de tecnologia e do muito necessitado capital para Moçambique (Görge *et al.* 2009: 21; Jansson *et al.* 2009: 74; IRRI 2009: 4).²¹ É, no entanto, importante lembrar que, assim como a terra e a alimentação estão intrinsecamente ligadas à segurança nacional da China, o mesmo se aplica ao Governo moçambicano, sendo, por isso, de esperar alguma cautela antes da assinatura de qualquer acordo. É igualmente relevante ter em conta que o Governo moçambicano não é um actor uno, mas sim formado por diferentes camadas, partidos e indivíduos, e não

é, portanto, de surpreender alguma inconsistência entre entusiasmo e cautela. E o mesmo se pode dizer em relação à China.

As capacidades de produção interna chinesas: um estado de desespero

A auto-suficiência foi, durante a maior parte da história da RPC, um princípio fundamental, constituindo ainda hoje o pilar da política de segurança alimentar chinesa (Freeman *et al.* 2008: 8). Mas tem havido um ligeiro afastamento desta estratégia à medida que a China se integra cada vez mais na comunidade internacional e os seus recursos nacionais enfrentam uma pressão crescente.

O rápido crescimento da produção agrícola após a reforma, em 1978, pode ser, em grande parte, imputado a mudanças estruturais e a incentivos aos agricultores (Jin, Huang, Hu & Rozelle 2002: 917). Agora que este aumento estrutural de produtividade induzido na altura tem tendência a estagnar, o crescimento no sector terá de surgir através da tecnologia (novas sementes, fertilizantes, técnicas agrícolas, irrigação, etc.) ou através do aumento de terras e água (FAO 1999; Erlich *et al.* 1993: 14; Freeman *et al.* 2008: 5).

Cerca de 20% da população mundial reside na China; contudo, este país possui apenas 7% das terras aráveis a nível mundial – ou seja, menos de 40% da média mundial do rácio da terra *per capita*, considerando alguns autores que este número é tão baixo quanto 9% da média mundial (Liu 2006; Freeman *et al.* 2008: 5).²² A agricultura é responsável por apenas 15% do PIB chinês, e apesar de ser expectável uma diminuição da participação da agricultura na economia de um país à medida que este se industrializa, a agricultura emprega ainda cerca de 40% da força de trabalho chinesa (Sandrey 2006: 4).

As importações chinesas de produtos agrícolas têm vindo constantemente a aumentar desde 1998. Em 2004, a China tornou-se um importador líquido de alimentos e está actualmente entre os 10 maiores importadores de produtos agrícolas (Villoria, Hertel & Nin-Pratt 2009: 3). Vale a pena notar, contudo, que a oferta interna ainda consegue satisfazer 90% da procura chinesa (China Monitor 2006; Freeman *et al.* 2009: 5).

Estes recursos são cada vez mais limitados à medida que aumenta a conversão de terra agrícola em terra para uso industrial e urbano, assim como o desflorestamento e a degradação ambiental. A população chinesa está a aumentar e calcula-se que, só para conseguir acompanhar esse crescimento populacional, a produção de cereais tenha de aumentar 4,5 milhões de kg por ano (Erlich *et al.* 1993: 8; Shen 1998: 39). Acresce ainda que o padrão do consumo tem vindo a sofrer alterações. A par

do aumento do rendimento, a procura de carne está a crescer rapidamente – um produto que é extremamente exigente em termos de terra para a sua produção (FAO 1999; Shen 1998: 33). Com a urbanização, aumentou igualmente o número de pessoas vulneráveis aos choques dos preços de alimentos, uma vez que os agricultores rurais deixam a terra para procurar trabalho. Estima -se que nas próximas três décadas entre 300 e 400 milhões de chineses irão trocar as zonas rurais remunerado nas cidades por centros urbanos. De acordo com o especialista do governo, Han Jun, a percentagem de habitantes urbanos passará de 47% para 75%, aumentando assim o número de pessoas potencialmente afectadas pela volatilidade dos preços dos alimentos (The Guardian 2010).

Em 2020, a China precisará de 700 milhões de toneladas de cereais para consumo alimentar directo, e ainda 608 toneladas de cereais moídos (parte dos quais é utilizada como ração para a produção de carne – China Monitor 2006: 6). O objectivo oficial para 2020 é produzir 540 milhões de toneladas (Xinhua 2008a; BBC News 2008). Com a diminuição de terra e dos recursos aquíferos, a China dependerá cada vez mais dos avanços tecnológicos para melhorar a produtividade.

No entanto, apesar de enfrentar actualmente a pior seca dos últimos 50 anos, o panorama parece relativamente optimista. 2008 foi um ano abundante para a produção de cereais na China: com o apoio de subsídios governamentais, que duplicaram entre 2007 e 2008 para 103 milhões de iuanes chineses, a produção atingiu 512 milhões de toneladas (Xinhua 2008). Este valor foi superior às previsões de produção em 2010, que eram de 500 milhões de toneladas (Liu 2006). Não obstante a seca grave, a produção de cereais na China cresceu 2,9% ao ano em 2010, tendo atingido 546,41 milhões toneladas, superando assim a meta de 2020, dez anos antes do previsto.

Na vanguarda da tecnologia agrícola – de que é exemplo a tecnologia do arroz híbrido – a expansão da produtividade agrícola chinesa tem permitido bons resultados quando comparada com o resto do mundo. O crescimento na produção mundial de cereais apresenta um valor negativo de 1,6% quando excluímos a China, a Índia e o Brasil; mas, quando incluímos estes três países, a queda na produção de cereais é reduzida para 0,9% (Braun 2008: 7).

O recente aumento na capacidade de produção de cereais surge, porém, em detrimento da segurança noutros alimentos de primeira necessidade, como a soja e o milho (Freeman *et al.* 2008: 10). Actualmente, a procura de soja atinge os 45 milhões de toneladas, dos quais 30 milhões são importados (Li *et al.* 2008). As estimativas sugerem que as importações agrícolas chinesas registarão taxas de crescimento de dois dígitos nas próximas décadas (Freeman *et al.* 2008: 7). Zhang Xiaoqiang, vice-director da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, reconhece que a produção nacional deste produto nacional vital é menos

de metade do que é importado. De acordo com Zhang, os desafios da segurança alimentar da China são ‘intimidantes’, mas não impossíveis (Xinhua 2008).

Actualmente, a China tem conseguido alimentar os seus cidadãos. Mas é expectável que tenha que procurar quantidades crescentes de alimentos de outras fontes. É, portanto, do interesse da China a participação na garantia da estabilidade global do fornecimento de alimentos. Seria, contudo, enganador acreditar que a China se encontra neste momento numa caça a terras motivada pelo desespero. Pelo contrário, podemos observar que a China possui conhecimentos, em particular no que diz respeito à tecnologia do arroz híbrido, que podem ser exportados para áreas do mundo onde a revolução verde ainda não teve lugar, como por exemplo, Moçambique.

A posição oficial chinesa relativa à produção agrícola no estrangeiro como estratégia de segurança alimentar

Em 2008, o Financial Times publicou um artigo onde relatava que o Governo central da China estava prestes a aprovar uma proposta do Ministério da Agricultura que apoiava oficialmente a estratégia de arrendamento de terras no estrangeiro com a finalidade de produzir alimentos, dadas as restrições iminentes sobre a produção nacional (Anderlini 2008). Este facto foi posteriormente negado pelas autoridades chinesas.

Não há dúvida que a segurança alimentar é uma preocupação nacional e que o Governo chinês considera como sua tarefa ‘garantir uma produção e preços de produtos vegetais estáveis aos consumidores urbanos e rurais’ (China Daily 2008). Mas, de acordo com Zhang Xiaoqiang, da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, este objectivo não será alcançado através de uma estratégia oficial de integração vertical da produção agrícola com o arrendamento de terras no exterior (Xinhua 2008). No ‘Quadro nacional de segurança alimentar e planeamento a longo prazo (2008-2020)’, o Governo afirma que a China terá como intuito a manutenção de uma taxa de auto-suficiência alimentar de pelo menos 95% (Xinhua 2008).

O especialista do Governo Han Jun nega qualquer envolvimento oficial do Governo na expansão internacional da produção agrícola chinesa, afirmando que o Governo não confia suficientemente nesta política como forma de atingir a segurança alimentar (The Guardian 2010). A integração vertical do abastecimento de alimentos não isola um país da dependência do país anfitrião. É improvável que um Governo pressionado pela sua população local e enfrentando instabilidade interna devido à carência de alimentos permita a livre exportação de produtos

alimentares. A produção agrícola no exterior aumenta a dependência do país anfitrião, em vez de a reduzir. A lógica dos contratos de arrendamento de terras no exterior tem, portanto, falhas. Embora a integração vertical do abastecimento de alimentos possa contribuir positivamente ao nível da oferta, ela não pode ser considerada um substituto da produção nacional.

Em alternativa, serão envidados esforços para melhorar a produtividade nacional e o Governo chinês 'irá trabalhar intensamente para melhorar a cooperação internacional a fim de estabelecer um sistema de contratos fiável e estável', afirma Zhang, da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (Xinhua 2008). Esta tem sido, aliás, a abordagem chinesa durante décadas, como exemplifica o projecto de cooperação técnica agrícola criado em 1976 e que durou mais de 20 anos.

Motivos do interesse chinês na produção agrícola no exterior

Um exaustivo trabalho de investigação elaborado pelo Instituto de Estudos da China Contemporânea, de Bruxelas, sobre a política chinesa relativa à produção agrícola estrangeira (Freeman *et al.* 2008), argumenta que o país utiliza a ajuda externa para aumentar a produtividade da agricultura no exterior (Ibid.: 10). O trabalho revelou que há, de facto, uma política de estímulo ao investimento externo na agricultura, mas que se enquadra na estratégia geral chinesa de se globalizar (*Go Global*), e não de um plano nacional de segurança alimentar (Ibid.: 11). A estratégia de globalização no âmbito da agricultura dá incentivos em termos de apoio diplomático, créditos à exportação e subsídios para despesas de pré-investimento. Contudo, os projectos agrícolas não são elegíveis para receber subsídios relativos a custos operacionais (Freeman *et al.* 2008: 14; Cotula *et al.* 2009: 55). Freeman *et al.* argumentam que as recentes discussões sobre apoios oficiais adicionais para investimentos externos na agricultura podem ser fruto do relativo insucesso dos incentivos à promoção de empresas agrícolas chinesas no exterior, no âmbito da estratégia *Go Global*. Em 2006, os investimentos externos chineses na agricultura representavam somente 0,9% do investimento externo total (Freeman *et al.* 2008: 15 e 19).

Os Fundos de Riqueza Soberana são a fonte de muitos contratos de arrendamento de terra em África (FAO 2009), tendo por objectivo a maximização do lucro e não a procura de 'recursos', como alega o argumento da integração vertical. Desta forma, estes interesses devem ser encarados como decisões de negócios em vez de parte de uma grande estratégia política (Cotula *et al.* 2009: 55). A terra em África é barata, a procura de alimentos na região é alta e, com o

aumento dos preços, haverá lucro. Além disso, desde a crise financeira de 2008 que os investidores procuram projectos alternativos para onde possam redireccionar o dinheiro (Görgen *et al.* 2009: 12 e 15). Como tal, o interesse crescente em ‘terra virgem’ pode ser explicado como fruto das forças do mercado e da especulação, e não tentativas por parte de um governo para integrar verticalmente o fornecimento de produtos alimentares.

Mesmo que este investimento externo em terras e na agricultura resulte da procura de lucro, dada a falta de capital no sector nas últimas décadas, estes investimentos podem ter o desejado efeito indirecto na oferta e estabilidade dos produtos alimentares. Para os governos, a promoção destes investimentos através de mais incentivos, como no âmbito da estratégia *Go Global*, faz sentido numa perspectiva de segurança alimentar indirecta.

Os meios de comunicação social relatam frequentemente que a China detém apenas 7% das terras aráveis do mundo, mas 20% da população mundial, argumentando que a China necessita consequentemente de explorar terras no exterior, a fim de assegurar o abastecimento alimentar. Todavia, em vez de considerarmos a expansão agrícola chinesa como um acto de desespero, devíamos observar que, *apesar* de a China operar sob graves limitações de terra, ainda é capaz de prover 95% de todas as suas necessidades alimentares nacionais, o que é um feito notável. Devíamos ainda considerar a expansão agrícola chinesa como fruto do seu sucesso agrícola, e não efeito de limitações iminentes, em que as suas empresas (públicas e privadas) vêem uma oportunidade e um nicho de mercado relativamente inexplorado, tanto para fins de *ajuda externa* como para a obtenção de *lucro*.

Conclusão

‘Em última análise, a China terá de contar com a produção interna’, afirma Xie Guoli, do Ministério da Agricultura (The Guardian 2008), mas, quando esta opção atingir a sua capacidade máxima, será inevitável a procura de cadeias de fornecimento externas.

O arrendamento de terras no exterior, para exportação para o mercado interno, não é uma alternativa à produção interna ou ao comércio internacional, mas é, na melhor das hipóteses, uma opção complementar. Em caso de fome local ou de uma crise global, não se pode esperar uma exportação fácil e livre dos produtos plantados em explorações no exterior – o que contradiz a motivação para a criação de quintas com o intuito de integrar verticalmente a oferta de produtos como parte de uma estratégia de segurança alimentar.

Um dos maiores desafios para as explorações agrícolas no exterior reside na fase de planeamento durante as negociações dos contratos de arrendamento das terras. Uma vez que ficará obrigado contratualmente e com pouca autonomia para infringir o contrato celebrado, Moçambique hesitará na conclusão desses acordos, apesar da sua vontade de atrair investimentos estrangeiros para o sector agrícola – principalmente se estes planos forem alvo de atenção negativa, o que é frequente em situações que envolvem a China, já que os meios de comunicação social a apresentam como um ‘neocolonizador’. A situação actual é extremamente sensível já que os motins ligados aos produtos alimentares em Maputo e Moçambique são uma ameaça real, exemplificada pelos violentos protestos do início de Setembro de 2010. Esta é possivelmente a razão pela qual, até hoje, estas negociações não se concretizaram.

Não obstante, Moçambique surge como a localização ideal para estas ambições agrícolas devido à relativa estabilidade política e às vastas extensões de terras férteis adequadas a plantações como a do arroz. Em futuras solicitações e negociações para o arrendamento de terras, o solicitador deverá ter em consideração que a terra é, em última análise, uma preocupação de segurança nacional e que é necessário agir de forma transparente e cautelosa para acomodar e acalmar inquietações nacionalistas.

Através do seu papel actual na agricultura moçambicana, a China pode ser considerada como um parceiro no processo de desenvolvimento, e não ser vista como um ‘usurpador de terras’ neocolonial, como retratado pelos meios de comunicação social. Através do estabelecimento de centros de tecnologia agrícola e investigação, e das experiências com o arroz híbrido em Gaza, a China está a explorar a utilização de uma área de competência como instrumento de ajuda externa. Não há nenhum sinal em Moçambique de que a China procure recursos agrícolas como parte de uma estratégia para garantir a sua segurança alimentar interna.

A FAO estima que é necessário investir cerca de 209 mil milhões de dólares na agricultura a nível global para garantir um desenvolvimento sustentado da oferta de alimentos que satisfaça a procura global até 2050 e evitar uma crise alimentar no futuro (FAO 2009). O apoio à investigação científica na agricultura em países como Moçambique, de forma a desencadear a sua revolução verde, pode ter um efeito indirecto positivo na segurança alimentar da China. Tendo em conta a relativamente baixa aversão ao risco das empresas chinesas, o interesse chinês pelo desenvolvimento da agricultura em África, onde as empresas ocidentais se têm aventurado com cautela, pode ser visto como uma participação integral no preenchimento desta lacuna de investimento. Vale a pena lembrar que este interesse é ainda reduzido, mesmo em Moçambique, onde mais se tem concentrado a atenção mediática em torno dos Chineses.

Ainda que não se possa esperar a exportação de cereais produzidos expressamente para a China, tal como o arroz, como sugere o argumento da integração vertical da produção agrícola, a oferta adicional de cereais, fruto do investimento estrangeiro na agricultura, irá com certeza aliviar as restrições à oferta global de alimentos. A China beneficiará mais com as vendas regionais de cereais e com a estabilização dos mercados globais, do que com a exportação directa para o país. Os investimentos em projectos agrícolas financiados pela China contribuem para a segurança alimentar global, e, se esses investimentos derem início à revolução verde em África, acabarão por aumentar a segurança alimentar global e estabilizar os mercados de alimentos.

Notas

1. Entrevista com o ex-representante do GPZ, Maputo, 2010.
2. O GPZ foi dissolvido em 2010.
3. Entrevista com o ex-representante do GPZ, Maputo, 2010.
4. Entrevistas com o ex-representante do GPZ, com o ex-Ministro das Finanças, Maputo, 2010.
5. Entrevista com o ex-representante da GPZ, Maputo, 2010.
6. Entrevista com o ex-representante do GPZ, Maputo, 2010.
7. Entrevista com o ex-ministro das Finanças, Maputo, 2010.
8. Ibid.; entrevista com o ex-representante do GPZ, Maputo, 2010; entrevista com o ex-governador do Banco Central, Maputo, 2010.
9. Entrevista com o ex-representante do GPZ, Maputo, 2010; entrevista com o ex-ministro das Finanças, Maputo, 2010.
10. Entrevista com o ex-governador do Banco Central, Maputo, 2010.
11. Entrevista com o ex-governador do Banco Central, Maputo, 2010; entrevista com o ex-Ministro das Finanças, Maputo, 2010; entrevista com um alto funcionário (que preferiu o anonimato) do Governo, Maputo, 2010.
12. Como vimos no artigo de J. Duran e S. Chichava neste volume, a área exacta da terra concedida aos chineses para a implementação deste empreendimento varia segundo as fontes.
13. Correspondência por correio electrónico, Braütigam, 2010.
14. Correspondência por correio electrónico, Alden, 2010.
15. Correspondência por correio electrónico, Braütigam, 2010.
16. Ibid.
17. Ibid., entrevista com o representante do GPZ, Maputo, 2010.
18. Correspondência por correio electrónico, Braütigam, 2010.
19. Ibid.
20. Entrevista com o IESE, Maputo, 2010.
21. Entrevista com o ex-Ministro das Finanças, Maputo, 2010.
22. Correspondência por correio electrónico, Braütigam, 2010.

Referências

- ADB. (2008). *Soaring Food Prices: Response to the Crisis*, Maio, disponível em: <http://www.adb.org/Documents/Papers/soaring-food-prices/soaring-food-prices.pdf> (acedido a 8 de Dezembro de 2009).
- AFRODAD. (2008). *China-Mozambique Fact Sheet*, disponível em: <http://www.afrodad.org> (acedido a 1 de Janeiro de 2010).
- AIM. (2004). *Chinese support for development to increase*, 24 de Abril, disponível em: <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim274.html#story3> (acedido a 19 de Dezembro de 2009).
- . (2006). *China ExIm bank to finance Mpanda Nkua*, 2 de Maio, disponível em: <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim319.html#story8> (acedido a 28 de Fevereiro de 2010).
- . (2006). *President Guebuza defends cooperation with China*, 31 de Janeiro, disponível em: <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim313.html#story2> (acedido a 28 de Fevereiro de 2010).

- . (2008). 'Agreements signed with China', 8 de Dezembro, disponível em: <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim369.html#story7> (acedido a 28 de Fevereiro de 2010).
- Alden, C. (2007). *China in Africa*, Londres, Zed books, Ltd.
- All Africa. (2009). 'Mozambique: Grain Processing Plants for Zambezi Valley', 27 de Julho, <http://allafrica.com/stories/200907271684.html> (acedido a 11 de Junho de 2012).
- . (2010). 'Concession Contract for New Zambeze Dam Signed', disponível em: <http://allafrica.com/stories/201012240181.html> (acedido a 30 de Dezembro de 2010).
- . (2011). 'First Stone Laid for Namacurra Rice Processing Factory', disponível em: <http://allafrica.com/stories/201105040162.html> (acedido a 24 de Maio de 2011).
- Alvarenga, D. (2008). *China's economic involvement in Mozambique and prospects for development – an analysis of the process and impacts of recent major investments*, Stellenbosch University, tese de mestrado.
- Anderlini, J. (2008). 'China eyes overseas land in food push', *The Financial Times*, publicado a 08 de Maio, disponível em: <http://www.ft.com/cms/s/0cb8a989a-1d2a-11dd-82ae-000077b07658.html> (acedido a 14 de Março de 2010).
- Arndt, C. et al. (2008). Biofuels, Poverty, and Growth: A Computable General Equilibrium Analysis of Mozambique, *IFPRI Discussion Paper 00803*.
- BBC News (2008). 'China to increase grain output', 3 de Julho, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/7487157.stm> (acedido a 06 de Dezembro de 2009).
- Braun, J. (2008). *Food and Financial Crises: Implications for Agriculture and the Poor*, IFPR Food Policy Report.
- Braütigam, D. (2009). "Land grabbing" by Foreign Investors in Developing Countries', 1 de Maio, disponível em: <http://www.ifpri.org/blog/land-grabbing-foreign-investors-developing-countries> (acedido a 19 de Dezembro de 2009).
- Braütigam, D., Tang, X. (2009). 'China's Engagement in African Agriculture: Down to the Countryside', *The China Quarterly*, pp. 686-706.
- Chichava, S. (2008). 'Mozambique and China: from politics to business?', *Discussion Paper 05*, Maputo: IESE.
- . (2010). *China in Mozambique's agriculture sector: implications and challenges*. Maputo: IESE.
- China Daily. (2008). 'President Hu Stresses Stable Food Prices, Supply of Farm Produce', 10 de Março, http://www.chinadaily.com.cn/china/2008npc/2008-03/09/content_6520769.htm (acedido a 2 de Abril de 2010).
- Cotula, L. et al. (2009). *Land grab or development opportunity? Agricultural investment and international land deals in Africa*, FAO, IIED, IFAD.
- Davies, M. (2008). 'China, Africa and the global food crisis', *The China Monitor*, 30, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch (Junho).
- ERPCM. (2002). 'China, Mozambique cooperation project profiles', *Embaixada da República Popular da China na República de Moçambique*, 26 de Julho, disponível em: <http://mz.mofcom.gov.cn/aarticle/zxhz/sbmy/200207/20020700033969.html> (acedido a 04 de Abril de 2010).
- Erlich, P. et al. (1993). 'Food security, Population and Environment', *Population and Development Review*, 19 (1), pp. 1-32 (Março).
- FAO. (1999). *Poverty Alleviation and Food Security in Asia: Lessons and Challenges*, disponível em: <http://www.fao.org/docrep/004/ab981e/ab981e0c.htm> (acedido a 25 de Setembro de 2009).
- . (2009). *Foreign Direct Investment- win-win or land grab?*, disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/wfsf/Summit/WSFS_Issues_papers/WSFS_FDI_E.pdf (acedido a 19 de Novembro de 2009).
- Freeman, D., et al. (2008). 'China's Foreign Farming Policy: can land provide security?' *BICCS Asia Paper*, 3 (9), Brussels Institute of Contemporary China Studies (Novembro).

- Görge, M. *et al.* (2009). *Foreign Direct Investment (FDI) in Land in developing countries*, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit, Eschborn (Dezembro).
- GdM. 2011. *Matriz dos projectos com a República Popular da China*, Maputo: Governo de Moçambique.
- GPZ. (2006). 'Nasceu a ZAMCORP- Zambeze Corporation, Sarl', *O Vale 'Online'* 1, (4), Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze.
- GRAIN. (2008). 'Seized: The 2008 landgrab for food and financial security', 24 de Outubro, disponível em: <http://www.grain.org/briefings/?id=212> (acedido a 24 de Outubro de 2009).
- Groenewald, Y. (2009). 'Made in China, in Africa', *The Mail and Guardian*, 30 de Maio, disponível em: <http://mg.co.za/article/2009-05-30-made-in-china-africa> (acedido a 22 de Setembro de 2009).
- Hanson, S. (2008). 'China, Africa and the global food crisis', *The China Monitor*, 30, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch (Junho).
- Horta, L. (2007). *China, Mozambique: old friends, new business*, 13 de Agosto, disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch/Detail?id=53470&lng=en> (acedido a 18 de Outubro de 2009).
- . (2008). 'The Zambeze Valley: China's first agricultural colony?' 20 de Maio, disponível em: <http://csis.org/blog/Zambeze-valley-china%E2%80%99s-first-agricultural-colony> (acedido a 18 de Outubro de 2009).
- . (2009). 'Food Security in Africa: China's new rice bowl', *China Brief*, (11), pp. 10-12.
- IRRI. (2009). 'International land acquisition for rice production', *International Research Rice Institute*, 10 de Novembro, disponível em: http://beta.irri.org/publications/index.php?option=com_wrapper&Itemid=18 (acedido a 07.03).
- Jansson, J. Kiala, C. (2009). *Patterns of International land acquisition for rice production of Chinese aid and trade in Mozambique*, Centre for Chinese Studies, Stellenbosch University.
- Jansson, J. *et al.* (2009). *Evaluating China's FOCAC commitments to Africa and mapping the way ahead*, Centre for Chinese Studies & Rockefeller Foundation (Janeiro).
- Jin, S., Huang *et al.* (2002). 'The Creation and Spread of Technology and Total Factor Productivity in China's Agriculture', *American Journal of Agricultural Economics*, 84 (4), pp. 916-930.
- Kaplinsky, R., Morris, M. (2009). 'Chinese FDI in Sub-Saharan Africa: Engaging with Large Dragons', *European Journal of Development Research*, 24 (1), pp. 551-569.
- Keidel, A. (2005). 'The Economic Basis for Social Unrest in China', *Carnegie Endowment for International Peace* (Maio).
- Klein, B. *et al.* (1978). 'Vertical Integration, Appropriable Rents, and the Competitive Contracting Process', *Journal of Law and Economics*, 21 (2), pp. 297-326.
- Li, P. *et al.* (2008). 'China Afflicted by Global Food Price Surges' publicado em 27.02, *Economic Observer Online*, disponível em: <http://www.eeo.com.cn/ens/Industry/2008/02/27/92921.html> (acedido a 26 de Setembro de 2009).
- Liu, Y. (2006). 'Shrinking Arable Lands Jeopardizing China's Food Security', *World Watch*, 18 de Abril, disponível em: <http://www.worldwatch.org/node/3912> (acedido a 22 de Setembro de 2009).
- Macauhub. (2008). *China and Mozambique invest in the Zambeze Valley to make Chinese 'grain-store'* says researcher, 21 de Julho, disponível em: (<http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=5748> (acedido a 14 de Novembro de 2009).
- . (2009a). *Chinese agricultural investment in Mozambique to feed China*, a 14 de Dezembro, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=8605> (acedido a 16 de Dezembro de 2009).

- . (2009b). 'China's centre for agricultural technology in Mozambique opens at start of 2010 to boost productivity' 30 de Novembro, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=8521> (acedido a 12 de Dezembro de 2009).
- . (2009c). *China builds agricultural technology research centre in Mozambique*. 26 de Agosto, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/news.php?ID=7994> (acedido a 16. a 12 de Dezembro de 2009).
- Makoni, M. (2009). 'Mozambique: China's farming ambitions take shape', *AllAfrica*, 11 de Novembro, disponível em: <http://allafrica.com/stories/200911120929.html> (acedido a 20 de Novembro de 2009).
- Pehnelt, G., Abel, M. (2007). 'China's Development Policy in Africa', *Report 1*, South African Institute for International Affairs.
- Roque, P. (2009). 'China in Mozambique; a Cautious Approach Country', *Occasional Paper 23*, South African Institute for International Affairs (Janeiro).
- Sandrey, R. (2006). 'The trade and economic implications of the South African restrictions regime on imports of clothing from China', *Tralac Working Paper*, 16, Stellenbosch: US Printers.
- Sen, A. (1982). 'The Food Problem: Theory and Policy', *Third World Quarterly*, 4 (3), pp. 447-459.
- . (1981). 'Ingredients of Famine Analysis and Entitlements', *The Quarterly Journal of Economics*, 96 (3), 433-464.
- Shen, J. (1998). 'China's Future Population and Development Challenges', *The Geographical Journal*, 164 (1), pp. 32-40.
- Smith, B., Talbot, A. (2009). *China continues its aggressive pursuit of Africa's resources*, 16 de Novembro, disponível em: <http://wsws.org/articles/2009/nov2009/afch-n16.shtml> (acedido a 6 de Janeiro de 2010).
- The China Monitor*. (2006). China's Agricultural Developments, 11, Centre for Chinese Studies, Stellenbosch University (Setembro).
- . (2009). *Chinese Agricultural Technology Development in an African Context*, 40, Centre for Chinese Studies, Stellenbosch University (Maio).
- The Guardian*. (2008). 'Chinese debate pros and cons of overseas farming investments', 11 de Maio, disponível em: <http://africanagriculture.blogspot.com/2008/05/chinese-debate-pros-and-cons-of.html> (acedido a 20 de Outubro de 2009).
- . (2010). 'China's soil deterioration may become growing food crisis, adviser claims', 23 de Fevereiro, disponível em: <http://www.guardian.co.uk/environment/2010/feb/23/china-soil-deterioration-food-supply> (acedido a 26 de Fevereiro de 2010).
- Villoria, N. et al. (2009). 'China's Growth and the Agricultural Exports of Southern Africa', *Discussion Paper 00891*, International Food Policy Research Institute.
- Von Grebmer, K. et al. (2010). *Global Hunger Index: The Challenge of Hunger. Focus on the Crisis of Child under nutrition*, Bonn, Washington D. C., Dublin, IFPRI.
- Vyas, V. (2000). 'Ensuring Food Security: The State, Market and Civil Society' em *Economic and Political Weekly*, 35, (50), pp. 4402-4407.
- Wen, T. et al. (2008). 'Grain Issues and Inflation in Modern China', em *The China Monitor: China, Africa and the global food crisis*, 30, Centre for Chinese Studies, Stellenbosch (Junho 2008).
- Weng, S. (2008). 'Central Dossier Adds to Agriculture Reform Crescendo'. 26 de Fevereiro, *Economic Observer Online*, disponível em: <http://www.eeo.com.cn/ens/Observer/2008/02/26/92884.html> (acedido a 26 de Setembro de 2009).
- Xinhua. (2008a). 'Chinese grain output expected to rise for 5th consecutive year', disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/2008-10/11/content_10180886.htm (acedido a 4 de Janeiro de 2010).
- . (2008b). '发改委:无海外屯田计划今后食用油加工领域中方控股', 13 de Novembro, disponível em: http://www.news.xinhuanet.com/fortune/2008-11/13/content_10351772.html (acedido a 20 de Dezembro de 2009).

7

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS DE TECNOLOGIAS AGRÁRIAS DE UMBELÚZI. A HISTÓRIA DE UM 'PRESENTE' CHINÊS A MOÇAMBIQUE

Jimena Durán e Sérgio Chichava

Esta história começa no segundo encontro do Fórum de Cooperação África-China (FOCAC) – considerada a maior cimeira sino-africana de sempre – realizado em Pequim, a 4 de Novembro de 2006, quando o Presidente chinês, Hu Jintao, apresentou oito medidas destinadas a reforçar a parceria entre a China e a África. Na agricultura, uma das promessas principais é a criação de 10 centros de demonstração de técnicas agrícolas em África. Um ano mais tarde, falava-se da construção de 14 centros agrícolas (Braütigam & Xiaoyang 2009).

Os compromissos da China na área da agricultura em África assumem muitas formas, através de um vasto leque de instrumentos de cooperação económica e de ajuda ao desenvolvimento. Segundo Braütigam (2009), os projectos chineses de ajuda ao desenvolvimento agrícola em África parecem desenvolver uma lógica mais orientada para os negócios, em que tem de haver algum lucro económico que garanta a sustentabilidade dos projectos. Os centros de demonstração agrícola devem ser entendidos neste contexto e são exemplos de uma fusão de ajuda ao desenvolvimento com negócio. Estes centros foram propostos no âmbito do plano de investimento em África da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China, em que a tecnologia agrícola e a produção de sementes foram concebidas como dois sectores importantes que poderiam ser úteis e lucrativos (Braütigam & Xiaoyang 2009). Assim, as principais funções dos centros são a investigação e transferência de tecnologia, a extensão rural, e a formação técnica.

Os primeiros países a beneficiar destes centros são Moçambique, Zâmbia, Zimbabué, Uganda e Camarões. Segundo Braütigam (2009), após a cimeira do FOCAC em 2006, os ministérios chineses de Agricultura e de Comércio enviaram para a África cinco equipas de especialistas com o objectivo de estudar, com as autoridades locais, as condições de implementação dos centros. Foi decidido que a sua construção, bem como a sua gestão durante os três primeiros anos seriam apoiadas com subvenções do Governo chinês. Além disso, a gestão dos centros ficaria a cargo de empresas ou institutos de pesquisa chineses, designados pelo Governo deste país.

A tabela que se segue dá conta do estado de avanço dos centros de demonstração em África e da instituição encarregada da gestão de cada centro.

Tabela 1. Centros chineses de demonstração tecnológica em África

País	Estado de avanço	Instituições gestoras
Benim	Contrato assinado em Março de 2008	China National Agricultural Development Group
Camarões	Contrato assinado em Novembro de 2008	Shaanxi Land-Reclamation Agriculture & Industry and Commerce Cooperation
Congo	Contrato assinado em Março de 2008	Chinese Academy of Tropical Agricultural Sciences
Etiópia	Contrato assinado em Abril de 2008	Guangxi Bagui Agricultural Science and Technology Co., Ltd.
Libéria	Contrato assinado em Março de 2008	Yuan Longping High-tech Agriculture Co., Ltd. in Hunan Province
Moçambique	Contrato assinado em Novembro de 2008 e inaugurado em 2011	Lianfeng Agricultural Development Corporation in Hubei Province
Ruanda	Construção iniciada a 4 de Abril de 2009	Fujian Agriculture and Forestry University
África do Sul	Contrato assinado em 2008	China National Agricultural Development Group
Sudão	Visita de campo de uma empresa chinesa em Outubro 2007	China Shandong Foreign Construction Engineering Co., Ltd.
Tanzânia	Visita de campo de especialistas chineses em 2007	Chongqing Seed Group
Togo	Construção iniciada a 22 de Outubro de 2008	Huachang International Economic and Technical Corporation in Jiangxi Province
Uganda	Contrato assinado em Junho de 2008	Sichuan Huaqiao Fenghuang Group Co., Ltd.
Zâmbia	Visita de especialistas chineses em Dezembro de 2008	Jilin Grain Group
Zimbabué	Contrato assinado em 2008	MAE Northern Co., Ltd.
Madagáscar	Demonstração	Hunan Academy of Agricultural Sciences

Fontes: African Agriculture Technology Foundation (2009), Li Jiali (s/d.)

Embora os centros tenham sido oferecidos num quadro multilateral, a negociação de cada centro foi bilateral.

O presente artigo tem como centro de análise o Centro de Investigação e Transferências de Tecnologias Agrárias de Umbelúzi (CITAU) em Moçambique. Através de uma análise qualitativa, o principal objectivo do artigo é entender

como um projecto chinês de ajuda ao desenvolvimento ganha forma no terreno.¹ Através de discursos e testemunhos dos diversos actores envolvidos, tentar-se-á compreender os mecanismos subjacentes à organização e funcionamento do centro. Espera-se, deste modo, contribuir para um entendimento mais claro e objectivo das relações sino-africanas.

Numa primeira etapa, explica-se os contornos do estabelecimento do CITAU em Moçambique, isto é, o processo de negociação, a localização e a construção do centro. Na segunda etapa, discute-se a sua organização e funcionamento, nomeadamente questões relacionadas com a gestão, transferência de tecnologia e relação com os produtores agrícolas locais. Por fim, analisa-se alguns aspectos observados durante o trabalho de campo, que prejudicam a cooperação entre os actores chineses e moçambicanos.

Da promessa à realidade

Quando Hu Jintao visitou Moçambique em Fevereiro de 2007, foi anunciado que este país seria o primeiro em África a receber um dos centros agro-tecnológicos. O estudo de viabilidade, feito por uma missão de especialistas chineses, com o apoio técnico e logístico do Ministério de Agricultura (MINAG) e do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) de Moçambique, decorreu entre 30 de Maio e 6 de Junho de 2007 (MCT 2007). Durante esta missão chinesa a Moçambique, foram negociadas e definidas várias questões relativas ao centro, nomeadamente a sua localização, tecnologias e temas, e as responsabilidades de cada parte.

Para a localização do centro, Moçambique propôs dois locais possíveis: o distrito de Moamba (a nordeste da capital, Maputo) e o distrito de Boane (sudoeste de Maputo). Por várias razões de ordem prática que facilitavam o investimento e a organização do projecto, foi escolhido o distrito de Boane. A principal razão da escolha deve-se à existência de uma instituição de pesquisa agrícola que reunia condições desejadas para a implementação deste projecto em Moçambique. Trata-se da Estação Agrária de Umbelúzi (EAU), pertencente ao Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) (MTC 2007). Criada em 1909, a EAU ocupa uma área de cerca de 700 ha (Boletim do IIAM 2009). Uma contrapartida importante foi a reabilitação do sistema de regadio por parte dos chineses. Como afirmou um engenheiro do MCT que trabalha na coordenação do CITAU sobre as vantagens do EAU: *‘A localização do centro é vantajosa, devido à proximidade de Maputo (capital) e ao facto de estar ali disponível a Estação Agrária de Umbelúzi. Paralelamente a isso, o rio Umbelúzi tem água corrente durante todo o ano. O sistema de irrigação que existe na zona já desde os tempos coloniais foi reabilitado pelos chineses para que haja água no Centro’.*²

Para além das condições infraestruturais favoráveis à implementação do Centro, e da proximidade de Maputo, o distrito de Boane situa-se na vizinhança da cidade da Matola, que alberga o maior parque industrial de Moçambique, E, entre vários outros projectos, a Mozal, o mais importante projecto de produção de alumínio em Moçambique e um dos principais produtos de exportação. Boane é, assim, um distrito em franco desenvolvimento devido à expansão de cidade de Maputo. Com uma superfície de 815 km², este distrito tem cerca de 81.000 habitantes, a maior parte dos quais (67%) dedicam-se à agricultura, base da economia do distrito. Os principais produtos agrícolas neste distrito são legumes, milho, feijão e mandioca (MAE 2005).

Foi acordado que a Estação Agrária de Umbelúzi doaria 52 ha para o estabelecimento do Centro. Na realidade, uma das responsabilidades moçambicanas é ceder gratuitamente o uso da terra onde o projecto é executado e permitir a importação isenta de impostos, de materiais e equipamentos chineses (MCT 2007). Ainda nos termos deste acordo, cabia à parte chinesa a concepção e construção do Centro, incluindo, como referido acima, as estruturas de irrigação, bem como o fornecimento de maquinaria e equipamento, e o envio dos especialistas chineses que coordenariam o projecto (Ibid.).

Analisada em retrospectiva, a evolução do processo foi bastante rápida: *‘Em 2008, o projecto foi aprovado; em 2009 iniciou-se a construção; e em 2011 terminou a construção da infra-estrutura do Centro’*.³ A maior parte da mão-de-obra envolvida no processo de construção do Centro era moçambicana, como afirma o técnico da Estação Agrária de Umbelúzi: *‘Havia alguns chineses a dirigir o processo de construção e contrataram mão-de-obra local. Infelizmente, não me lembro exactamente de quantos chineses e moçambicanos participaram no processo de construção, mas a maioria dos trabalhadores era moçambicana’*.

Do ponto de vista infraestrutural, o CITAU é composto por dois edifícios. No primeiro edifício, à esquerda, há uma sala de reuniões, seis escritórios da administração, uma biblioteca, duas salas de aula e dois laboratórios (um laboratório de sementes e um laboratório de solos). No segundo edifício, à direita, estão as residências para investigadores e trabalhadores chineses (12 quartos), uma cozinha e uma sala de jantar comum (MTC 2012).

Especialistas de Moçambique e da China decidiram dar prioridade às culturas de milho, arroz, mandioca e legumes no interior do complexo. As culturas que são testadas são as culturas populares da região. Isso explica-se pelo facto de a cooperação se basear numa negociação das prioridades de cada país, e de os projectos terem de se adaptar às exigências e às condições de cada país africano. O Protocolo de Cooperação entre Moçambique e a China para a criação do CITAU é elucidativo, ao referir o programa de desenvolvimento do Governo 2005-2009

como quadro de referência da cooperação bilateral (MINAG 2008). Para além da agricultura, prevê-se a transferência de tecnologia que permita o incremento da produção animal.

O CITAUI é visto pelas autoridades moçambicanas como um passo em frente na luta contra a insegurança alimentar, conforme se pode notar no discurso de Armando Guebuza aquando da sua segunda visita a esta instituição, em Agosto de 2011. *‘O objectivo não é somente aumentar a produção, porque pode ser aumentada de várias formas. Nem sempre se aumenta a produção através do aumento da área de produção. Temos que ter em mente a outra componente do aumento da produção através do aumento da produtividade em áreas pequenas’*. Com efeito, segundo a Agência de Informação de Moçambique (AIM), citando uma fonte chinesa, uma das apostas deste país é transferir tecnologia capaz de aumentar a produção moçambicana de arroz, actualmente estimada em 2 ou 3 toneladas por hectare, para 9 ou 10 toneladas por hectare (AIM 2011).

Estimado em 40 milhões de yuanes (CNY) – cerca de seis milhões de dólares – o CITAUI foi oficialmente inaugurado a 8 de Julho de 2011, na presença do Presidente Armando Guebuza, do embaixador da China em Moçambique e do Ministro s da Agricultura e da Ciência e Tecnologia.⁴

O funcionamento do CITAUI

A gestão do Centro está a cargo de instituições designadas por ambas as partes. Do lado chinês, foi escolhida a Hubei Lianfeng Mozambique Co., Lda. (Moçambique Lianfeng Desenvolvimento de Agricultura Co.). Esta empresa já estava presente em Moçambique, com um projecto de produção de arroz híbrido numa área de 300 ha no distrito de Xai-Xai, na província de Gaza (norte de Maputo), resultante de um acordo de gemelagem assinado em 2008 entre as províncias de Gaza e Hubei.

Durante os primeiros três anos, a gestão e o financiamento do Centro estarão a cargo do Governo chinês, como explica um engenheiro do MCT: *‘Durante três anos, o funcionamento do Centro é assegurado pela doação de 1.200.000 CNY anuais (194.394 dólares americanos) pelo Governo chinês. Em todos os países, os centros de demonstração funcionam da mesma maneira: há uma empresa chinesa designada pelo Governo chinês que dirige o projecto. A única excepção é a África do Sul; conseguiram negociar com os chineses, de modo a poderem gerir o centro eles próprios’*.⁵

Após este período inicial, o CITAUI será gerido conjuntamente por uma empresa chinesa a indicar pelo Governo chinês e por uma instituição moçambicana também indicada pelo Governo moçambicano. Entretanto, importa sublinhar que,

findo o período da gestão exclusiva chinesa, o CITAU deverá procurar meios de ser auto-sustentável, ou seja, deverá orientar-se para o mercado. No entanto, parece existir alguma possibilidade de negociar apoio chinês no final desse período. Segundo o engenheiro agrónomo chinês do consórcio Hubei Lianfeng que gere o centro, *'Este Centro foi construído por Moçambique e pela China. O plano para o desenvolvimento do Centro é de dez anos. Durante três anos, estaremos aqui para iniciar o projecto. Depois, entregaremos o Centro ao Governo moçambicano. Mas, se precisarem que fiquemos e se precisarem de ajuda chinesa para gerir o Centro, tê-la-ão'*.

A escolha de empresas como a Hubei Lianfeng e de institutos de pesquisa para gerir os centros de transferência de tecnologia agrícola em África é vista como uma forma de assegurar a viabilidade dos projectos, dando atenção às condições da economia de mercado e ao papel das empresas (Li Jiali s/d.). Braütigam (2009) destaca também a preocupação de sustentabilidade que subjaz à escolha deste modelo de implementação. Além disso, é uma forma de promover as empresas de agro-negócios chinesas num potencial mercado africano. O mercado global de insumos agrícolas, como sementes melhoradas e sementes híbridas, tem evoluído rapidamente. Apesar das críticas, o uso da biotecnologia vem aumentando. Por exemplo, a área cultivada em todo o mundo com culturas transgénicas aumentou para cerca de 333 milhões de ha em 2009, com cerca de 14 milhões de agricultores, distribuídos por 25 países (Global Industry Analysts, Inc 2010). As principais empresas produtoras de sementes melhoradas são Monsanto, Bayer, Syngenta, entre outras. Hoje, a China é líder global na produção de sementes de arroz híbrido.⁶ Neste contexto, os centros de demonstração agrícola representam uma forma de distribuir e mostrar as sementes chinesas e de colocar a biotecnologia e as empresas chinesas de insumos agrícolas no mercado global, aproveitando o potencial de desenvolvimento da agricultura africana (Braütigam 2009).

No caso concreto de Moçambique, em troca do estabelecimento do CITAU, empresas chinesas estão obtendo certos privilégios na concessão de terras para a realização de actividades agrícolas. São os casos da Lianhe Africa Agriculture Development Co., Limitada, cuja sede funciona no próprio CITAU, e da Moçambique Lianfeng Desenvolvimento de Agricultura Co., Limitada, que, como já se disse, está a desenvolver agricultura na província de Gaza. Aliás, o Protocolo de Cooperação para a implementação do CITAU em Moçambique, refere que 'como forma de suportar a empresa chinesa escolhida para a operação orientada para o mercado, o Governo da República de Moçambique proverá facilidades de investimento e políticas preferenciais para a operacionalização das actividades (MCT 2008)'. É neste sentido que deve ser entendida a história deste 'presente' chinês.

Entretanto, do lado moçambicano, a coordenação das várias instituições públicas interessadas no Centro é mais complexa. O MCT está à frente das negociações e do projecto. Mas, como o Centro está relacionado com tecnologia agrícola, o MINAG e o IIAM têm a seu cargo a implementação (MCT 2007). Embora o Memorando de entendimento para implementação do CITAU afirmasse que, para além de coordenar, o MINAG e o IIAM, juntamente com o governo do distrito de Boane, seriam responsáveis por assumir os compromissos com os chineses, estas instituições sempre tiveram um papel marginal no processo.

A ausência de clareza sobre as funções e responsabilidades de cada uma das instituições do lado moçambicano tem criado inércia e confusão, como se pode constatar na seguinte afirmação de um engenheiro agrónomo do IIAM: *'A grande questão é saber que instituição vai coordenar o Centro. Será o MINAG ou o MCT? Ambos os ministérios querem o Centro. Acho que podemos trabalhar juntos, porque, entre técnicos, nos entendemos uns aos outros. Para mim, é possível a administração em comum. Mas a cooperação política é diferente e não funciona dessa maneira'*.⁷ Ainda segundo o engenheiro agrónomo do IIAM-Maputo encarregado da cooperação com o MCT, *'Esta disputa é o resultado de um desentendimento entre o Ministro da Agricultura e o Ministro da Ciência e Tecnologia. Então, estamos a ver se resolvemos a questão da gestão do Centro'*.⁸ Sobre a divergência política entre os dois ministérios, o Director Nacional dos Serviços Agrários do MINAG declarou: *'Ouvi falar dessa disputa entre os dois ministérios. Acho difícil de acreditar, considerando que estamos a falar de duas instituições que fazem parte do Estado moçambicano. Mas acho que o que está no centro da confusão é a busca de influência política e de reconhecimento pelos dois ministros, através da responsabilidade de coordenação de um projecto com a China'*.⁹ De facto, o MCT tem atribuições gerais e tende a participar em sectores de outros ministérios, neste caso na área da agricultura.

As dificuldades de coordenação do lado moçambicano criam obstáculos ao desenvolvimento do projecto. Podem observar-se duas consequências. Em primeiro lugar, o sentimento de ignorância relativamente aos objectivos e às estratégias para o Centro, ilustrado por diversos depoimentos de técnicos do IIAM que visitaram o Centro de agro-tecnologia. Por exemplo, um dos técnicos do IIAM-Maputo disse: *'Acho que o maior problema é a falta de clareza e de transparência em relação a esse Centro. Há uma falta de clareza por parte dos ministérios moçambicanos e das autoridades chinesas. Na realidade, não sabemos quem tem de fazer o quê. Eu só sei que tenho de lá ir, ver o que se passa para depois escrever um relatório'*.¹⁰ Tendo em consideração os objectivos do Centro já aqui realçados, poderíamos imaginar que o IIAM, enquanto centro nacional de pesquisa agrária, teria um papel mais activo. Mas o IIAM é um órgão dependente do MINAG e, assim, o seu papel na gestão do Centro só pode ser limitado. Em segundo lugar,

o Centro ainda não foi aprovado pelo Conselho de Ministros, pelo que 'não está a funcionar legalmente',¹¹ pelo que se coloca a questão de como está a funcionar.

A equipa chinesa que trabalha actualmente no Centro chegou em Novembro de 2011 e é composta por quatro homens e uma mulher. Os quatro homens são trabalhadores do consórcio Hubei Lianfeng na China e planeiam ficar em Moçambique três anos. O gestor e chefe da equipa têm cerca de 40 anos e possui experiência na área de agricultura. O responsável da contabilidade, mais jovem, é o único que fala um pouco de inglês¹². Finalmente, os outros dois homens são técnicos agrícolas. A mulher é a esposa de um dos trabalhadores e cabem-lhe as tarefas da cozinha e da limpeza. Além disso, há 15 trabalhadores moçambicanos contratados ao dia (o número varia diariamente consoante a quantidade de trabalho).

O CITAU está ainda numa fase inicial de testagem das diversas variedades chinesas e moçambicanas. Os campos de demonstração e de produção ocupam uma superfície total de 35 ha para produção e demonstração de arroz híbrido e de milho, além de variedades de feijão e de legumes como alface, tomate, beringela, pimentos, etc. Os primeiros resultados da produção são os seguintes:

Tabela 2 Produção do CITAU

Produto	Variedades chinesas	t/ha	Variedades moçambicanas	t/ha
Tomate	Aeyouhongshuai	45	HTX	20
Pimento	Eshu108	52,5	Gloria	18
Alface	Xiauiwang3	30	Great Lakes	8
Arroz	Lianfenghanyou	6	Limpopo, IR64 e ITA312	3
Milho	Huayu5hao	6	Matuba, Pan64	4

Fonte: MCT (2012)

A produção é usada para consumo do próprio CITAU e para subsistência dos trabalhadores chineses, sendo os excedentes vendidos em frente ao Centro ou no mercado de Boane, segundo afirma um jovem que lá trabalha: *'Os alimentos são vendidos a preços mais baixos que os do mercado. Por exemplo, o feijão é vendido a 30 MT/quilo no Centro e a 35 MT/quilo no mercado'*.¹³ O gestor do Centro diz: *'Não podemos consumir tudo o que produzimos, por isso, temos que vender os excedentes. E temos que vendê-los baratos, porque a população aqui é muito pobre, e não tem meios suficientes para pagar mais'*.¹⁴ O engenheiro do MCT, por seu lado, tem outra explicação para os baixos preços: *'A população não conhece as variedades chinesas que estão a ser testadas no centro e não está habituada a elas. Como as pessoas não conheciam, não compravam ou pediam preços mais baixos. Mas isso não é problema para os chineses, porque os seus custos de produção são muito baixos. Por exemplo, aqui no centro, não pagam a terra, nem a electricidade nem a água. E importam todas as sementes e todos os insumos agrícolas sem pagarem qualquer imposto'*.¹⁵

Os altos níveis de produtividade e os baixos preços de produção são incentivos para cooperar com a China para o desenvolvimento da agricultura. Mas, sendo o Centro resultado de uma combinação de ajuda ao desenvolvimento e de negócio, põe-se a questão de combinar um negócio lucrativo com a ajuda ao desenvolvimento ou com a transferência de tecnologias. Devem ainda pôr-se questões sobre o modo como aquela produção pode ser articulada com a produção local, se irá substituir ou competir com os produtos dos agricultores locais. Em Boane, como já vimos, a base da produção agrícola é a agricultura familiar. Os produtores locais estão todos organizados em associações por sistema de irrigação (há cerca de 30 associações de produtores), mas não há divisão do trabalho nem produção comum nessas associações. O que acontece é que *'quando não têm produtos para vender, vão ao Centro e compram a baixo preço. Depois vendem os produtos no mercado de Boane a um preço mais elevado'*.¹⁶

Até ao momento da elaboração do presente estudo, as actividades de investigação e formação ainda não tinham começado. *'O nosso trabalho consiste em preparar os campos e as culturas antes da chegada dos especialistas chineses que farão as pesquisas'*,¹⁷ diz o gestor do CITAU. Prevê-se que em Março de 2012 cheguem 15 especialistas chineses para que possa começar a vertente de formação. Os primeiros beneficiários serão 25 produtores locais dos sistemas de irrigação de Massaca e de Manguiza (distrito de Boane) (MCT, 2012), que serão escolhidos em colaboração com o IIAM, segundo o engenheiro do MCT. *'Este Centro é uma unidade de formação e, primeiro, temos de fazer algumas experiências para escolher as melhores sementes e as melhores técnicas e depois assegurar a produção. Depois, o MCT tem de trazer as pessoas de Maputo, Nampula e de todo o país, pessoas do Governo, estudantes, produtores, todos podem cá vir e aprender'*.¹⁸

Segundo o MTC, com vista a assegurar a transferência de tecnologias, prevê-se que cada produtor que beneficie das actividades de formação receba um *kit* de sementes e insumos. O engenheiro do MCT afirma: *'Por exemplo, contactámos os chineses para ver se era possível dispensarem-nos um pouco da cobertura plástica do solo que eles usam, para darmos aos nossos produtores incluída nesses kits, porque os chineses importam esse plástico em grandes quantidades'*.¹⁹

Ainda é cedo para tirar conclusões sobre o funcionamento do Centro e será necessário esperar alguns anos para ver como evolui e se este modelo se revela eficiente e sustentável. Em qualquer caso, as organizações nele envolvidas representam os interesses políticos e económicos das autoridades públicas moçambicanas e chinesas, assim como do sector privado chinês, por trás deste Centro. Porém, como se ilustrará na próxima secção, as importantes motivações a um nível superior não se traduzem numa boa execução no terreno.

Relações laborais e barreiras linguísticas

As opiniões sob o compromisso chinês com o desenvolvimento de Moçambique e da África são diversas. Diferentemente do entusiasmo indisfarçável das elites políticas, a opinião dos burocratas é mais cautelosa. Por exemplo, entre os técnicos agrícolas moçambicanos e chineses que participam directamente no desenvolvimento do CITAU, há dificuldades de relacionamento entre moçambicanos e chineses, exacerbadas pela barreira linguística. Tal pode ser ilustrado através de exemplos concretos das dificuldades em estabelecer boas relações de trabalho, com confiança, entre a equipa chinesa e os trabalhadores ou técnicos agrícolas moçambicanos.

Como foi já referido, no CITAU há 15 trabalhadores moçambicanos contratados ao dia. Este número muda diariamente, conforme as necessidades diárias de mão-de-obra. No dia da primeira visita ao Centro efectuada pelos autores deste artigo, havia 13 trabalhadores nos campos, quatro ou cinco dos quais eram mulheres. Trabalhadores moçambicanos e especialistas do IIAM queixam-se das más condições de trabalho, inexistência de contratos e de baixos salários. Há que dizer que as queixas e as condições de trabalho não são específicas do CITAU nem dos projectos chineses em Moçambique. Mas, de certa forma, a distância cultural entre chineses e moçambicanos, e os boatos²⁰ sobre os chineses alimentam as críticas.

Em relação à ausência de contratos, um dos trabalhadores ao dia ressaltou, nas suas afirmações, a total incerteza de continuidade daquele trabalho, apesar dos esforços feitos junto da gerência do projecto: *'Não sabemos se vamos ter trabalho no dia seguinte, porque não temos contratos. Trabalho aqui há três anos, eles já me conhecem e eu conheço-os a eles (os chineses). Mas nada é certo. No ano passado, queixámo-nos ao Ministério do Trabalho. O antigo gestor prometeu-nos então que, se a produção aumentasse, a empresa daria mais dinheiro e teríamos contratos de trabalho. A produção aumentou, mas mudaram o gestor em Novembro de 2011 e agora o novo gestor não quer fazer contratos nenhuns.'*²¹ Por seu lado, o gestor chinês justificou a ausência de contratos pelo facto de o trabalho ser sazonal: *'O trabalho no campo é assim. É sazonal. Então, não podemos contratar pessoas; depende da produção. Não há contratos.'*²² Embora não seja específica dos investimentos chineses em Moçambique, a mesma situação foi constatada no projecto de construção da estrada Xai-Xai e Chissibuca entregue a outra empresa chinesa (ver artigo de Morten Nielsen neste volume).

Os salários variam entre cerca de 70 e 100 MT por dia (entre 2,55 USD e 3,64 USD) e as mulheres têm geralmente o salário mais baixo. Este nível salarial é quase equivalente ao salário mínimo legal em Moçambique em 2011-2012: no sector público (o maior empregador do país) o salário mínimo diário é de cerca

de 79 MT, correspondentes a 2380 MT por mês, e de cerca de 67 MT diários na agricultura, correspondentes a 2005 MT por mês (*Notícias* 2011). A jornada de trabalho começa às 6h30 e termina às 17h30, com um intervalo de duas horas ao meio-dia, não existindo, no entanto, flexibilidade para horário contínuo: *'para mim, o pior é que eles não me deixam continuar a trabalhar durante o intervalo, de modo a poder sair mais cedo para ir à escola que começa às 17h30. Perguntei-lhes se podia continuar a trabalhar mais 30 minutos, para sair 30 minutos mais cedo, mas eles não confiam em nós e, se não há ninguém para supervisionar o que eu faço, não posso continuar a trabalhar'*.²³

Relativamente às condições de trabalho, a principal preocupação dos técnicos do IIAM que trabalham com o Centro é a ausência de protecção dos trabalhadores moçambicanos contra os produtos químicos que usam. Como referem, *'O que mais me impressiona são as condições de trabalho dos moçambicanos. Não têm nenhum equipamento para se proteger quando aplicam as pulverizações. Usam a mesma roupa e não usam nenhuma máscara protectora. É muito perigoso. Tentámos falar com o gestor naquela altura, mas acho que eles não fizeram nada em relação a isso'*.²⁴

A outra questão está relacionada com a falta de confiança e a falta de interacção entre as partes. Por exemplo, os trabalhadores moçambicanos entrevistados estão de acordo quanto ao facto de os chineses não confiarem neles. No caso do CITAU, alguns episódios de roubos exacerbaram a desconfiança. A maior parte dos roubos diz respeito a materiais de construção ou a uma parte da colheita, mas, no ano passado, foram roubados um computador e uma televisão.²⁵ Eis o ponto de vista do director do CITAU: *'Os ladrões são os trabalhadores que aqui temos, porque isto aqui é seguro, por isso quem mais nos vai roubar alguma coisa? Há muitos ladrões em Moçambique. Então, de cada vez que isso acontece, contactamos a nossa embaixada'*.²⁶ O engenheiro do MCT explicou-nos o seguinte: *'Os primeiros roubos deram-se durante a fase de construção e até tivemos de pedir financiamento extra para os cobrir. Foram 100.000 MT (3.647 USD). Dadas as circunstâncias, achámos que os chineses deviam ter guardas. Mas, quando os roubos recomeçaram, os chineses culpavam os guardas'*.²⁷

Estas diferenças e circunstâncias afectam as relações entre os trabalhadores moçambicanos e as equipas chinesas. Além disso, os chineses consideram que os moçambicanos não estão interessados em aprender: *'Nunca vão aos campos de variedades chinesas; não estão interessados em aprender'*.²⁸ Mas como criar confiança, quando não há comunicação?

A barreira linguística na interacção com os moçambicanos não é específica dos chineses, mas à diferença de outros agentes de cooperação internacional, no caso da China agudiza-se, por de um lado, haver poucos moçambicanos falantes do mandarim e, por outro lado, pelo facto de a maior parte dos elementos que

compõem as equipas chinesas enviadas para Moçambique não falarem nem português, nem inglês.²⁹ Assim, o facto de nenhum dos cinco chineses que trabalham no CITAU falar português contribui para a distância, incompreensão, ignorância e falta de comunicação entre os chineses e os moçambicanos. De entre os cinco chineses, apenas um (o contabilista) fala inglês, de nível muito básico, desempenhando por esta razão, o papel de ‘tradutor oficial’.

A barreira da língua não afecta apenas as relações com os trabalhadores, mas também dificulta a cooperação e intercâmbio técnicos. Sobre os constrangimentos originados pelas dificuldades de comunicação, o testemunho de uma funcionária do IAAM, encarregue de ser o elo de ligação entre esta instituição e o CITAU, é bastante revelador: *‘Eu não compreendo nada do que ele diz [o tradutor chinês]. E ele mal me compreende. Não quero dizer que eu fale um inglês perfeito ou que ele não fale nada de inglês. Estou só a dizer que a comunicação é muito difícil.’*³⁰

Os funcionários do MCT e do MINAG recorrem aos moçambicanos que trabalham no CITAU, que mesmo sem falar correctamente mandarim, servem de elo de ligação. *‘... Quando lá vamos, falamos principalmente com os moçambicanos que lá trabalham. Há dois que lá estão há muito tempo e já se habituaram a compreender os chineses. E, quando queremos explicar alguma coisa ou dar o nosso conselho técnico, vamos aos campos e mostramos-lhes’.* E continua: *‘Desde o início do cultivo que tiveram problemas com a praga de lagarta mineira. O repolho e feijão foram atacados e estava a espalhar-se a outras culturas. Havia um chinês que se tornou nosso amigo, era muito simpático e estava muito interessado em aprender português. Dissemos-lhe que ele tinha de comprar Zibemetrina em Maputo, e ele disse ao chefe dele. Mas o chefe dele não quis comprar o produto químico. Esperaram dois meses até receberem a Zibemetrina e perderam toda a colheita de feijão. Eu acho que eles não confiam nos nossos conhecimentos.’*³¹

Outro exemplo de que há percepções divergentes sobre como se deve proceder diz respeito às pulverizações. Em relação a esta questão, os técnicos do IIAM têm dúvidas sobre o conhecimento e as capacidades dos especialistas chineses. *‘Não respeitam o prazo de segurança após as pulverizações. Deviam esperar sete dias antes da colheita. O director diz que é especialista de agricultura, mas, se faz isso, acho que há qualquer coisa que não está bem.’*³² Estas experiências e exemplos mostram como há falta de confiança entre os técnicos chineses e moçambicanos trabalhando no Centro, mesmo em termos de conhecimentos. A falta de comunicação e de intercâmbio de experiências entre os actores dificulta a aproximação entre as duas partes e até a própria transferência de tecnologia, que era o objectivo da constituição do Centro.

Entretanto, por muito que o panorama da cooperação pareça negativo à primeira vista, há, contudo, aspectos positivos, reconhecendo-se as técnicas, produtividade

e eficiência chinesas. Salienta-se alguns aspectos através do testemunho de um especialista do IIAM da Estação Agrícola de Umbelúzi: *‘as técnicas agrícolas são realmente boas. Estou impressionado com os sistemas de irrigação que eles instalaram. A maior parte da produção é irrigada por gravidade, mas eles também têm um sistema de gotejamento que permite um melhor controlo da água. Eu já tinha visto esses tipos de sistemas de irrigação, mas é interessante ver como eles os implementam’*. Há também reconhecimento, por parte dos moçambicanos, da capacidade de trabalho dos chineses e da constante supervisão, como dois aspectos importantes do seu modo de trabalhar: *‘Uma das vantagens que os chineses têm no terreno é a eficiência. Por exemplo, para três trabalhadores, os moçambicanos tem três camas; mas os chineses, para três trabalhadores, só têm duas camas. Então, está sempre alguém a trabalhar. Na agricultura, é bom trabalhar desta maneira. O patrão chinês está sempre no terreno, para se assegurar de que as coisas são feitas. O patrão moçambicano, pelo contrário, daria ordens sem sair de casa.’*

Identificou-se ainda a diferença de abordagem da cooperação dos chineses como um aspecto positivo. Um engenheiro do MCT declarou que apesar de todos os constrangimentos e, contrariamente aos europeus, os chineses estão interessados em desenvolver a África, tendo demonstrado isso no pouco tempo em que estão em Moçambique: *‘Os chineses têm outro ponto de vista. Estão interessados no negócio e são mais duros. Porque não? São diferentes dos europeus ou dos americanos, que aqui estão há mais de 30 anos e África continua a não se desenvolver. Eles não querem que África se desenvolva.’*

Conclusão

A forma como os centros agrícolas foram anunciados por Hu Jintao na cimeira do FOCAC mostra a sua importância política, económica e simbólica. Os centros podem ser entendidos como instrumentos políticos para provar o verdadeiro empenho da China no desenvolvimento económico e agrícola de África. Contudo, além das considerações de ordem política, as motivações económicas são também fundamentais. Como diz Braütigam (2009), as ambições globais chinesas, de aproveitar o potencial do desenvolvimento de um mercado africano de insumos agrícolas, estão traduzidas nos centros agrícolas, porque estes podem ser vistos como uma forma de criar oportunidades de investimento e mercado para as empresas chinesas de agro-tecnologia.

Neste contexto, quis-se mostrar, através do exemplo do CITAU, o processo de consolidação desta oferta, para se ter uma imagem da implementação desses centros. Apesar das importantes motivações políticas e económicas, o desenvolvimento do

Centro depara-se com alguns obstáculos, como seja a disputa entre o MINAG e o MCT relativamente ao seu controlo. Essa disputa revela a importância política de ter um projecto chinês sob a sua alçada para os dois ministérios. Ainda mais importante, essa disputa é exemplo de um dos vários obstáculos locais que se colocam e que os chineses terão de enfrentar em África. Em primeiro lugar, há as dificuldades em legalizar o CITAU. Em segundo lugar, a falta de coordenação das autoridades moçambicanas cria confusão entre os técnicos e especialistas agrícolas que nele participam. A sustentabilidade e a evolução do CITAU não dependem apenas das capacidades chinesas, mas também das competências moçambicanas para gerir o projecto após o período inicial.

A confusão política não é o único obstáculo que os chineses têm de enfrentar quando se lançam na agricultura em África. Há também barreiras linguísticas e culturais, que exacerbam a distância e dificultam a interacção entre os chineses e seus parceiros africanos. Na verdade, é questionável como se pode fazer transferência de tecnologias sem comunicação. No entanto, como já referido, é demasiado cedo para tirar conclusões e temos que aguardar que cheguem os especialistas e se iniciem os cursos, para avaliar os termos reais da interacção. Como foi afirmado por um moçambicano: ‘Nós e a China estamos agora a conhecer-nos um ao outro. Ainda estamos no processo de “namoro”.’

Notas

1. Este artigo é resultado de um trabalho de campo realizado em Fevereiro de 2012 em Maputo, no âmbito de um estudo levado a cabo pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa para o Desenvolvimento Agronómico (CIRAD) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).
2. Entrevista – Engenheiro do MCT. Maputo, 08 de Fevereiro de 2012.
3. Ibid.
4. Ibid.
5. Ibid.
6. Em 1974, Yuan Longping desenvolveu o arroz híbrido e ficou conhecido por seu 'pai'. Desde então, a área cultivada de arroz híbrido na China tem aumentado extraordinariamente, tendo passado de 139.000 ha em 1976 para 17.6 milhões ha em 1991. Para mais detalhes ver, Hybrid Rice India (s/d).
7. Ibid.
8. Entrevista – Engenheiro agrónomo do IIAM. Maputo, 7 de Fevereiro de 2012.
9. Entrevista – Director Nacional dos Serviços Agrários, MINAG. Maputo, 9 de Fevereiro de 2012.
10. Entrevista – Departamento de Transferência de Tecnologia do IIAM. Maputo, 17 de Fevereiro de 2012.
11. Entrevista – Engenheiro do MCT. Maputo, 8 de Fevereiro de 2012.
12. Entrevista – Técnico da Estação Agrária de Umbelúzi. Matola 18 de Fevereiro de 2012.
13. Entrevista – Trabalhador ao dia, Centro de Demonstração Agrícola de Boane. Boane, 2 de Fevereiro de 2012.
14. Entrevista – Engenheiro agrónomo da Hubei Lianfeng, gestor do Centro de Demonstração Agrícola de Boane. Boane, 16 de Fevereiro de 2012.
15. Entrevista – Engenheiro do MCT. Maputo, 8 de Fevereiro de 2012.
16. Entrevista – Técnico da Estação Agrária de Umbelúzi. Matola, 18 de Fevereiro de 2012.
17. Entrevista – Engenheiro agrónomo da Hubei Lianfeng, gestor do Centro de Demonstração Agrícola de Boane. Boane, 2 de Fevereiro de 2012.
18. Entrevista – Engenheiro agrónomo da Hubei Lianfeng, gestor do Centro de Demonstração Agrícola de Boane. Boane, 2 de Fevereiro de 2012.
19. Entrevista – Engenheiro do MCT. Maputo, 8 de Fevereiro de 2012.
20. Em relação aos investimentos chineses no sector agrícola em Moçambique, têm circulado rumores importantes de acaparamento de terras. O caso mais significativo foi a informação circulada por Loro Horta (2008) sobre a aquisição de terras pelos chineses no vale do Zambeze para o cultivo de arroz destinado ao mercado chinês. Deborah Braütigam (2012), no seu blog 'China in Africa: The real story' desmente as afirmações de Loro Horta. Durante o nosso trabalho de campo, não foi possível confirmar as afirmações de Loro Horta.
21. Entrevista – Trabalhador ao dia do Centro de Demonstração Agrícola de Boane. Boane, 2 de Fevereiro de 2012.
22. Entrevista – Engenheiro agrónomo da Hubei Lianfeng, gestor do Centro de Demonstração Agrícola de Boane. Boane, 16 de Fevereiro de 2012.
23. Ibid.
24. Entrevista – Departamento de Transferência de Tecnologias do IIAM-Maputo. Maputo, 17 de Fevereiro de 2012.
25. Ibid.
26. Ibid.

27. Entrevista – Engenheiro do MCT. Maputo, 8 de Fevereiro de 2012.
28. Entrevista – Contabilista do Centro de Demonstração Agrícola de Boane. Boane, 2 de Fevereiro de 2012.
29. Embora não esteja especificamente relacionado com a China, este exemplo pode ilustrar o argumento. Por exemplo, nas entrevistas a autoridades moçambicanas e a diversos actores da cooperação internacional sobre projectos brasileiros na área da agricultura, o facto de o Brasil ser um país de expressão portuguesa foi avançado como uma vantagem.
30. Entrevista – Técnica da Estação Agrária de Umbelúzi. Matola, 18 de Fevereiro de 2012.
31. Entrevista – Departamento de Transferência de Tecnologias do IIAM, Maputo, 17 de Fevereiro de 2012.
32. Ibid.

Referências

- African Agriculture Technology Foundation. (2009). *Study on the Relevance of Chinese Agricultural Technologies to African Smallholder Farmers*, disponível em: <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/11/AATF-China-Africa-Agriculture-Report.pdf> (acedido a 14 de Maio de 2012).
- AIM. (2011). *Centro de investigação agrária de Boane vai impulsionar produção agrícola*, 6 de Janeiro, disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/agricultura/janeiro-2001/centro-de-investigacao-agraria-de-boane-vai-impulsionar-producao-agricola/> (acedido a 9 de Junho de 2012).
- Boletim do IIAM. (2009). *EAU. 100 Anos na Vanguarda da Pesquisa Agrária em Moçambique*, Maputo, MINAG.
- Braütigam, D. & Xiaoyang, T. (2009). 'China's Engagement in Africa Agriculture: Down to the Countryside', *The China Quarterly*, 199, p. 686-706.
- Braütigam, D. (2009). *The Dragon's Gift: the real story of China in Africa*, Oxford, Oxford University Press.
- . (2012). 'The Zambezi Valley: China's First Agricultural Colony? Fiction or Fact?', *China in Africa: the real story [blog]*, 12 de Janeiro de 2012, disponível em: <http://www.chinaafricarealstory.com/2012/01/zambezi-valley-chinas-first.html> (acedido a 12 de Maio de 2012).
- Gabinete de Informação. (2011). *Guebuza visita centro de tecnologias agrárias*, 4 Agosto. Disponível em: <http://www.gabinfo.gov.mz/index.php?start=15>, 11 de Julho (acedido a 10 de Março de 2012).
- Global Industry Analysts, Inc. (2010), *MCP-2146: Surface active agents – a global strategic business report*. Disponível em: <http://www.strategyr.com/pressMCP-4055.asp> (acedido a 7 de Junho de 2012).
- Horta, L. (2008). *The Zambezi Valley: China's First Agricultural Colony?*, disponível em: <http://csis.org/publication/zambezi-valley-chinas-first-agricultural-colony>, 20 de Maio (acedido a 7 de Junho de 2012).
- Hybrid Rice India. (s/d). *Hybrid Rice in China*, disponível em: <http://www.hybridriceindia.org/hchina.htm> (acedido a 10 de Maio de 2012).
- Jiali, L. (s/d). *Sino-Africa Agricultural Cooperation Experience Sharing*, Ministério da Agricultura da República Popular da China, disponível em: <http://www.iprcc.org/userfiles/file/Li%20Jiali-EN.pdf> (acedido a 10 de Maio de 2012).
- MCT. (2007). *Memorando de Entendimento sobre a Visita de uma Missão Chinesa para o Estudo de Viabilidade do Centro de Demonstrações de Tecnologias Agrícolas Chinesas em Moçambique*, Maputo: Ministério de Ciência e Tecnologia.

- . (2012). *Plano de Exploração do Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias Agrárias Moçambique-China (CITTAU)*, Maputo: Ministério de Ciência e Tecnologia (15 de Novembro).
- . (2002). *Memorando de Entendimento sobre a Cooperação no Domínio da Agricultura entre o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da República de Moçambique e o Ministério da Agricultura da República Popular da China*, Maputo: Ministério da Agricultura.
- . (2007). *Memorando de Entendimento sobre a Visita de uma Missão Chinesa para o Estudo de Viabilidade do Centro de Demonstrações de Tecnologias Agrícolas Chinesas em Moçambique*, Maputo: Ministério da Agricultura.
- . (2008). *Protocolo de Cooperação entre o Governo de Moçambique e o Governo da República Popular da China para assistência da China no estabelecimento do Centro Piloto de Investigação das Técnicas Agrícolas da China em Moçambique*, Maputo: Ministério da Agricultura.
- MAE. (2005). *Perfil do Distrito de Boane*, Província de Maputo, Maputo: Ministério da Administração Estatal.
- Notícias. (2011). *Com variação entre 2005,00 e 5320,00 MT: Governo anuncia salários mínimos*, Maputo (26 de Abril de 2011).
- Portal do Governo da Província de Maputo. (2011). *Agricultura reforça aposta na tecnologia*, Julho. Disponível em: <http://www.pmaputo.gov.mz/noticias/2010/2011/julho/agricultura-reforca-aposta-na-tecnologia/> (acedido a 10 Março de 2012).

8

PERSPECTIVAS MOÇAMBICANAS SOBRE A PRESENÇA CHINESA EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE DISCURSOS DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS, DE UM BLOG E DE TRABALHADORES MOÇAMBICANOS DE MAPUTO

João Feijó¹

Introdução

A presença chinesa em Moçambique não constitui um fenómeno recente. Tal como em diversas localidades africanas, da África do Sul (Park 2008: 9-31), Maurícias, Madagáscar ou Reunião, a partir de finais do século XIX, emigrantes chineses instalaram-se na cidade de Lourenço Marques, actual Maputo (Medeiros 2007). A construção de edifícios públicos e casas particulares, do porto marítimo, caminho-de-ferro e outros empreendimentos coloniais carecia de uma mão-de-obra minimamente qualificada e de baixo custo. Foi neste contexto que os *coolies*² chineses constituíram uma alternativa bem mais económica, comparativamente com a dispendiosa mão-de-obra europeia. Tanto nestas como noutras tarefas, os chineses distinguiram-se pelos seus conhecimentos, competências e qualidade, gerando uma forte concorrência com os trabalhadores europeus. A comunidade chinesa estava concentrada na cidade da Beira e Lourenço Marques e, tal como as comunidades de descendência indiana e paquistanesa, os chineses foram marginalizados pela população branca laurentina.³

Dos *'chinas'* dizia-se que eram fechados, servis e pouco higiénicos e, no início do século XX, a imprensa representava-os como *'agricultores imundos, que punham em*

permanente risco a salubridade pública' (Zamparoni 2000: 200). A partir da década de 1930, comerciantes chineses estabeleceram-se na cidade de cimento dos colonos e, mais tarde, nas décadas de 1950 e 1960, instalaram pequenas indústrias de confecções. Saídos das escolas portuguesas, os mais novos passaram a trabalhar nas instituições públicas e privadas (Medeiros 2007). Na sequência da independência de Moçambique em 1975, uma grande parte dos sino-moçambicanos emigrou para Portugal, Brasil ou África do Sul.⁴

Ao nível das relações diplomáticas e na sequência da conferência de Bandung, os contactos da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) com a República Popular da China remontam à primeira metade da década de 1960.⁵ A China encetou esforços no sentido de influenciar o pensamento ideológico da Frelimo, com o objectivo de estender o seu prestígio e influência, o que se tornou mais evidente após a morte de Eduardo Mondlane. A prestação de apoio ao nível da formação militar de guerrilheiros da Frelimo foi efectiva (Taylor 2006, Henriksen 1978, Jackson 1995). Após a independência de Moçambique, os dois países formalizaram laços diplomáticos. Não obstante a União Soviética ter demonstrado um papel mais decisivo no relacionamento com Moçambique,⁶ a China manteve relações de cooperação, quer ao nível de apoio financeiro, quer em termos da disponibilização de quadros técnicos, ou até apoio alimentar (Taylor 2006: 94). Uma nova geração de cidadãos chineses entrou no país, integrada em diversos projectos relacionados com a saúde, com a mecanização agrícola, com a indústria têxtil e calçado ou com a energia eólica (Liu 2009: 226).

As relações económicas com Moçambique sofrem um novo impulso na viragem para o novo milénio. Na sequência da *Going Out Strategy*,⁷ Moçambique conhece a maior vaga de imigração e de investimento chinês de sempre. De acordo com dados disponibilizados pelo Centro de Promoção do Investimento (CPI), no ano de 2003 Moçambique registou a entrada de 1,3 milhões de dólares de investimento directo chinês, de 5,5 milhões em 2005 e de 61 milhões em 2007, altura em que constituía o 6º maior investidor estrangeiro. Ainda que a quantificação da população chinesa residente em Moçambique constitua uma tarefa problemática, de acordo com várias estimativas o total de imigrantes rondava, em 2009, os 10 mil habitantes,⁸ o que representaria cerca de 0,05% da população total de Moçambique. Por todo o continente africano, a China vem reforçando um conjunto de relações diplomáticas, desta vez com motivações bem mais económicas do que políticas.

Na sequência deste processo de investimento e de movimentos migratórios, os *mass media* e a produção académica vêm reportando o surgimento de um sentimento anti-China ou anti-chinês, em diversos países do continente africano.⁹ As forças rebeldes da Etiópia, Sudão e República Democrática do Congo (RDC)

têm expressado essas atitudes, com base nas ligações existentes entre a China e os regimes a que os rebeldes se opõem (Sautman & Park 2009: 258). Um sentimento de antagonismo também foi expresso contra imigrantes chineses em África, por parte de comerciantes de mercados do Mali, Senegal, Camarões, Gana, Togo, Uganda (Sautman & Park 2009: 258), Namíbia (Dobler 2008: 244) e RDC (Vircoulon 2009: 313). Estas reacções enquadram-se, na maioria das situações, num fenómeno de competição pelo acesso a recursos de poder, que tem como alvo estrangeiros (investidores e trabalhadores) em geral, e não a comunidade chinesa em particular. Por este motivo, essas atitudes deverão ser entendidas não tanto como reacções étnicas (particularmente anti-China), mas como respostas nacionalistas, sob um discurso de defesa de grupos majoritários mas desfavorecidos. Sautman e Park (2009: 258) realçam que, tanto os *mass media* como os investigadores vêm insistindo num sentimento anti-China, com base no que vão noticiando na África Austral, sobretudo na Zâmbia e Lesoto, mas também Zimbabué, África do Sul e Namíbia. Contudo, é possível identificar uma série de atitudes entusiastas relativamente à China e aos Chineses, relacionadas, por exemplo, com as suas contribuições económicas e capacidade de trabalho.¹⁰ Para Sautman & Park (2009: 258), o sentimento anti-China e anti-chineses que vem sendo manifestado não constitui algo inteiramente espontâneo, mas enquadrado num processo de lutas político-partidárias e de manipulação da opinião pública contra os partidos no poder. Trata-se de movimentos, por vezes de pendor populista,¹¹ que comparam a presença chinesa em África a processos neocoloniais, responsabilizando-a pela exploração e degradação das economias locais.

Não obstante se terem multiplicado diversas pesquisas sobre a China em África, continua-se a registar um défice de informações sobre as relações entre a China e Moçambique. Os trabalhos publicados versam sobretudo sobre as relações diplomáticas entre a China e Moçambique (Taylor 2006), sobre o investimento chinês no país (Liu 2009) ou no sector agrícola em particular (Chichava 2011), sobre oportunidades de desenvolvimento (Chichava 2010) e impacto do FOCAC (Hon, *et al.*, 2009). Ao nível do impacto ambiental das actividades económicas de empresas chinesas são conhecidos alguns relatórios promovidos por organizações não governamentais, nomeadamente os estudos de Lemos & Ribeiro (2007) e de Mckenzie (2006). Apesar de o assunto constituir notícia nos *media* moçambicanos, as representações sociais e as relações laborais nas empresas chinesas em Moçambique ainda estão envoltas em mistério. A existência de rumores – como o facto de grande parte dos trabalhadores chineses em África constituírem reclusos – partilhados por populações de diversos estratos da sociedade, ilustra o distanciamento e conseqüente desconhecimento intercultural. Neste cenário, este texto pretende contribuir com uma análise das diferentes

perspectivas moçambicanas acerca da presença chinesa em Moçambique. Na análise pretende-se distinguir as representações sociais de três grupos sociais emissores de opinião. Em primeiro lugar, os quadros moçambicanos em posições ministeriais; em segundo lugar os actores que dinamizam os *mass media*, e, por fim, os trabalhadores moçambicanos que exercem actividades em empresas com capital chinês.

Metodologia

Este texto resulta de um conjunto de duas investigações e de uma acção de consultoria, desenvolvidas entre 2008 e 2010 na cidade de Maputo. Em primeiro lugar, tratou-se de parte de uma investigação de doutoramento sobre relações interculturais em contexto organizacional. No âmbito desta pesquisa foram analisadas oito empresas de capital chinês, dos sectores da construção civil (3), da restauração (1), da indústria (1), do sector gráfico (1), das telecomunicações e de cuidados pessoais (1). Ao longo da investigação foram entrevistadas, entre outros actores sociais, 13 chefias chinesas e 21 trabalhadores moçambicanos, bem como dois delegados sindicais,¹² dois inspectores do trabalho e o Director Executivo da Associação Industrial de Moçambique (AIMO). Para além das entrevistas foram realizadas inúmeras observações no terreno, ao longo de 12 meses de trabalho no terreno.¹³

Paralelamente, e com vista a recolher informações sobre os discursos emitidos nos *mass media* moçambicanos acerca da presença chinesa em África em geral e em Moçambique em particular, realizou-se uma análise de conteúdo dos discursos publicados no *blog* moçambicano *Diário de um Sociólogo*. Iniciado por Carlos Serra (sociólogo e professor catedrático da Universidade Eduardo Mondlane) em Abril de 2006, o *Diário de um Sociólogo* rapidamente se tornou num dos *blogs* mais lidos, escrito a partir de Moçambique. O *blog* tornou-se popular entre os cibernautas de Maputo, embora seja principalmente acedido a partir do estrangeiro.¹⁴ Seguindo uma '*sociologia de intervenção rápida*', os discursos neste espaço virtual deram um importante contributo ao nível do incremento da participação social, não obstante diversos comentários serem realizados sob o anonimato ou utilização de pseudónimos. O editor interessa-se por assuntos relacionados com a exclusão social, com a política moçambicana e com Moçambique em geral. O *blog* é constantemente actualizado com breves postagens cobrindo a actualidade noticiosa, reproduzindo diversos factos sociais a partir dos *mass media* ou de observações pessoais, normalmente com breves comentários, mas por vezes com reflexões mais elaboradas. A escolha deste *blog* como objecto de análise

relacionou-se com dois motivos: Em primeiro lugar, porque conferiu uma ampla atenção ao investimento e à presença chinesa em Moçambique, constituindo por isso um espaço com muita informação para análise. Em segundo lugar, porque a maioria das postagens suscitou inúmeros comentários entre os leitores, tornando o *blog* num espaço privilegiado para o debate sobre as relações sino-moçambicanas. A pesquisa consistiu numa análise de conteúdo das postagens, ligações e comentários¹⁵ publicados no *blog Diário de um Sociólogo*, entre Novembro de 2006 e Janeiro de 2009, nos quais a China ou a presença chinesa em África constitui notícia. A amostra contém 67 postagens e 359 comentários (com uma média de 5,4 comentários por postagem). Os 67 *posts* em análise contêm ligações para 78 páginas na Internet (na maioria, jornais *on-line* ou documentos para leitura, agências de informação, portais de organizações não governamentais ou de centros de investigação, relatórios na Internet ou outros *blogs*) que foram também tidos em consideração na análise.

Por fim, realizou-se um trabalho de apoio consultivo para o Centre for Chinese Studies da Stellenbosch University, relacionado com a avaliação dos compromissos assumidos pelo Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC) em Moçambique e respectiva disseminação dos resultados¹⁶ (Hon *et al.* 2009). Ao longo deste exercício foram realizados diversos encontros com uma série de quadros seniores de quatro ministérios em Moçambique, nomeadamente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH), Ministério da Agricultura (MINAG) e Ministério da Indústria e Comércio (MIC). No âmbito da pesquisa de doutoramento foram ainda entrevistados outros quadros moçambicanos, pertencentes aos ministérios da Juventude e Desportos (MJ) (destacados para o acompanhamento das obras de construção do Estádio Nacional do Zimpeto) e do Trabalho (inspectores do trabalho). Na análise não deixaram de ser tidas em consideração diversas declarações de governantes moçambicanos, publicadas nos órgãos de comunicação social.

Os discursos oficiais – representações dos representantes do Governo

A principal constatação ao longo das entrevistas a representantes do Governo de Moçambique relacionou-se com o discurso particularmente formal, cauteloso e defensivo. Conscientes do carácter mediático e sensível do assunto, diversos quadros demonstraram relutância perante a hipótese de gravação dos encontros. As respostas foram proferidas sobretudo num tom neutral e de cariz oficial.¹⁷

Os actores sociais entrevistados adoptaram uma atitude de valorização das relações diplomáticas entre os Governos chinês e moçambicano. José Morais, ex-embaixador de Moçambique na China (cf. Hon *et al.* 2009: 69), enfatizou a amizade histórica entre os dois países, que considerou facilitadora de um clima de confiança mútua. De acordo com diversos entrevistados, os dois países têm reforçado o relacionamento bilateral, o que foi ilustrado pela visita de altos representantes do Governo chinês a Moçambique,¹⁸ e de importantes líderes moçambicanos àquele país asiático.¹⁹ De acordo com o Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, estes encontros de alto nível têm criado bons canais de comunicação, facilitando o diálogo, a negociação e cooperação bilateral.

Da mesma forma, em Fevereiro de 2007, depois de receber um grupo de empresários chineses que acompanhavam a visita de Hu Jintao, a Primeira-Ministra Luísa Diogo elogiou o *'apoio incondicional e sem reservas'* prestado pela China ao continente africano. De acordo com a governante, a China constitui *'o único parceiro internacional que nunca mostrou reservas quanto àquilo que o país aponta como sendo prioridade'*. Luísa Diogo apontou, a título de exemplo, que *"quando nós dizemos que a [construção de um novo edifício para alojar a] Procuradoria-Geral é prioridade em Moçambique eles concordam conosco", contrariamente a outros parceiros que, apesar de reconhecerem a importância da Procuradoria, quando falta dinheiro, pura e simplesmente não desembolsam os valores necessários para o feito'* (Portal do Governo de Moçambique 2007).

A informação veiculada na imprensa segundo a qual o Banco Exim da China iria financiar um grande projecto hidroeléctrico no rio Zambeze (nomeadamente a barragem de Mphanda Nkuwa) contribuiu para reforçar a posição que o Governo chinês constitui uma importante alternativa para a obtenção de crédito. O antigo Ministro das Obras Públicas e Habitação (MOPH), Felício Zacarias (Mangwiro 2007) defendeu que o projecto permitirá uma melhor gestão dos recursos hídricos naquela região do País, prevenindo cheias e períodos de seca.

As oportunidades de desenvolvimento que a China oferece a Moçambique foram diversas vezes mencionadas, nomeadamente ao nível do apoio técnico e financeiro na construção de infra-estruturas. Os interlocutores do MOPH, do MJD ou do MINEC enfatizaram o papel de empresas chinesas ao nível da construção de uma série de edifícios públicos, entre os quais o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Centro de Conferências Joaquim Chissano, a Procuradoria-Geral da República, o novo estádio nacional ou o aeroporto internacional de Maputo, entre outros. Empresas chinesas participaram ainda na renovação do sistema de abastecimento de água a Maputo, na reparação de parte da estrada nacional n.º 1 ou na ampliação da cobertura da empresa de telecomunicações estatal, TDM.²⁰

No Centro de Promoção de Investimentos foi destacado o papel da China ao nível do investimento em Moçambique, a qual, em 2008, se tornou no segundo maior investidor estrangeiro no País, com 15 projectos de investimento apresentados, avaliados em 76 milhões de dólares. Da mesma forma, o comércio bilateral entre os dois países registou nos últimos dez anos um elevado crescimento, tornando-se a China no terceiro mais importante parceiro comercial de Moçambique, depois da África do Sul e Portugal.²¹ Não obstante diversos rumores relacionados com elevados investimentos de capital chinês no sector agrícola, nas províncias do centro de Moçambique, Rafik Vala, Director Provincial de Agricultura da Zambézia negou categoricamente a existência desse interesse por parte de investidores chineses. O interlocutor referiu a solicitação de terrenos agrícolas por parte de investidores de diversos países do sudeste asiático.²² Não obstante, foi destacada a construção de um centro de pesquisa agrícola em Boane, a cerca de 20 km de Maputo, com capital e *know how* chineses.²³

A existência de uma série de conflitos laborais nas empresas chinesas gerou um claro embaraço entre os representantes do MJD destacados para o acompanhamento das obras do estádio nacional do Zimpeto. Colocados numa situação delicada – entre os protestos dos trabalhadores, por vezes ecoados na comunicação social, às vezes de forma bastante sensacionalista²⁴ (Macuácuá 2009: 16-17) e as boas relações governamentais – estes quadros moçambicanos nunca criticaram abertamente a entidade empregadora. De acordo com os mesmos, os funcionários chineses trabalham por resultados, que estabelecem previamente e que procuram atingir a qualquer custo. Para os entrevistados, os conhecimentos e a capacidade de trabalho dos povos chineses responde às necessidades moçambicanas, podendo constituir uma vantagem em relação a outras empresas estrangeiras. Os interlocutores optaram por elogiar o profissionalismo dos trabalhadores chineses, que, segundo os mesmos, deve constituir uma fonte de aprendizagem para os quadros locais:

O ritmo de trabalho chinês é outro. É o ritmo de trabalho desejado, para uma empreitada desta envergadura. Não só, para qualquer tipo de construção. Ora, o chinês, num edifício, num hotel ou em edifícios habitacionais, etc., ele, numa semana, é capaz de fazer dois, três andares. Mas se pegarmos no mesmo edifício e entregarmos a um português pode levar duas, três, quatro semanas, para fazer dois, três andares. (Director técnico da obra do estádio nacional, Ministério da Juventude e Desportos)

Na mesma linha, um outro alto quadro do MJD salienta a diferença entre moçambicanos e chineses neste aspecto:

Porquê? Porque o moçambicano é trabalho 7:30 – 12, 14 – 17. Fez, se não fez, às 17 está lá... mas o que é que eu apresento no fim do dia? Isso já não conta. Agora, para o chinês, já não. (Director-adjunto da obra do estádio nacional, Ministério da Juventude e Desportos)

Os elevados índices de violência física e verbal foram explicados pela existência de diferentes culturas de trabalho:

No meu entender [a violência] é resultante da diferença de culturas. A cultura de trabalho, por um lado, nós em Moçambique, faltar ao serviço, chegar atrasado, ou seja, fazer ou deixar de fazer... é normal. O chinês, a cultura de pontualidade, a cultura de trabalho por resultados, e a cultura de estar a trabalhar no mesmo dia é completamente diferente daquilo que é a nossa parte moçambicana. (Director-adjunto da obra do estádio nacional – Ministério da Juventude e Desportos)

A maioria das empresas chinesas em Maputo (Feijó 2010: 276) opera com um número de funcionários estrangeiros claramente acima da quota estipulada.²⁵ Em muitas empresas, sobretudo no sector da construção civil, a proporção de trabalhadores chineses apresenta-se próxima dos 40% relativamente ao total de efectivos (Feijó 2010: 276). De acordo com os interlocutores do MJD, o não cumprimento das quotas de empregabilidade nas obras do estádio nacional justificava-se pelo facto de Moçambique carecer de mão-de-obra qualificada para a realização de obras de elevada exigência técnica e com apertados prazos de execução. Esta opinião foi sustentada pelo facto de se tratar de projectos de interesse público, aprovados pelo Governo de Moçambique.²⁶ De qualquer das formas, a existência deste tipo de acordos inter-governamentais²⁷ não deixa de colocar os funcionários do Estado numa situação delicada.²⁸

Os discursos do blog Diário de um Sociólogo

Num segundo nível de análise pretendeu-se analisar as perspectivas de um dos principais *blogs* moçambicanos em relação à presença chinesa em Moçambique. Trata-se de um segundo campo de análise que não deixa de espelhar as representações de dois sectores específicos da sociedade civil moçambicana,²⁹ nomeadamente daquilo que Boaventura de Sousa Santos (2003) designa de

sociedade civil secundária e de *sociedade civil extraterritorial*. A *sociedade civil secundária* é composta pela classe política dirigente, que através de movimentos associativos procura prosseguir os mesmos interesses prosseguidos de forma pública através do Estado³⁰. Já a *sociedade civil extraterritorial* é constituída pelas organizações não governamentais estrangeiras e pelos seus quadros, quer nacionais, quer expatriados. Estes dois sectores da sociedade civil compõem um conjunto de actores mais informados, conscientes dos seus direitos e deveres de cidadania, politicamente mais participativos³¹. Trata-se de dois sectores que se distanciam daquilo que Boaventura de Sousa Santos (2003) designa de *sociedade não civil*, nomeadamente as comunidades locais organizadas segundo padrões muito diferentes dos da sociedade civil moderna³².

Da análise de 67 postagens, de 359 comentários e de 78 ligações a outras páginas, foram identificadas 299 referências à China em África, tal como é descrito na tabela 1. Quando a China ou os chineses constituíram motivo de debate, o assunto foi normalmente abordado pela negativa, salientando-se as ilegalidades e o desrespeito pelos direitos humanos (34,1%) ou a exploração de matérias-primas no continente africano (30,8%), bem como as relações conflituosas com trabalhadores moçambicanos (10,4%). As perspectivas mais optimistas relacionaram-se com as oportunidades de desenvolvimento (14,7%) oferecidas pela China às populações do continente africano.

Tabela 1: Representações sobre a China difundidas no blog 'Diário de um Sociólogo'

	N.º	%
Ilegalidades e desrespeito pelos direitos humanos	102	34,1
Exploração de matérias-primas em África	92	30,8
Oportunidades de desenvolvimento	44	14,7
Relações conflituosas com trabalhadores moçambicanos	31	10,4
Estratégias chinesas em África	13	4,3
Dependência e má aplicação do investimento chinês	11	3,7
Influência cultural chinesa	6	2,0
Total	299	100,0

Exploração de matérias-primas em Moçambique

A China e os chineses constituíram diversas vezes assunto de debate no *blog Diário de um Sociólogo* em termos de procura de matérias-primas no continente africano. De facto, inúmeras entradas no *blog* estiveram relacionadas com a temática da exploração de recursos naturais moçambicanos, por parte de interesses económicos estrangeiros. As referências relacionaram-se

com a exploração insustentável dos recursos florestais no centro e norte de Moçambique, com a exploração de terras por parte de agricultores chineses, com a caça e tráfico de animais selvagens, como o marfim do elefante ou a barbatana de tubarão. A exploração florestal constituiu um assunto sucessivamente referido na comunicação social de uma forma claramente alarmista, vulgarizando-se expressões como *'saque de madeira'* e *'Chinese takeaway'*, sobretudo após a publicação do polémico relatório da norte-americana Catherine Mackenzie (2006). Como Carlos Serra (2007b) escreveu *'queiramos ou não, o saque existe, seja qual for a origem dos saqueadores. E esse saque tem sido noticiado bem mais pelos jornalistas do que pelos ambientalistas, cuja origem é muito recente, como sabe'*. Foi neste contexto que foram publicadas duas cartas abertas: uma primeira, pelo próprio Carlos Serra, dirigida ao Presidente da República de Moçambique, e solicitando a nomeação de uma comissão de inquérito para analisar o fenómeno e, uma segunda, pelo jornalista Marcelo Mosse, dirigida ao Presidente da China. No mesmo ano, duas canções foram gravadas (uma das quais com direito a *videoclip*) em Moçambique (uma pelo músico Azagaia³³ e uma segunda por um grupo de cantores moçambicanos³⁴), onde a destruição da floresta moçambicana foi directamente abordada. Através dos *mass media*, diversos sectores da sociedade civil moçambicana (jornalistas, professores, músicos, ambientalistas), expressaram a sua preocupação, não apenas com a exploração sustentável da floresta, mas também com o desenvolvimento da indústria florestal. Diversos comentadores do *blog* de Carlos Serra alertavam para o facto de diversos contentores com madeira não processada serem exportados ilegalmente para a China, importando-se, por outro lado, uma série de mobiliário chinês, em clara violação da Lei e em prejuízo da indústria nacional.

Referenciando uma pesquisa desenvolvida pelo timorense Loro Horta, o projecto do que foi designado de *'Celeiro Chinês'* no vale do Zambeze constituiu um assunto que gerou intenso debate. De acordo com Horta, o crescimento das classes médias chinesas e consequente aumento da procura de bens alimentares (entre os quais o arroz) vem sendo acompanhado por uma diminuição das terras aráveis neste continente, pelo que a procura de terrenos para exploração noutras continentes constituiu uma realidade. Nesta perspectiva, o interesse chinês em financiar a construção da barragem de Mphanda Nkuwa enquadrar-se-ia naquele objectivo, prevenindo-se o desenvolvimento de grandes áreas de produção agrícola, bem como a migração de centenas de trabalhadores e famílias chinesas. Esta notícia foi amplamente comentada, tendo-se expressado a preocupação de transformação da Zambézia numa *'província chinesa'* ou num *'depósito de chineses que sobram no seu país'*. Diversos comentadores do *blog* compararam este projecto com o sistema de prazos e de companhias majestáticas da época colonial,³⁵

prevendo que as populações ao longo do vale venham a constituir mão-de-obra barata e interdita de praticar agricultura para o seu auto-sustento.

Esta percepção de ameaça económica chinesa constituiu também o resultado de um receio da globalização, por parte do frágil tecido industrial moçambicano. De acordo com o jornal por fax *Pátria* (2007), diversos empresários moçambicanos da construção civil temem a competição chinesa, que é vista como uma ameaça para o débil empresário nacional.

Ética e direitos humanos – considerações sobre ‘o estilo pragmático chinês’

Como demonstra o Quadro 1, o Governo da China e os actores económicos chineses foram sobretudo associados à falta de ética ou ao desrespeito pela democracia ou direitos humanos. Estas representações derivaram de um conjunto de notícias relacionadas com a exploração e exportação ilegal de produtos moçambicanos, com problemas ambientais ou com a má qualidade de produtos alimentares chineses.

No *blog Diário de um Sociólogo* foram reportadas inúmeras ilegalidades cometidas por empresas chinesas do sector madeireiro. Baseando-se em cartas de leitores, na imprensa diária, em agências de informação ou em relatórios oficiais, a presença chinesa no sector da madeira foi, na maioria das vezes, associada à violação da lei, nomeadamente ao corte ilegal e à exportação de madeira não processada. Assumindo um carácter sensacionalista, o assunto foi destacado em diversos títulos do jornal *Notícias* (cf. Carlos Serra 2007b).

A associação de cidadãos chineses a ilegalidades no sector da madeira teve início em 2007, quando Carlos Serra (2007e) publicou uma carta de um trabalhador em Cabo Delgado, Heike E. Meuser, dirigida ao Governador da província, com uma foto de um trabalhador chinês junto a um camião carregado com madeira. As empresas chinesas foram associadas ao corte de madeira valiosa ou protegida (jambirre, umbila ou *mondzo*) e à exportação ilegal de centenas de contentores com madeira não processada, alegadamente utilizando documentos falsos (notícia do *Wamphula Fax*, reproduzida pelo portal *Imensis*, 2007, cf. Serra, 2007c) e com a conivência das autoridades locais (Alan Ogle e Isilda Nhantumbo,³⁶ cf. Serra 2007d). A situação no norte de Moçambique chegou a envolver cenas violentas (Heike Meuser, cf. Serra 2007e) ou ameaças de morte (Serra 2007f).

Ainda no campo ambiental, os chineses foram associados à exportação ilegal de marfim – nomeadamente no *New York Times* (2008, cf. Serra 17.07.2008a) – ou à pesca de espécies protegidas e respectiva exportação para os mercados asiáticos, neste caso no jornal *Notícias* (2007c, cf. Serra 2007g).

Uma outra questão polémica resultou da notícia de financiamento por parte do Banco Exim da China da construção de uma barragem no rio Zambeze. Numa

entrevista ao jornal *Notícias* (2007a, cf. Serra 2007p), Daniel Ribeiro (especialista em assuntos hídricos da ONG *Justiça Ambiental*) considerava que a construção da barragem terá implicações negativas no delta do Zambeze, para além das áreas protegidas. Ribeiro argumentou que os bancos chineses só deveriam financiar projectos que seguissem padrões ambientais internacionais.

A suspeita de contaminação com melamina de produtos lácteos chineses – entre os quais a marca de chocolates ingleses Cadbury (JMS 2008, cf. Serra 2008b) – não passou despercebida ao *blog* de Carlos Serra (2008c). Segundo a *BBC News* (2008, cf. Serra 2008c), 22 empresas chinesas exportaram leite para dois países africanos: Burundi e Gabão. Essa situação gerou grande preocupação nas caixas de comentários do *blog*. Um dos comentários chamava a atenção das autoridades moçambicanas para os produtos chineses:

A entrada da China no comércio internacional liberalizado permitiu a comercialização de muitos produtos de baixa ou duvidosa qualidade. Quando falamos de produtos alimentares pode estar em causa a saúde pública. Os consumidores agradecem que a administração funcione! (Paula Araújo cf. Serra, 2008c)

Outro comentário enfatizava o facto de que produtos (neste caso o leite contaminado) rejeitados na China eram exportados para Moçambique:

Dr. Serra, uma coisa me preocupa (sic). é sabido que muitos contentores chineses entram em Moçambique (sic) ilegalmente afim de levarem de voltas a madeira da zona norte. sera que esses mesmos contentores (entrando ilegalmente) nao trazem Para Moçambique produtos proibidos ,rejeitados pelo mercado chines , e noso em analise o tal neite (sic). (Kimmanel, cf. Serra 2008c)

Ainda um outro comentário considerava a China o país que mais produzia produtos falsificados no mundo, colocando em perigo a vida das pessoas:

Se não estou em engano a China é o país que mais falsifica produtos até mesmo alimento. Eu tenho medo de consumir tudo o que seja chinês. (Nelson, cf. Serra, 2008c)

Os produtos chineses foram frequentemente associados ao baixo custo, mas também à má qualidade. Como foi escrito no jornal *Pátria* (2007), a maioria dos prédios chineses em Moçambique não tem resistido ao tempo e, em menos

de cinco anos, começaram a apresentar pequenas fissuras. Como o comentador ‘Chapa 100’ (cf. Serra 2007i) afirmou:

Os chineses estão a construir infra-estruturas, mas ninguém está a vir ao público falar sobre a sua manutenção. Vamos pedir ajuda aos chineses para manter as infra-estruturas? esta parceria nao devia ser no processo de transferência de conhecimentos? (...) com estas cheias e secas ciclicas estas infras-estruturas respondem a esta dinâmica futura de desastres naturais? (sic).

Uma outra questão que causou protesto nos *mass media* relacionou-se com a venda de armas fabricadas na China a países africanos. De facto, a tentativa de desembarque de um navio com contentores com armas provenientes da China e com destino ao Zimbabué constituiu um episódio que prejudicou seriamente a imagem da China em Moçambique. Após o processo eleitoral do Zimbabué, e no decurso das políticas opressivas contra o partido Movimento para a Mudança Democrática (MDC), em Abril de 2008, o *Mediafax* (cf. Serra 2008d) noticiou a tentativa de desembarque de um contentor com 77 toneladas de material bélico num porto de Moçambique e, posteriormente, em Durban, na África do Sul. Em Moçambique, o Governo recusou diplomaticamente o desembarque com ‘*argumentos técnicos*’ (Serra 2008d) e, em Durban, as autoridades sul-africanas proibiram o descarregamento, consolidando a posição dos estivadores e sindicatos locais. O editorial do *Mediafax* (cf. Serra 2008d) foi particularmente crítico, não só para com a China, mas também para com a Southern African Development Community (SADC) e para com o regime de Robert Mugabe.

A relação pragmática que os governantes chineses estabelecem com os congéneres africanos foi comentada por Carlos Serra (2008e) com nítido sarcasmo:

Quanto aos nossos irmãos chineses e russos, já sabe como proceder: como eles não usam aquela apostoleira música dos direitos humanos e nos dão o dinheiro que queremos, é só deixá-los usar o vosso ouro, a vossa platina e a vossa madeira e cobrar-lhes a patriótica renda.

Nas palavras de Carlos Serra, a diplomacia chinesa adapta-se com nítido engenho ao carácter rendeiro³⁷ da economia moçambicana.

Relações conflituosas com os trabalhadores moçambicanos

Outra questão que foi relatada nas notícias esteve relacionada com as conflituosas relações de trabalho entre chefias chinesas e trabalhadores moçambicanos. As

reclamações aconteceram principalmente no sector da madeira e da construção civil, tendo sido reportados problemas laborais nas obras do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Centro de Conferências Joaquim Chissano e do estádio nacional do Zimpeto. Os motivos dos protestos relacionaram-se com os baixos salários, com as longas horas de trabalho, com a inexistência de equipamentos de protecção individual (capacetes, botas ou luvas), com acidentes de trabalho, insultos e violência física contra os trabalhadores nacionais:

Alguns trabalhadores que falaram ao Magazine [semanário local], na condição de anonimato, relataram que, durante o período em referência, foram alvo de maus tratos por parte do patronato, violações que comportam o excesso da carga horária e interdição de dispensas em casos de infelicidade, entre outros. (Magazine 2007: 10, cf. Serra 2007j)

Já houi (sic) relatos do tiroteios havidos em hobras (sic) de construção civil por várias razões...as vezes fico com dúvidas: será que é a língua que cria uma distância abismal entre as partes envolvidas? Ou será das diferenças do ritmos [sic] de trabalho e o grau de exigência a que não estamos abituados (sic) e isso 'irrita' os chineses? Ou será que os tiroteios a que nos abituaram (sic) a ver nos filmes de 'kung fu' são na verdade situações normais na vida dos chineses? (Wetela, cf. Serra 2006)

Nas peças jornalísticas e nas caixas de comentários considerou-se que os chineses adoptam um comportamento racista. Como um anónimo (cf. Serra 2006) comentou: *'Ao contrário de outras raças eles são (sic) extremamente racistas. Quem já entrou numa loja chinesa pode testemunhar'*. A descrição da forma como os moçambicanos são tratados pelos empregadores chineses no presente não deixa de conter uma lembrança da forma como foram tratados no passado pelos antigos colonizadores. Como Henning Mankell declarou numa entrevista ao *Le Nouvel Observateur* (cf. Serra 2008c), *'País cheio de pobres, a China exporta-os para África. Aqui, os Chineses comportam-se como autênticos colonizadores, como os Portugueses, uma forma terrível de colonização, os Africanos são maltratados por eles'*.

Na construção civil e no sector madeireiro, as queixas foram algumas vezes apresentadas às autoridades locais. No entanto, os trabalhadores também se queixaram da ineficiência dos fiscais moçambicanos e da não aplicação da Lei. No jornal *Notícias* (2007b, cf. Serra 2007l) foi noticiado que o Governo não dispõe dos meios para dar uma resposta adequada à situação, unicamente *'com um total*

de 50 fiscais florestais que se debatem com diversas dificuldades em termos de meios de trabalho, como viaturas de patrulha...'. A inexistência de inspectores no terreno foi constatada no relatório de Alan Ogle e Isilda Nhantumbo (cf. Serra, 2007d). As reacções governamentais foram consideradas esporádicas e, na maioria das vezes, apenas promessas de investigação. Por outro lado, não deixou de ser noticiado que os empresários chineses estão protegidos por poderosos interesses políticos e económicos moçambicanos, o que torna difícil a aplicação da Lei no terreno:

Trabalhadores de muitas firmas e concessões dizem serem vítimas de maus tratos e que quando tentam reclamar são expulsos das suas funções. Para evitar ficar sem trabalho, os operários dizem que nada podem e nem sabem a quem recorrer, porque, sempre que tentam fazer algo para se defenderem, os patrões são os que ganham as causas em tribunal, tudo porque eles podem pagar e, assim, as instituições de justiça se pautam para por ponto final nos processos (...) Os trabalhadores denunciaram que em muitos dos casos os patrões gritam com eles. Um trabalhador contou-me que já ouviu um patrão dizer: 'Vão queixar onde quiserem porque ninguém nos pode impedir, porque parte dos nossos sócios são antigos combatentes que aqui no vosso pobre país vocês lhes temem. (Aunício da Silva, 2008, cf. Serra 2008f)

As oportunidades de desenvolvimento

Apesar de ter sido bastante criticada, não deixaram de se constatar diversos comentários a favor da presença e do investimento chinês em Moçambique. Diversos comentadores negaram a destruição da floresta e destacaram a concessão de empréstimos chineses, a construção de infra-estruturas e de um centro de formação no sector agrícola.

Não obstante todos os protestos, alguns emissores de opinião negaram as consequências ambientais da actividade florestal. Numa crónica publicada no jornal *O País* (cf. Serra, 2007m), Lázaro Mabunda referiu que as autoridades nacionais demonstraram que o corte de árvores está muito abaixo do nível oficialmente fixado, pelo que o futuro das gerações vindouras está garantido e que Moçambique apenas serve '*de caixa de ressonância para desencadearmos um barulho sobre o que não existe*'. Também para Gabriel Muthisse, ao invés das empresas chinesas do sector florestal, os camponeses constituem os principais responsáveis pela desflorestação do País. Como foi mencionado por diversos comentadores no

Diário de um Sociólogo, essas críticas resultaram de uma campanha generalizada contra a China, especialmente no sector florestal, manipulada a partir de uma ‘*mão externa*’. Para essas vozes, por detrás dos relatórios publicados esconde-se uma preocupação europeia em relação à concorrência chinesa em África, bem como o receio de perder a sua influência política e económica no continente. Tendo em consideração a experiência colonizadora europeia, o actual interesse ocidental constitui uma falsa atitude. Para Muthisse, a suposta campanha é promovida pelos países ocidentais que estão tirando proveito desses episódios políticos e supostos problemas ambientais, alegadamente com atitudes xenófobas:

Veja-se ainda as grandes mobilizações que se encetam à volta da visita do Presidente da China à África. Esta visita está sendo precedida por verdadeiras campanhas de xenofobismo contra a China. Aspectos específicos da cooperação China/África são chamados à colação, com o intuito de apresentar este gigante da Ásia como inimigo dos africanos (...) Apelos ao moralismo, a alguma xenofobia, ou mesmo a causas nobres (como o meio ambiente) serão agitados para atrair a nossa atenção. (Gabriel Muthisse, cf. Serra, 2007n)

Um artigo de opinião publicado por Adelino Buque (2007) no jornal Notícias, (cf. Carlos Serra 2007b) sobre os ‘... *supostos amigos das florestas*’³⁸ foi particularmente ilustrativo. Adelino Buque considerou que a carta aberta de Carlos Serra ‘*não passa de um falso texto com cheiro a xenofobia*’ e pediu ao presidente moçambicano para manter a calma e continuar ‘*com sua carregada agenda de combate à pobreza*’. Fazendo uso de dados oficiais sobre as florestas, Buque escreveu que tudo foi feito para incomodar as autoridades locais durante a visita de uma delegação política chinesa a Moçambique. Para ele, ‘*um movimento anti-chinês usou as pessoas com crédito na análise de questões sociais, as pessoas do sector académico e também de instituições de cooperação*’. Buque lembrou que, quando era criança, se falava do ‘*perigo de chineses porque estes comiam pessoas, de preferência crianças, e as pessoas eram educadas pelo sistema colonial a olhar para os chineses com desconfiança*’. Na perspectiva de Buque, existem evidências claras de uma campanha anti-chinesa internacional. Diversos comentadores não deixaram de questionar as agendas de financiamento que alegadamente estão por detrás de relatórios académicos publicados no continente africano.

Por outro lado, a concessão de empréstimos por parte do Banco Exim da China não deixou de ser considerada um aspecto importante para o desenvolvimento de Moçambique. A 18 Maio de 2007, quando Serra fez uma referência a uma notícia publicada no portal *Imensis*, intitulada ‘*Ambientalistas contestam impacto*

de *barragem de Mphanda Nkuwa*, alguns comentários realçaram a importância do crédito chinês. Para uma economia fraca como a moçambicana, o empréstimo do Banco Exim da China representa para diversos comentadores uma grande oportunidade de desenvolvimento:

Tem gente a não dormir nos quatro cantos deste mundo para conseguir que pelo menos uma instituição financeira solte dinheiro para aquela barragem. O Eximbank quase que não soltava a massa porque Moçambique não tem garantias para tamanho financiamento, não fossem esforços na mesa e debaixo da mesa esse acordo nunca chegaria a bom porto... Nunca fui muito apoiante dos meios dos Chineses e já disse isso em aberto, mas sou obrigado a ceder que desta vez é Moçambique que precisa daquele dinheiro... o Banco Mundial 'saltou fora' na altura de financiar o projecto. (cf. Serra, 2007p)

Para Gabriel Muthisse (cf. Serra 2007b), o apoio chinês na concessão dos empréstimos torna muitos países ocidentais menos fundamentalistas no estabelecimento de contrapartidas, relacionadas com questões de boa governação, de direitos humanos ou de defesa do meio ambiente. A China representa uma nova alternativa de acesso ao crédito e os países africanos em desenvolvimento têm agora um novo parceiro de negociação, o que constitui uma importante vantagem.

A projecção e execução de várias infra-estruturas de grande dimensão por várias empresas chinesas foram referidas no *blog Diário de um Sociólogo*. A construção de uma área residencial para os deputados moçambicanos foi anunciada pelo presidente da China e o periódico *Pátria* (2007, cf. Serra 2007o) fez referência à construção de diversos edifícios públicos, como o Centro de Conferências Joaquim Chissano, o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

De acordo com as declarações do investigador timorense Loro Horta ao *Macaubub* (2008), a China encontra-se a investir na melhoria da produção agrícola africana, com o arroz como principal prioridade. Segundo Horta, em 2008 o Governo chinês prometeu investir 800 milhões de dólares na modernização da agricultura moçambicana, com o objectivo principal de aumentar a produção de arroz de 100.000 para 500.000 toneladas por ano, até 2013. Loro Horta considerou que as divisas resultantes da exportação de arroz iriam permitir a Moçambique a aquisição de bens produzidos na China, bem como outras matérias-primas no mercado global.

Apesar de o investimento na agricultura ter sido analisado com preocupação (por ambientalistas, jornalistas e docentes universitários), alguns comentários

destacaram as vantagens desses projectos, especialmente a utilização racional da terra, o aumento da produção agrícola e das exportações, a criação de emprego e a geração de receitas provenientes de impostos:

Sem dúvida notícia perturbadora, por conter nas entrelinhas a tal ‘província chinesa’, depósito de chineses que sobram no seu país, mas por outro lado, antes ver o vale do Zambeze produtivo e engajado na produção de comida, do que improdutivo ou tornado numa vasta plantação de jatropha, tão ao gosto dos nossos amigos italianos, espanhóis, portugueses e outros afins. (Anónimo, in Serra, 2008g)

Para mim, até não tenho problemas que usemos as nossas terras férteis racionalmente porque só assim é que teremos que desenvolver, se criarem empregos e passaremos à mecanização da agricultura e se fortalecerá a nossa economia aumentando a exportação. (Reflectindo, cf. Serra 2008g)

Claro que não digo que é um mercado de proporções astronómicas, mas à medida que se produzisse o mesmo iria crescer devido ao aumento de renda de mais pessoas que pagariam impostos, gastariam, poupariam e investiriam fazendo, por isso, que o mercado crescesse. (Chagas in Serra 2008g)

Como observou Gabriel Muthisse (cf. Serra 2007i), os chineses também estão investindo em sectores aos quais o investimento ocidental não dá muita atenção – como as há muito desactivadas minas de cobre da Zâmbia – em benefício de populações africanas. Como comentou Obed Khan (cf. Serra 2008g), a nível mundial assiste-se a um aumento da procura de produtos agrícolas, havendo necessidade de novas áreas de produção. Moçambique tornou-se, por isso, numa região estratégica do mundo, devendo tirar proveito dos interesses chineses. Para Bhalane (cf. Serra, 2008g), a questão também é pacífica. Segundo o mesmo, Moçambique possui um grande território com uma baixa densidade populacional, pelo que a terra não constitui um problema nacional.

Um comentador anónimo (cf. Serra 2007i) afirmou que Moçambique deve aprender com as economias em crescimento como a China, a Índia ou o Brasil, que conseguiram diminuir os índices de pobreza. Segundo o mesmo, importa que não se ‘*ridicularize tudo aquilo que vem da China, como vejo acontecer, mesmo com o uso de demagogia*’. No entanto, como foi referido no suplemento do *Notícias, Economia e Negócios* (cf. Serra 2007p), a expansão chinesa em África só

pode ser uma oportunidade de desenvolvimento se os chineses forem cuidadosos e não repetirem os erros dos países ocidentais do passado. Como refere Muthisse (cf. Serra 2007i), os africanos poderão beneficiar do investimento chinês se pararem de se lamentar e se aprenderem a negociar.

Perspectivas dos trabalhadores moçambicanos sobre as relações laborais

Da análise das entrevistas realizadas a 21 trabalhadores moçambicanos e a dois delegados sindicais constatou-se a existência de um conjunto de representações relacionadas com as baixas recompensas económicas, com reduzidas expectativas de participação, promoção ou até de aprendizagem, com as deficientes condições de higiene e segurança, com a liderança despótica, com a elevada capacidade de trabalho dos trabalhadores chineses e com a realização de diversas ilegalidades por parte das entidades patronais.

Baixas recompensas económicas

Nos sectores da indústria, da construção civil e da restauração, os ordenados da maioria dos trabalhadores moçambicanos foram caracterizados pela precariedade. O ordenado mínimo constitui, normalmente, o valor de referência para a maioria dos funcionários. Mesmo numa empresa gráfica, que exige melhores níveis de qualificação, o trabalhador entrevistado melhor remunerado não auferia mais de 2.500 meticais por mês. Nos casos analisados, mesmo trabalhando ao sábado (totalizando 48 horas semanais, no caso da indústria plástica), ou realizando horas extraordinárias (como no caso da construção civil), o ordenado mensal não foi para além dos 2.300 ou 2.500 Meticais, respectivamente. Contudo, pelo facto de serem muitas vezes descontados pela falta de assiduidade, muitos trabalhadores chegam a receber menos que o ordenado mínimo nacional. A título de exemplo, numa grande empresa do sector da construção civil, os trabalhadores eram descontados em 10 meticais por cada minuto de atraso. Como referia um operário moçambicano, tendo em conta que o ordenado diário era de 65 meticais, *'se chegares às 7:05 já não vale a pena entrar'*.

Em cinco das oito empresas analisadas foram instituídos prémios de desempenho. Contudo, pela observação de mapas de salários ou pelas conversas mantidas com empregadores chineses, constatou-se que os trabalhadores moçambicanos que atingem os objectivos estipulados constituem uma pequena minoria.³⁹ De acordo com os trabalhadores, a atribuição do prémio não é geralmente acompanhada

por qualquer explicação, o que levanta muitas críticas relativamente ao sistema implementado.

Mesmo com a realização de horas extraordinárias, os salários pagos nas grandes empresas chinesas da construção civil representavam, sensivelmente, metade dos valores praticados noutras empresas, da mesma dimensão.⁴⁰ Tendo como referência o valor mensal da cesta básica (orçamentada na época em 5.229 meticais pela Organização dos Trabalhadores de Moçambique – Central Sindical, OTM) o desagrado dos trabalhadores é evidente. A sobrevivência diária só é possível com o corte de inúmeras despesas essenciais relacionadas com a alimentação, saúde e transporte e com o envolvimento num conjunto de actividades paralelas. Muitos trabalhadores entrevistados apresentam-se ao serviço em jejum (unicamente com um chá), depois de terem percorrido, muitas vezes a pé, distâncias de cerca de 60 minutos.

Também ao nível da concessão de benefícios sociais⁴¹ os trabalhadores não escaparam à precariedade. Nenhum operário beneficia de subsídio de transporte ou de alimentação.⁴² Numa das grandes empresas de construção civil foi oferecido um pão (simples) a cada trabalhador durante o intervalo do almoço e, no final do dia, um segundo para quem fizer horas extras. Com excepção de uma construtora – onde no fim do ano é oferecido um cabaz com alimentos aos trabalhadores – nas pequenas e médias empresas analisadas apenas se disponibilizou uma chaleira. Com essa máquina, os trabalhadores tomavam água com açúcar (que raramente é oferecido), por vezes acompanhada por um pão, se o trabalhador o trouxer de casa. Esta situação gerou particular descontentamento num dos restaurantes analisados, onde a maioria dos empregados nem tem direito a refeição.⁴³ Alguns funcionários aproveitavam os restos de comida deixados pelos clientes, mas eram obrigados a fazê-lo com grande discrição:

Nós podemos trabalhar com eles desde as 9h às 22h, sem nos dar nenhuma alimentação. Não nos dá comida. Não aceitam nos dar nada. Chinês é capaz de ver a comer, pegar na tua comida e ir despejar. Para tu não comeres. Sim! Sim! Acontece isso tudo... Nem mesmo a comida dos clientes. Se for visto a comer, é despedido, acusado de estar a roubar. (Ajudante de cozinha moçambicana)

Para muitos trabalhadores, a ausência deste tipo de benefícios causa mais indignação que os baixos salários. Numa clara expectativa de gestão paternalista⁴⁴, estas práticas são consideradas desumanas e ofensivas pelos trabalhadores moçambicanos. Como referia um técnico de indústrias gráficas:

Ya, cuidam dele como filho. Não exactamente como filho, mas com respeito. A forma como tratam a ele é com respeito. Os nossos chineses, eles não respeitam. Às vezes não têm consideração. Às vezes não têm coração. Como eu tinha falado naquele dia, eu estou ali porque não tenho outro sítio. Se por acaso surgir um sítio melhor a gente vai pra lá.

Um aspecto positivo que mereceu a unanimidade dos entrevistados relacionou-se com a pontualidade dos pagamentos. Como referia um operário da construção civil, *‘nas empresas moçambicanas chegas ao fim do mês e não há dinheiro, enquanto ali chegas ao dia 30 e já recebeu. Não há que falar nada’*.

De acordo com os trabalhadores moçambicanos, as recompensas dos trabalhadores nacionais contrastam com as dos congéneres expatriados. Para além do vencimento, os moçambicanos salientam o facto de os chineses beneficiarem de alojamento, água e energia, refeições diárias, bolachas, cigarros, fruta ou tratamento médico gratuito. Libertos destas despesas obrigatórias, os chineses têm maior facilidade de poupança e acumulação:

Não gastam! Não gastam nada! Têm cigarro da empresa, comida da empresa. Aqueles gajos não compra nada. Estes cigarros é da empresa. A comida é da empresa. A fruta, banana, laranja é da empresa. Omo, água, tudo. (Operário da construção civil moçambicano)

A ideia de que os chineses são economicamente privilegiados ou de que *‘gostam de viver aqui porque vivem bem’* é reforçada pela observação de alguns bens de consumo.⁴⁵ Neste campo, destaca-se o facto de a maioria dos operários chineses possuir o seu computador portátil, onde assistem a filmes ou comunicam pela Internet. Contudo, o comportamento ascético dos trabalhadores e a sua motivação para transferir dinheiro para a China impede-os de demonstrar sinais exteriores de riqueza, por exemplo ao nível da compra de um bom automóvel. Como referia um engenheiro moçambicano:

É difícil ter isso aqui, porque eles não podem sair para o exterior [do estaleiro]. Esses que saem têm que entrar todos no machimombo, no mini-bus, ir à praia, voltar no bus para aqui. O director sim, ele mostra que tem..., anda com brutos carros, anda de Mercedes. É um director da obra, eles saem, têm várias obras aqui, então ele é o líder das obras. Ele tem que mostrar que tem alguma coisa.

Ausência de expectativas de participação e de promoção

Nas empresas analisadas, sobretudo nas do ramo da construção civil, da restauração e da indústria, as expectativas de mobilidade e promoção são muito reduzidas. A percepção existente é que os quadros nacionais estão condenados a executar funções dirigidas pelos expatriados, que não confiam em ninguém senão neles próprios. Durante a realização de um *focus group* a questão gerou, inclusive, a ironia dos participantes:

- ‘Ali dentro!?’ – empregado de mesa moçambicano.
- ‘Não! (risos)’ – ajudante de cozinha moçambicana.
- ‘Nem tão pouco!’ – empregado de mesa moçambicano.
- ‘Parece que eles nem sabem o que é isso!’ – ajudante de cozinha moçambicana.

Da mesma forma, as expectativas de participação nos processos de tomada de decisão foram consideradas bastante reduzidas. De facto, identificaram-se diversos problemas na comunicação vertical (entre chefias chinesas e trabalhadores moçambicanos), com reflexos a nível horizontal (entre os próprios moçambicanos). Estes problemas foram explicados, na maioria das vezes, pelas diferenças linguísticas, e pelo facto de poucos chineses dominarem os idiomas europeus. Para além da questão linguística, considera-se que os chineses demonstram pouca predisposição para a comunicação com moçambicanos, desvalorizando, inclusivamente, todo esse processo, tanto na sua dimensão verbal, como não verbal (sorrisos, acenos com a cabeça consonantes com o discurso, olhar nos olhos, etc.):

Ya, nunca atendem. Um assunto... para ele não tem lugar... Ele não te olha... praticamente não te ouça. Nem quer saber. Se aquela pessoa precisa de alguma coisa e fala, ele tá a andar. Então não está atento. Ele não dá atenção a ninguém, aos moçambicanos. (Ajudante de cozinha moçambicana)

Como referia um delegado do SINTICIM:

E mais! Que também agrava a situação: comunicação! Também é um grande entrave: comunicação! Os chineses, na sua grande maioria, lá dentro não falam inglês, muito menos português. Falam chinês. O moçambicano está muito distanciado. Porque o elo entre

o trabalhador chinês e o trabalhador moçambicano aqui é um problema sério. Às vezes um chinês diz... por exemplo... 'saiu, saiu, saiu, casa, casa, casa'. Porquê? Não entende. O chinês não sabe. Só sabe dizer 'saiu, saiu, saiu, saiu, casa, casa, amanhã não anda cá'. Mas porquê? Não é isto? Mandou fazer isto? Mandou fazer assim! Se é que não é isso, como é que eu vou fazer entender que não é isto que ele quer que eu faça isto?

Por outro lado, o alegado carácter desconfiado e inseguro dos chineses dificulta o processo de comunicação com os moçambicanos. Na opinião de um empregado de mesa, qualquer tentativa de aproximação '*acham que tem a ver com alguma malandragem, alguém que está à procura de alguma coisa daquilo que eles falam*'. Pelo facto de a língua de trabalho ser o inglês, de estar envolvida mão-de-obra bastante qualificada, e devido ao estilo de liderança participativa do director, as oportunidades de participação foram bastante maiores numa empresa do sector das telecomunicações. O director-geral faz questão de agendar encontros semanais com os trabalhadores, de manter a porta do seu gabinete constantemente aberta, ou de organizar um jantar com os colaboradores a cada quadrimestre.

Percepção das possibilidades de aprendizagem

Ainda que diversos moçambicanos reconheçam o mérito de colegas chineses na formação dos quadros locais, a representação dominante foi precisamente a inversa. Para além do obstáculo linguístico enfatizou-se a falta de paciência dos quadros expatriados no processo de formação dos trabalhadores locais:

Eles não ensinam. Só discutam. 'Pega aqui, pega aqui'. Ele te ensina para ficar a ver tudo, entregar, a carregar madeira. E entregar, está bom? (Operário da construção civil moçambicano)

Como havia dito, o filho do patrão ele é muito inteligente mas não tem paciência para ensinar. Não tem paciência para ensinar (...)
Mas também, quando a gente vai perguntar ao filho do patrão, ele nos dá a explicação mas ele não tem paciência. Não tem paciência.
(Técnico de indústrias gráficas moçambicano)

Se de acordo com a Lei do Trabalho, um dos objectivos da contratação de trabalhadores estrangeiros consiste, precisamente, na formação de trabalhadores nacionais, para os quadros moçambicanos entrevistados esse objectivo não está

a ser atingido, sobretudo nas grandes obras públicas. Como refere um técnico de recursos humanos da empresa que construiu o estádio nacional:

Os chineses fazem tudo sozinhos, tudo, os engenheiros chineses planeiam tudo. O moçambicano só executa. Não há, assim, uma aprendizagem. Eu acredito que se amanhã o Ministro disser ‘quero fazer um estádio igual a este na Beira’, ninguém saberia fazer.

As fracas condições de higiene e segurança no trabalho

Em termos de higiene e segurança, as condições de trabalho nas empresas chinesas foram caracterizadas pela precariedade. De acordo com uma inspectora do trabalho da cidade de Maputo, trata-se, inclusive, de um dos maiores problemas detectados nas obras de empresas chinesas, sobretudo quando comparadas com as outras grandes empresas do sector. A título de exemplo, nas obras de construção do estádio nacional, o capacete de segurança constituía, em Abril de 2009, o único equipamento de protecção individual utilizado pela maioria dos trabalhadores. Os operários apresentavam calçado inadequado para o tipo de trabalho desenvolvido, predominando as sapatilhas, os sapatos e as sandálias. Aos trabalhadores que manuseavam ferro, alegadamente de 30 mm de diâmetro, foram disponibilizadas luvas de pintura, sem resistência para o tipo de trabalho em questão. Os problemas de falta de equipamento individual foram sentidos noutros sectores, nomeadamente na indústria plástica. Em inúmeras situações foram revelados episódios de acidentes laborais que implicaram a amputação de membros, bem como lesões na pele pelo manuseamento de produtos tóxicos, cujas embalagens apenas continham informação em mandarim. Trata-se de situações que geraram um forte descontentamento entre trabalhadores, sobretudo pela lentidão da entidade empregadora na prestação de auxílio às vítimas.⁴⁶ No sector da restauração também foram proferidas queixas relacionadas com a falta de condições de higiene. Como referia um empregado de mesa, no restaurante *‘havia fossas e os moçambicanos... sem material de protecção, faziam aqueles trabalhos de limpeza dentro [das fossas], pronto, ao mesmo tempo fazíamos a comida’*. Em todas as empresas analisadas, contaram-se diversas histórias relacionadas com a falta de higiene dos trabalhadores chineses. Manusear alimentos depois de urinar (sem lavarem as mãos), escarrar e cuspir junto de colegas que almoçam (prática comum, inclusive nos escritórios) ou fumar compulsivamente, constituem práticas que escandalizam muitos moçambicanos. Numa clara continuidade com as representações dos *coolies* do início do século XX, cem anos depois a imagem do chinês é de um cidadão *‘pouco civilizado’*. Não só em Moçambique, como noutros

países da região,⁴⁷ predominou a ideia de que na China não existe uma cultura de higiene e segurança, pelo que se colocam valores como o lucro e a produtividade à frente da protecção e da segurança dos trabalhadores.

Representações do estilo de liderança chinês

Na maior parte das organizações analisadas, sobretudo nos ramos da construção civil, da indústria ou da restauração, as relações laborais apresentaram-se bastante hierarquizadas. De acordo com os entrevistados, as chefias chinesas tendem a exercer a sua autoridade de uma forma despótica, intransigente e, inclusivamente, violenta. Esta atitude foi diversas vezes justificada pela existência de uma disciplina militar nas organizações chinesas. Trata-se de uma ideia frequentemente repetida por quadros superiores do MJD ou da Polícia da República de Moçambique, destacados para a obra do estádio nacional no Zimpeto,⁴⁸ assim como por diversos trabalhadores moçambicanos da área da restauração. Recorrendo à memória do período de monopartidarismo em Moçambique, essa disciplina militar não constitui propriamente uma novidade para os funcionários moçambicanos mais velhos:

Eles respeitam sempre, de forma... são soldados, tipo soldados. É um aprumo de comando militar. Isso aí vê-se a olho nu, e a gente vive, o chefe falou ámen. Eu posso dizer assim, se eu quero um café (...) Há duas situações que têm que ocorrer, ou o servente vê o chefe sentado e já vem a correr com a bandeja, com tudo e mais alguma coisa, porque o chefe lhe pediu, ou então manda logo o berro [voz de comando militar] 'txé txé!!!' Aquela maneira militar. Txá txá!!!! 'Dá-me cá essa porra, não sei quê!!!!'. (Director-adjunto da obra do estádio nacional – MJD)

Eu acredito que eles têm o regulamento interno deles. Têm regras. Severas entre eles. Eles sentem o patrão isto aqui não quer. Eles comunicam em chinês então... ele nota que aqui existe um regime... uma lei... um regulamento interno. (Empregado de mesa moçambicano)

De acordo com o funcionário do MJD, a imigração de populações oriundas de um regime monopartidário, que adopta uma '*política de ferro, uma governação de ferro*' gera um conjunto de conflitos e contradições num país mais democrático. De acordo com o mesmo, este fenómeno tende a gerar rumores, sobre as características

das relações laborais e sobre a liberdade dos trabalhadores chineses. Desta forma ‘... acabamos depois desaguando naquelas especulações, não sei se são verdadeiras ou não, que nós dizemos que esses indivíduos são prisioneiros, e vieram para cá como forma de não sei quê, não sei quantos’.

Esta perspectiva que os trabalhadores chineses da construção civil constituem prisioneiros a cumprir uma pena em Moçambique encontra-se largamente difundida não só pela população de Maputo,⁴⁹ como em muitas outras cidades africanas. O mesmo rumor foi observado na Zâmbia (Sautman & Park 2009:277), Namíbia (Dobler 2008:243), Angola (Liu 2009:219) ou Guiné Equatorial (Esteban 2009:683), entre outros países africanos. Esta representação é encorajada não só pela reduzida interacção entre os expatriados chineses e os trabalhadores locais, como pela barreira linguística à comunicação. Esta representação pode ser explicada por um conjunto de quatro factores. Em primeiro lugar, pela existência de uma memória histórica de trabalho forçado (vulgo chibalo). Um segundo factor está relacionado com o facto de muitos africanos não estarem familiarizados com populações de origem não africana a realizar trabalhos braçais (conduzir máquinas nas obras, carregar baldes, etc.) e a dormir em camaratas, como o fazem muitos trabalhadores chineses. Em terceiro lugar, pelas rigorosas condições de trabalho a que se sujeita a mão-de-obra chinesa, pela disciplina laboral extrema e largamente desconhecida no país. Por fim, este estereótipo é encorajado pela reduzida interacção entre os expatriados chineses e os trabalhadores locais, resultante não só da existência de barreiras linguísticas, mas também do carácter desconfiando das populações chinesas, sobretudo quando interpeladas pelas homólogas não asiáticas.

Tal como noutras empresas de capital europeu ou sul-africano (Feijó 2009), as relações de poder e a autoridade nas empresas chinesas aparecem fortemente racializadas. Ao longo dos grupos de discussão e da observação das dinâmicas laborais foi perceptível que, em qualquer empresa, todo e qualquer trabalhador de descendência chinesa detém uma autoridade indiscutível aos olhos dos congéneres moçambicanos. Como referia um empregado de mesa moçambicano, ‘nós consideramos todos eles como nossos patrões’.

Para a maioria dos trabalhadores entrevistados, a motivação dos recursos humanos não se processa com base na atribuição de recompensas mas, sobretudo, na coerção. Dos chineses diz-se que são bastante intolerantes relativamente a qualquer tipo de falha cometida pelos colegas locais, atitude que se agrava em situações de protesto ou de reivindicação laboral. De acordo com os trabalhadores entrevistados, nessas situações os chineses tornam-se nervosos e irritados, o que tende a traduzir-se no despedimento sumário ou na agressão física e verbal dos funcionários moçambicanos. Este fenómeno é gerador de um clima de medo e de silêncio entre os trabalhadores locais:

‘Você tem boca, você fala muito, não pode vir trabalhar’. Não pode reclamar. Você cala. Não pode reclamar... Ele pode-te mandar embora. De qualquer maneira. Bate, dá-te uma porrada. (Operário da construção civil moçambicano)

Ah não, o chefe não grita, só de passar, só de olhar. Mas a nós, quando você está ali parado, ‘Aiinaaaa!’ pode parecer um cão! (Operário da construção civil moçambicano)

A constituição de um comité sindical numa empresa chinesa constitui um processo bastante problemático. Por um lado, os responsáveis provinciais pela formação de unidades sindicais enfrentam uma enorme resistência passiva cada vez que iniciam contactos com a empresa. Tanto os delegados do SINTICIM, como os do SINTIHOTS referiram uma enorme indisponibilidade do patronato chinês para os receber, bem como incompatibilidades linguísticas perante assuntos inconvenientes.⁵⁰ Por outro lado, os trabalhadores das empresas que, espontaneamente, se organizaram num grupo mais reivindicativo, ou foram despedidos, ou não viram o contrato renovado. Como referia um operário à porta do futuro estádio nacional, ‘*aqui não tem sindicato. Aqui quando elege um sindicato, os chineses depois mandou embora*’. Em Maio de 2009, na sequência da segunda greve nas obras do estádio nacional,⁵¹ o MT encarregou o SINTICIM de destacar um representante no terreno, com vista a mediar conflitos laborais. De acordo com o representante sindical, as relações mantinham-se tensas quatro meses após a greve. As relações laborais foram descritas da seguinte forma:

Pancadaria, conduta maliciosa. Maltratam o sindicato. Maltratam o sindicato. Quantas vezes eles dizem ‘Machava não bom’. São pessoas violentos. Bater. Eles dizem para nós, há que bater pouco, bater mais. E quando é assim dizem não, nós estamos a educar, não estás na linha, não entendes isto mais aquilo, de uma forma assim... a berrar o trabalhador. Não é assim! Mas entretanto é umas queixas, embora não é assim tão aberto como dantes. Agora fazem às escondidas.

Sentindo-se desprotegidos e sem o apoio do Governo ou dos sindicatos, os trabalhadores entrevistados adoptam estratégias de obediência e aparente passividade:

Nós temos que aceitar tudo. É o nosso papel. Mesmo reclamar. Há-de reclamar aonde? A polícia não entra. Quando entra pede dinheiro. Só chegam à porta para levar dinheiro. (Operário da construção civil)

Contudo, a aparente resignação dos trabalhadores moçambicanos não invalida a existência de diversas estratégias de resistência passiva em relação aos seus empregadores. A obediência não deixa de constituir um processo de conquista da confiança das chefias, com vista a permitir um maior relaxamento da vigilância e conseqüente autonomia do trabalhador. As estratégias de resistência diagnosticadas assentaram, sobretudo, nos roubos, nas sabotagens, na ironia e em manifestações pacíficas de protesto⁵². Por muito que o dirigismo chinês possa ser considerado despótico e prepotente, o facto é que não invalida a existência de acções recíprocas, sob a forma de espontâneas estratégias de resistência, o que é revelador da complexidade destas relações de superioridade e de subordinação. Refira-se, contudo, que os roubos e a atribuição de alcunhas não têm unicamente como alvo a comunidade chinesa mas, muitas vezes, os próprios colegas de trabalho moçambicanos.

De qualquer das formas, noutros aspectos, as relações laborais apresentaram uma distância muito mais reduzida, o que foi evidente, por exemplo, ao nível da formalidade das relações ou da ostentação do poder. Apesar da atitude brusca e da rigidez, as relações entre moçambicanos e chineses podem assumir um carácter informal. Durante a sua gravidez, uma técnica da indústria gráfica moçambicana foi convidada pela esposa do gerente para almoçar em sua casa. Após o nascimento, era com ternura que esta segurava o bebé, quando a mãe o trazia para o local de trabalho. Na construção civil é possível assistir a animadas conversas entre trabalhadores chineses e moçambicanos, que, apesar das dificuldades de comunicação, podem ser vistos a rir em conjunto.⁵³ Por outro lado, dos chineses diz-se que não têm hábitos de ostentação mas, pelo contrário, que a sua atitude é marcada pelo ascetismo e pela simplicidade.⁵⁴ Como referia uma operária da indústria, os chineses raramente renovam o vestuário, continuando a usar a roupa que compraram há muitos anos.

Não obstante os trabalhadores moçambicanos reconhecerem no empregador chinês uma inegável autoridade, a não ostentação da riqueza retira-lhes estatuto social, pelo menos comparativamente com os congéneres empregadores de descendência europeia.⁵⁵ Como referia um interlocutor moçambicano *'o chinês não é um patrão tradicional em África. O europeu, o americano, o ocidental até é um patrão tradicional. O chinês não é. Portanto há essa primeira dificuldade em olhar para o chinês como um patrão'*.⁵⁶ Nesta perspectiva, a palavra *'patrão'* é portadora de dois significados: por um lado, é tradutora de uma relação de autoridade e de dominação de um empregador sobre um subordinado. Por outro lado, o conceito traduz um significado de cariz mais simbólico, revelador de ostentação e de estatuto social. Tão ou mais importante que *'ser patrão'* é precisamente *'parecer patrão'*, e esse reconhecimento advém da demonstração pública (ante a família, os

vizinhos, os amigos) de sinais exteriores de riqueza, tanto em bens (telemóvel topo de gama, veículo 4x4, aparelho de som *hi-fi*), como em relação aos subordinados (dando ordens ostensivas em público), como, até, em termos de posse de capital cultural (celebração em grupo da graduação universitária).

Representações da capacidade de trabalho

Nas imagens construídas sobre os trabalhadores chineses em Moçambique, um elemento claramente estruturador relaciona-se com a sua extraordinária capacidade de trabalho, de organização e concretização de complexas obras de engenharia:

Eles sentam no computador, eles discutem, vêm quatro ali... discutem... vão para a obra (...) mas vai ver, a perfeição com que eles trabalham, eu tiro o chapéu! Ele veio trabalhar! Não é um indivíduo que veio para se gabar. Nada disso! Veio para trabalhar! (Técnico de recursos humanos moçambicano)

A extrema dedicação à tarefa é enfatizada pelas horas de trabalho dedicadas em horário pós-laboral (inclusive durante a noite), aos domingos⁵⁷ e feriados. Sobretudo nos primeiros meses em Moçambique, os trabalhadores chineses tendem a dedicar todo o seu tempo à empresa. Foram frequentes os testemunhos de prolongadas cargas horárias semanais, por vezes acima das 80 horas, em sectores como a construção civil, a restauração ou a indústria transformadora. Trata-se de uma vida dedicada exclusivamente ao trabalho, onde não resta tempo para o lazer, nem mesmo para a recuperação de um acidente:

Nada. Se sair [da obra] é para ir ali ao pé, volta. Não vai longe. (Operário da construção civil moçambicano)

[Mesmo seriamente ferido] foi trabalhar, [risos] foi, foi, foi! [risos] É engraçado, é uma coisa que admiro nos chineses, essa aí, eles não sabem o que é doença, não respeitam... Sim, porque no dia seguinte ele devia estar em casa a repousar um pouco. Um repouso. Mas não! [risos] Ele esteve lá. (Empregada de mesa moçambicana)

As qualificações dos chineses foram, no entanto, representadas com algumas reservas por parte de alguns trabalhadores locais, sobretudo no ramo da restauração e da construção civil.⁵⁸ O facto de se tratar de mão-de-obra com

características rurais,⁵⁹ pouco escolarizada e com défices de literacia, pouco fluente no mandarim e pouco familiarizada com a escrita,⁶⁰ não passou despercebido a alguns moçambicanos, sobretudo aos mais escolarizados. Da mesma forma, diversos operários da construção civil relativizaram os esforços dos trabalhadores chineses. De acordo com os mesmos, os colegas chineses limitam-se a orientar e a dirigir, enquanto os moçambicanos realizam os trabalhos mais pesados.⁶¹

Se, da parte das chefias moçambicanas, o desempenho dos técnicos chineses constituiu motivo de admiração, da parte dos operários foi normalmente motivo de desagrado. De facto, considera-se que os chineses trazem para Moçambique a sua cultura e exigência profissional, impondo às populações locais ritmos de trabalho intensos e desajustados à remuneração praticada. A forma como o moçambicano se representa aos olhos do chinês é como uma simples máquina de trabalho, completamente desumanizada. Os chineses são representados como sujeitos obstinados pelos resultados, que desvalorizam a relação afectiva entre os trabalhadores e o respectivo ambiente de trabalho.

A elevada atenção conferida ao trabalho e à produção é incompatível com a valorização de questões tradicionais, como o *'respeito pela doença'*, pela família ou pelos mortos. Nessas situações, as chefias limitam-se ao cumprimento estrito das leis do trabalho. Uma vez que a maioria das populações chinesas não sabe ler português, a justificação de uma falta, mesmo com uma declaração oficial, pode constituir uma tarefa problemática.⁶² Os funcionários reclamam que os trabalhadores chineses em Moçambique estão afastados das suas esposas, pelo que não têm obrigações familiares para cumprir. Como referia um empregado de mesa moçambicano:

Eles estão a olhar para eles como uma família. Mas não estão em casa. Nós estamos. Nós temos aqui os nossos parentes. E a morte ninguém traça, acontece... eles não entendem, a pessoa fica doente, fica doente, eles fazem o desconto dos dias que não vem, sabendo que a pessoa não está bem. A pessoa fica mal ali, eles olham para ti e nem dizem vai para casa... Tenho colegas que têm crianças, têm famílias, fica doente a criança, levam para o hospital, ela vem explicar... o que é que eles respondem? Não quero saber do hospital... mas eles não têm nenhum sentimento... mas nenhum mesmo!

A orientação chinesa para a tarefa e para a produção contrasta com a importância conferida em Moçambique ao domínio do espiritual. Pressionados pelos seus empregadores para trabalhar ao domingo, alguns moçambicanos procuram

explicar os seus compromissos religiosos, invariavelmente sem sucesso. De acordo com um operário da construção civil, *'quando eu lhes digo, quero ir à Igreja, eles perguntam, você vai à Igreja? Pensa que o dinheiro vai ter? Podia vir aqui trabalhar para aumentar o teu dinheiro para casa.'*

Representações da legalidade da conduta chinesa

Por fim, uma outra representação frequentemente emitida pelos trabalhadores locais relacionou-se com o não cumprimento da lei moçambicana. A maioria das empresas chinesas analisadas opera com um número de funcionários estrangeiros claramente acima da quota estipulada. Em muitas empresas, sobretudo no sector da construção civil,⁶³ a proporção de trabalhadores chineses apresenta-se próxima dos 40% relativamente ao total de efectivos. Nas grandes obras públicas, a contratação de trabalhadores chineses enquadra-se em acordos diplomáticos, estabelecidos entre os Governos dos dois países e com financiamento governamental. Sem essas vantagens, as pequenas e médias empresas do sector privado enfrentam maiores dificuldades, inclusivamente ao nível da legalização dos trabalhadores expatriados. Nestes casos, muitos chineses operam sem contrato de trabalho, normalmente com visto de turista ou de residência precária.⁶⁴ O aumento do investimento estrangeiro em Moçambique, acompanhado por um sistema de quotas que limita a contratação de expatriados, gerou o desenvolvimento de uma série de serviços paralelos, por parte de solicitadores moçambicanos. Tal como noutros países africanos,⁶⁵ o sistema funciona em rede, por intermédio de um grupo de angariadores com bons contactos nos serviços de migração e fronteiras e noutros ministérios, que cobram valores variáveis pela prestação de serviços diversos, como a renovação de vistos, a legalização de cidadãos estrangeiros com visto caducado ou, inclusive, a obtenção de um Documento de Identificação e Residência de Estrangeiros (DIRE).⁶⁶

O processo de contratação de trabalhadores foi feito de uma forma bastante desorganizada e flexível. Muitos dos trabalhadores não assinaram contratos e declararam não ter qualquer comprovativo de pagamento à Segurança Social, inclusivamente em algumas obras públicas. As situações de incumprimento das normas laborais foram bastante frequentes. De acordo com uma inspectora do trabalho, estas situações eram favorecidas pelo facto de o Código do Trabalho não estar disponível em mandarim. Como referia um advogado da Liga dos Direitos Humanos, ainda que os chineses já tenham acesso a essa informação na sua língua, continuam a realizar uma *'interpretação chinesa da lei moçambicana'*. Esta situação foi confirmada, no terreno, por um representante do SINTICIM, destacado para as obras do novo estádio nacional. De acordo com o mesmo, os

chineses criaram um conjunto de artifícios com vista a facilitar o despedimento de trabalhadores moçambicanos (sem pagamento de indemnizações) ou de aplicação de penalizações no salário. Segundo o delegado sindical, as situações de agressão contra trabalhadores moçambicanos também são geridas com maior ligeireza pelos funcionários governamentais.

Numa pequena empresa do sector privado, o comportamento dos chineses foi considerado bastante sinistro, levantando-se inúmeras suspeitas de ilegalidades:

Então eles encontram-se ali e jogam. Fora desse sítio, às vezes aparecem alguns mulatos, entram por trás, não sabemos, entram num armazém onde nunca entrou nenhum moçambicano, há armazéns privados ali, não sabemos o que tem lá dentro. De repente pode entrar com um saco qualquer... (Empregado de mesa moçambicano)

Na verdade ele não pode ser visto...Mmmm, um deles eu já lhe vi, vem pintado, usa um boné, tem normalmente que fechar a cara, ele não pode ser reconhecido. Não sei se ele tem medo de ser reconhecido. Eu não sei. Ele entra com uma mochila muito grande, entra, quando entra o patrão tem que subir com uma balança... São moços bem estranhos que têm entrado com essas mochilas. São bem estranhos. (Empregada de mesa moçambicana)

O carácter separatista e desconfiado dos trabalhadores chineses reforça a suspeição dos moçambicanos relativamente à legalidade das suas actividades. De acordo com um empregado de mesa local, *'eles são muito fechados! Isso demonstra que há sempre alguma coisa que não está bem. O chinês, acho que é a única raça que está em qualquer país é desconfiado... Eles apresentam sempre uma... eles desconfiam... espera tudo dos chineses.'*

Os empregadores e trabalhadores chineses foram associados, com frequência, à corrupção de inspectores do trabalho ou de agentes da Polícia da República de Moçambique. O comportamento corrupto foi inclusivamente reconhecido, pelos próprios chineses, aos trabalhadores moçambicanos. De acordo com uma empregada de mesa, *'ele tem coragem de dizer que não tem medo de polícia porque moçambicano gosta de dinheiro'*. A versão dos empregadores é, contudo, bastante mais vitimista, destacando a vulnerabilidade da população chinesa à avidez de uma polícia local corrupta e oportunista.⁶⁷ De facto, a maioria dos chineses entrevistados auto-representou-se como o principal alvo dos agentes da lei moçambicanos.⁶⁸ De qualquer das formas, as estratégias de gestão chinesas tendem a contornar a lei

moçambicana, procurando capitalizar o seu poder económico para subornar os funcionários governamentais. Aproveitando-se do poder resultante da sua função, diversos moçambicanos com posições influentes não deixam de procurar retirar daí benefícios.

Conclusão

Da análise comparativa das diferentes representações constata-se que, nos discursos veiculados pelos quadros seniores governamentais, se tende a destacar as boas relações diplomáticas entre os dois países, bem como as características da cooperação chinesa. De acordo com os diplomatas nacionais, pelo facto de não impor condições no investimento em África, o Governo chinês estimula uma relação de *'win win'*. Estes actores enfatizam ainda a importância do investimento e do conhecimento chinês para o desenvolvimento económico de Moçambique.

O aparente bom relacionamento que se verifica ao nível do topo contrasta com o carácter tenso das relações ao nível de base, particularmente sensível nas relações laborais. Neste nível, os baixos salários, as dificuldades de participação (agravadas pela diferença linguística), as enormes pressões laborais e o carácter dirigista, despótico e por vezes violento dos trabalhadores chineses originam um conjunto de atitudes de desagrado, que chegaram a traduzir-se em greves ou atitudes de resistência passiva. De forma a melhor compreender o carácter conflituoso do relacionamento laboral nas empresas chinesas, importa referir dois aspectos: em primeiro lugar, a maioria das empresas analisadas pertence aos sectores da construção civil, da restauração ou da indústria transformadora, áreas marcadas por exigentes condições de trabalho, pelo domínio de uma mão-de-obra pouco qualificada e pelo pagamento de baixos salários (Lopes 2006). Nos estaleiros de construção civil ou numa linha de montagem, os canais de comunicação são tendencialmente verticais e as possibilidades de participação pouco frequentes. Para se compreenderem as relações de trabalho nestes sectores, importa ter em consideração as relações noutras áreas, caracterizadas pela existência de mão-de-obra mais qualificada. Na empresa de telecomunicações analisada, o facto de vários colaboradores serem mais qualificados, minimamente fluentes na língua inglesa, de se promoverem reuniões periódicas de trabalho e de se praticarem ordenados acima da média contribuiu para a existência de um clima de trabalho bem mais satisfatório, comparativamente com os restantes sectores. Em segundo lugar, se o investimento e os empregadores chineses foram bastante criticados pelos trabalhadores moçambicanos (com ecos nos *mass media*), o facto é que estas críticas não deixaram de ser realizadas a outros investidores, não só de capital estrangeiro

– sobretudo portugueses⁶⁹ e sul-africanos – como também moçambicano. Neste contexto, as vozes de protesto não têm necessariamente um carácter anti-chinês, constituindo uma reacção às fortes assimetrias na distribuição de recursos de poder, ou ao que se designa de desumanização das relações de trabalho, com a conivência de agentes do Estado (alegadamente polícia e inspectores do trabalho). Deste modo, as críticas em relação ao investimento chinês traduzem muitas vezes uma atitude crítica relativamente ao Governo moçambicano ou a figuras políticas locais, em geral pertencentes ao partido no poder.⁷⁰

A existência de um conjunto de rumores sobre a actividade chinesa em Moçambique (ao nível do investimento na agricultura, dos vínculos contratuais dos trabalhadores chineses ou das ilegalidades cometidas) é ilustrativo da enorme distância entre as populações chinesas e a sociedade civil moçambicana. Por comparação com diversos países ocidentais,⁷¹ a embaixada da China em Maputo não tem demonstrado o mesmo dinamismo na abertura de canais de comunicação, não contribuindo assim para a redução de preconceitos e estereótipos. A comunicação intercultural é agravada pelas diferenças de ordem linguística.

Por sua vez, o carácter oficioso e lacónico do Governo moçambicano não deixa de conter um significado sociológico interessante de analisar. De facto, financiadas por fundos oriundos de países que contribuem directamente para o orçamento de Estado moçambicano, diversas organizações não governamentais vêm demonstrando a sua preocupação em relação a um conjunto de práticas ambientais. Expostos a um ruidoso sector da sociedade civil, que, ainda que condicionado, veicula um conjunto de receios sobre a falta de transparência do investimento chinês em África, os governantes moçambicanos deparam-se com uma situação particularmente delicada. Por um lado, exprimem uma atitude de inquietação e desconforto, quando confrontados com questões relacionadas com a governação ou com a prestação de contas públicas. Por outro lado, o silêncio traduz uma vontade de não comprometer as relações económicas com o grande capital (não só chinês como de origem ocidental).

Notas

1. A investigação está integrada no projecto 'Configurações empresariais na África e na China: um estudo de quatro países', financiado pelo FCT (PTDC/AFR/72258/2006).
2. 'Coolies' foi a designação usada pelos britânicos durante a segunda metade do século XIX e primeiro decénio do século XX para designar os contratados indianos e chineses nas suas possessões do Oceano Índico e da Ásia do Sudeste.
3. Os asiáticos apresentavam-se claramente segregados. Ainda que os indianos tivessem grande presença no comércio e os chineses na construção civil, ambas as comunidades estavam excluídas tanto das associações que reuniam os comerciantes, como da Câmara de Comércio, da Associação Comercial dos Lojistas, quanto das demais associações de classe, cívicas, beneficentes, recreativas e políticas laurentinas (Zamparoni 2000: 210).
4. Em finais da década de 1960 uma elite de origem chinesa com capital económico e cultural beneficiava de um certo prestígio na sociedade colonial, pelo que o desmoronamento da sociedade e economia coloniais precipitou diferentes diásporas (Medeiros 2007: 180). Em entrevistas realizadas a moçambicanos de origem chinesa, durante o ano de 2010, em Maputo, constatou-se que o modelo de desenvolvimento marxista-leninista imposto logo após a independência constituiu um dos principais motivos da diáspora. De acordo com os interlocutores, muitas famílias transportavam consigo uma memória (vívda ou contada) da experiência maoísta, frequentemente associada à precariedade socioeconómica.
5. Em 1963, o secretário da Frelimo para as relações externas visitou Pequim e foi recebido pelo próprio presidente da República Popular da China, Mao Zedong. Meses mais tarde, Eduardo Mondlane visitou a China, tendo referido que '*the historical struggle of the Chinese people had relevance to the present struggle to the people of Africa*' (cf. Henriksen 1978: 443)
6. Moçambique abriu em Moscovo uma segunda embaixada (Taylor 2006: 110), intensificaram-se as visitas de altos representantes do Governo dos dois países e foram assinados diversos acordos não só com Moscovo mas com outros países do Pacto de Varsóvia. (Taylor 1996: 99-105) defende que o apoio chinês concedido à Frente Nacional de Libertação de Angola, a invasão chinesa do norte do Vietname em 1979, bem como a recusa moçambicana em condenar a invasão soviética ao Afeganistão tiveram um efeito negativo ao nível das relações diplomáticas sino-moçambicanas. A China insistia no não-alinhamento em relação às duas grandes potências (Estados Unidos e União Soviética) que disputavam a sua influência na África Austral, e defendia a adaptação das teorias marxistas à realidade local.
7. Estratégia promovida pelo Governo da República Popular da China de encorajar as empresas nacionais a investir no exterior.
8. A obtenção desta informação não constitui uma tarefa fácil, não só pela inexistência de dados sistematizados nos serviços de migração de Moçambique, como pela relutância dos serviços consulares da China no fornecimento dessa informação. O número apontado constituiu uma estimativa fornecida tanto por parte de um diplomata da embaixada da China em Joanesburgo, como pelo presidente de uma associação de chineses de Fujian, sediada em Maputo. Este último estimava a existência de cerca de 5000 chineses na capital do país e de um número equivalente espalhado pelas restantes províncias.
9. Na Zâmbia, depois da divulgação dos resultados eleitorais de 2006, membros do partido Patriotic Front atacaram diversos negócios chineses (Sautman & Park 2009: 276). O Lesoto também detém um histórico de periódicas erupções de violência anti-chinesas e, em 2008, estas populações asiáticas foram alvo de ataques xenófobos na África do Sul. Paralelamente, o jornal português Público de 17.11.2009 referia que numerosas empresas e trabalhadores da China têm estado a ser assaltados em Luanda, onde pelo menos quatro chineses foram mortos no último ano. Sautman & Park (2009: 259) referem que a violência contra cidadãos chineses foi manifesta, inclusivamente, em Estados do oceano pacífico, como nas ilhas Salomão (em 2005), de Tonga

- (em 2006) e da Papua Nova Guiné (em 2007 e 2009), onde as *chinatowns* e a maioria das lojas geridas por chineses foram queimadas. Um sentimento de apreensão relativamente à imigração chinesa não deixa de ser sentido noutros continentes, como na Europa e nos Estados Unidos.
10. Sautman & Hairong (2009) demonstram que num questionário dirigido a estudantes universitários em 10 estados africanos (incluindo a Zâmbia e a África do Sul), a maioria dos inquiridos tem uma atitude positiva relativamente tanto à China como aos chineses.
 11. A mais proeminente mobilização anti-China e anti-chineses começou na Zâmbia, em meados de 2006. Como demonstram Sautman & Park (2009: 275-281), a campanha anti-China desencadeada por Michael Sata, líder do partido Patriotic Front, integrou-se num quadro de luta política e partidária, que assumiu, por vezes contornos particularmente populistas.
 12. Neste campo foram entrevistados 4 delegados sindicais, representantes do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil, Madeira e Minas de Moçambique (SINTICIM) e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares (SINTIHOTS).
 13. As primeiras conclusões desta investigação estão sintetizadas em Feijó (2010).
 14. De acordo com o sitemeter, durante o segundo semestre de 2008 registaram-se, em média, entre 19 mil e 26 mil visitantes. Em Julho de 2009, a maioria dos visitantes era oriunda do Brasil, sendo 24% de Moçambique e 11% de Portugal.
 15. A partir do primeiro semestre de 2009, Carlos Serra começou a moderar os comentários no *blog*, o que não tinha acontecido nos anos anteriores.
 16. Esta acção decorreu em Dezembro de 2009 e teve como objectivo não só a recolha de dados no terreno, mas também a disseminação das conclusões do relatório preliminar.
 17. Refira-se que ao longo da investigação procurou-se entrevistar diversos diplomatas chineses, mas a reacção foi ainda mais lacónica. As reacções dos funcionários da embaixada da China em Maputo ou do Centro de Promoção de Investimento, Desenvolvimento e Comércio com a China (CPIDCC) foram sempre evasivas ou negativas, não obstante a nossa insistência.
 18. De acordo com Hon *et al.* (2009: 70), diversos funcionários seniores chineses visitaram Moçambique desde a Cimeira de Pequim em 2006, com destaque para o presidente chinês, Hu Jintao, em 2007, Li Zhaoxing, Ministro dos Negócios Estrangeiros (em 2007); Fu Ziyang, Ministro-adjunto do Comércio (em 2007); Chen Xiaohong, Vice-Ministro da Saúde (em 2007); Wang Gang, Ministro da Ciência e Tecnologia (em 2008); Wang Shichun, Director do Departamento de Ajuda Externa (em 2008); Xiong Shengwen, Vice-Governador da Província de Jiangxi (em 2008); Jiang Zengwei, Vice-Ministro do Comércio (em 2009).
 19. Hon *et al.* (2009: 71) referem às visitas de Armando Guebuza, Presidente da República de Moçambique (em 2006 e 2008); Alcinda Abreu – Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (2006); Aiuba Cuereneia, Ministro da Planificação e Desenvolvimento (em 2007); Fernando Sumbana, Ministro do Turismo (em 2007); Felício Zacarias, Ministro das Obras Públicas e Habitação (em 2007); David Simango, Ministro da Juventude e Desportos (em 2007 e 2008); António Fernando, Ministro da Indústria e Comércio (em 2008); Eduardo Joaquim Mulémbwè, Presidente da Assembleia da República (em 2008); Esperança Machavele, Ministra da Justiça (2008); Eduardo Koloma, Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (em 2008); Filipe Nyussi, Ministro da Defesa (em 2009).
 20. A empresa de Telecomunicações de Moçambique anunciou em Agosto de 2008 que estava a negociar uma concessão de financiamento de 25 milhões de dólares com a China. Com o acordo pretendia-se ampliar, até 2010, a cobertura da TDM de 82 para 128 distritos do país (Hon *et al.* 2009: 82).
 21. De acordo com o African Forum and Network on Debt and Development (2007), de 13 milhões de dólares em 1998, o valor aumentou para 422 milhões dez anos mais tarde.
 22. Como constata Chichava (2011: 392), apesar de a agricultura ter sido definida pelo Brasil, Índia e China como uma prioridade na sua cooperação com África, os investimentos destes

- países em Moçambique têm focado sobretudo noutras áreas, como a indústria extractiva e construção.
23. O projecto foi orçamentado em 55 milhões de dólares (*Xinhua*2007), tendo um total de dez técnicos chineses supervisionado a construção do centro de demonstração. O líder do projecto trabalhou na Nigéria, no International Institute for Tropical Agriculture (IITA), como especialista em projectos de cooperação no âmbito da Food and Agriculture Organization (FAO) – Hon *et al.* 2009: 72.
 24. Na reportagem em questão, o jornalista fez referência a um acidente de trabalho, que consistiu numa queda de um trabalhador de uma altura de 35 metros. Na obra não existia nenhum ponto com essa altitude.
 25. O ponto 5 do artigo 31 da Lei do Trabalho estipula um limite máximo à contratação de trabalhadores estrangeiros, nomeadamente 5% da totalidade dos trabalhadores nas grandes empresas, 8% da totalidade dos trabalhadores nas médias empresas e 10% da totalidade dos trabalhadores nas pequenas empresas.
 26. Como estipula o n.º 6 do artigo 31 da Lei do Trabalho, neste tipo de projectos, nos quais se preveja a contratação de trabalhadores estrangeiros em percentagem superior à prevista por lei, não é exigível a autorização de trabalho bastando, para o efeito, a comunicação ao ministério que tutela a área de trabalho, no prazo de quinze dias, após a entrada do trabalhador no país.
 27. A consulta do memorando de entendimento entre os Governos moçambicano e chinês com vista à construção do estádio nacional do Zimpeto foi requerida junto do Ministério da Juventude e Desportos. Apesar da insistência, as respostas foram sempre vagas, lacónicas e inoperantes.
 28. Numa conferência intitulada 'Repensando o Desenvolvimento', co-organizada pela organização não governamental Friedrich Ebert Stiftung e pelo Partido Frelimo, decorrida em Setembro de 2010, após ter apresentado um estudo precisamente sobre as representações da comunicação social e dos trabalhadores moçambicanos acerca do investimento chinês em Moçambique, os ouvintes forneceram-me três comentários, de tendência claramente defensiva. Um primeiro comentário constatou a existência de um movimento anti-chinês, justificado por um '*preconceito*' e '*receio Ocidental*' em relação à concorrência chinesa. Um segundo comentário relativizou as más relações laborais nas empresas chinesas, considerando que se trata de algo normal em empresas recém-instaladas em Moçambique, tal como aconteceu com as empresas da construção civil italianas e portuguesas ao longo da década de 1990. O terceiro comentário enfatizou o profissionalismo, o ritmo e a capacidade de trabalho dos trabalhadores chineses e consequentes vantagens para Moçambique.
 29. Por sociedade civil entendem-se as organizações e instituições não governamentais, normalmente designadas por oposição às estruturas apoiadas pela força do Estado. Trata-se de uma expressão utilizada para designar um conjunto de organizações relacionadas com o desenvolvimento ou com a filantropia, grupos e associações comunitários, organizações femininas ou ambientais, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, movimentos sociais, associações comerciais ou órgãos de informação independentes do Estado.
 30. Biza (2008: 58) e Francisco *et al.* (2008: 26) sustentam que qualquer forma de organização – seja ela política, económica, sindical, religiosa, cultural, desportiva ou de qualquer outra índole – tende a ser entendida como um local de necessária penetração do partido. Como demonstram Groelsema *et al.* (2009: 30), as organizações de massas, tais como os sindicatos e as associações empresariais (normalmente a base sólida das forças da oposição), em Moçambique estão entre os mais alinhados com o partido no poder. Neste contexto desenvolve-se um clima de medo em relação às autoridades, reforçando-se uma cultura política de sujeição, conjugada com moldes paternalistas e clientelistas (Chabal & Daloz 1999: 31-44).
 31. Gabriel Almond & Sidney Verba (1963) definiram três tipos de culturas ao nível da participação política, que designaram de *paroquial*, de *sujeição* e de *participativa*. A cultura *paroquial* desenrola-se em estruturas de poder tradicional, politicamente descentralizadas e marcadas pela fraca visibilidade do Estado no dia-a-dia das populações. Os indivíduos não se envolvem

- no processo político-administrativo. A cultura de *sujeição* desenvolve-se no contexto de uma estrutura política autoritária e fortemente centralizada. Os sujeitos têm consciência do quadro normativo imposto pelo Estado, mas não se envolvem nos processos de tomada de decisão nem têm expectativas de participação. Ao invés, na cultura de *sujeição*, os indivíduos adoptam atitudes passivas e obedientes perante as leis. A cultura *participativa* (característica dos dois sectores em análise) é própria dos sistemas democráticos, onde os indivíduos são politicamente mais activos e participantes. Os cidadãos reconhecem os seus direitos de cidadania e o dever do Estado de se sujeitar à vontade geral. Os autores assinalam que a realidade não é estanque e que os indivíduos agem segundo traços destas três culturas políticas.
32. De facto, em diversos relatórios de avaliação da democracia e da sociedade civil em Moçambique (Francisco *et al.* 2008; Groelsema *et al.* 2009) constata-se um conjunto de factores sociais que condicionam o desenvolvimento da sociedade civil, pelo menos da forma como ela é entendida em contextos ocidentais. Negrão (2003: 15) demonstra que em inúmeros contextos africanos a participação na vida associativa e os processos de tomada de decisão estão condicionados por questões relacionadas com o parentesco, com o género ou com a idade, pelo que a vida associativa tende a ser organizada verticalmente (Chabal & Daloz 1999: 17-30), de acordo com lógicas patriarcais. A presença das designadas autoridades tradicionais – cujo poder tem sido instrumentalizado pelo Governo central no processo de dominação das maiorias rurais (Lourenço 2007: 64-74), e até mesmo de algumas populações urbanas – vem limitando a formação de uma voz pública alargada, gerando formas de *'decentralized despotism'* (Mamdani 1996: 25).
 33. Intitulada '*Carta ao Pai Natal*', Azagaia canta '*E recebíamos a polémica visita oriental / O presidente da China senhor Hu Jintao / E é claro que rubricámos vários acordos pragmáticos / Uma barragem no Zambeze, e a construção do novo estádio / E a China é generosa... / só quer madeira em troca / E desfloresta a nossa mata, com nossa mão-de-obra / Barata, e não se boicota como na Zâmbia / Deixa o povo só falar enquanto o nosso negócio anda*'.
 34. Com letra de Mia Couto, em '*Moçambique que sai do chão*' cantava-se '*Lá vai a tábua de um caixão / O morto é a floresta de uma nação / Toda a riqueza para exportação / Não fica nada para nós, não, não / Não fica nada para nós, não, não / Já está mais que na hora, põe a mão na cabeça / E vê agora como a terra chora / A moto-serra, serra, serra / Rouba o verde, numa outra guerra*'. A música é cantada pelos moçambicanos Gorwane, Xtaça Zero, Gprofam e Pipaz Forjaz e o vídeo está disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=4vJpyox9guA>, (acedido a 09 de Agosto de 2009).
 35. Os prazos constituíram um sistema de cariz feudal através do qual, no século XVII, territórios do vale do Zambeze foram arrendados pela coroa portuguesa a colonos portugueses, muitos dos quais de origem indiana. Já no século XIX, e de forma a assegurar a ocupação do território ultramarino (num contexto de competição imperialista pelo domínio do continente africano), Portugal concedeu grandes territórios a companhias majestáticas, nomeadamente a Companhia de Moçambique ou a Companhia do Niassa. Trata-se de sociedades comerciais, a quem foi conferido poder político e o monopólio de exploração económica sobre territórios das províncias de Sofala, Manica ou Niassa.
 36. O relatório, em língua inglesa e com data de Outubro de 2006, intitula-se '*Improving the Competitiveness of the Timber and Wood Sector in Mozambique*' e foi destinado à Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA).
 37. Beblawi (1987: 51-52) define economia rendeira a partir de quatro elementos fundamentais, entre os quais a predominância das rendas na globalidade da economia, a predominância do carácter externo das mesmas, o reduzido número de personalidades envolvidas em actividades produtivas, bem como na centralização da criação de riqueza numa pequena fracção da sociedade. Numa economia rendeira, o Estado, na sua dupla vertente administrativa e empresarial, constitui o elemento receptor das rendas externas (Abdel-Fadil 1987: 86). Neste sistema, o acesso a proveitos não resulta da remuneração de factores de produção (capital e trabalho), voluntariamente empregues numa lógica de maximização da produtividade.

38. Os amigos das florestas constituiu um movimento da sociedade civil, composto por diversas organizações não governamentais moçambicanas – Centro para a Integridade Pública (CIP), Centro Terra Viva (CTV), Cruzeiro do Sul, FONZA, Justiça Ambiental (JA), Livaningo, ORAM e Pro-Ambiente –, e teve como objectivo a promoção da defesa da floresta moçambicana, através da sensibilização da sociedade civil.
39. A título de exemplo, no caso de não terem registado nenhuma falta, numa empresa da construção civil do sector privado os trabalhadores auferiam um prémio anual no valor de 1000 meticais. No entanto, quando questionado sobre o número de trabalhadores que atinge o objectivo a resposta do empregador foi: *'No. Very few. Maybe one percent'*.
40. De acordo com os respectivos delegados sindicais, somando salários, incentivos e benefícios, muitos operários conseguiam atingir remunerações mensais superiores a 5000 meticais em empresas como a CETA ou a Teixeira Duarte.
41. Compensações concedidas aos trabalhadores (por vezes em dinheiro e por vezes em espécie), normalmente (mas não necessariamente) para fazerem face a despesas relacionadas com a actividade profissional. Estes benefícios podem incluir subsídios de refeição, refeições e bens alimentares, transporte próprio ou colectivo, gasolina, automóvel da empresa, entre muitos outros.
42. Refira-se que a Lei do Trabalho não obriga a entidade empregadora a fornecer subsídio de transporte ou de refeição aos seus trabalhadores, estando esta questão dependente da realização de um acordo colectivo de trabalho. De qualquer das formas, trata-se de uma negociação extremamente difícil em todas as empresas analisadas, pouco abertas à participação dos trabalhadores, sobretudo quando se trata de questões reivindicativas.
43. No estabelecimento analisado, apenas dois trabalhadores moçambicanos recebem uma refeição pelo facto de realizarem o horário completo, de manhã à noite. A empresa emprega 17 trabalhadores. O empregador chinês justificou esta medida pelo carácter potencialmente traiçoeiro dos seus funcionários. Segundo o mesmo, muitos moçambicanos consomem bebidas e alimentos de qualidade duvidosa em barracas do sector informal. De acordo com o interlocutor, se o funcionário moçambicano contrair uma intoxicação alimentar num desses estabelecimentos poderá responsabilizar a refeição oferecida no restaurante, denunciando a situação à inspecção do trabalho ou exigindo ao empregador uma indemnização.
44. Émile-Michel Hernandez (2000: 99-100) define gestão paternalista como uma prática que consiste na disponibilização aos trabalhadores de um conjunto de benefícios sociais (relacionados por exemplo com a alimentação, com a habitação, com a saúde ou até com a formação), em troca de reduzidos índices salariais, perpetuando desta forma a dependência do trabalhador em relação à empresa. De acordo com o autor, no contexto económico africano encontra-se um terreno propício para a manutenção do sistema paternalista. Por um lado, trata-se de um modelo que se adapta com maior facilidade a contextos sociais de cariz colectivista, caracterizados pela maior importância da família e do grupo. Por outro lado, num sistema marcado pela debilidade ou ausência do Estado-providência desenvolvem-se em torno da empresa expectativas de protecção dos trabalhadores, esperando-se que ela colmate um contexto socialmente precário. A este modelo de reciprocidade, observável em países em desenvolvimento (africanos ou asiáticos), Maricourt (1996) classifica de *'père protecteur'*. Neste modelo, o sistema tende a ser aceite pela maioria dos subordinados, que não só percebem a existência de benefícios mútuos, como contribuem para um clima de maior consenso e estabilidade social. A eficácia deste modelo reside, por isso, na estabilidade da cadeia de relações e na criação de redes clientelistas.
45. Trata de uma representação que deve ser entendida a partir da forma como o estrangeiro, em geral, é representado em Moçambique. A associação das populações de origem europeia à riqueza e à prosperidade tem sido constatada em diversas investigações (Serra 2000: 23; Ribeiro 1999: 121-122; Feijó 2011: 167-176).
46. Por volta das 10h00 de um domingo, enquanto trabalhava numa vala nas obras do estádio nacional, um bloco caiu sobre um operário fracturando-lhe os membros inferiores. Apesar das

- queixas, o trabalhador permaneceu sem assistência até por volta das 17h00, altura em que foi levado para o Hospital Central de Maputo.
47. Da mesma forma, Sautman & Park (2009) identificaram todo um conjunto de problemas de higiene e segurança reportados em empresas chinesas na Namíbia (no sector da construção), na Zâmbia (no sector mineiro), ou no Lesoto. O assunto tem levantado muita polémica na comunicação social.
 48. Os testemunhos dos polícias moçambicanos presentes no estádio nacional foram recolhidos antes de 1 de Maio de 2009. Após essa data, na sequência dos tumultos registados que levaram ao baleamento de dois trabalhadores moçambicanos, a atitude das forças de segurança tornou-se bastante mais lacónica e indisponível.
 49. Este rumor foi reproduzido, por vezes com grande convicção e certeza, por parte de funcionários de ministérios, empresários, jornalistas, motoristas de táxi e até investigadores e professores universitários.
 50. Os entrevistados partilharam diversos episódios relacionados com a apresentação de desculpas falsas por parte dos empregadores chineses, normalmente incumbindo trabalhadores moçambicanos nesse sentido. Noutras situações, os trabalhadores chineses demonstraram total incompreensão da língua portuguesa, alegadamente com o propósito de desincentivar a constituição de um comité sindical. Estes episódios foram confirmados por diversos trabalhadores moçambicanos.
 51. Na África do Sul, na Zâmbia (no sector mineiro) ou na Namíbia (no sector da construção civil) também têm sido registadas diversas paralisações laborais em empresas chinesas (Sautman & Park 2009: 262).
 52. Sobre as estratégias de resistência e adaptação de trabalhadores moçambicanos em Maputo, leia-se João Feijó (em publicação) 'Eles fingem que nos pagam, nós fingimos que trabalhamos – resistência e adaptação de trabalhadores moçambicanos em Maputo' in *Estudos Moçambicanos*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
 53. Refira-se, no entanto, que estas situações podem ser geradoras de conflito por diversos motivos. Por um lado, porque as brincadeiras promovidas pelos chineses são muitas vezes bruscas (palmadas na cabeça, apertar o pescoço com a mão, dar um pontapé, cuspir um cigarro para cima da roupa, etc.). Por outro lado, porque muitas vezes as conversas envolvem o cumprimento de ordens dos colegas chineses (ir comprar algo nas redondezas, etc.) o que muitas vezes termina em acusações de burla e de desvio de dinheiro. É por este motivo que o delegado sindical da SINTICIM nas obras do estádio nacional desaconselha seriamente os trabalhadores moçambicanos a se envolverem neste tipo de interações.
 54. Esta situação foi constatada por diversos entrevistados por Sautman & Park (2009), em diversos países africanos, nomeadamente na Zâmbia e na Namíbia. A título de exemplo, o historiador zambiano Webby Kalikiti (cf. Sautman & Park 2009: 276) referiu que, na Zâmbia, os chineses preferem conduzir os automóveis em vez de contratarem zambianos de descendência africana, como fazem os congéneres europeus, indianos ou libaneses. De acordo com o historiador, para os zambianos é inconcebível que um expatriado realize trabalho manual mas, num estaleiro, um engenheiro chinês pode ser visto a conduzir uma retro-escavadora. Segundo o mesmo, na mesma situação, um congénere japonês sentar-se-ia a ver os zambianos a trabalhar. Outros entrevistados observaram que os chineses chegaram à Namíbia com uma atitude bem mais humilde que as populações de descendência europeia. Para um comerciante local (cf. Sautman & Park 2009: 265), *'Chinese were much better than the Germans or the Boers. He said that the Chinese lived, worked and walked amongst them (as equals and in the townships), as opposed to the whites who only lived in town in their big, fancy houses. He stated that the Chinese did not look down on them; they took local taxis'*.
 55. Ao contrário das populações chinesas, as populações de descendência europeia são conhecidas por habitarem nos bairros mais nobres da cidade (Polana e Sommerschild), por conduzirem bons automóveis, por valorizarem a moda e a imagem ou por frequentarem as praias da Ponta do Ouro, do Bilene ou do Tofo.

56. De acordo com um cidadão moçambicano de origem chinesa, os imigrantes chineses em Moçambique são tratados com menos respeito do que os congéneres europeus, particularmente pelos agentes da autoridade ou pelos funcionários das alfândegas no aeroporto de Mavalane. Segundo o interlocutor, estes funcionários não se atreveriam a dirigir-se ou a revistar as populações europeias da forma indecorosa com que o fazem às congéneres asiáticas, sobretudo as de origem mais humilde.
57. O trabalho aos domingos é mais frequente na indústria de transformação e no sector da construção civil, onde, de acordo com os relatos dos moçambicanos, os chineses gozam apenas um ou dois dias de folga por mês. Já na restauração, o trabalho ao fim-de-semana aparece como uma característica inerente ao ramo de actividade. No sector dos serviços, tende a ser cumprido um horário de expediente, respeitando-se os fins-de-semana e feriados, pelo menos na província de Maputo-cidade.
58. Como referia um proeminente homem de negócios da Zâmbia (cf. Sautman & Park 2009: 272), a maioria dos imigrantes chineses encontra-se ao nível de um estrato social operário ou camponês.
59. A característica rural de muitos trabalhadores chineses, sobretudo das áreas da construção civil ou até das indústrias gráficas está reflectida nas mãos calejadas, na face (marcada pelo sol e pelas condições climáticas), na forma de comer, de olhar e de andar.
60. Como referia um empregado de mesa moçambicano *'Este gerente, ele está a fazer o menu e tem que copiar o que está no computador, ele escrevia coisas que os outros não conseguiam ler, o próprio chinês. Então ele tinha que escrever e tinha que dar voltas e ir até à cozinha para saber aquilo que ele escrevia. Escreveu mal. Não entendem nada do que ele escrevia. Nesse sentido. Não exercitou a escrita na escola (...) Mas naqueles contratos aparece que são licenciados. São mentiras, que inventaram para officiar. Eu dei uma olhada. Isso também é evidente pelo comportamento dos outros chineses'*.
61. Como testemunhava um operário da construção civil moçambicano, *'eles, nos dias em que nós fizemos a greve, nós vimos a maneira deles trabalhar. Os ferros, que eles obrigam nós a carregar, por exemplo, obrigam a carregar, um ferro, duas pessoas, eles carregam quando são quatro. Porque é um ferro de 12 metros. É um ferro de 15 metros. Eles carregam um ferro quando somos dois. Eles carregam quando são quatro'*.
62. A obtenção de uma declaração justificativa de falta também não constitui tarefa simples. Como referia um empregado de mesa *'... no outro dia tive uma infelicidade e tive que ir ao Chokwé. Mas lá é difícil arranjar documento, comprovativo... do falecimento. Não é como aqui em Maputo. Eu cheguei aqui e expliquei para ele mas ele não quis saber. Descontam. Mas essas coisas eles sabem! Porque um deles tem negócios em Nampula. Quando eles precisam de tratar documentos, eles têm que vir aqui a Maputo. Todos os documentos que eles precisam pedem aqui, e depois mandam para lá'*. Por outro lado, muitos trabalhadores recorrem à medicina tradicional, onde não constitui prática requerer uma declaração justificativa. De acordo com o inquérito nacional sobre causas de mortalidade, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (Mazive 2009: 41), o curandeiro constituiu a segunda fonte de cuidados de saúde mais utilizada pelos doentes que morreram devido ao HIV/SIDA (33% nas zonas urbanas e 44,2% nas zonas rurais).
63. Dadas as características da construção civil, o número de trabalhadores na obra pode sofrer bastantes oscilações, dependendo da empreitada que estiver a ser executada. A maioria dos contratos é por isso estabelecida a termo certo, com o objectivo de finalização de uma parte da obra (dobrar ferro, colocar cimento, construir andaimes, etc.), eventualmente renovável. A 7 de Novembro de 2009, operavam, nas obras do estádio nacional, cerca de 500 trabalhadores moçambicanos e 300 chineses.
64. A título de exemplo, numa das empresas analisadas existiam 34 moçambicanos e sete chineses (o que representa mais de 20% dos trabalhadores). Dos sete estrangeiros, apenas dois tinham contrato de trabalho, sendo que outros dois operavam com visto de residência precária e os restantes com visto de turista. Alguns trabalhadores chineses tinham o visto expirado.

65. Na Namíbia, num contexto de contestação pública e do conseqüente aumento do rigor do Ministério do Interior na atribuição de autorizações de trabalho a negociantes chineses, desenvolveram-se formas mais criativas de obtenção de vistos de trabalho. De acordo com Gregor Dobler (2008: 248), muitos negociantes que chegam não vêm sozinhos, mas enquadrados em esquemas organizados, nos quais negociantes estabelecidos actuam como correctores de migração e agentes de autorização de trabalho.
66. Trata-se, inclusive, de um negócio lucrativo para os solicitadores e funcionários do Estado. A regularização de um cidadão estrangeiro com visto de turista caducado (que incorre numa multa de 1000 meticaís por cada dia de atraso) custava normalmente para cima dos 3000 meticaís. Estes valores eram sempre pagos antes do serviço prestado, que diversas vezes não chegava a ser concluído, deixando os cidadãos estrangeiros reféns dos angariadores que, ou voltavam a exigir mais dinheiro, ou simplesmente devolviam os documentos por regularizar. Diversos chineses entrevistados demonstraram-se transtornados com a situação.
67. Refira-se que o oportunismo não foi atribuído unicamente à Polícia da República de Moçambique mas também a outros cidadãos moçambicanos. Uma das histórias contadas por um trabalhador chinês relacionou-se com um polícia que lhe solicitou a verificação do passaporte na via pública. Uma vez que não trazia o documento requerido, o trabalhador estrangeiro resolveu subornar o polícia. Contudo, outros moçambicanos assistiram à situação e começaram a protestar com o polícia em voz alta, pelo que este acabou por ter que dividir o dinheiro com a população.
68. Como referia um técnico de indústria plástica chinês, *'the policemen especially like to stop the Chinese. It is easy for them to ask money for Chinese... Policemen ask for money like beggars and the police ask for money without reason... They use to ask normally for 200 or 500 meticaís. Falam 50 é pouco. Aumentar'*.
69. As críticas ao investimento e às relações laborais em empresas de capital português foram particularmente mediatizadas em finais da década de 1990 e início do novo milénio (Feijó 2011).
70. De acordo com Chichava (2010: 343), para além de envolver empresários chineses, a exploração de madeira também envolve empresários moçambicanos, com uma parte não negligenciável ligada ao partido no poder, mas também à oposição. De facto, Afonso Dhlakama, líder do principal partido da oposição, é referenciado como accionista da Socadiv Holding, Lda., empresa especializada na exploração de madeira.
71. A título de exemplo, o Centro de Estudos Brasileiros, o Instituto Camões, o Centro Franco-Moçambicano, o ICMA ou a Embaixada Espanhola vêm patrocinando e promovendo um conjunto de projectos e eventos culturais, aproximando sectores específicos da sociedade moçambicana.

Referências

- Abdel-Fadil, M. (1987). 'The Macro-Behaviour of Oil-Rentier States in the Arab Region' in H. Beblawi & G. Luciani (ed.), *The Rentier State*. Vol. II, Londres, Croom Helm, pp. 83-107.
- AFRODAD Fact Sheet. (2007). *Chinese Development Assistance in Mozambique*, disponível em: <http://www.afrodad.org/downloads/publications/Mozambique%20Factsheet.pdf> (acedido a 22 de Maio de 2011).
- Almond, G., Verba, S. (1963). *The civic culture*, New Jersey, Princeton University Press.
- BBC News. (2008). 'Chinese to tighten dairy testing', 17 de Julho, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/7621651.stm> (consultado a 1 de Maio de 2005).
- Beblawi, H. (1987). 'The Rentier State in the Arab World', H. Beblawi & G. Luciani (ed.) *The Rentier State*, Vol. II, Londres, Croom Helm, pp. 49-62.
- Biza, A. (2008). 'Associações de jovens, Estado e política em Moçambique – da herança a novos desafios (1975-2004)', *Cidadania e Governação em Moçambique*, Maputo, IESE, pp. 49-70.

- Buque, A. (2007). 'Compulsando sobre exploração de madeira', *Notícias*, 14 de Fevereiro, disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/26825> (acedido a 8 de Maio de 2011).
- Chabal, P., Daloz, J.-P. (1999). *Africa Works – Disorder as Political Instrument*, Oxford, James Currey.
- Chichava, S. (2011). 'As economias emergentes no sector agrícola moçambicano – leituras, implicações e desafios' in L. Brito, C.N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (org.), *Desafios para Moçambique 2011*, Maputo, IESE, pp. 371-400.
- . (2010). 'Moçambique na rota da China – uma oportunidade para o desenvolvimento?' L. Brito, C.N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (org.) *Desafios para Moçambique 2010*, Maputo:IESE, pp. 337-351.
- Dobler, G. (2008). 'Solidarity, Xenophobia and Regulation of Chinese Businesses in Namibia', Alden, C. et al. (eds.). *China Returns to Africa – A Rising Power and a Continent Embrace*, Londres, Hurst Publishers, pp. 237-255.
- Esteban, M. (2009). 'The Chinese Amigo: Implications for the Development of Equatorial Guinea', *The China Quarterly*, 199, pp. 667-685.
- Feijó, J. (2011). *Do passado colonial à independência – discursos do semanário Savana nas celebrações das datas históricas de Moçambique (1998-2003)*, Maputo, Alcance Editores.
- . 'Eles fingem que nos pagam, nós fingimos que trabalhamos – resistência e adaptação de trabalhadores moçambicanos em Maputo' in *Estudos Moçambicanos*, 22, pp. 122-138.
- . 'Biscates, Manobras e Boladas – estratégias de compensação salarial de trabalhadores moçambicanos em Maputo', Maneschky, C., Gomes, Ana e Gonçalves, Ida (ed.), *Nos Dois Lados do Atlântico – trabalhadores, organizações e sociabilidades*, Belém, Editora Paka Tatu, pp. 95-112.
- . (2010). 'Relações sino-moçambicanas em contexto organizacional – um estudo de empresas em Maputo', Serra, C. (ed.), *A Construção Social do Outro – perspectivas cruzadas sobre estrangeiro e moçambicanos*, Maputo, Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, pp. 245-316.
- Francisco, A. et al. (2008). *Índice da sociedade civil em Moçambique 2007 – avaliação, desafios, oportunidades e acção*, Maputo, Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade.
- Groelsem, R. et al. (2009). *Avaliação da Democracia e Governação em Moçambique – Relatório Preliminar*, Maputo, USAID.
- Henriksen, T. (1978). 'Marxism and Mozambique', *African Affairs*, 309, pp. 441-462.
- . (1983). *Revolution and Counterrevolution: Mozambique's war of independence 1964-1974*, Westport, Connecticut, Greenwood.
- Hon, T. et al. (2009). *Evaluating China's FOCAC commitments to Africa and mapping the way ahead*. Stellenbosch. Centre for Chinese Studies – University of Stellenbosch.
- Horta, L. (2008). 'China e Moçambique apostam no Vale do Zambeze para fazer "celeiro" chinês', diz investigador, *Macauhub*, 21 de Julho, disponível em: <http://www.macaubub.com.mo/pt/news.php?ID=5748> (acedido a 17 de Maio de 2011).
- Jackson, S. (1995). 'China's Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique, 1961-93' *The China Quarterly*, 142, pp. 388-422.
- JMS. (2008). 'Autoridades de Hong Kong confirmam presença de melamina em chocolates Cadbury', *RTP*, 5 de Outubro, disponível em: <http://www1.rtp.pt/noticias/?article=149886&visual=3&dayout=10>, (acedido a 17 de Maio de 2011).
- Lemos, A., Ribeiro, D. (2007). 'Taking ownership or just changing owners?', Firozi, M., Stephen, M. (ed.), *African perspectives on China in Africa*, Cape Town, Fahamu – Networks for Social Justice, pp. 63-70.
- Liu, H. (2009). 'Stepping into Africa: more internationalized or not – Chinese Companies in Angola, Mozambique and Uganda' in *Chinese in Africa / Africans in China – Conference Papers*, Centre for Sociological Research – University of Johannesburg, pp. 217-242.

- Lopes, M. (2006). *Os empresários da Construção Civil e as Relações de Trabalho*, Maputo, Imprensa Universitária.
- Lourenço, V. (2007). 'Do conceito de *campo político* em África: contornos teóricos e exercícios empíricos', *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 13-14, pp. 49-80.
- Mackenzie, C. (2006). *Forest Governance in Zambézia, Mozambique: Chinese Takeaway! Final Report for Fongza*, disponível em: http://www.illegal-logging.info/uploads/Mozambique_China.pdf (acedido a 17 de Maio de 2011).
- Macuácuca, S. (2009). 'Na construção do Estádio Nacional – Moçambicanos escravizados e discriminados', *Público*, (16 de Março).
- Mamdani, M. (1996). *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*, Oxford, James Currey.
- Mangwiwo, C. (2007). 'Mozambique, China in talks on hydro-power Project', 20 de Março, disponível em: <http://planetark.org/dailynewsstory.cfm/newsid/40957/story.htm> (acedido a 8 de Maio de 2011).
- Maricourt, R. (1996). 'Paternalisme au Japon et en Occident', *Etudes* 384, pp. 161-171.
- Mazive, E. (ed.). (2009), *Mortalidade em Moçambique – Inquérito Nacional sobre Causas de Mortalidade 2007/8*, Maputo, Instituto Nacional de Estatística.
- Medeiros, E. (2007) 'Os sino-moçambicanos da Beira. Mestiçagens várias', *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º. 13/14, pp. 157-187.
- Negrão, J. (2003). 'On Relations Between the NGOs of the North and Mozambican Civil Society', Paper presented at the master's course *Alternative Globalization and Non Governmental Organisations in the Realm of Portuguese as Official Language*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, pp. 1-22.
- New York Times*. (2008). 'UN grants China permission to import African ivory', *The New York Times online*, 16 de Julho, disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/07/16/world/asia/16iht-ivory.4.14552709.html> (acedido a 1 de Maio de 2005).
- Notícias*. (2007a). 'Ambientalistas desencorajam barragem de Mpanda Nkuwa', 18 de Maio, disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/40383> (acedido a 8 de Maio de 2011).
- Notícias*. (2007b). 'Numa afronta à legislação em vigor: madeira não processada continua a ser exportada', 13 de Agosto, disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/65026> (acedido a 8 de Maio de 2011).
- Notícias*. (2007c). 'Para extracção e importação de barbatanas: Desconhecidos pescam tubarões em Pomene', 10 de Outubro, disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/74750> (acedido a 8 de Maio de 2011).
- Park, Y. (2008). *A matter of Honour – Being Chinese in South Africa*, Joanesburgo, Jacana Media.
- Pátria*. (2007). 'Empreiteiros Chineses ameaçam nacionais' (7 de Novembro).
- Portal do Governo de Moçambique. (2007) *Moçambique e China avaliam cooperação*, 09 de Fevereiro, disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/fevereiro2007/nots_po_124_jan_07/ (acedido a 8 de Maio de 2011).
- Imensis*. (2007). 'Exportação ilegal de madeira envolvia filho de ministro', 09 de Novembro, disponível em: <http://www.imensis.co.mz/news/anmviewer.asp?a=10806&z=15> (acedido a 1 de Maio de 2005).
- Santos, B. (2003). 'O Estado Heterogéneo e o Pluralismo Jurídico'; Santos, B. & Trindade, J. (eds.) *Conflito e Transformação Social: uma paisagem das justiças em Moçambique*, Porto, Afrontamento, pp. 47-128.
- Sautman, B. & Park, Y. (2009). 'Dragon Slayers: Political oppositions and anti-China / anti-Chinese mobilization in Southern Africa', *Chinese in Africa/Africans in China – Conference Papers*, Centre for Sociological Research – University of Johannesburg, pp. 255-291.

- Sautman, B. & Hairong, Y. (2009). 'African perspectives on China/Africa links', *China Quarterly*, 199, pp. 728-759.
- Serra, C. (2006). *Fenómeno novo: tiroteio 'chinês' em Maputo*, blog 'Diário de um Sociólogo', 19 de Dezembro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2006/12/fenmeno-novo-tiroteio-chins-em-maputo.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007a). *Naturalizar o inatural*, blog 'Diário de um Sociólogo', 10 de Janeiro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/02/naturalizar-o-inatural.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007b). 'Os caçadores locais das feiticeiras de Salém (8) (ou os cinco mosqueteiros)', blog 'Diário de um Sociólogo', 30 de Abril, disponível em: http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/04/os-caadores-locais-das-feiticeiras-de_30.html (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007c). 'Filho de ministro e negócio ilegal de madeira exportada para a China', blog 'Diário de um Sociólogo', 10 de Novembro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/11/filho-de-ministro-e-negcio-ilegal-de.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007d). 'Florestas e madeira em Moçambique: estrangeiros, "pessoas bem posicionadas" e chefes tradicionais envolvidos na ilegalidade (afirma um relatório)', blog 'Diário de um Sociólogo', 28 de Fevereiro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/02/florestas-e-madeira-em-moambique.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007e). 'Terra amada, terra desmatada: o que acontece às nossas florestas em Cabo Delgado', blog 'Diário de um Sociólogo', 30 de Janeiro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/01/terra-amada-terra-desmatada-o-que.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007f). 'Final há desmatção no país, segundo o Ministro do Ambiente! (postagem especial para os mosqueteiros do tudo-está-bem)', blog 'Diário de um Sociólogo', 21 de Agosto, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/08/afinal-h-desmatao-no-pas-segundo-o.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007g). 'Estamos a ser asiaticamente barbatoados em prol da sopa', blog 'Diário de um Sociólogo', disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/10/estamos-ser-asiaticamente-barbatoados.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007h). 'De novo o síndrome da mão estrangeira', blog 'Diário de um Sociólogo', 14 de Janeiro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/02/de-novo-sndrome-da-mo-estranha.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007i). 'Sim senhor: futebolizemos a vida', blog 'Diário de um Sociólogo', 11 de Fevereiro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/02/SIM-SENHOR-FUTEBOLIZEMOS.HTML> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007j). 'Trabalhadores sofrem? Mas patrão é patrão, canta o Mc Roger', blog 'Diário de um Sociólogo', 22 de Agosto, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/08/trabalhadores-sofrem-mas-patro-patro.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007l). 'E continua o saque desenfreado da nossa madeira', blog 'Diário de um Sociólogo', 13 de Agosto, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/04/segundo-mediafax-barco-com-armas-para.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007m). 'Os caçadores locais das feiticeiras de Salém (3) (Lázaro Mabunda) (continua)', blog 'Diário de um Sociólogo', 28 de Abril, disponível em: http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/04/os-caadores-locais-das-feiticeiras-de_28.html (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2007n). '21 de Março, Dia Internacional da Floresta: programa-se marcha em Maputo', blog 'Diário de um Sociólogo', 4 de Fevereiro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/02/21-de-marco-dia-internacional-da.html> (acedido a 13 de Julho de 2012).
- . (2007o). 'Empreiteiros chineses', blog 'Diário de um Sociólogo', 7 de Novembro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/11/empreiteiros-chineses.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).

- . (2007p). 'Justiça Ambiental desencoraja Chineses na construção da barragem de Mpanda Nkuwa', *blog 'Diário de um Sociólogo'*, 18 de Maio, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/05/justia-ambiental-desencoraja-chineses.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008a). 'E agora os elefantes', *blog 'Diário de um Sociólogo'*, 17 de Julho, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/07/e-agora-os-elefantes.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008b). 'Atenção: Cadbury e melamina', *blog 'Diário de um Sociólogo'*, 6 de Outubro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/10/cadbury-e-melamina.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008c). 'Leite para bebés com melamina', *blog 'Diário de um Sociólogo'*, 17 de Setembro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/09/leite-para-bebs-com-melamina.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008d). 'Barco com armas para Zimbabué: editorial do "Mediafax" critica China, SADC e regime de Mugabe', *blog 'Diário de um Sociólogo'*, 21 de Abril, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/04/barco-com-armas-para-zimbbu-editorial.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008e). 'As mãos africanas de Pilatos (13)' (*fim*), *blog 'Diário de um Sociólogo'*, 12 de Julho, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/07/AS-MOS-AFRICANAS-DE-PILATOS-13-CONTINUA.HTML> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008f). 'Nampula: situação dos trabalhadores nas empresas madeiras', *blog 'Diário de um Sociólogo'*, 8 de Dezembro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/12/nampula-situao-dos-trabalhadores-nas.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008g). 'Celeiro chinês em Moçambique?', *blog 'Diário de um Sociólogo'*, 21 de Julho, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/07/celeiro-chins-em-moambique.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- . (2008h). 'China coloniza África e, claro, Moçambique – escritor Henning Mankell', *blog 'Diário de um Sociólogo'*, 11 de Janeiro, disponível em: <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/01/china-coloniza-frica-e-claro-moambique.html> (acedido a 6 de Junho de 2009).
- Taylor, I. (2006). *China and Africa – Engagement and compromise*, Londres, Routledge.
- Vircoulon, T. (2009). 'Chinese ways to survive in Kinshasa, Democratic Republic of Congo' in *Chinese in Africa / Africans in China – Conference Papers*, Centre for Sociological Research – University of Johannesburg, pp. 308-317.
- Xinhua. (2007). 'China, Mozambique sign cooperation agreement', *Chinadaily*, 28 de Setembro, disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/china/2007-09/28/content_6143005.htm (acedido a 8 de Maio de 2011).
- Zampanoni, V. (2000). 'Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos – Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940', *Lusotopie*, pp. 191-222.

Conclusão

REFLEXÕES EM TORNO DE UMA RELAÇÃO EM MUDANÇA

Sérgio Chichava e Chris Alden

Tomar Moçambique como exemplo para discutir as características e as especificidades da presença chinesa em África foi a ambição deste livro. Partindo de uma reflexão histórica sobre as relações entre a China e Moçambique, os diferentes artigos, com suas distintas abordagens, procuraram dar uma outra perspectiva da realidade chinesa no continente africano e contribuir para o debate nesta nova área de estudos, muitas vezes alimentada mais por rumores do que por pesquisa fundamentada empiricamente. Ao longo do livro, os autores discutem o padrão e as tendências do investimento chinês nos diferentes sectores, nomeadamente no sector bancário e na agricultura, as representações sociais de diferentes grupos de moçambicanos sobre os chineses e o perfil e as motivações dos emigrantes chineses. Entretanto, mais do que fazer um balanço sobre o que é discutido nos diferentes artigos, importa numa primeira fase, insistir sobre alguns pontos que ficaram por discutir ou que foram discutidos parcialmente. Trata-se de alguns dos temas incontornáveis ou quase omnipresentes quando se fala da presença chinesa em África, nomeadamente o açambarcamento de terras (*land grab*) pelos chineses, a existência de um ‘grande plano’ chinês de expansão para a África, as dificuldades de relacionamento entre trabalhadores africanos e seus homólogos chineses, e a China como novo doador.

Importa, também, isto numa segunda fase, aprofundar algumas reflexões em torno das relações Moçambique-China. Esta reflexão faz-se em dois momentos, (i) olhando para as recentes evoluções e tendências do IDE chinês na agricultura, construção e recursos minerais e (ii), discutindo a aliança nos negócios entre investidores chineses e a elite política e militar moçambicana.

Os chineses e o açambarcamento de terras em África

Em relação ao primeiro ponto, cabe referir a constante publicação de notícias, algumas vezes sem evidências concretas, veiculando a aquisição de enormes porções de terra pelos chineses, em regra com a cumplicidade das elites políticas locais, com vista a desenvolver actividades agrícolas destinadas a alimentar o mercado chinês, mas que não contribuem para reduzir a insegurança alimentar em Moçambique, ou que deixam camponeses africanos sem terra (sua principal riqueza).

A contínua persistência de notícias sobre o açambarcamento de terras africanas pelos chineses tem obrigado as autoridades chinesas a reagir, enfatizando sempre o papel positivo da ajuda e do investimento deste país neste continente. Segundo Hong Lei, porta-voz do Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros, para além de o propalado açambarcamento de terras pela China ser falso, o engajamento chinês na agricultura africana visa providenciar assistência técnica agrícola aos africanos, contribuindo assim para o desenvolvimento da agricultura neste continente (Xinhua 2011).

Em relação a Moçambique, como referido no artigo da Sigrid Ekman (neste volume), no espaço académico o debate foi lançado por Loro Horta (2007, 2008), que anunciava um vasto plano chinês de ocupação do vale do Zambeze com o objectivo centrado na prática da agricultura. Retomado por Deborah Bräutigam (2009, 2012), Bräutigam & Ekman (2012) e pela própria Ekman (2010, 2012), numa abordagem que, essencialmente, põe em causa as afirmações de Horta, este debate tem estado no centro das discussões. O artigo de Ekman neste livro, mais do que procurar desmistificar o debate sobre a ajuda e o investimento chinês na agricultura moçambicana, tem o mérito de insistir sobre a necessidade de uma abordagem mais cautelosa e informada sobre estes assuntos.

Para completar a análise de Ekman sobre o investimento chinês na área de agricultura em Moçambique, é importante fazer menção do actual padrão do agro-investimento chinês em Moçambique e compará-lo ao restante do IDE neste mesmo sector.

Conforme mostra Chichava (2012), a partir de dados do Centro de Promoção de Investimentos (CPI), entre 2000 e 2010 o investimento chinês na agricultura seguiu o mesmo padrão do restante investimento directo estrangeiro, concentrando-se na exploração florestal, e não na produção alimentar ou noutro tipo de culturas. Com efeito, dos oito projectos autorizados pelo CPI, quatro estavam ligados ao sector agro-florestal, mais concretamente à exploração e comércio de madeira, e dois estavam ligados à produção alimentar. Ao mesmo tempo, o investimento chinês na agricultura representava apenas 4% do total do

investimento deste país durante este período (Ibid.). Este padrão do investimento chinês na agricultura moçambicana não difere do restante IDE no mesmo sector. Com efeito, no período 2000-2010, apesar de a agricultura, juntamente com os recursos naturais, terem sido os sectores que mais investimentos atraíram, a maior parte do IDE realizado na agricultura concentrou-se na exploração florestal (67%) e na produção de biocombustíveis (18%).

Um plano chinês para invadir a África?

A possibilidade de existência de um grande plano chinês de expansão para África é, como já foi referido, um dos temas que insiste em aparecer quando se discute a presença daquele país asiático neste continente. Entretanto, um vasto estudo realizado por uma equipa de investigadores em alguns países africanos mostrou que muitos chineses que estão em África, sobretudo os ligados ao pequeno comércio, vieram graças aos seus próprios meios, e nunca tinham entrado em contacto com as respectivas embaixadas nesses países (McNamee *et al.* 2012). Na senda deste estudo, o trabalho de Mikkel Bukkenborg (neste livro) vem mais uma vez, desmistificar a ideia de existência de um suposto grande plano de expansão chinesa para África. Contudo, resta ainda por explorar um pouco mais o papel dos laços familiares nas migrações para África. Estarão alguns cidadãos chineses vindo a África graças a seus familiares já radicados no continente? Chris Alden (2007) divide em três perfis o grupo de imigrantes chineses em África: o primeiro, composto por imigrantes chineses dos finais do século XIX atraídos pelo capitalismo colonial, sobretudo na África do Sul e na África equatorial francesa; o segundo, composto por aqueles que fugiam do colapso da República da China e do estabelecimento da China Popular em 1949; e o terceiro grupo, que seria composto por três subgrupos, nomeadamente: (i) trabalhadores em projectos do governo chinês, (ii) aqueles que usam laços familiares e vêm trabalhar nos estabelecimentos da família, (iii) e aqueles que vêm por sua conta e risco, de forma legal ou ilegal, à procura de novas oportunidades.

No caso de Moçambique, país que, na segunda metade do século XIX, conheceu uma importante vaga de imigrantes chineses, vindos principalmente de Guangdong, no sul da China, e que estavam concentrados em Lourenço Marques (actual Maputo) e, sobretudo, na cidade da Beira (Macagno 2010, Medeiros 2007), seria interessante ver se alguns dos que vieram posteriormente não estariam usando ligações familiares com parentes radicados em Moçambique e que não abandonaram este país na altura da independência, em 1975. Embora a quase totalidade destes chineses tenha deixado o país em 1975, esta análise seria

pertinente pelo facto de grande parte dos imigrantes chineses que vieram para Moçambique nessa época ser constituída por homens que acabaram se envolvendo com moçambicanas, criando uma comunidade importante de sino-moçambicanos (Medeiros 2007).

Conflitos laborais, más condições de trabalho, não respeito da legislação laboral

A dificuldade de relacionamento entre empresas chinesas e trabalhadores moçambicanos, o não respeito pela legislação laboral local e o pagamento de baixos salários são também questões recorrentes quando se fala da presença chinesa em Moçambique. A discussão sobre este assunto aparece neste livro em diferentes artigos, com particular destaque para os artigos de João Feijó e Morten Nielsen. Esta questão, que seria para alguns o resultado de diferenças culturais em relação ao trabalho, ou a dificuldades de comunicação,¹ é considerada um dos maiores desafios que as empresas chinesas estão a enfrentar em África. A par destas razões, outras podem ser evocadas, nomeadamente a fraca capacidade de fiscalização e controlo por parte das autoridades moçambicanas.

Nesta discussão, não se deve perder de vista que a precariedade do trabalho e das condições de trabalho, bem como os maus-tratos infligidos aos trabalhadores moçambicanos, os quais têm sido experiências quase que quotidianas nas empresas chinesas, também não são específicas ao investimento chinês ou a Moçambique, acontecendo um pouco por toda a África, como, por exemplo, na Zâmbia e no Zimbabué. Mais ainda: embora as empresas chinesas estejam no centro das atenções, as más condições de trabalho e baixos salários não são apanágio destas empresas, ocorrendo noutras empresas geridas por ocidentais e mesmo por moçambicanos.

Qualidade de infra-estruturas construídas pelos chineses

Embora não seja o tema central da sua análise, esta questão também está presente no artigo de Nielsen, quando este discute o impacto do uso da mão-de-obra chinesa não qualificada na construção de infra-estruturas em Moçambique. Se, do ponto de vista chinês, esta estratégia pode revelar-se menos dispendiosa, ela tem efeitos negativos na qualidade de infra-estruturas que são construídas em África, o que também contribui para a imagem negativa daquele país asiático neste continente. Entretanto, em relação à qualidade das obras efectuadas pelos chineses em Moçambique, teria sido interessante mostrar que esta questão é bastante mais

complexa do que a princípio aparenta, e não tem apenas a ver com os chineses, mas, também, com as fragilidades do Estado moçambicano em proceder a uma fiscalização eficaz e com a corrupção que caracteriza este sector em Moçambique. Com efeito, um estudo realizado em alguns países africanos permitiu mostrar que nos casos em que houve uma fiscalização forte e responsável, respeito pela legislação que rege este sector e menos corrupção, nomeadamente na África do Sul e Zâmbia, a qualidade das obras realizadas pelos chineses foi elevada quando comparada com aqueles países em que tal não ocorreu, como, por exemplo, na Serra Leoa e Angola (Centre for Chinese Studies 2006; Corkin *et al.* 2008:7).

China, um doador diferente dos outros?

Como referido por alguns autores, com particular destaque para Bräutigam (2009), se nos anos 50 a ajuda chinesa à África era guiada mais pela solidariedade com os ‘não alinhados’ (razões de ordem ideológica), a passagem deste país para a economia de mercado fez com que a ajuda passasse a ser uma mistura de diplomacia e comércio.

Mesmo que a China, na sua relação com a África, pretenda trazer uma abordagem diferente em relação ao Ocidente, afirmando oferecer ajuda incondicional, a actual lógica da sua orientação económica entra em contradição com esta pretensão. Há uma ginástica enorme entre a ajuda ao desenvolvimento e a lógica do mercado. No caso de Moçambique, dois exemplos que mostram esta nova faceta foram mencionados ao longo do livro, nomeadamente as reticências chinesas em financiar as barragens de Mpanda Nkhuwa e Moamba Major, uma das grandes apostas do executivo de Maputo no âmbito da sua ambição de ser líder regional no sector energético, sob pretexto de que a Electricidade de Moçambique (EDM) não oferecia garantias suficientes de que a energia produzida por estas barragens encontraria compradores. Esta situação mostra o fim da época da lógica da ‘solidariedade’ e a entrada na época da lógica do ‘negócio’, em conformidade com a orientação actual da economia chinesa.

Recentes evoluções e tendências nas relações Moçambique-China

Feitos alguns comentários em torno dos diferentes artigos do livro, importa agora discutir alguns aspectos das relações China-Moçambique, num contexto em que a presença chinesa neste país africano é cada vez mais forte.

Agricultura, recursos minerais e construção: novo foco chinês em Moçambique?

Para mostrar as recentes evoluções e tendências do investimento chinês em Moçambique, toma-se como exemplo três sectores, nomeadamente agricultura, recursos minerais e construção.

A aquisição das acções da Moçambique Lianfeng Desenvolvimento de Agricultura, Co., Limitada, empresa que estava a produzir arroz no regadio de Ponela, em Xai-Xai, Gaza, pela Wanbao Africa Agriculture Development Limited (WAADL), filial da Wanbao Grain and Oil Co., Ltd., parece estar a mudar a tendência de o grosso do investimento chinês se concentrar no sector florestal. Com efeito, naquilo que já é considerado o maior investimento da China na agricultura em Moçambique, quiçá um dos maiores em África, ou o sucesso da província de Hubei no seguimento da *Going Out Strategy* do governo chinês (Hubei Daily 2012; Danqing & Yongsheng 2012), a WAADL está a realizar um investimento colossal, estimado em cerca de 95 milhões de dólares, na produção, armazenamento e processamento de arroz na província de Gaza. Para além da WAADL, a Lianhe Africa Agriculture Development Co., Limitada, outra empresa de Hubei, também vai investir na produção alimentar (Duran & Chichava, neste volume). É preciso sublinhar que estas empresas conseguiram penetrar no mercado moçambicano graças ao estabelecimento do Centro de Demonstração e Transferência de Tecnologias agrícolas chinesas (CITAU), o que mostra bem o interesse chinês em investir na agricultura em Moçambique. Portanto, estas recentes evoluções vêm mudar radicalmente o actual padrão do investimento chinês na agricultura em Moçambique.

Entretanto, é preciso dizer que se o interesse chinês em investir na agricultura moçambicana é já um dado real, empresas chinesas estão também a virar as suas atenções para o sector dos recursos minerais, sector onde este país encontrará outros dois BRICs, o Brasil e a Índia, na dianteira, mais especificamente na exploração do carvão mineral. Com efeito, muitas empresas chinesas foram constituídas em 2011, todas elas com o objectivo de explorar recursos minerais, nomeadamente areias pesadas, titânio, zircão, ouro, calcário e minerais diversos. Só para se ter uma ideia, a Jinan Yuxiao Group, Lda., em parceria com a China Yuxiao Resources Holdings Lda., constituíram uma série de empresas para a exploração destes minerais em diversas partes de Moçambique, nomeadamente Inhambane, Sofala, Zambézia, Tete e Nampula. Trata-se de empresas como a Africa Great Wall Mining Development Company, a Future Metal Mining Co., Lda., a Africa Yuxiao Mining Development Co., Lda., a China-Mozambique Mining Development Co., Lda., a Mozambique Heavy Sand Mining Co., Lda.,

a Africa Ocean Non Ferrous Metal Mining Co., Lda., e a Africa Rare Metal Mining Development Co., Lda. Uma notícia publicada em 2009 revelava que o Jinan Yuxiao Group tinha ganho o direito de explorar 20 minas de zircão em Moçambique (Metalnewsnet 2009). Entretanto, outra notícia divulgada em 2011 indicava que o Jinan Yuxiao Group havia ganho dez direitos de exploração de zircão e 40 de titânio em Moçambique, fazendo dele um dos maiores em África na exploração destes minerais e a maior em Moçambique (Asian Ceramics 2011). Este artigo afirmava ainda que a procura de zircão e titânio na China estava a crescer, em média, 5% ao ano, mas em contrapartida, estes recursos eram cada vez mais raros naquele país, sendo que 95% do zircão e 64% do titânio ali consumidos eram provenientes de exportações (Ibid.). A isto junta-se o já mencionado interesse do China Kingho Group pelo carvão mineral (Chichava neste volume).

Outro aspecto que merece ser sublinhado e que mostra mudanças nas tendências do IDE chinês em Moçambique diz respeito ao crescimento do investimento no sector da construção. Com efeito, se entre 2000 e 2010, o IDE chinês foi dominado pela indústria transformadora, as coisas parecem estar a mudar. Em 2011, o CPI aprovou onze projectos de investimento chinês correspondentes a 312.882.974 de dólares americanos, investimento largamente superior ao do exercício de 2010, que se tinha situado em apenas 38,6 milhões de dólares. De salientar que, neste mesmo ano, o IDE chinês foi, de longe, superior a todo o investimento realizado por empresas chinesas desde 2007, ano em que fontes do CPI colocaram este país na lista dos dez maiores investidores em Moçambique. Outro dado importante a assinalar é que, em 2011, pela primeira vez desde 2007, a China liderou a lista dos maiores investidores em Moçambique, tendo o seu IDE representado cerca de 32% de todo o IDE de 2011, cifrado em 974 milhões de dólares.

Entretanto, em termos sectoriais, 85% do IDE chinês concentrou-se na construção. A indústria transformadora teve investimentos na ordem de 14 %. É preciso sublinhar que foi graças ao projecto do Fundo para o Fomento da Habitação (FFH)² e da empresa chinesa Henan Guoji Industry And Development Co., Ltd., de constituir a Henan Guoji Imobiliária (HGI), – sociedade por quotas de responsabilidade limitada – para a construção de 5.000 casas na Matola, província de Maputo, num investimento avaliado em 250 milhões de dólares (cerca de 80% do IDE chinês em 2011), que o sector da construção conheceu um crescimento sem precedentes, colocando este sector em primeiro lugar na lista dos sectores mais procurados pelo IDE chinês. Trata-se de uma grande evolução, tendo em conta que, durante o período 2000-2010, o IDE chinês no sector da construção situou-se em apenas 9 milhões de dólares. De salientar que o projecto da FFH e da HGI visa, segundo as autoridades locais, promover a habitação para as camadas menos favorecidas. Este é o primeiro grande investimento de uma empresa chinesa no

sector da construção em Moçambique. A Henan Guoji Industry And Development Co., Ltd., primeira empresa chinesa a realizar um investimento desta envergadura neste sector, é bastante activa nalguns países africanos, como a Zâmbia e a Serra Leoa. Entretanto, é preciso sublinhar que, se está provado que há muitas empresas chinesas envolvidas no sector da construção em Moçambique, o que às vezes não é bem visto pelos empreiteiros locais, isto surge no âmbito dos projectos de ajuda e cooperação entre a China e Moçambique e não pode ser considerado investimento.

Como e o que fazer para que a ‘mamba’ não seja engolida pelo ‘dragão’?

Se não há dúvidas de que Moçambique, assim como muitos países africanos, têm beneficiado enormemente da ajuda e do investimento chinês, é preciso reflectir sobre alguns pontos que podem ensombrar a relação entre os dois países. Para discutir este ponto, escolheu-se a questão da aliança, nos negócios, entre investidores chineses e a elite política e militar moçambicana. Antes de mais, e à semelhança do que temos dito ao longo das páginas precedentes, esta questão também não é específica ao investimento chinês em Moçambique. Na maior parte dos casos, aliar-se à burguesia local emergente, maioritariamente ligada ao partido Frelimo, ou apoiar este partido, é um imperativo para quem queira ser bem-sucedido nos seus negócios em Moçambique. Algumas empresas chinesas já se aperceberam da importância de ter os favores da Frelimo: nas eleições gerais de 2009, a TENWIN INT, LDA., ofereceu 30 motorizadas em apoio a campanha eleitoral deste partido.

Se a mais conhecida e mais mediatizada aliança ocorre no sector madeireiro, com alguns segmentos da sociedade moçambicana a considerarem o negócio chinês de madeira em Moçambique um autêntico saque, estas alianças também existem noutras áreas, como no sector bancário (Ana Alves neste volume) e na construção (Chichava neste volume).

Uma das recentes alianças entre empresas chinesas e a burguesia moçambicana, que merece uma análise um pouco detalhada, é aquela entre o China International Fund (CIF), companhia chinesa baseada em Hong Kong, e a SPI-Gestão e Investimentos, SARL, uma *holding* do partido Frelimo. As duas empresas constituíram a CIF-Moz, uma sociedade por quotas com diversos interesses, nomeadamente na agricultura, turismo, recursos minerais, comércio, construção, importação e exportação de diversos produtos, bem como na prestação de serviços. A CIF, uma empresa ‘misteriosa’ (Ferreira 2008; LevKowitz *et al.* 2009), é citada como sendo próxima de alguns regimes corruptos e ditatoriais africanos, em conluio

com os quais estaria envolvida em negócios não muito claros, nomeadamente com altas figuras do MPLA, em Angola, onde, em parceria com a empresa angolana de petróleos, Sonangol, teria formado uma *joint venture* em 2004. Esta *joint venture* estaria também envolvida em alguns negócios na Guiné (concluídos com o regime do antigo ditador Dadas Camara) e no Zimbabué. Igualmente, a CIF, sem nenhuma história no sector da construção, ganhou o direito de construir ou reabilitar importantes infra-estruturas em Angola, num processo também não muito claro, tendo sido acusada de não cumprir os prazos e de realizar obras de baixa qualidade (Marques 2010, Ferreira 2008; LevKowitz *et al.* 2009).

O que é crítico aqui não é a aliança em si, mas sim a maneira como ela põe em plano secundário os interesses da maioria da população dos países africanos. Em Moçambique, dado o facto de a maior parte da burguesia moçambicana emergente ser um produto da sua ligação com o Estado e com o partido Frelimo, a questão que se coloca é: como estas alianças poderiam ser usadas em benefício da maioria, e não, apenas, de um grupo de pessoas interessado somente em acumular, sem olhar para os interesses da maioria.

É preciso salientar que Moçambique é dos países com uma das maiores taxas de crescimento em África, e um destino privilegiado do investimento. Entretanto, este crescimento não tem resultado necessariamente na melhoria do bem-estar da maior parte da sua população, estando o fosso entre ricos e pobres a aumentar. Entre 2001 e 2010, a economia moçambicana cresceu uma média de 7,9%, uma das dez taxas de crescimento mais altas do mundo (Africa Progress Panel 2012:8). Entre 2011 e 2015, numa lista liderada pela China, estima-se que Moçambique, com uma taxa média anual de 7,7%, esteja entre os cinco países que mais crescerão no mundo (Ibid.).

Numa altura em que, por um lado, a China está a transformar-se num parceiro cada vez mais activo em Moçambique e, de acordo com os dados do CPI, foi o país que mais investimento realizou em Moçambique em 2011, e em que, por outro lado, vários e importantes recursos minerais têm sido descobertos neste país, com destaque para o carvão mineral e o gás natural, imperativo é discutir o que, e como, Moçambique pode ganhar na sua relação com a China, sobretudo pelo facto de, apesar do extraordinário avanço na luta contra a pobreza, o fosso entre ricos e pobres estar também a aumentar consideravelmente naquele país asiático, levando as autoridades chinesas a considerarem-no uma ameaça à sua estabilidade.

Portanto, como fazer com que o entusiasmo das elites moçambicanas em relação à presença chinesa em Moçambique se traduza em benefícios para o país, e não apenas para um punhado de indivíduos? Como fazer para que não haja um desfasamento entre a vontade política das elites e as acções no terreno, como tem sido prática até hoje?

Fazer com que a ‘*mamba*’ não seja devorada pelo ‘dragão’, que Moçambique não passe de um simples agente exportador de matéria-prima e receptor de produtos acabados – naquilo que seria uma reedição do *status quo* das relações entre a África e o Ocidente – é, neste contexto, o grande desafio de Moçambique na sua relação com a China.

Notas

1. Entrevistas de João Feijó a diversos responsáveis moçambicanos. Alguns académicos, como Anshan (2007), bem como alguns responsáveis chineses, como, por exemplo, Zhong Jianhua, embaixador da China na África do Sul (Wall Street Journal 2012), também avançam esta tese.
2. Instituição pública criada pelo governo de Moçambique em 1995.

Referências

- Africa Progress Panel. (2012). 'Jobs, Justice and Equity. Seizing opportunities in times of global change', *Africa Progress Report 2012*.
- Alden, C. (2007). *China in Africa*, Londres, Zed Books.
- Anshan, L. (2007). 'China and Africa: Policy and Challenges', *China Security*, 3 (3), pp. 69 – 93.
- Asian Ceramics. (2011). 'Jinan Yuxiao in Mozambique', *Asian Ceramics*, Setembro, disponível em: <http://content.yudu.com/Library/A1tw08/ASIANCERAMICSSEPTEMB/resources/65.htm> (acedido a 26 de Junho de 2012).
- Bräutigam, D. (2009). *The Dragon's Gift: the real story of China and Africa*, Oxford, Oxford UP.
- . (2012). "The Zambezi Valley: China's First Agricultural Colony?" Fiction or Fact?, disponível em: <http://www.chinaafricarealstory.com/2012/01/zambezi-valley-chinas-first.html> (acedido a 21 de Junho de 2012).
- Bräutigam, D., Ekman, S. (2012). 'Briefing rumors and realities of Chinese agriculture engagement in Mozambique', *African Affairs*, pp. 483–492.
- Centre for Chinese Studies. (2006). *China's interest and activity in Africa's construction and infrastructure sectors*, Stellenbosch, University of Stellenbosch.
- Chichava, S. (2012). 'Investimento directo estrangeiro e o combate à pobreza em Moçambique: uma leitura a partir do investimento chinês na agricultura', Brito, L. et al., *Desafios para Moçambique 2012*, IESE, Maputo.
- Corkin et al. (2008). *China's Role in the Development of Africa's Infrastructure*, *SAIS Working Papers African Studies* 04–08.
- Danqing, X., Yongsheng, C. (2012). 'Xiangyang's first overseas investment of \$95 million in agricultural project in Mozambique', *Xiangyang Daily*, disponível em: http://en.xiangyang.gov.cn/publish/cbnews/201205/04/cb416_1.shtml (acedido a 21 de Junho de 2012).
- Ferreira, Ennes. (2008). "China in Angola: Just a Passion for Oil?", Chris Alden et al. (eds.) *China Returns to Africa: A Rising Power and a Continent Embrace*, Londres, Hurst, pp. 295—317.
- Ganho, A. 'Friendship' rice? The Hubei-Gaza rice farm in Xai-Xai (no prelo).
- Horta, L. (2007). 'China, Mozambique: old friends, new business', 13 de Agosto, disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Security-Watch/Articles/Detail/?id=53470&lng=en> (acedido a 26 de Junho de 2012).
- . (2008). 'The Zambezi Valley: China's First Agricultural Colony?', 20 de Maio, disponível em: <http://csis.org/publication/zambezi-valley-chinas-first-agricultural-colony> (acedido a 26 de Junho de 2012).
- Hubei Daily*. (2012). *Hubei Achieves Progress in Overseas Agricultural Development*, 1 de Junho, disponível em: <http://english.rikes.gov.cn/4/288/291/4085.html> (acedido a 21 de Junho de 2012).
- Levkowitz et al. (2008). "The 88 Queensway Group. A Case Study in Chinese Investors' Operations in Angola and Beyond", US-China Economic and Security Review Commission, disponível em: http://www.uscc.gov/The_88_Queensway_Group.pdf (acedido a 12 de Julho de 2012).

- Macagno, L. (2010). Os 'bons portugueses' do Atlético Chinês: desporto e fotografia no Moçambique tardo-colonial, Lisboa (documento apresentado no 7º Congresso dos Estudos Ibéricos).
- Macauhub. (2012). 'Empresa de capitais chineses explora areias pesadas em Moçambique', 10 de Maio, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2012/05/10/empresa-de-capitais-chineses-explora-areias-pesadas-em-mocambique/> (acedido a 23 de Junho de 2012).
- Marques, R. (2010). 'The New Imperialism: China in Angola', *World Affairs*, Março/Abril, disponível em: <http://www.worldaffairsjournal.org/article/new-imperialism-china-angola> (acedido a 27 de Junho de 2012).
- McNamee, T. *et al.* (2012). 'A Study of Chinese Traders in South Africa, Lesotho, Botswana, Zambia and Angola', Discussion Paper 2012/03, Joanesburgo, the Brenthurst Fondation.
- Medeiros, E. (2007). 'Os sino-moçambicanos da Beira. Mestiçagens Várias', *Cadernos de Estudos Africanos*, 13/14, pp. 157-187.
- Metalnewsnet. (2009). 'YuXiao Group has in succession bought 20 zircon mines in Mozambique', 29 de Dezembro, disponível em: <http://www.metalnewsnet.com/Zirconium/frz7ogaLC9PI.html> (acedido a 26 de Junho de 2012).
- Sigrid, E. (2010). 'Who is Loro Horta?', *Shanghaisigrid*, 4 de Maio, disponível em: <http://shanghaisigrid.typepad.com/blog/2010/03/who-is-loro-horta.html> (acedido a 21 de Junho de 2012).
- . (2012). 'Searching for Loro Horta', 23 de Abril, disponível em: <http://starvingcritic.wordpress.com/2012/04/23/searching-for-loro-horta/> (acedido a 21 de Junho de 2012).
- Wall Street Journal*. (2012). 'Zhong Jianhua: Chinese Enterprises in Africa', 17 de Abril, disponível em: <http://www.focac.org/eng/jlydh/sjzs/t923570.htm> (acedido a 28 de Junho de 2012).
- Xinhua*. (2008). 'China refutes "land grab" claims in Africa', disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/china/2011-12/08/c_131295942.htm (acedido a 6 de Junho de 2012).

Outras Publicações do IESE¹

Livros

Moçambique: Descentralizar o Centralismo. Economia Política, Recursos e Resultados. (2012)

Bernhard Weimer (organizador)

IESE: Maputo

Desafios para Moçambique 2012. (2012)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

Desafios para Moçambique 2011. (2011)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

1. Muitas outras publicações do IESE (como comunicações das suas conferências internacionais, apresentações feitas pelos seus investigadores em conferências, aulas, seminários e palestras, artigos de investigação, entre outras) estão disponíveis no site do IESE, www.iese.ac.mz, seguindo os links para publicações ou para investigação. Todas as publicações do IESE, incluindo as constantes nesta lista, podem ser livremente descarregadas do seu site.

Protecção social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo.

Desafios para Moçambique 2010. (2009)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

Cidadania e governação em Moçambique – comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

Reflecting on economic questions – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (editors)

IESE: Maputo

Southern Africa and Challenges for Mozambique – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (editors)

IESE: Maputo

Cadernos IESE

(Artigos produzidos por investigadores permanentes e associados do IESE. Esta colecção substitui as séries 'Working Papers' e 'Discussion Papers', que foram descontinuadas).

Cadernos IESE nº 11: *Protecção Social no Contexto da Transição Demográfica Moçambicana. (2011)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_11_AFrancisco.pdf

Cadernos IESE nº 10: *Protecção Social Financeira e Demográfica em Moçambique: oportunidades e desafios para uma segurança humana digna. (2011)*

António Francisco, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_10_AFRA.pdf

Cadernos IESE nº 9: *Can Donors 'Buy' Better Governance? The political economy of budget reforms in Mozambique. (2011)*

Paolo de Renzio

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_09_PRenzio.pdf

Cadernos IESE nº 8: *Desafios da Mobilização de Recursos Domésticos – Revisão crítica do debate. (2011)*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_08_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 7: *Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership. (2011)*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_07_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 6: *Enquadramento Demográfico da Protecção Social em Moçambique. (2011)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_06_AF.pdf

Cadernos IESE nº 5: *Estender a Cobertura da Protecção Social num Contexto de Alta Informalidade da Economia: necessário, desejável e possível?* (2011)

Nuno Cunha, Ian Orton

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_05_Nuno_Ian.pdf

Cadernos IESE nº 4: *Questions of health and inequality in Mozambique.* (2010)

Bridget O'Laughlin

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_04_Bridget.pdf

Cadernos IESE nº 3: *Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique: a propósito do lançamento de três livros do IESE.* (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_03_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 2: *Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na Democracia moçambicana?* (2010)

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_02_SC.pdf

Cadernos IESE nº 1: *Economia Extractiva e desafios de industrialização em Moçambique.* (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf

Working Papers

(Artigos em processo de edição para publicação. Colecção descontinuada e substituída pela série 'Cadernos IESE')

WP nº 1: *Aid Dependency and Development: a Question of Ownership? A Critical View.* (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/AidDevelopmentOwnership.pdf>

Discussion Papers

(Artigos em processo de desenvolvimento/debate. Coleção descontinuada e substituída pela série 'Cadernos IESE')

DP nº 6: *Recursos naturais, meio ambiente e crescimento económico sustentável em Moçambique. (2009)*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/DP_2009/DP_06.pdf

DP nº 5: *Mozambique and China: from politics to business. (2008)*

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_05_MozambiqueChinaDPaper.pdf

DP nº 4: *Uma Nota sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique. (2008)*

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_04_Uma_Nota_Sobre_o_Voto_Abstencao_e_Fraude_em_Mocambique.pdf

DP nº 3: *Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique. (2008)*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_03_2008_Desafios_DesenvRural_Mocambique.pdf

DP nº 2: *Notas de Reflexão sobre a 'Revolução Verde', contributo para um debate. (2008)*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/Discussion_Paper2_Revolucao_Verde.pdf

DP nº 1: *Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique. (2008)*

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_01_ArtigoEtnicidade.pdf

Boletim IDelIAS

(Boletim que divulga resumos e conclusões de trabalhos de investigação)

Nº44: *Taxas Directoras e Produção Doméstica*

Sófia Armacy

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_44.pdf

Nº43E: *MEITI – Analysis of the Legal Obstacles, Transparency of the Fiscal Regime and Full Accession to EITI*

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43E.pdf

Nº43P: *ITIE M—Análise dos Obstáculos legais, Transparência do Regime Fiscal e Completa Adesão à ITIE*

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43p.pdf

Nº42E: *Analysis of the Reconciliation Exercise in the Second Report of EITI in Mozambique*

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_42e.pdf

Nº42P: *Análise ao Exercício de Reconciliação do Segundo Relatório da ITIE em Moçambique*

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_42p.pdf

Nº41: *Estado e Informalidade: Como Evitar a ‘Tragédia dos Comuns’ em Maputo?*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_41.pdf

Nº40: *‘Moçambique no Índice de Desenvolvimento Humano’: Comentários*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_40.pdf

Nº39: *Investimento directo chinês em 2010 em Moçambique: impacto e tendências. (2011)*

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_39.pdf

Nº38: *Comissão Nacional de Eleições: uma reforma necessária. (2011)*

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37.pdf

Nº37P: *Envelhecimento Populacional em Moçambique: Ameaça ou Oportunidade? (2011)*

António Francisco, Gustavo Sugahara http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37p.pdf

Nº37E: *Population Ageing in Mozambique: Threat or Opportunity. (2011)*

António Francisco, Gustavo Sugahara http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_36e.pdf

Nº36: *A Problemática da Protecção Social e da Epidemia do HIV-SIDA no Livro Desafios para Moçambique 2011. (2011)*

António Francisco, Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_36.pdf

Nº35P: *Será que Crescimento Económico é Sempre Redutor da Pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. (2011)*

Marc Wuyts

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35P.pdf

Nº35E: *Does Economic Growth always Reduce Poverty? Reflections on the Mozambican Experience. (2011)*

Marc Wuyts

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35E.pdf

Nº34: *Pauperização Rural em Moçambique na 1ª Década do Século XXI. (2011)*

António Francisco, Simão Muhorro

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_34.pdf

Nº33: *Em que Fase da Transição Demográfica está Moçambique? (2011)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_33.pdf

Nº 32: *Protecção Social Financeira e Protecção Social Demográfica: Ter muitos filhos, principal forma de protecção social em Moçambique? (2010)*

António Francisco, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf

Nº 31: *Pobreza em Moçambique põe governo e seus parceiros entre a espada e a parede. (2010)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_31.pdf

Nº 30: *A dívida pública interna mobiliária em Moçambique: alternativa ao financiamento do défice orçamental? (2010)*

Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_30.pdf

Nº 29: *Reflexões sobre a relação entre infra-estruturas e desenvolvimento. (2010)*

Carlos Muianga

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_29.pdf

Nº 28: *Crescimento demográfico em Moçambique: passado, presente...que futuro? (2010)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_28.pdf

Nº 27: *Sociedade civil e monitoria do orçamento público. (2009)*

Paolo de Renzio

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_27.pdf

Nº26: *A Relatividade da Pobreza Absoluta e Segurança Social em Moçambique. (2009)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_26.pdf

Nº 25: *Quão Fiaável é a Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique? Uma Análise Crítica dos Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique. (2009)*

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_25.pdf

Nº 24: *Sociedade Civil em Moçambique e no Mundo. (2009)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_24.pdf

Nº 23: *Acumulação de Reservas Cambiais e Possíveis Custos derivados – Cenário em Moçambique. (2009)*

Sofia Amarcy

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_23.pdf

Nº 22: *Uma Análise Preliminar das Eleições de 2009. (2009)*

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_22.pdf

Nº 21: *Pequenos Provedores de Serviços e Remoção de Resíduos Sólidos em Maputo. (2009)*

Jeremy Grest

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_21.pdf

Nº 20: *Sobre a Transparência Eleitoral. (2009)*

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_20.pdf

Nº 19: *'O inimigo é o modelo!' Breve leitura do discurso político da Renamo. (2009)*

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_19.pdf

Nº 18: *Reflexões sobre Parcerias Público-Privadas no Financiamento de Governos Locais. (2009)*

Eduardo Nguenha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_18.pdf

Nº 17: *Estratégias individuais de sobrevivência de mendigos na cidade de Maputo: Engenhosidade ou perpetuação da pobreza? (2009)*

Emílio Dava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_17.pdf

Nº 16: *A Primeira Reforma Fiscal Autárquica em Moçambique. (2009)*

Eduardo Nguenha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_16.pdf

Nº 15: *Protecção Social no Contexto da Bazarconomia de Moçambique. (2009)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_15.pdf

Nº 14: *A Terra, o Desenvolvimento Comunitário e os Projectos de Exploração Mineira. (2009)*

Virgílio Cambaza

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_14.pdf

Nº 13: *Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda. (2009)*

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_13.pdf

Nº 12: *Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique. (2009)*

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_12.pdf

Nº 11: *Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento Sustentável. (2009)*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_11.pdf

Nº 10: *Indústrias de Recursos Naturais e Desenvolvimento: Alguns Comentários. (2009)*

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_10.pdf

Nº 9: *Informação Estatística na Investigação: Contribuição da investigação e organizações de investigação para a produção estatística. (2009)*

Rosimina Ali, Rogério Ossemame, Nelsa Massingue

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_9.pdf

Nº 8: *Sobre os Votos Nulos. (2009)*

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_8.pdf

Nº 7: *Informação Estatística na Investigação: Qualidade e Metodologia. (2008)*

Nelsa Massingue, Rosimina Ali, Rogério Ossemame

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_7.pdf

Nº 6: *Sem Surpresas: Abstenção Continua Maior Força Política na Reserva em Moçambique... Até Quando? (2008)*

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_6.pdf

Nº 5: *Beira – O fim da Renamo? (2008)*

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_5.pdf**Nº 4: *Informação Estatística Oficial em Moçambique: O Acesso à Informação. (2008)***

Rogério Ossemame, Nelsa Massingue, Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_4.pdf**Nº 3: *Orçamento Participativo: um instrumento da democracia participativa. (2008)***

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_3.pdf**Nº 2: *Uma Nota sobre o Recenseamento Eleitoral. (2008)***

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_2.pdf**Nº 1: *Conceptualização e Mapeamento da Pobreza. (2008)***

António Francisco, Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_1.pdf

Manuais de formação

Governança em Moçambique: Recursos para Monitoria e Advocacia (2012)

Projecto de Desenvolvimento de um Sistema de Documentação e de partilha de Informação, IESE

IESE: Maputo

Monitoria e Advocacia da Governança com base no Orçamento de Estado: Manual de Formação (2012)

Sande, Zaqueo (Adaptação)

IESE: Maputo

Pequeno Guia de Inquérito por Questionário (2012)

Luís de Brito

IESE: Maputo

